

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Jênifer Rosa de Oliveira

**ENTRE A FÉ E O ORGULHO:
As articulações das narrativas jornalísticas dos portais *Veja* e *Carta Capital* na
construção de polarizações entre evangélicos e LGBTs**

Belo Horizonte

2023

Jênifer Rosa de Oliveira

ENTRE A FÉ E O ORGULHO:

As articulações das narrativas jornalísticas dos portais *veja* e *carta capital* na construção de polarizações entre evangélicos e LGBTs

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação Social

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho

Belo Horizonte

2023

301.16	Oliveira, Jênifer Rosa de.
O48e	Entre a fé e o orgulho [manuscrito] : as articulações das
2023	narrativas jornalísticas dos portais Veja e Carta Capital na
	construção de polarizações entre evangélicos e LGBTs /
	Jênifer Rosa de Oliveira. - 2023.
	219 f. : il.
	Orientador: Carlos Alberto de Carvalho.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
	Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Comunicação – Teses. 2. Pessoas LGBTQ+ -
	Teses. 3. Jornalismo – Teses. I. Carvalho, Carlos Alberto de.
	II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
	Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ENTRE A FÉ E O ORGULHO: As articulações das narrativas jornalísticas dos portais Veja e Carta Capital na construção de polarizações entre evangélicos e LGBTs."

Jênifer Rosa de Oliveira

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Carlos Alberto de Carvalho - Orientador
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Elton Antunes
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Phellipy Pereira Jácome
DCM/FAFICH/UFMG

Profª Magali do Nascimento Cunha
Instituto de Estudos da Religião - ISER

Profª Ana Ester Pádua Freire
GIN-SSOGIE

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 31/03/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho, Professor do Magistério Superior**, em 31/03/2023, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Ester Pádua Freire, Usuária Externa**, em 31/03/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magali do Nascimento Cunha, Usuária Externa**, em 03/04/2023, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2188923** e o código CRC **61866BE0**.

À memória de D. Helena Antipoff e a todos aqueles que dedicaram suas vidas e suas carreiras na defesa da educação pública e de qualidade para que tantos filhos de gente simples, como eu, pudessem estudar.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é apenas a conclusão de um trabalho de quatro anos de um curso de Doutorado. É a coroação de um percurso que se iniciou muito antes, num dia feliz do ano de 1990, quando meus pés pisaram, pela primeira vez, numa sala de aula e dali nunca mais quiseram sair. Por isso, inicio minha enorme lista de agradecimentos manifestando minha gratidão aos mestres que encontrei pelo caminho e que contribuíram para que a sala de aula fosse meu lugar preferido no mundo, e que o desejo pelo Saber se confundisse com a minha própria identidade: aos professores da Escola Infantil Cisne Branco, da Escola Estadual Maria Alves Nagy Varga, da Escola Sandoval Soares de Azevedo, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, da Universidade Metodista de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais, meu muito obrigada!

Agradeço também à minha família: minha mãe, Elzy, por desenhar florzinhas e patinhos nas bordas dos meus cadernos do jardim de infância, por costurar a roupa que eu usei na minha primeira formatura, e por sempre acreditar em mim, se desdobrando e se doando de tantas formas para que eu pudesse ter acesso a uma boa educação; meu pai, Francisco, por sempre ter se orgulhado, publicamente, das minhas boas notas; minha irmã, Jheisy, por estar sempre comigo, mesmo quando isso significou compreender minhas ausências; e meu esposo, Marco Túlio, por compartilhar as dores e delícias da vida acadêmica, e por ser o meu maior incentivador e suporte durante esses anos do doutorado.

Meu coração também transborda de gratidão por aqueles que estiveram comigo nos quatro anos desse percurso: prof. Carlos Alberto de Carvalho, que mais do que um orientador, se revelou um amigo; colegas de classe - Iana, Caíque, Aline, Luciana, Kellen, Jane, Diego e Homero - e professores da linha Textualidades Midiáticas, do PPG-COM, pelas excelentes provocações e reflexões durante as aulas e seminários; prof. Elton Antunes e profa. Magali Cunha, por serem grandes referências e pelas importantes contribuições na banca de qualificação, e prof. Phellipy e profa. Ana Ester, por aceitarem, prontamente, fazer parte desse final, compondo a banca examinadora.

Às meninas do 903, pelo bolo de alpino partilhado em comemoração ao início desse sonho, e por todos que ainda vamos partilhar em celebração às nossas conquistas.

Ao We Group, pelo *brainstorm* via *whatsapp* que deu origem ao título desta tese e que solucionou metade das minhas angústias.

Aos colegas de trabalho da Coordenação de Relações Públicas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, especialmente ao Gabriel e ao Leonardo Mari, meus coordenadores nesse período, por todo incentivo e compreensão que esta etapa exigiu.

À UFMG, por ter mudado a minha vida de tantas formas que nem sei enumerar, e por ter me dado novos olhos para o mundo e para mim mesma.

A Deus, por ser sempre mistério e sempre epifania; sempre soberano e sempre acessível em todos os meus caminhos.

RESUMO

A pesquisa intitulada “Entre a Fé e o Orgulho: As articulações das narrativas jornalísticas dos portais *veja* e *carta capital* na construção de polarizações entre evangélicos e LGBTs” investiga o modo como as narrativas jornalísticas colocam em relação evangélicos e grupos LGBTs, e quais as implicações dessas articulações para as representações sobre o que é ser evangélico no Brasil. O objeto de análise são textualidades presentes nos sites da *Veja* e da *Carta Capital*, veiculadas na última década (2010-2019), que abordam, de alguma forma, temáticas que são divulgadas como sendo de interesse desses dois grupos. O processo de seleção e organização dos textos foi feito tendo como base o método da análise de conteúdo, de Bardin (2004), que permitiu estruturar as etapas e modos de observação do material analisado. Posteriormente, as informações extraídas dessas etapas foram interpretadas à luz da teoria narrativa - tríplice mimese - de Paul Ricoeur (2010), e das discussões sobre jornalismo e construção da realidade (ALSINA, 2009; SILVA, 2011; 2013), a partir de conceitos como enquadramento (ANTUNES, 2009; TUCHMAN, 1993; ENTMAN, 1993) e jornalismo como ator social na construção de conflitos (VENTURINI, 2009; AMOSSY, 2017; CARVALHO, 2012; 2019). A hipótese, que restou comprovada no decorrer da pesquisa, era a de que a narrativa jornalística atua na construção dos antagonismos presentes entre evangélicos e LGBTs ao trazer sempre as mesmas vozes e personagens para falar em nome dos dois grupos. Essas estratégias narrativas, mais do que promover o debate, promovem a cristalização de estereótipos conservadores sobre o que é ser evangélico no Brasil. Também corroboram para o silenciamento da causa LGBT, ao se colocarem a serviço do discurso polêmico, que, por sua vez, trabalha para a manutenção do *status quo* das estruturas sociais hegemônicas, e não para a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Evangélicos. LGBTs. Narrativas jornalísticas. Tríplice mimese. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

The research entitled "Between Faith and Pride: The articulations of the journalistic narratives of the Veja and Carta Capital portals in the construction of polarizations between Evangelicals and LGBTs" investigates how journalistic narratives interrelate Evangelicals and LGBT groups; and also the implications from these articulations to the representations of what it is to be an evangelical in Brazil. The object of analysis are textualities found on the Veja and Carta Capital websites, published over the past decade (2010-2019), which somehow address themes that are disclosed as being of interest to both groups. The process of selecting and organizing the texts was based on Bardin's (2004) content analysis method, which made it possible to structure the stages and methods of observing the analyzed material. Subsequently, the information extracted from these stages were interpreted in the light of narrative theory - threefold mimesis - by Paul Ricoeur (2010), and discussions on journalism and construction of reality (ALSINA, 2009; SILVA, 2011; 2013), based on concepts such as framing analysis (ANTUNES, 2009; TUCHMAN, 1993; ENTMAN, 1993) and journalism as a social actor in the construction of conflicts (VENTURINI, 2009; AMOSSY, 2017; CARVALHO, 2012; 2019). The hypothesis, which remained proven during the course of the research, was that the journalistic narrative acts in the construction of the antagonisms found between evangelicals and LGBTs by always welcoming the same voices and characters to speak on behalf of both groups. These narrative strategies, more than promoting debate, promote the crystallization of conservative stereotypes about what it means to be an evangelical in Brazil. They also contribute to the silencing of the LGBT cause, by putting themselves at the service of controversial discourse, which, in turn, works to maintain the status quo of hegemonic social structures, and not for the emancipation of the individuals.

Keywords: Evangelicals. LGBTs. Journalistic narratives. Threefold mimesis. Content analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Modalidades narrativas	132
Gráfico 2 - Distribuição de textos por editoria	142
Gráfico 3 - Distribuição dos grupos de interesse nos veículos analisados	144
Gráfico 4 - Papel desempenhado x Tipo de texto	146
Gráfico 5 - Distribuição dos papéis por grupo de interesse	147
Gráfico 6 - Distribuição dos papéis por grupo de interesse, relacionado ao peso da amostra	148
Gráfico 7 - Universo de pertencimento dos personagens evangélicos/religiosos	150
Gráfico 8 - Universo de pertencimento dos personagens LGBTs	151
Gráfico 9 - Universo de pertencimento dos personagens não-definidos:	152
Gráfico 10-Tipos de argumentos utilizados - Evangélicos/Religiosos	155
Gráfico 11 -Tipos de argumentos utilizados - LGBTs	157
Gráfico 12 -Tipos de argumentos utilizados - Não-definidos	159
Gráfico 13 -Temáticas identificadas	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ana Paula Valadão, Thalles Roberto e Aline Barros estampam capas de revistas não-especializadas no público evangélico	55
Figura 2 - Diante do Trono no Domingão do Faustão em 2010	56
Figura 3 - Núcleo Evangélico da novela Amor à Vida, de Walcir Carrasco, exibida pela Rede Globo entre 2013-2014.	56
Figura 4 - Cena da novela “Vai na Fé”, que vem sendo tratada na mídia como a primeira novela evangélica da Globo.	56
Figura 5 - Cartaz da campanha “Travesti e Respeito”, do Ministério da Saúde	80
Figura 6 - Termos mais presentes nos títulos das matérias que responderam a busca pelo termo “evangélicos”	119
Figura 7 - Representação esquemática do processo de seleção dos textos para o <i>corpus</i> da pesquisa, segundo as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência do método da Análise de Conteúdo de Bardin	123
Figura 8 - Casamento igualitário	161
Figura 9 - Criminalização da homofobia	164
Figura 10 - Kit anti-homofobia/ Gênero	166
Figura 11 - Aceitação social das questões LGBTs	170
Figura 12 - LGBT nas artes/ esportes	171
Figura 13 - Voto evangélico	173
Figura 14 - Voto LGBT	175
Figura 15 - Parada do Orgulho LGBT	177
Figura 16 - Marcha para Jesus	179
Figura 17 - Dia do Orgulho Hétero	181
Figura 18 - Terapias de reversão	182
Figura 19 - Igualdade de direitos/ Preconceito contra LGBTs	186
Figura 20 - Crimes contra LGBT	188
Figura 21 - Personagens mais recorrentes nos textos do Grupo 1	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Editorias dos textos selecionados no G1. O número entre parênteses indica a quantidade de textos pertencentes a cada editoria	124
Tabela 2 - Distribuição dos textos do G1 ao longo dos anos.	124
Tabela 3 - Autoria dos textos	140
Tabela 4 -Tipos de argumentos encontrados nos textos analisados	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: NARRATIVA JORNALÍSTICA E PROPOSIÇÃO DE MUNDOS	21
1.1. O jornalismo como construção social	21
1.2. A narrativa como modo de ver, significar e agir	27
1.2.1. Jornalismo e apontamento de sentidos	35
1.2.2. Narrativas jornalísticas e construção de conflitos	36
CAPÍTULO 2: ROMPENDO AS PAREDES DO TEMPLO: A ENTRADA DOS EVANGÉLICOS NA ESFERA PÚBLICA	42
2.1. Evangélicos no Brasil	42
2.2. A religião como produto midiático: o reconhecimento dos evangélicos como segmento de mercado	51
2.3. Irmão vota em irmão: o reconhecimento dos evangélicos como segmento político	58
2.4. Um segmento heterogêneo	64
CAPÍTULO 3: ARROMBANDO AS PORTAS DO ARMÁRIO: OS LGBT COMO SUJEITOS DE DIREITOS	71
3.1. Movimento LGBT no Brasil	71
3.2. Entre consensos e dissensos: a sopa de letrinhas	76
3.3. A sexualidade como produto: o reconhecimento dos LGBT como um segmento de mercado	82
3.4. Articulações políticas e principais conquistas do segmento LGBT	85
CAPÍTULO 4: A SEXUALIDADE COMO PAUTA POLÍTICA E RELIGIOSA	90
4.1. De pecado a direito: sexualidade e organização social ao longo do tempo	90
4.2. Sexualidades e religiosidades no vai e vem do jogo político brasileiro	93
4.2.1. O mito da família ameaçada: Ideologia de gênero como pânico moral	96
4.4. Nem tudo é antagonismo: LGBT também podem ser chamados filhos de Deus	103
CAPÍTULO 5: DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS	109
5.1. Veja e Carta Capital: dois modos de narrar a realidade	109
5.2. Delimitações do objeto de pesquisa	115
5.2.1. Composição do corpus e categorias analíticas (pré-análise)	118
CAPÍTULO 6: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA DE ANTAGONISMOS NOS PORTAIS DE VEJA E CARTA CAPITAL	131
6.1. Modalidades narrativas e tessitura da intriga	131
6.1.1. Filiação dos personagens aos grupos de interesse e papéis assumidos	

nas narrativas	143
6.2. Quem performa as narrativas? Universo de pertencimento dos personagens e argumentos utilizados	149
6.3. Quem fala e sobre o que fala: principais temáticas encontradas e atores envolvidos	159
6.4. O que narram as narrativas?	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	211
1- Textos jornalísticos analisados	211

INTRODUÇÃO

Era minha primeira vez em Brasília. Eu havia ido visitar um amigo muito querido e fui pega de surpresa pelo pedido do pastor que adentrava a sala da casa: “Sua amiga mineira canta? Pois ensaiem uma música, vocês dois, para cantarem no culto hoje a noite”. Nem tão cantora assim eu era, mas o pedido foi tão inesperado e direto que não tive espaço para recusar. Ainda mais porque a igreja era ali mesmo, nos fundos da casa, num cômodo que a mãe do meu amigo havia cedido para que a igreja, fundada por pessoas oriundas da Assembleia de Deus, pudesse funcionar provisoriamente. O pastor era um velho conhecido da família e uma das pessoas a quem meu amigo havia revelado sua sexualidade homoafetiva ainda na adolescência. Como resposta, ouviu dele que isso não importava e que queria meu amigo participando dos cultos como ele fosse. Naquele dia, ensaiamos um hino do ministério de louvor Diante do Trono e apresentamos para aquela meia dúzia de pessoas sentadas em banquinhos simples de madeira, naquele cômodo pequeno de uma casa que se fazia de igreja.

Anos depois, outro amigo, também de origem evangélica, havia acabado de se assumir gay. Estávamos frequentando uma nova igreja em Belo Horizonte, e queríamos formalizar nossa adesão como membros oficiais daquela comunidade de fé. No entanto, antes de firmar esse passo, cansado de viver aprisionado pelas moralidades religiosas, meu amigo quis comunicar ao pastor sobre sua sexualidade, até mesmo para saber se seria aceito integralmente ou se era melhor se retirar antes que viessem mais dores. Ouviu do pastor que era muito bem vindo e que naquela comunidade presbiteriana com mais de 60 anos de existência havia outros homossexuais, como ele, exercendo sua espiritualidade de maneira saudável. Meu amigo está lá até hoje. Já foi líder de jovens, tesoureiro e é querido e amado por todos, sobretudo pelo pastor, que já até se dispôs a celebrar o casamento dele quando esse momento feliz chegar, mesmo que meu amigo nem noivo tenha (ainda).

Essas duas histórias não se parecem muito com aquilo que se costuma ver por aí quando o assunto envolve o segmento evangélico e pessoas LGBT¹. Ao menos, destoam bastante das notícias que figuram cotidianamente nos jornais, nas quais é frequente que esses grupos apareçam como antagônicos, num contexto em que a existência de um implica em

¹ Em nossas leituras, encontramos diferentes grafias para a sigla utilizada para se referir às pessoas com sexualidade não-heteronormativa: LGBT, LGBTqia+, LGBTQIAP+, LGBTI+ (sendo esta última a forma encontrada no Manual de Cristianismo e LGBTI+ e no Manual de Comunicação LGBTI+, ambos organizados pelo ativista LGBT Toni Reis). No entanto, neste trabalho, optamos por utilizar a grafia LGBT, por ser a forma encontrada nos textos jornalísticos analisados, sem pretender, com isso, excluir da discussão os demais grupos que foram se somando à sigla ao longo dos anos.

ameaça e cerceamento de direitos para o outro. E foi olhando para um conjunto de textos jornalísticos que traziam esses personagens que um questionamento, ainda muito embrionário, me surgiu. Em 2014 eu estava no primeiro ano do mestrado na Universidade Metodista de São Paulo e analisava alguns textos da *Folha de S. Paulo* sobre a Marcha Para Jesus do ano anterior para elaborar um trabalho para uma das disciplinas. Percebi que, das onze matérias divulgadas em 2013, sete traziam alguma controvérsia envolvendo evangélicos e homossexualidade/movimento LGBT. Chamou minha atenção, sobretudo, o fato de que, ao se informar a quantidade de participantes no evento evangélico, era comum inserir também a quantidade de pessoas que participavam da Parada do Orgulho LGBT, como se fossem iniciativas que rivalizassem entre si para ver quem atraía mais público.

Aquele foi um ano em que a pauta evangélicos x LGBT esteve muito em evidência por causa da indicação do deputado e pastor Marco Feliciano² à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A indicação gerou revolta e indignação de diversos grupos de defesa dos direitos humanos, motivadas por declarações homofóbicas e racistas que o pastor já havia manifestado em suas redes sociais. A mobilização desses grupos fez com que essa temática estivesse em evidência no cenário político e, conseqüentemente, na mídia. Esse contexto fez nascer em mim uma inquietação que levou ao desejo de refletir sobre o modo como o jornalismo constrói essas narrativas.

Dessa inquietação, alimentada pela minha formação acadêmica na área da Comunicação Social mas também por todas as vivências particulares na fé evangélica, permeadas por pessoas da mesma religião e com sexualidades diversas, é que nasceu o projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, em 2018, do qual essa tese é fruto. Nesta pesquisa, me ocupei de compreender de que modo o jornalismo constrói, narrativamente, as relações entre evangélicos e pessoas LGBT, quase sempre trazidos como grupos antagônicos e irreconciliáveis, mesmo que as possibilidades do “ser evangélico” e do “ser LGBT” sejam múltiplas.

Para tal, este trabalho parte de algumas premissas, que orientaram a leitura dos textos - objeto deste estudo - e a análise proposta. A primeira delas é compreender os evangélicos como segmento plural, heterogêneo, orientado pelas mais diversas ideologias, concepções teológicas e formas de organização, permeado por tensões internas. Características estas que

² Marco Feliciano é fundador e líder da igreja Catedral do Avivamento, ligada à Assembleia de Deus. Como pastor, possui diversos livros, CDs e DVDs lançados, com músicas e mensagens religiosas. A carreira política teve início em 2010, quando se tornou deputado federal por São Paulo, se reelegendo em 2014, 2018 e 2022. Já pertenceu aos partidos PSC, Podemos - de onde foi expulso por infidelidade partidária após apoiar Jair Bolsonaro em 2018 e não Álvaro Dias, candidato do partido - e PL.

torna impossível que o segmento responda a uma liderança única (MAFRA, 2011; MARIANO, 2012; CUNHA, 2007). Essa mesma pluralidade caracteriza o segmento LGBT, que também é perpassado por fissuras internas, com as quais coexiste um potente histórico de lutas e mobilizações bem articuladas (FACCHINI, 2003; CARRARA, 2019; TRINDADE, 2011).

Outra premissa é a concepção de narrativa que orienta a pesquisa. Aqui, a narrativa é concebida não como um simples gênero textual, condicionado a um fazer técnico, mas como processo de estabelecer concordância e fazer significar elementos, antes dispersos, numa trama inteligível. Processo este marcado pela interrelação das forças sociais, que fazem com que as narrativas sejam espaços de visibilidade e disputa de poder, capazes de estabelecer lugares de fala e de possibilitar a manifestação dos sujeitos (LYOTARD apud LEAL, 2006). As narrativas, portanto, se relacionam de maneira complexa com os discursos sociais, revelando as tensões da realidade cultural na qual se inserem.

Essa concepção de narrativa leva a outra premissa importante para o trabalho, que é a do jornalismo como ator social. Esta pesquisa entende que o jornalismo, como conformador de narrativas, atua como organizador social por meio dos enquadramentos que coloca em prática e que são reveladores das marcas culturais de uma dada sociedade. (ALSINA, 2009; ANTUNES, 2009; CARVALHO, 2009)

Guiada por essas perspectivas, esta pesquisa buscou analisar as escolhas narrativas presentes nos textos jornalísticos para dar conta das controvérsias que engendram os segmentos evangélicos e LGBT. Em outras palavras, como os enquadramentos postos em operação a partir dessas estratégias narrativas configuram nossa apreensão da realidade sobre esses dois grupos. Para tal, selecionamos textos publicados nos portais da *Veja* e da *Carta Capital* na última década (2010-2019), com o objetivo de analisar como essas narrativas jornalísticas articularam, no período analisado, esses dois públicos, reafirmando ou abrindo espaço para atualizações em torno da polarização existente entre eles.

A hipótese que guia a pesquisa é a de que a narrativa jornalística atua na construção desse antagonismo entre os grupos em questão ao trazer sempre as mesmas vozes e personagens como representantes dos evangélicos - vozes conservadoras, que respondem a um certo imaginário conservador de religião do qual a própria mídia comunga. Aqui, conservadorismo é entendido como ideias ou atitudes que visam a manutenção dos modos de funcionamento do sistema vigente, se apresentando como um movimento de reação ao chamado progressismo - forças inovadoras, que acreditam no movimento da ciência, da luta de classe, da participação das massas no processo democrático, etc, e no rompimento com a

tradição como forma de melhorar a sociedade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 242-246). No contexto religioso, como se verá no decorrer desta tese, o conservadorismo se desdobrará na incorporação de pautas como a defesa da família patriarcal, o militarismo, o neoliberalismo e o anti-comunismo.

Nossa hipótese era a de que a escolha dessas personagens conservadoras, que atendem a esse ideário conservador de religião comungado pela mídia independia das linhas editoriais e ideológicas dos veículos, já que a heterogeneidade de ambos os segmentos parece não ser levada em consideração no momento em que essas narrativas são produzidas. Além do objetivo macro já citado - analisar as escolhas narrativas presentes nos textos jornalísticos para dar conta das controvérsias que engendram os segmentos evangélicos e LGBT -, esta pesquisa também buscou:

- Identificar, nos mesmos veículos, quais vozes vêm sendo acionadas, historicamente, para representar os evangélicos no tocante à temática LGBT;
- Identificar se (e como) essas vozes acionadas reafirmam ou fragilizam os imaginários sociais que cercam o segmento evangélico brasileiro;
- Analisar se os textos jornalísticos desses veículos abrem espaço para identificar os evangélicos e pessoas LGBT no Brasil como segmentos heterogêneos, a partir dos posicionamentos que ganham visibilidade nos temas que suscitam discussões sobre a sexualidade homoafetiva e religião;
- Identificar se as representações sobre o que é ser evangélico no Brasil é algo em disputa, a partir das textualidades da *Veja* e da *Carta Capital*;
- Indicar o papel da mídia no processo de construção/desconstrução de inimigos.

A escolha pelos veículos *Veja* e *Carta Capital* se deu pela importância que ocupam no contexto da mídia brasileira. Enquanto *Veja* é considerada o maior semanário do país, tendo se consolidado como um veículo mais alinhado ao discurso neoliberal, *Carta Capital* surge como um contraponto, voltada aos leitores com posicionamento mais alinhado à esquerda, com um discurso que se diz progressista e em defesa da pluralidade de vozes. Para selecionar os textos que seriam estudados, foi feita uma pesquisa utilizando o termo “evangélicos” por meio da ferramenta de busca disponibilizada em cada um dos sites. O foco da análise recaiu, principalmente, sobre aqueles que, já no título, indicavam que o assunto abordado trazia questões relacionadas ao universo LGBT. Os critérios de categorização do material, bem como todo o percurso metodológico estão melhor detalhados no Capítulo 5.

Segundo o IBGE, o crescimento dos evangélicos foi de 61,45% na primeira década dos anos 2000, sendo que, em 2010, eles representavam cerca de 22% da população. Em 2020, uma pesquisa realizada pelo Datafolha mostrou que esse número já correspondia a 31% dos brasileiros. Este aumento do número de evangélicos começou a ser mais expressivo a partir dos anos 40 e permaneceu nas décadas seguintes, se intensificando ainda mais nos anos 1990 e 2000 (IBGE, 2010). Algumas correntes evangélicas no Brasil possuem uma forte atuação nos meios de comunicação de massa e na indústria fonográfica, além de claras intenções de ocupação da política. O segmento é frequentemente lembrado como uma das forças políticas mais importantes para a vitória de Jair Bolsonaro no pleito presidencial de 2018, pela ampla adesão do grupo às pautas morais do candidato, que tinha como uma de suas principais bandeiras a luta contra a ampliação de direitos da população LGBT.

O crescimento numérico dos evangélicos, associado à crescente inserção midiática e política os coloca como um importante público consumidor, tanto de produtos quanto de conteúdo, e como uma parcela da população bastante capaz de mobilizar forças e influenciar no debate público. Esse crescimento, conforme observado por Souza (2013), fez com que os olhos da academia também se dirigissem para esse público, já que a intensificação da expansão evangélica demanda uma análise específica da dinâmica sociocultural desse universo. Com esta tese, espero contribuir para lançar um pouco mais de luz sobre esse quadro. As reflexões alimentadas durante esses quatro anos do doutorado, frutos dessa empreitada de pesquisa, se encontram dispostas ao longo dos seis capítulos que apresentaremos a seguir.

O primeiro deles, “Narrativa jornalística e proposição de mundos”, disserta, a partir da teoria da tríplice mimese de Ricoeur (2010), sobre o papel das narrativas como ferramentas para a apreensão da realidade e compartilhamento de experiências (RICOEUR, 2010; LEAL, 2013; 2022; CARVALHO, 2012; 2013). Partindo dessa perspectiva, o capítulo também discute a atuação do jornalismo como organizador social, posto que este produz e coloca em circulação narrativas - na forma de textos jornalísticos - que promovem a construção da memória coletiva ao mesmo tempo em que os enquadramentos presentes revelam as marcas culturais das sociedades nas quais essas narrativas se inserem (ALSINA, 2009; ANTUNES, 2009; TUCHMAN, 1993; CARVALHO, 2009; ENTMAN, 1993; SILVA, 2011; 2013). Por fim, disserta sobre o caráter do jornalismo como ator social, que participa, juntamente com outros atores, da construção de antagonismos e polêmicas sociais, a partir das estratégias narrativas acionadas na tessitura das notícias (VENTURINI, 2009; AMOSSY, 2017; CARVALHO, 2012; 2019).

No segundo capítulo -“Rompendo as paredes do templo: a entrada dos evangélicos na esfera pública”-, é feito um resgate histórico sobre o modo como a religião se desenvolveu no país, contando desde a chegada das primeiras denominações protestantes, as primeiras ondas missionárias, até o protagonismo dos pentecostais, sem perder de vista as relações do segmento religioso com a população pobre e periférica (MAFRA, 2001, MARIANO, 2012; JUNGBLUT, 2003, SPYER, 2020; CAMPOS, 2005, PICOLOTTO, 2016). O capítulo também aborda sobre os modos sofisticados do uso da mídia que esse segmento religioso passou a operar nas últimas décadas, que transformou a religião em produto e consagrou os evangélicos como um segmento de consumo importante (ASSMANN, 1986; CUNHA, 2007). Outro ponto abordado no capítulo é a transformação dos evangélicos em grupo político, que teve início com a participação de parlamentares evangélicos na Assembleia Constituinte, para barrar a concessão de vantagens à Igreja Católica na nova Constituição, e culminou no fortalecimento da bancada evangélica nos governos petistas. Anos depois, a mesma bancada serviu de base para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018, pela adesão à defesa das pautas morais representadas pelo candidato. (TREVISAN, 2013; VITAL, LOPES, 2012; CUNHA, 2020, DIPP, 2019; PRANDI, SANTOS, 2017). No entanto, são apresentadas também algumas considerações sobre a heterogeneidade presente no segmento, inclusive alimentada por divergências políticas, que se configuram como uma armadilha para aqueles que teimam em observar os evangélicos como se fossem um bloco monolítico.

No terceiro capítulo - “Arrombando as portas do armário: os LGBT como sujeitos de direitos”-, é apresentada a história do movimento LGBT no Brasil, o surgimento dos primeiros grupos organizados e as primeiras pautas defendidas (FACCHINI, 2003; CARRARA, 2019; TRINDADE, 2011). Aborda também as tensões internas, como os apagamentos vivenciados por lésbicas e, principalmente, transexuais e travestis, dentro do próprio grupo (FERNANDES, 2018; MCRAE, 2018; CARVALHO, CARRARA, 2013). Por fim, o capítulo também traz uma discussão sobre as transformações culturais e econômicas que alçaram o público LGBT a um segmento de mercado, suas articulações políticas - sobretudo junto aos partidos da esquerda - e principais conquistas (NUNAN, 2003; SANTOS, 2016ab; CARRARA, 2019).

O capítulo 4, “A sexualidade como pauta política e religiosa”, inicia com uma breve discussão sobre a conflituosa relação entre a sexualidade e outras instituições da organização social, como a religião e a política. Mostra como, ao longo da história, o controle dos corpos e dos prazeres sexuais - aliado às práticas monogâmicas que eram condicionadas ao casamento heterossexual -, esteve associado à boa moral e à fuga do pecado, sendo um dos pilares da

própria colonização brasileira (MUSSKOPF, 2012; FOUCAULT, 2022abc; CARRARA, 2015). Na sequência, apresenta uma discussão sobre como as pautas morais influenciam no cenário político nacional, atribuindo importância a figuras anteriormente inexpressivas, como o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, alimentadas, sobretudo, por grupos religiosos (MISKOLCI e CAMPANA, 2018; MACHADO, 2018; VITAL e LOPES, 2013). No entanto, como esforço de demonstrar que mesmo entre o segmento religioso o cerceamento da sexualidade não é uma pauta unânime, encerra o capítulo uma breve descrição das igrejas inclusivas e da atuação de grupos cristãos na defesa da igualdade de direitos da população LGBT (NATIVIDADE, 2010, JESUS, 2013).

O passo a passo para a realização da pesquisa, que consistiu na análise de textos selecionados dos portais de *Veja* e *Carta Capital* que articulavam, de alguma forma, questões ligadas aos universos LGBT e evangélico, como dito acima, está melhor detalhado no capítulo cinco, “Definições metodológicas”. Por fim, o capítulo seis, “A construção de uma narrativa de antagonismos nos portais de *Veja* e *Carta Capital*”, traz as principais considerações do percurso reflexivo que alimentou essa pesquisa. Nesse esforço de organizar tantos elementos - leituras, observações, elucubrações, momentos de angústias e epifanias - na tessitura da narrativa que toma corpo na forma desta tese, espero conseguir dar conta de tornar compreensível ao menos uma gota do mar de complexidade desse universo evangélico brasileiro, que tanto se confunde com a narrativa da minha própria existência.

CAPÍTULO 1

NARRATIVA JORNALÍSTICA E PROPOSIÇÃO DE MUNDOS

1.1. O jornalismo como construção social

Para Berger e Luckman (1996) o ser humano se diferencia dos outros animais por não possuir uma natureza instintiva que estruture biologicamente sua organização. Antes, depende de certos dispositivos sociais que, ao mesmo tempo que são um produto da atividade humana, também determinam o seu desenvolvimento. Logo, a natureza humana não é dada, mas construída, um empreendimento social: “Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas” (BERGER E LUCKMANN, 1996, p. 73).

Essas estruturas sociais que organizam a vida humana nascem de hábitos que, ao serem constantemente repetidos, se transformam em padrões partilhados por todos os membros do grupo, transmitidos a cada geração. Essas ações tipificadas, ao longo da história, constituem as instituições, que são as responsáveis pelo controle social. O mundo institucional é a realidade exterior ao homem, e atua sobre ele, mas também é produzido pela atividade social. É uma relação sempre dialética: a sociedade é um produto humano ao mesmo tempo em que o homem é um produto social. Essas instituições, que configuram a realidade objetiva, são transmitidas e interiorizadas, num processo de tradição e sedimentação que se dá por meio da linguagem:

A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente do conhecimento, e é o meio mais importante pela qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão. (BERGER E LUCKMANN, 1996, p. 97)

Para os autores, o significado de uma instituição está ancorado no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” para um problema “permanente” da coletividade. E essas instituições se incorporam à vida cotidiana por meio dos papéis (tipificações de desempenhos), que permitem ao indivíduo participar da vida social. Os papéis são modelos de conduta que representam as instituições e tornam possível a existência delas, pois é no desempenho desses papéis pelos indivíduos que as determinações das instituições

são postas em prática. Também, é por meio dos papéis que as instituições se integram umas com as outras, configurando um mundo dotado de sentido que legitima a sociedade.

Os papéis são a representação simbólica da ordem institucional e atuam como mediadores de um conhecimento específico do acervo total de conhecimento da sociedade. Por exemplo, um juiz desempenha o papel de operador da justiça institucionalizada e é o mediador entre o conhecimento das leis e a sociedade; já o padre, por sua vez, é o operador dos sacramentos da Igreja Católica (religião institucionalizada) e o mediador entre o conhecimento desta religião e a sociedade, enquanto o jornalista é aquele que reporta os fatos e que também traduz os saberes especializados para a audiência, sendo, portanto o mediador entre a realidade e a sociedade; e assim por diante.

Uma instituição precisa ser legitimada socialmente. A legitimação, segundo Berger e Luckmann, é o processo de explicar e justificar os elementos de uma tradição. Esse processo produz novos significados que são incorporados aos significados anteriores. A legitimação garante que uma instituição seja plausível, simultaneamente, para indivíduos dos mais diferentes contextos sociais, dizendo a eles não apenas como devem agir, mas por que as coisas são como são. O estágio pleno de realização da legitimação acontece nos universos simbólicos, que conferem um significado global às instituições.

Embora sejam também construídos por objetivações sociais, os universos simbólicos excedem as experiências coletivas e localizam-se, nas palavras dos autores, “nas experiências mais solitárias dos indivíduos” (BERGER E LUCKMANN, 1996, p. 133). Os universos simbólicos ligam os homens aos seus antecessores e aos seus predecessores numa totalidade dotada de sentido e ordenam não apenas os papéis sociais que permitem aos indivíduos participarem da vida cotidiana, mas também as histórias nas quais esses papéis se inserem e que compõem a realidade social.

Essa realidade, como todo constructo social, é precária, pois não é imutável e está sujeita a questionamentos. Sob um mesmo universo simbólico podem incidir visões divergentes que podem dar origem a novos universos - de acordo com a capacidade retórica de seus legitimadores - e, conseqüentemente, novos modos de organização da sociedade e novas realidades. Logo, a realidade é socialmente construída pelo agir dos sujeitos, mas esse agir é definido pela organização social, que por sua vez é estruturada pelas instituições que são legitimadas pelos universos simbólicos. Do mesmo modo, toda objetividade, valores e conhecimento são determinados a partir de um ponto de vista mais ou menos eficaz da realidade, e são resultado das relações de força e interesse entre os grupos.

O jornalismo é um dos fornecedores das histórias que organizam a realidade social, que dizem porque as coisas são como são, portanto, pode ser visto como uma instituição. Para Miquel Alsina, “os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante” (ALSINA, 2009, p. 47), enquanto a notícia “é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

A atividade jornalística tem como objetivo tornar um acontecimento compreensível ao grande público, se colocando como tradutora dos saberes especializados e transmissora do saber cotidiano compartilhado, uma espécie de mediação entre a realidade e a sociedade. O público cria seu próprio temário dos assuntos que considera relevantes a partir do temário que a mídia veicula, de modo que a notícia não transmite apenas informações sobre o acontecimento, mas também sobre sua importância.

Como vimos, uma realidade só existe como tal a partir de uma determinada concepção simbólica. Do mesmo modo, conforme Alsina (2009), o acontecimento só existe como tal em relação a um determinado ecossistema, cujas normas determinam o que deve ser noticiado. A determinação do que é notícia vai além da opinião do jornalista, que encontra-se submetida a limitações e conveniências de caráter político, ideológico ou mesmo técnico, que marcam o processo de produção da notícia. Constrangimentos entre jornalista e fonte, cultura organizacional e interferências mercadológicas são alguns exemplos de fatores externos ao fato e que impactam na forma da notícia. Não é raro que os jornalistas precisem adaptar seus pontos de vista e seus valores às engrenagens da instituição e aos padrões culturais da audiência, tendendo às interpretações hegemônicas e consensuais, e também às generalizações e aos estereótipos (ALSINA, 2009).

Toda notícia é criada a partir de uma perspectiva, logo não há que se falar em neutralidade jornalística. Entretanto, o discurso jornalístico se fia no caráter de verdade, portanto, o jornalista deve construir uma narrativa que pareça verídica. Para tal, lança mão de uma série de artifícios, tais como a citação de fontes, o uso de aspas para destacar as declarações das protagonistas, dados essenciais etc., que justificam a objetividade do seu trabalho mas que, para Alsina (2009), não garantem a veracidade dos fatos, apesar de lhes conferir verossimilhança. Para o autor, o que o jornalista faz é interpretar os fatos a partir de limitações profissionais e pessoais, e assim atribuir sentido à realidade por meio da linguagem.

Dito de outro modo, os textos jornalísticos, embora sejam uma tradução da realidade, não nos oferecem a realidade objetiva, mas uma construção dessa realidade, que, por sua vez, se dá a partir de determinado ponto de vista que é produto das relações de força entre os atores sociais. Nessa perspectiva, o conceito de enquadramento se torna bastante caro para compreendermos como se dá esse processo de construção da notícia, pois é na aplicação desses enquadramentos, que orientam as narrativas jornalísticas, que esses pontos de vista se apresentam.

A noção de enquadramento nasceu no campo da psicologia, com Gregory Bateson. Em seus estudos, o autor analisava como as interações sociais se ancoram em quadros de sentido socialmente partilhados que os interlocutores de uma dada situação comunicativa mobilizam para compreendê-la, entender suas regras implícitas e, assim, orientar suas ações. Mas foi na sociologia, com Erving Goffman, que o conceito se desenvolveu e ganhou força (MENDONÇA, SIMÕES, 2012).

Goffman (2012) define os enquadramentos - ou *frames* - como os princípios organizadores que governam os eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles. Os *frames* conformam uma situação interativa e permitem que o indivíduo que se insere nela possa se situar e saber quais posicionamentos deve tomar. Por serem dinâmicas, podem ocorrer sobreposições de enquadramentos nessas interações sociais, mas, para Goffman, é possível delimitar quadros básicos - que o autor chama de quadros primários - que são disponibilizados culturalmente, e que permitem ao indivíduo se situar de modo mais imediato. Dito de modo simplificado, os enquadramentos, pois, seriam os quadros de referência partilhados que os indivíduos acionam para compreender situações e organizar sua experiência pessoal e o mundo à sua volta.

Anabela Carvalho (2000) aponta três perspectivas distintas para compreender os *frames*. A primeira os concebe como padrões que nos permitem organizar nossa percepção da realidade, agrupando informações ora dispersas e atribuindo um aspecto familiar a elas. Ou seja, os *frames* seriam esquemas que nos permitiriam atribuir um significado reconhecível e dar sentido a uma realidade complexa.

A segunda perspectiva percebe os *frames* como estruturas que organizam os discursos. Os *frames* operariam como um princípio organizador que oferece coerência e significado a um conjunto diversificado de símbolos, dirigindo a construção dos textos num processo de seleção e saliência de determinados aspectos da realidade. Segundo Entman (1993), nesse processo de seleção e saliência operado nos textos, os *frames* promovem a definição de um determinado problema, diagnosticam as forças que o causam, fazem julgamentos morais de

acordo com os valores culturais de seu contexto e prescrevem tratamentos para possíveis soluções.

Pela terceira perspectiva, os *frames* são vistos como molduras culturais, ou seja, como formas compartilhadas de compreensão do mundo que são convencionados por cada sociedade, em sintonia com seus valores. São representações sociais que se impõem sobre cada um de nós, orientando-nos sobre como pensar o mundo e moldando outros discursos.

No entanto, observa a autora, embora as três perspectivas sejam diferentes, elas estão profundamente conectadas, uma vez que é no processo de socialização que essas estruturas culturais são adquiridas e transmitidas, por meio de práticas discursivas. Logo, os enquadramentos só podem existir no e através do discurso (CARVALHO, 2000).

Nos estudos em comunicação, o conceito de enquadramento vem sendo utilizado como perspectiva teórica em inúmeros trabalhos que visam tanto discutir os enquadramentos da mídia (*media frame*) - que dizem respeito ao modo como as notícias são apresentadas -, quanto os enquadramentos da audiência (*frame effects*), que buscam compreender como o público lida e compreende os esquemas de interpretação.

Esses diferentes modos de aplicar a noção de enquadramento faz com que ela pareça, por vezes, inconsistente ou de difícil delimitação. Entretanto, neste trabalho, fazemos coro a autores como Carlos Alberto de Carvalho (2009), Elton Antunes (2009) e Maria João Silveirinha (2005) que compreendem os enquadramentos midiáticos como esquemas socialmente partilhados que tornam as notícias reconhecíveis ao relacioná-las a alguma dimensão social de quem as lê. Dessa forma, no esteio desses autores, tomamos os enquadramentos midiáticos como recursos simbólicos que permitem ao público edificar sua compreensão sobre o mundo.

Para Antunes (2009), o jornalismo é uma das instituições sociais que auxiliam a sociedade a se orientar no tempo. Mas, no processo de produção da notícia, o jornalista, como vimos, lança mão de um acervo de experiências prévias que o permite emoldurar o fato num quadro socialmente reconhecível. Logo, o jornalismo propõe formas de enquadramento da experiência do tempo que conformam nossos modos de vivenciar nosso próprio tempo, por meio das narrativas postas em circulação. Os enquadramentos seriam reveladores da memória coletiva. São projetados a partir das derivações que os jornalistas fazem ao acionar esse repertório simbólico compartilhado e de suas projeções sobre como a audiência se relaciona com esses esquemas interpretativos. Os enquadramentos jornalísticos, portanto, são produzidos por esquemas interpretativos ao mesmo tempo em que produzem outros esquemas

de interpretação. A notícia, na visão de Antunes (2009), seria então um bem simbólico, produto dessa interação entre as instâncias de produção e recepção.

Como vimos, os enquadramentos são produzidos por processos de seleção e saliência que ocorrem na interação dos atores sociais, que fazem essas escolhas a partir de suas crenças e negociações particulares. Logo, a subjetividade é um importante elemento na produção dos enquadramentos midiáticos. As escolhas que os operadores midiáticos fazem para orientar suas narrativas podem reforçar certas imagens, discursos, representações e sentimentos enquanto outros elementos, que poderiam sugerir uma perspectiva diferente para a compreensão da realidade, são omitidos (RIZZOTTO et al, 2016). Gaye Tuchman (1993) já dizia que, mais do que tornar um acontecimento público, o que os repórteres fazem é definir o que, dentre as conversas cotidianas, será percebido como acontecimento ao receber um enquadramento.

É importante não perder de vista que os enquadramentos são produzidos em meio a um ambiente social marcado por contradições e disputas, no qual os indivíduos, sejam eles produtores ou consumidores das notícias, negociam suas crenças e formas de interpretar o mundo (CARVALHO, 2009). Por esse motivo, Carvalho (2009) compreende os enquadramentos jornalísticos como jogos de poder, uma vez que seu processo de “forja” também é marcado pelos constrangimentos da própria profissão e da própria subjetividade do sujeito-jornalista em interação com outros atores sociais e suas visões ideológicas.

Nesse ponto, Entman (1993) tece uma crítica aos jornalistas porque estes, mesmo seguindo regras que garantem a objetividade de seus textos, acabam, não raro, optando por enquadramentos mais familiares que, muitas vezes, privilegiam certas visões de mundo da classe dominante, não oferecendo ao público outros pontos de vista sobre o mesmo assunto e, assim, os informando de modo desequilibrado. O enquadramento, portanto, também seria uma forma de poder, pois ao controlar o enquadramento das questões, as elites políticas também determinam o que é opinião pública (ZALLER apud ENTMAN, 1993).

Interessa-nos, por esse motivo, compreender como os textos jornalísticos, ao tematizar questões que, supostamente, perpassam os universos de evangélicos e de LGBT, enquadram essas narrativas e quais visões de mundo são oferecidas nesses textos.

1.2. A narrativa como modo de ver, significar e agir

Paul Ricoeur (2010) diz que a narrativa é o que torna o tempo humano, pois é ela que nos permite desenhar as características da experiência temporal. Dito de outro modo, a narrativa é o que nos permite compreender o tempo e as experiências vividas. Por meio da narrativa ordenamos o mundo, estabelecendo concordância entre os vários elementos discordantes e dispersos (acontecimentos, personagens, temporalidades etc.) e, dessa forma, transformamos as experiências em algo inteligível. Para o autor, só podemos apreender a realidade a partir do momento que conseguimos elaborá-la narrativamente. Se o enquadramento é o que permite que se atribua o *status* de acontecimento a uma ocorrência do cotidiano, a narrativa é o que lhe atribui significado³. Ao narrar, estabelecemos certa pertinência no caos do mundo, dotando-o de sentido.

Ainda segundo Ricoeur (2010), a construção dessa narrativa se dá a partir de processos de seleção e reordenamento desses diversos elementos e temporalidades da realidade para a composição de uma intriga,⁴ processos esses que se dão através do agenciamento dos fatos, e que estão subordinados a regras lógicas que deem contiguidade e verossimilhança a esses elementos anteriormente dispersos. A intriga nos fornece uma representação, mas que não pode ser tomada como cópia, como algo análogo ao original. Pelo contrário, essa representação deve ser entendida como potência, como possibilidade de experimentações que se traduzem para o campo da prática.

Posto que só compreendemos o mundo na medida em que podemos narrá-lo e que toda narrativa é o processo de composição de uma intriga, todo texto, inclusive aqueles que pretendem dizer da realidade, como os textos jornalísticos, é um exercício de fabulação. Nesse sentido, a imaginação, que para muitos é tida como uma faculdade inferior, ganha força como potência criativa, como uma das principais características humanas para a apreensão do mundo e para o agir prático.

Para Ricoeur (1989), não existe ação sem imaginação, pois ela está presente em todas as etapas que implicam o agir, como o plano do projeto, o plano da motivação e o plano próprio do poder fazer. É pela imaginação que podemos antecipar as situações e experimentar diferentes tentativas antes de praticá-las, ou seja, que podemos fazer inferências e projetar as

³ Paul Ricoeur não trabalha com o conceito de enquadramento, assim como não tem entre suas preocupações as narrativas jornalísticas. As aproximações são feitas a partir das referências bibliográficas sobre enquadramento e sobre narrativas jornalísticas adotadas nessa tese.

⁴ Ricoeur prefere o termo intriga a outros termos equivalentes, como “mito”, “história” ou “fábula”. Para o autor, o primeiro, “intriga”, orienta para o processo de agenciamento dos fatos.

melhores formas de agir em determinado cenário. Além disso, é pela imaginação que podemos medir e comparar os diferentes elementos que atuam em nossa motivação, como os costumes sociais, exigências éticas, regras profissionais, desejos etc. Nas palavras de Ricoeur:

(...) é no imaginário que eu experimento o meu poder de fazer, que eu tomo a medida do “eu posso”. Eu só atribuo a mim mesmo o meu próprio poder, enquanto agente da minha própria ação, descrevendo-o para mim mesmo com os traços de variações imaginativas sobre o tema do “eu poderia”, ou até do “eu teria podido de outro modo, se tivesse querido”. São as variações imaginativas que nos possibilitam ter certeza do nosso poder de fazer alguma coisa. (RICOEUR, 1989, p.224)

O autor destaca também a importância da imaginação na constituição da subjetividade. É por meio da imaginação que podemos perceber o outro como um análogo, ou seja, é pela imaginação que consigo me transportar para o lugar do outro e me enxergar afetado pelas coisas que o afetam. Logo, é pela imaginação que concebemos os contemporâneos, sucessores e antecessores como semelhantes e mantemos vivas as mediações que constituem o elo histórico entre nós e os outros, sendo também o que nos permite nos vermos afetados pela História (RICOEUR, 1989).

Imaginação e linguagem estão intrinsecamente ligadas, como aponta Ricoeur. Isso porque esse processo de imaginar como exercício de apreensão de mundo é, na realidade, estabelecer pertinências ou semelhanças, onde a princípio não exista, por meio de metáforas. Para o autor, a metáfora atua na reestruturação dos campos semânticos, pois é a responsável por dar um corpo, um rosto ao discurso. A mediação da imaginação se dá pelas operações metafóricas, pois é a metáfora que permite que emergja uma nova significação que extrapola os limites do significado literal, pelo exercício de estabelecer semelhanças. Imaginar, portanto, é estabelecer pertinências por meio de metáforas e, assim, reestruturar os campos semânticos. Dito de outro modo, a imaginação é um ato de apreender o semelhante a partir da produção de esquemas metafóricos, que nada mais são do que um modo de ver-come: “vemos a velhice como o entardecer, o tempo como um mendigo, a natureza como um templo em que colunas vivas...” (RICOEUR, 1989, p. 219).

Resumidamente, a imaginação se estende para todas as direções, nos diversos campos sensoriais, reverbera em nossa memória e atualiza nossas experiências. A imaginação é um jogo de possibilidades onde ensaiamos novas ideias, valores e modos de estar no mundo. Mas precisa estar ligada à linguagem, para que seja fecunda, pois não vemos o que não entendemos, e só entendemos pela linguagem (RICOEUR, 1989); só é compreendido,

portanto, aquilo que conseguimos narrar, já que a primeira forma de compreendermos um campo prático é ficcionalizar sobre ele.

Ricoeur aponta para a frágil fronteira entre ficção e realidade ao estudar as semelhanças existentes entre o trabalho do historiador e do romancista, ambos vistos como produto de variações imaginativas. Para Ricoeur (2010b; 2010c), o que diferencia tempo fictício e tempo histórico é a posição do narrador em cada um deles. Enquanto a ficção está livre das coerções que exigem reverter o tempo de sua narrativa ao tempo do universo, o historiador precisa operar segundo certos conectores que garantam a reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico, pois essa é a sua função. Citando Collingwood, Ricoeur diz que:

Ora, diferentemente do romancista, o historiador tem uma dupla tarefa: construir uma imagem coerente, portadora de sentido, e “construir uma imagem das coisas tais como elas foram na realidade e dos acontecimentos tais como eles realmente aconteceram” (p. 246). Essa segunda tarefa só será parcialmente cumprida se nos ativermos às regras de método” que distinguem o trabalho do historiador daquele do romancista: localizar todas as narrativas históricas no mesmo espaço e no mesmo tempo; poder relacionar todas as narrativas históricas a um único mundo histórico; combinar o retrato do passado com os documentos em seu estado conhecido ou tal como os historiadores os descobrem. (RICOEUR, 2010c, p. 244-245)

O autor explica que, enquanto a história precisa buscar conexões entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico, cada narrativa fictícia institui seu próprio mundo. No entanto, a ficção toma de empréstimo elementos do mundo da vida, como personagens históricos, acontecimentos, lugares, e os mistura aos personagens, acontecimentos e lugares inventados, de modo que esses elementos históricos tomados de empréstimo perdem sua função de referência e passam também a ser ficcionais, ou seja, são neutralizados. Essa imbricação de elementos se dá por meio de uma sobreposição de fluxos temporais, que são unificados pelas variações imaginativas que dependem da ficção (RICOEUR, 2010c). A ficção, portanto, é uma maneira de costurar tempos.

Ricoeur (2010c) explica também que esse mesmo processo de neutralização operado por variações imaginativas é a base do trabalho do historiador, pois é através delas que ele vincula tempo vivido e tempo do mundo ao remontar a realidade dos rastros. No entanto, ao contrário das construções do romancista, o historiador visa reconstruir o passado por meio desses rastros, ou seja, ele tem uma dívida a pagar. O historiador precisa vincular a sua narrativa a um mundo histórico e, para tal, precisa anular a distância temporal (naturalizar os rastros) de modo que sua construção se configure como idêntica ao passado que ele deseja remontar (RICOEUR, 2010c).

Mas o trabalho do historiador, como Ricoeur aponta, também é seletivo, já que alguns elementos são tomados como rastros, outros não, e é guiado pela imaginação histórica. Por ser construção, a história é sempre a refutação de um pensamento anteriormente estabelecido. São essas retificações sem fim sobre as configurações que fazemos sobre os rastros que, segundo Ricoeur, permitem que o passado seja inesgotável.

Como se verifica, a imaginação também está na base do trabalho do historiador, que se diferencia do trabalho do romancista pelas regras do método que cada um segue. Como já dissemos, o historiador, ao contrário do romancista, tem um compromisso com o tempo vivido e o tempo cosmológico. Mas mesmo que intencione figurar como um discurso de verdade, a narrativa criada pelo historiador nada mais é do que uma metáfora, uma vez que institui um modelo para representar o passado, mas que não pode ser aferido, porque não existe um original para essa aferição (RICOEUR, 2010c). O que o historiador faz, segundo Ricoeur, é dirigir o leitor a uma narrativa familiar, análoga ao passado, que diz que as coisas devem ter se passado como se conta. O mesmo podemos inferir para o trabalho do jornalista que, embora seja guiado pelo compromisso com o método da objetividade, também é uma narrativa que busca dar sentido a signos dispersos e que se configura a partir da aplicação de determinado enquadramento - este, produto de um ponto de vista sobre a realidade social forjado nas relações de poder entre os sujeitos. Todo ponto de vista, dirá Ricoeur, “é um convite feito ao leitor para que dirija seu olhar na mesma direção que o autor ou o personagem” (RICOEUR, 2010b, p. 172).

Conforme Ricoeur, cada texto institui o seu próprio mundo - análogo ao mundo da vida, posto que retira dele os elementos que lhe dão estrutura, mas não igual - e nos permite ampliar a realidade ao possibilitar novas experimentações que culminam no agir prático. A narrativa, portanto, permite redescrever a realidade ao reinventá-la mimeticamente.

Em consonância com o pensamento ricoeuriano, Bruno Leal (2013) defende que a narrativa não deve ser reduzida a uma modalidade textual, mas vista como um modo de apreender o mundo, de dar forma à experiência humana e torná-la compartilhável (LEAL, 2013; 2022). As seleções que operamos ao narrar uma experiência é o que permite traduzi-la à nossa compreensão. Nas palavras do autor:

Assim, por exemplo, ao contarmos o que aconteceu num dia específico, quem nós somos, ou um acidente de automóvel, nós selecionamos alguns eventos, articulando-os entre si e estabelecendo um início e um fim. Esse movimento não é “natural”, não é intrínseco às coisas de que falamos, mas resulta de um agir cognitivo, de um inquérito em relação a elas, a nós mesmos e nossos interlocutores.

Ao fim e ao cabo, esse organizar narrativas propõe um sentido para os acontecimentos da vida e aquilo de que são/somos feitos. (LEAL, 2013, p. 35)

Para formular sua teoria sobre a narrativa, Paul Ricoeur (2010a) parte do conceito aristotélico de mimese para pensar sua concepção de intriga. Enquanto para Platão a mimese era interpretada como cópia, Aristóteles a concebia como o espaço do fazer humano. Assim, para Ricoeur, a mimese não é imitação da vida, mas o ato de colocar em ação as relações entre tempo e tessitura da intriga, que torna possível narrar um acontecimento e dar sentido a ele. A mimese está ligada ao processo de agenciamento dos fatos (mythos). É, portanto, um processo criativo que, embora parta de um mundo social pré-existente, produz novos significados, como explica Carvalho:

A mimesis, sob este prisma, não se limita a uma mera instância de produção e configuração textual. Em verdade, a noção revisitada de mimesis propõe uma verdadeira ampliação da concepção de texto, pois este deixa de ser um local específico e passa a ser um atravessamento social. Coloca-se em primeiro plano a existência de um processo de transfiguração: a configuração da intriga, portanto, constitui-se como uma mediação entre um mundo prefigurado, que fornece inteligibilidade para o reconhecimento da narrativa, e a própria reconfiguração deste mundo prefigurado por intermédio das práticas de interpretação que transformam o texto em obra e assim servem à própria ampliação dos significados partilhados que demarcam uma realidade cultural específica. (CARVALHO, 2013, p. 237-238)

Esse processo, denominado arco mimético, é identificado por Ricoeur em três etapas: mimese I, mimese II e mimese III.

A mimese I é relativa ao mundo prefigurado. Compreende a realidade social de referência, que nos oferta os elementos necessários para conferir inteligibilidade à composição da intriga, ou seja, os elementos para a elaboração dos enquadramentos que serão aplicados. A intriga, como vimos, é uma imitação da ação, mas, para que se articule essa imitação, é necessário identificar as mediações simbólicas dessa ação (temporalidades, códigos culturais, simbólicos, valores, estrutura social etc.), que sustentam os enquadramentos que orientam as narrativas.

A inteligibilidade da intriga, portanto, está ancorada em nossa competência para utilizar essa rede simbólica, tanto na hora de narrar, como no momento de compreender a narrativa. Para Ricoeur (2010a), toda narrativa pressupõe uma familiaridade entre autor e audiência, e toda ação, a partir do momento que pode ser narrada, já está articulada em símbolos, regras, normas, ou seja, encontra sustentação nas mediações simbólicas que organizam e que dão forma à experiência. Compreender uma narrativa exige também

reconhecer essas estruturas simbólicas - enquadramentos - que lhe dão forma. Sobre o processo de mimese I, Ricoeur explica que:

Percebe-se, em toda sua riqueza, qual o sentido de mimesis I: imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pre-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se delinea a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICOEUR, 2010a, p. 112)

Já a mimese II compreende o mundo configurado. É nela que acontece o processo de ordenamento de uma narrativa a partir dos códigos e mediações simbólicas oferecidos pela mimese I, de modo a tornar a realidade inteligível. Ou seja, a mimese II é o processo de tessitura da intriga propriamente dito, de aplicar à narrativa um enquadramento que oriente o seu sentido. Não se trata de copiar a realidade, mas de se apropriar de seus significados de maneira criativa e assim, recriá-la (RICOEUR, 2010; CARVALHO, 2013, p. 243), numa operação que se sustenta em um determinado ponto de vista socialmente partilhado.

Ainda sobre mimese II, é importante destacar o caráter mediador da intriga. É ela que faz a mediação entre incidentes isolados e a história como um todo (RICOEUR, 2010; 2012). O ato de pôr-em-intriga promove concordância entre acontecimentos e temporalidades heterogêneos, homogeneizando-os e transformando-os em um todo inteligível. A intriga é, pois, um arranjo configurante que permite que uma sucessão de eventos fragmentados se transforme em uma totalidade significativa, num processo que Paul Ricoeur denominou como síntese do heterogêneo.

Pôr-em-intriga é, portanto, estabelecer concordância na discordância ao agenciar, criativamente, episódios fragmentados na composição de uma totalidade de sentidos. Dito de outro modo, é aplicar um enquadramento na dispersão cotidiana, para que algo possa ser percebido como acontecimento e receber um significado. Isso evidencia o caráter dinâmico da narrativa, pois ao mesmo tempo em que esta é capaz de pacificar os acontecimentos para que sejam apreendidos numa trama inteligível, traz consigo a potência da discordância, de modo que essa pacificação é envolta de instabilidades. Nesse processo, mesmo a tradição, que por muitos é tida como uma transmissão inerte de um depósito já morto, é algo vivo, suscetível a mudanças, ou, como aponta Ricoeur (2010a, p. 119), algo cuja constituição repousa no jogo entre inovação e sedimentação.

Fechando o arco mimético de Ricoeur, temos o momento denominado mimese III, que compreende o mundo reconfigurado. Finalizando o percurso da mimese, é o momento no qual o leitor é convocado a integrar-se à trama, no processo de interpretação do texto. Embora a

leitura seja um ato individual, o leitor participa das expectativas sedimentadas no público ao qual ele se insere e também sua leitura está submetida às visões esquemáticas (enquadramentos) que o próprio texto o convida a concretizar. Para atingir o leitor, o narrador precisa compartilhar de um repertório familiar, que estrutura os enquadramentos, para que o primeiro (leitor) possa acolher as proposições do texto em suas expectativas e possa reconhecer e adotar as normas de leitura que estão postas. A mimese III promove a integração do mundo do texto com o mundo do leitor e possui implicações para o agir prático, já que o texto se oferece como uma espécie de partitura para essa ação (RICOEUR, 2010a; 2010c).

Para Leal (2022), o ato de narrar, posto na espiral da tríplice mimese, nos permite dar forma à experiência humana e compartilhá-la, já que pela narrativa podemos experimentar os mundos configurados nesses textos e gerar novas experiências a partir deles:

Tendo em vista a espiral da tríplice mimese, observamos que, ao narrarmos, transformamos o que experimentamos em uma história, que se torna ela mesma uma experiência. Nessa perspectiva, uma narrativa não “transmite” conhecimento, se tomarmos o termo no sentido que lhe dá um entendimento linear da comunicação; ela é um modo de compartilhar e gerar novas experiências. (LEAL, 2022, p. 37)

O arco mimético de Ricoeur já vem sendo adotado em alguns estudos do jornalismo (CARVALHO, 2012; 2013; MOTTA, 2004). Para Carvalho, a tríplice mimese aplicada aos estudos das narrativas jornalísticas nos possibilita percebê-las também, simultaneamente, em suas dimensões éticas e estéticas, fazendo emergir os traços das sociedades nas quais essas narrativas são produzidas, e evidenciando o caráter mediador que o jornalismo estabelece com o conjunto social. Nas palavras do autor:

Tal como afirma Paul Ricoeur, a tríplice mimese constitui um círculo hermenêutico, que torna possível não somente compreender o mundo, como a própria dinâmica de construção da narrativa e as mediações que ela estabelece. Não nos parece infundado propor que o mesmo é aplicável às narrativas jornalísticas em seu haver com o mundo social. E especialmente, que os acontecimentos narrados pelo jornalismo trazem a marca de um mundo pré-figurado, mediados pela configuração dos narradores jornalísticos, mas somente adquirindo sentido pleno, embora não necessariamente unívoco, a partir das múltiplas leituras de que são objeto. Essa dinâmica é ainda importante para rechaçar qualquer tentativa de explicar a atividade jornalística a partir de supostas capacidades de narrar o mundo sem matizá-lo, de torná-lo transparente a partir dos mitos da objetividade, neutralidade e imparcialidade. (CARVALHO, 2012, p. 229-230)

Aplicando o arco mimético na narrativa jornalística, em mimese I poderíamos encontrar as dimensões estruturais, simbólicas e temporais que servirão de referência para os enquadramentos jornalísticos que são operados em mimese II para o ordenamento dos

acontecimentos e dos sentidos colocados em disputa no ato de tecer a intriga e dar sentido ao mundo. Dito de outro modo, mimese II seria o ato de construção da própria notícia, que, por sua vez, só terá seu processo concluído em mimese III, na reconfiguração de sentidos mobilizada pelo receptor (consumidor da notícia) em seu ato de leitura (CARVALHO, 2012). Assim, a narrativa é reapropriada e recebe novas configurações, o que a torna dinâmica e propicia a criação/recriação infinita da realidade.

De modo semelhante, Luiz Gonzaga Motta também percebe o jornalismo como atividade mimética, que tem como pano de fundo os paradoxos da cultura humana, e, ao organizá-los em uma intriga, oferece uma mediação entre o mundo prefigurado e o mundo pós-figurado, numa proposta de leitura que também só se concretiza na recepção. Segundo o autor:

Desde essa perspectiva, o jornalismo configura narrativas de experimentação ética e moral, revela-se como via de reconfiguração da cultura contemporânea. Essa reconfiguração se realiza nos atos de leitura das notícias de cada dia, quando o leitor, ouvinte ou telespectador criativamente reinterpreta, sob o mesmo fundo cultural do autor, o percurso de representação dos dramas e tragédias do homem moderno. (MOTTA, 2004, p.11)

Nesse esforço de perceber o jornalismo como narrativa e, conseqüentemente, como algo dinâmico, que articula tensionamentos, o caráter polifônico desses textos merece atenção, como aponta Carvalho (2012). As muitas vozes que aparecem no texto se relacionam a contextos sociais e relações intersubjetivas entre esses sujeitos falantes, revelando contradições, disputas, jogos de poder etc.

No entanto, como o próprio autor diz, embora nas textualidades jornalísticas estejam presentes diversas vozes (jornalistas, colunistas, comentaristas, personagens, fontes etc.), nem sempre essa potencialidade polifônica significa uma pluralidade de vozes. O jornalista, ao fazer a mediação dessas falas em seu exercício de escrita, pode utilizar estratégias para articulá-las de modo a reiterar um mesmo ponto de vista.

A mídia, portanto, se oferece como um lugar de apontamento e estruturação de sentidos (ANTUNES, VAZ, 2006), como veremos mais detalhadamente no tópico a seguir. Deste modo, compreender como as narrativas jornalísticas articulam narrativas sobre evangélicos e LGBT nos auxilia a compreender também o modo como as experiências dos sujeitos envolvidos e suas representações são reconfiguradas no cotidiano.

1.2.1. Jornalismo e apontamento de sentidos

Somos herdeiros e transmissores do imaginário coletivo. Essa assimilação e essa propagação se dão por meio das narrativas, que são a maneira pela qual compreendemos o mundo, e que nos são transmitidas tanto pela oralidade quanto pelos artefatos técnicos, aqui inclusas as mídias. Michel Maffesoli (2001) chama de “tecnologias do imaginário” esses canais pelos quais o imaginário é produzido e reproduzido, sendo as mídias parte dessas tecnologias.

Para o autor, os jornais, assim como a publicidade, a internet etc., fornecem uma quantidade de material imagético que desperta a sensibilidade de cada um, que faz sonhar, faz vibrar, provoca reações e desperta o sentimento de comunidade. As mídias - aqui incluso o jornalismo - criam grupos virtuais de afinidades, ou seja, forma, dá liga a comunidades, num constante movimento de alimentar o imaginário coletivo ao mesmo tempo em que são alimentadas por ele (MAFFESOLI, 2001).

O jornalismo também é uma forma de atualização e de registro histórico de nossa memória coletiva. Como conformador de narrativas, ele faz com que as histórias contadas circulem por diferentes âmbitos da vida social, propondo uma organização para o mundo. Mas, ao mesmo tempo, percebê-lo como narrativa é também assumir que o esforço de representação de mundo que o texto jornalístico propõe é, na verdade, uma proposição, uma metáfora da realidade, na qual a composição de uma intriga também é um elemento central.

Por essa perspectiva, as narrativas jornalísticas deixam de ser vistas como um espelhamento e passam a ser vistas como criadoras de realidades. Para Gislene Silva (2011; 2013), o jornalismo é uma tradução da realidade, mas não num sentido estrito, de uma decodificação feita de um modo fiel e objetivo, mas no sentido de tradução cultural. Para a autora, os textos jornalísticos são práticas de linguagens e, como tal, articulam discursos para produzir novos discursos. Nessa articulação, os discursos midiáticos trazem consigo as marcas culturais das sociedades onde foram produzidos e se constituem como fabulações narrativas que tecem os imaginários sociais.

Alsina (2009) chama a atenção para o fato de que a criação de sentidos não é regida apenas pela racionalidade, mas é um processo cognitivo complexo, no qual as emoções também atuam de modo significativo. Nele, toda a bagagem do universo simbólico referencial do sujeito é acionada, com todos os seus preconceitos e estereótipos. Esses últimos, segundo Alsina (2009), são processos de cognição que permitem a construção de esquemas e categorias para pessoas e instituições e assim, de certa forma, minimizam a sobrecarga de

informações. Logo, preconceitos e estereótipos permitem reduzir a complexidade da realidade ou dar sentido a uma realidade sobre a qual temos poucas informações, incorrendo em simplificações. Além disso, também são acionados para justificar privilégios e diferenças entre os grupos, alimentando discursos de exclusão e discriminação.

Por fazerem parte do universo simbólico socialmente partilhado, os preconceitos e estereótipos fazem parte do processo de construção das narrativas jornalísticas, mas cabe ao jornalista estar comprometido com a melhora contínua do seu trabalho para uma atuação profissional mais ética. Entretanto, muitas vezes, as simplificações e generalizações que marcam a atividade jornalística acabam por privilegiar certas visões de mundo de grupos hegemônicos e reforçar narrativas de discriminação, alimentando a construção de polêmicas e antagonismos, como veremos no próximo tópico.

1.2.2. Narrativas jornalísticas e construção de conflitos

O debate social apresenta um caráter difuso, pois mistura, no mesmo espaço, elementos racionais, como a análise e o exame crítico, a outros marcados pelas paixões subjetivas, que reforçam as convicções individuais (CHARAUDEAU apud SILVA, 2019). Charaudeau chama de trocas de confrontação as situações comunicativas que envolvem relações de conflito entre os interlocutores no debate social, e as divide em três tipos: a discussão, o debate e a controvérsia. Esses termos, ao lado da polêmica (outro termo que iremos tratar) embora sejam costumeiramente utilizados como sinônimos, trazem diferenças de ordem semântica que precisam ser levadas em consideração no que diz respeito à possibilidade ou não de resolução do conflito apresentado. Sobre as diferenças entre os termos, explica Silva (2019):

Assim, a *discussão* seria um gênero geral, em que há diferença e também a possibilidade de acordo entre os sujeitos, ou seja, em que há a expectativa de se fazer compreender. Pode-se encaminhar para a *controvérsia*, caso se volte para uma problemática específica, em que cada interlocutor defenda posições opostas, ou para o *debate*, caso envolvam, numa situação pública, diversos locutores que orientem certa questão para múltiplas direções e se destine menos a fazer emergir uma verdade que a defender publicamente um ponto de vista. (CHARAUDEAU, 2017a, p.27, tradução nossa). (SILVA, 2019, p. 997)

Venturini (2009) considera as controvérsias os fenômenos mais complexos a serem observados na vida coletiva. O autor as caracteriza como situações nas quais atores, que em

outros momentos prefeririam se ignorar, concordam em discordar entre si. Segundo ele, as controvérsias são espaços de conflito onde relações heterogêneas se formam, selando alianças surpreendentes ao mesmo tempo em que destrem outras que pareciam insolúveis. O autor explica que as controvérsias surgem quando coisas que foram tomadas como certas são questionadas. Por serem situações tão dinâmicas, Venturini compara as controvérsias ao magma:

As controvérsias são complexas porque são o cadinho onde a vida coletiva se derrete e é forjada: são o social em seu estado magmático. Como a rocha no magma, o social em controvérsias é tanto líquido quanto sólido. Mas não é somente isso: no magma, os estados sólido e líquido existem em uma transformação mútua incessante; às margens desse rio, enquanto a lava esfria e se cristaliza, outra rocha sólida tocada pelo calor derrete e se torna parte da corrente. A mesma flutuação entre diferentes estados de solidez pode ser observada nas controvérsias. Por meio dessa dinâmica, o social é incessantemente construído, desconstruído e reconstruído. (VENTURINI, 2009, p. 264 - tradução livre)⁵

As controvérsias envolvem múltiplos atores, que segundo Venturini (2009), podem ser humanos ou não, e que podem se desdobrar em múltiplas redes e vice-versa. Logo, os atores não estão isolados. Pelo contrário, eles interagem uns com os outros, moldando e sendo moldados pelas relações que estabelecem ao construir essas redes. Importante esclarecer que os atores não ocupam a mesma posição numa controvérsia, porque essas também são perpassadas pelas hierarquizações de poder social, e nascem sempre como lutas para conservar ou reverter as desigualdades. Portanto, a distribuição do poder implica diretamente nas controvérsias.

Segundo Venturini, a estabilidade, quase sempre, é o que os atores sociais almejam. Dessa necessidade de inserir ordem (estabilidade) no caos da vida cotidiana, é que surgem as ideologias, que funcionam como uma espécie de descrição do mundo, mas não como ele de fato é, mas como deveria ser. Ao contrário da vida cotidiana, que é caótica, as ideologias são harmônicas e ordenadas.

O debate público, quando pautado pela controvérsia, é benéfico para a boa democracia. Isso porque, apesar de ser da ordem do confronto, a controvérsia permite que diversas vozes se entrecruzem e defendam seus pontos de vista por meio da argumentação, e

⁵ No original: “Controversies are complex because they are the crucible where collective life is melted and forged: they are the social at its magmatic state. As the rock in magma, the social in controversies is both liquid and solid at the same time. But there’s more to this metaphor: in magma solid and liquid states exist in a ceaseless mutual transformation; while, at the margins of the flow, the lava cools down and crystallizes, some other solid rock touched by the heat of the flow melts and becomes part of the stream. The same fluctuation between different states of solidity can be observed in controversies. Through this dynamic the social is unremittingly constructed, deconstructed and reconstructed.” (VENTURINI, 2009, p.264).

assim, contribuam para o progresso do conhecimento. Mas o mesmo não acontece quando o debate público é direcionado pela polêmica (CHARAUDEAU apud Silva, 2019).

Embora sejam frequentemente tomados como sinônimo, controvérsia e polêmica se diferenciam em alguns aspectos. Enquanto a controvérsia se configura como um gênero, uma forma de debate, marcada pela argumentação, a polêmica é uma estratégia discursiva que pode ser mobilizada em diferentes trocas de linguagem, que visa a desqualificação do interlocutor e não a refutação de seus argumentos.

A controvérsia, por exemplo, é uma forma de debate regida por um certo acordo tácito entre os envolvidos e visa convencer, pelas vias da argumentação, para um consenso. Já a polêmica pode ser entendida como uma espécie de guerra verbal que tem por objetivo a destruição do oponente. Na polêmica, o interlocutor se apropria do discurso do outro e o deforma de acordo com suas necessidades, falseando-o. Neste ponto o engajamento passional é mais evidente na polêmica do que na controvérsia, já que se trata de um ataque mais direcionado à pessoa - ou grupo - que representa determinado posicionamento discursivo, do que a seus argumentos (MAUGER-PARAT; PELIZ, 2013).

A polêmica é caracterizada pela recusa ao diálogo e violência verbal voltada para a morte simbólica do adversário. A polêmica opera uma polarização tal entre os interlocutores que torna irreconciliáveis as posições defendidas pelas partes antagônicas. Assim, estabelecem-se campos inimigos. O público, antes diverso, se vê instado a se dividir em dois ou mais grupos fortemente contrastados e excludentes, em solidariedade à tese que lhe pareça mais defensável, em consonância com sua visão de mundo e seu sistema de valores.

Além de promover o reagrupamento das pessoas pela identificação, essa polarização operada na polêmica também consolida a identidade do grupo ao apresentar os outros de modo pejorativo e difamatório: o grupo oponente é visto como símbolo do erro e do mal. O descrédito e a demonização lançados à pessoa ou ao grupo que ela representa é tal que anula a força de seus argumentos (AMOSSY, 2017).

A polêmica aparece como uma reação, efêmera, a uma tomada de decisão sobre a qual existe um desacordo, num contexto passional, que envolve emoções violentas. Mas, por estar associada a um debate em torno de alguma questão atual e de interesse público, a polêmica é reveladora dos anseios da sociedade de uma dada cultura (AMOSSY, 2017).

As mídias, por serem o espaço onde as teses, opiniões e discursos que movimentam o debate público são organizados e publicizados, desempenham um papel central na construção das controvérsias e polêmicas. Conforme Amossy:

O jornalista constrói a polêmica, no sentido de que ele constrói um diálogo virtual entre partes que se pronunciam numa rica variedade de ditos e de escritos. Ele seleciona, ordena e produz uma interação virtual entre os representantes dos prós e dos contras - aqueles que tiveram entre si interações diretas e aqueles que não tiveram. Faz repercutirem as falas dos atores sociais que seleciona, dividindo-os em dois campos opostos - os do Proponente e os do Oponente. Permite, assim, que o leitor se reconheça na massa dos discursos que circulam no espaço público, estruturando essa massa e fazendo com que ela faça sentido para o leitor. Nunca é demais, nessa perspectiva, superestimar o papel do jornalista. Ele lança a polêmica, dando-lhe publicidade, e lhe confere o estatuto de acontecimento; constrói, com a ajuda das diferentes formas de discurso reportado, um diálogo virtual entre detentores de posições em conflito; põe em evidência os blocos de argumentos que se estruturam o debate; e contribui para orientá-lo por meio de suas intervenções diretas ou indiretas. (AMOSSY, 2017, p. 202)

Em consonância com o pensamento da autora, partimos dessa premissa de que o jornalismo, por meio dos enquadramentos adotados para as narrativas que são postas em circulação, atua na construção das controvérsias e polêmicas que orientam o debate público. Logo, o jornalismo pode ser entendido como um ator social (CARVALHO, 2012). Da mesma forma que os atores sociais moldam e são moldados em suas relações, o jornalismo modifica e é modificado pela realidade social. As narrativas jornalísticas operam num movimento duplo, pois ao mesmo tempo em que tecem os fragmentos cotidianos numa trama inteligível, ordenando-os e oferecendo-os na forma de informação, são imersas em outras modalidades de construção de sentidos sociais e simbólicos pelos consumidores da notícia, adquirindo novas interpretações.

No entanto, Carlos Alberto de Carvalho (2019) chama a atenção para as falsas simetrias que essa metáfora da tessitura pode induzir aos olhares mais desatentos. Ao contrário de serem um produto harmônico, como a metáfora do tecer pode sugerir, as narrativas são fenômenos complexos e por vezes perpassados por relações de poder que promovem hierarquias, invisibilidades, exclusões, preconceitos e violências de todo tipo. Como exemplo, o autor cita estudos sobre textos jornalísticos envolvendo histórias de violência, mais especificamente homofobia e feminicídio, nos quais foram percebidos uma certa tendência de desqualificação e culpabilização das vítimas, operacionalizada por meio das estratégias narrativas utilizadas na composição dessas notícias. Assim, longe de lembrarem a beleza dos fios organizados de um bordado, a trama dessas narrativas são espaços de tensão que estariam mais próximas a um tecer fios de alta tensão desencapados, para fazer uso da nova metáfora que o autor emprega.

Dessa forma, para que as estratégias de busca de sentidos propostas pela narrativa sejam alcançadas, o autor coloca como indispensável não negligenciar as condições em que esse tecer se dá. No jornalismo, por exemplo, isso implica considerar que as controvérsias

sociais que são organizadas na forma dos acontecimentos, nos seus entrecruzamentos com os processos jornalísticos, engendram também jogos de poder, disputas de sentido, visibilidades e silenciamentos (o que pode ser dito e por quem). Assim, compreender o jornalismo como ator social é também percebê-lo nessas hierarquizações e disputas com os outros atores.

Por essa perspectiva, como aponta Carvalho (2019), narrar, por si só, já é um exercício de poder sobre os demais, pois o ato de narrar requer que sejam feitas seleções, recortes, que se priorize mais uma personagem do que outra; logo, toda narrativa faz prevalecer um ponto de vista interpretativo que se sustenta nas escolhas éticas e morais de quem narra. E o jornalismo, embora a atividade seja guiada por princípios que visem garantir a “verdade dos fatos”, não é infalível. Como bem coloca Carvalho (2019):

Para além do autoproclamado compromisso com a pluralidade de opiniões, com a diversidade de pontos de vista e com a fiel limitação à “verdade dos acontecimentos”, o jornalismo é atividade humana marcada por contradições, por fissuras, por escolhas guiadas segundo opções ideológicas, econômicas, políticas, comportamentais, morais etc. Consequentemente, regras sobre como produzir narrativas, princípios deontológicos balizadores de ação ética e outras estratégias necessárias aos incessantes fluxos de produção e circulação noticiosos estão permanentemente sujeitos à falibilidade, quando não constituem mesmo mitos profissionais e mercadológicos a serviço de algo tão distante quanto a isenção, a neutralidade e outras impossibilidades, não somente para a atividade jornalística, como também para a científica e outras modalidades do agir humano sobre o mundo; é importante destacar isso, para não sugerir que o problema se restringiria ao jornalismo e seus processos. (CARVALHO, 2019, p.45)

Além dessa condição de ator social, Carlos Alberto de Carvalho (2012) também chama a atenção para o caráter de palco que o jornalismo assume. A esfera pública, onde acontecem as disputas pela visibilidade das pautas sociais, não pode ser pensada fora da ação da mídia. Por isso, é comum que alguns grupos articulem suas ações de modo a atrair a atenção dos meios de comunicação - os chamados acontecimentos produzidos e programados. Como, por exemplo, os grandes eventos organizados pelos grupos de interesse de nossa pesquisa, a Marcha Para Jesus e a Parada do Orgulho LGBT. Mas, ao organizar esses acontecimentos produzidos a partir de uma elaboração textual, as narrativas jornalísticas oferecem um tipo de leitura social, uma visão de mundo possível dentre tantas outras, que pode ou não corresponder àquela pretendida por esses grupos. Segundo Carvalho (2012):

Aos atores sociais que buscam o jornalismo como palco não pode escapar que, como ator social, a atuação/interação por ele realizada se dá a partir da produção de narrativas sobre acontecimentos diversos, enquadrados a partir de perspectivas que revelam modos particulares de apreensão do mundo. (CARVALHO, 2012, p. 159)

Esses enquadramentos jornalísticos são produzidos nas interações com os demais atores sociais e conferem inteligibilidade a um acontecimento, ao permitir que o indivíduo identifique a situação colocada e a interprete. Em outras palavras, narrar um acontecimento é dar-lhe um enquadramento, ou seja, conferir inteligibilidade a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência socialmente construídos, que conduzirão a uma determinada visão, dentre tantas outras possíveis. Por meio de seus enquadramentos, que são esforços hermenêuticos, o jornalismo disputa sentidos e negocia posições com outros atores sociais, promovendo visibilidades e invisibilidades. Assim, o jornalismo é, ao mesmo tempo, ator social e palco.

Em nossa pesquisa, buscamos analisar como esses enquadramentos, como estratégias narrativas que encontram respaldo nos quadros de referência socialmente construídos, atuam na construção de antagonismos entre evangélicos e pessoas LGBT, a partir das escolhas que são feitas para representar esses grupos: quais personagens são construídas nessas narrativas? O que é dito e por quem? O que é silenciado? Antes, porém, os próximos capítulos se dedicarão a fazer uma apresentação mais detalhada dos grupos de interesse desta pesquisa, levando em consideração os aspectos históricos de sua organização e de atuação na esfera pública.

CAPÍTULO 2

ROMPENDO AS PAREDES DO TEMPLO: A ENTRADA DOS EVANGÉLICOS NA ESFERA PÚBLICA

2.1. Evangélicos no Brasil

O termo “evangélico”⁶ é utilizado para fazer referência aos cristãos não-católicos e não-ortodoxos identificados na população brasileira (CUNHA, 2020). Dados do último censo, de 2010, revelaram que na primeira década dos anos 2000 esse segmento religioso teve um crescimento de 61,45%, passando de 15,4% da população em 2000 para 22,2% em 2010. Uma pesquisa mais recente, realizada pelo Instituto Datafolha em dezembro de 2019, mostrou que os evangélicos já compõem 31% da população brasileira (BALLOUSSIER, 2020).

A população de evangélicos no Brasil era inexpressiva até o final do século XIX. Isso porque, até 1810, a religião Católica era a única reconhecida pela Coroa. Com a vinda da família real para o país, em 1808, houve a abertura dos portos às nações amigas e a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra. A partir disso, começou a haver uma maior circulação de estrangeiros no país, muitos deles ingleses anglicanos. Criou-se, então, uma regulamentação para que os estrangeiros pudessem realizar seus cultos, mas de maneira restrita: os espaços não podiam ter aparência de igrejas e as atividades só eram permitidas aos membros daquele grupo religioso (MAFRA, 2001). Essas restrições vigoraram até a proclamação da república, em 1889, quando o padroado foi abolido e instituiu-se o estado laico e a liberdade de culto.

Os imigrantes alemães, que chegaram ao país a partir de 1824, se adaptaram facilmente às restrições de culto (MAFRA, 2001). Esse período é caracterizado por Cunha (2007) como Protestantismo Histórico de Migração. Ele marca a chegada dos primeiros protestantes, imigrantes, mas que não possuíam objetivos conversionistas, ao contrário dos outros movimentos que vieram depois. É representado pelas igrejas ligadas à Reforma Protestante, como as denominações Luterana, Anglicana e Reformada.

As restrições impostas pelo Império começaram a ser questionadas com a presença dos primeiros missionários, mas, com a instituição da República, como já mencionado, logo

⁶ No início, para marcar sua conversão e suas diferenças em relação ao catolicismo, os evangélicos se intitularam “crentes”, uma abreviação de “crentes em nosso Senhor Jesus Cristo”. Mas com a chegada dos missionários protestantes americanos, que se referiam a si mesmos como “evangelicals”, o termo “crente” foi ganhando conotações pejorativas e substituído pela palavra “evangélico”.

tiveram um fim. Na segunda metade do século XIX, as frentes missionárias presbiteriana, metodista e batista já sustentavam uma noção conversionista forte. Esse período, marcado pela atuação dos missionários norte-americanos, é denominado por Cunha (2007) como Protestantismo Histórico de Missão.

Os missionários desse período, majoritariamente vindos dos Estados Unidos, praticavam um projeto evangelístico com características expansionistas e civilizatória, sustentado na ideologia do “Destino Manifesto”, fortemente ligado à cultura do *american way of life*⁷. Uma das principais estratégias de evangelização desse período foi a criação de diversas escolas protestantes, que acabaram atraindo as elites locais por apresentarem uma pedagogia alinhada com os valores liberais e o estilo de vida americanos, vistos como algo mais relacionado ao progresso e à modernidade. Além das igrejas Presbiteriana, Batista e Metodista, já citadas, a Igreja Episcopal também faz parte desse período.

Apesar de as escolas protestantes serem atrativas para a elite liberal, a maioria dos novos membros das igrejas evangélicas que se instalavam no Brasil era formada por pessoas simples, de profissões humildes, alguns ex-escravos. Eles encontravam nesses espaços um reconhecimento de sua dignidade, ao serem tratados como qualquer outra pessoa (MAFRA, 2001). Nos templos católicos, por exemplo, era comum que essas pessoas marginalizadas tivessem que ceder seus assentos para as famílias mais nobres e assistir a missa de pé, coisa que não acontecia nos templos protestantes, onde todos tinham direito ao assento.

Além disso, essas igrejas, conhecidas como “religião da palavra”, também ofereciam acesso à escrita, ao ministrarem cursos de alfabetização para que as pessoas pudessem ler a bíblia e os materiais impressos desenvolvidos para a evangelização (jornais, tratados explicativos etc). Clara Mafra (2001) explica que as igrejas protestantes também ofereciam um espaço de protagonismo e socialização que os grupos marginalizados não encontravam em outros espaços sociais:

No meio católico o espaço de participação maior dos leigos, as irmandades, tendiam a reproduzir o comportamento convencional, repondo os indícios de prestígio da sociedade abrangente. No meio protestante, em contraponto, os trabalhadores urbanos podiam encontrar na igreja um espaço de treinamento de uma outra postura e conquistar uma forma de tratamento mais refinado na relação com os outros, um estilo mais educado no manejo da palavra, um freio para a intemperança. (MAFRA, 2001, p. 24)

⁷ Entre os habitantes dos Estados Unidos era forte a crença de que, assim como Deus havia libertado os israelitas das opressões da escravidão do Egito para que fossem uma grande nação, eles também haviam sido libertos das perseguições dos governos da Inglaterra para que se tornassem uma grande nação no novo continente, visto, por essa cosmologia, como a “terra prometida”. Essa crença impactou não somente a política americana, mas também a teologia, ambas fortemente marcadas por um sentimento de conquista, expansionista e colonizador.

A presença dos evangélicos começou a se tornar mais expressiva na população brasileira a partir da década de 1940. Esse período coincide com o desenvolvimento do pentecostalismo, que se instalou no Brasil em 1910. Os pentecostais foram o segmento evangélico que mais cresceu, de acordo com as pesquisas estatísticas. Eles apresentam uma expressão de fé mais carregada de experiências místicas, estando mais próximos do perfil da religiosidade popular brasileira, ao contrário das primeiras correntes, dos protestantes históricos, que eram marcadas por uma postura mais austera e contida (MARIANO, 2012; CUNHA, 2007).

Dois fatores que colaboraram com essa expansão foram a forma como essas igrejas se organizavam, de maneira descentralizada, e a formação teológica dos pastores, que se dava com menos exigências em comparação àquela recebida pelos padres e pastores das igrejas históricas (MARIANO, 2012). Além disso, a chegada dos pentecostais coincidiu com o processo de êxodo rural, o que favoreceu sua instalação nas periferias que se formavam nas grandes capitais. As igrejas evangélicas se configuravam como um espaço para refazer os laços de comunidade rompidos pela saída do campo.

Essas igrejas, ainda hoje, chegam onde o Estado não consegue chegar, oferecendo redes de apoio, incentivos para a adoção de hábitos mais disciplinados, espaço de promoção de atividades artísticas etc., que acabam, muitas vezes, levando a uma melhora da vida dos fieis, seja pelo abandono dos vícios ou por uma maior dedicação ao trabalho formal, por exemplo. Não é à toa que, conforme revelou o último censo, mais da metade dos pentecostais era formada por negros e pardos, estando o segmento mais relacionado às camadas populares do país (SPYER, 2020).

O contexto do desenvolvimento do pentecostalismo também era o da industrialização e da entrada do Brasil no capitalismo de mercado. A Teologia da Prosperidade⁸, muito praticada por esses grupos, estava em consonância com os valores consumistas que começavam a ser construídos naquela época (MARIANO, 2012). Esses fatores, aliados a uma propensão desses grupos pentecostais (e posteriormente os neopentecostais) para a utilização dos meios de comunicação de massa (mídia impressa, rádio, TV e indústria fonográfica) permitiram uma rápida expansão deste segmento religioso no Brasil, que representa hoje 40% dos que se declaram evangélicos (MARIANO, 2012; ASSMAN, 1986; CUNHA, 2007).

⁸ Surgida nos EUA, por volta de 1960, a Teologia da Prosperidade (TP) prega que as palavras do crente, ditas com fé, tem poder para quebrar maldições e mudar sua realidade. Isso se evidenciaria, sobretudo, pelas riquezas materiais, vistas como um sinal de bênção divina. Mais detalhes sobre a TP serão apresentados no decorrer deste capítulo.

A ligação do pentecostalismo com grupos marginalizados está na sua própria origem. Criado nos Estados Unidos, o pentecostalismo deriva do movimento "*holiness*", um movimento de avivamento surgido no final do Século XIX que enfatizava as curas milagrosas e as experiências sensoriais, como o batismo do Espírito Santo, materializado na glossolalia (falar em línguas estranhas). Charles Fox Pahan foi quem formulou a teologia do pentecostalismo clássico, mas, dentre os muitos seguidores de suas práticas carismáticas, foi seu aluno, William J. Saymour, o maior responsável por sua divulgação (CARVALHO, 2013).

O pastor Saymour, negro, filho de ex-escravos, assistia as aulas de Pahan - adepto das práticas de discriminação racial -, do lado de fora da sala de aula na escola bíblica de Houston. No entanto, a igreja que Saymour frequentava, em Los Angeles, não recebeu bem a mensagem de reavivamento ministrada por ele a partir dos ensinamentos de Pahan. Por isso, Saymour acabou sendo expulso e, em 1906, começou a se reunir com um pequeno grupo em uma igreja abandonada na Rua Azuza, onde podia pregar livremente sobre as manifestações do batismo no Espírito Santo (PICOLOTTO, 2016; CAMPOS, 2005). Carvalho (2013) considera a experiência de Saymour como um movimento de inclusão, pois muitos de seus seguidores eram advindos de grupos marginalizados, como negros, mulheres e imigrantes latinos. No entanto, conforme observa o mesmo autor, ao longo dos anos, o movimento pentecostal acabou adotando algumas visões teológicas do movimento fundamentalista, bem como seu discurso conservador.

Em pouco tempo, a igreja da Rua Azuza se tornou conhecida, atraindo olhares de todo tipo. Pessoas de todas as camadas sociais iam aos cultos em busca das experiências extraordinárias de manifestação da fé. Por outro lado, a imprensa e as igrejas tradicionais acusavam o movimento iniciado por Saymour, um filho de ex-escravos, de fanatismo religioso. Um dos frequentadores dos cultos de Saymor foi o pastor William H. Durham, que levou a experiência para sua igreja, em Chicago. Essa igreja teve grande importância para a internacionalização do movimento pentecostal. Foi de lá que saíram, por exemplo, os missionários Louis Francescon, Daniel Berger e A. Gunnar Vingren, os precursores da propagação pentecostal no Brasil (PICOLOTTO, 2016; CAMPOS, 2005).

A primeira igreja pentecostal criada no país foi a Congregação Cristã no Brasil, fundada pelo italiano Louis Francescon, em 1910. Depois de passar pela igreja de Durhan em Chicago, o missionário veio para o Brasil e iniciou seu trabalho com um grupo de imigrantes italianos, que deu origem à igreja, em São Paulo. Mas foi a experiência dos missionários norte-americanos Daniel Berger e A. Gunnar Vingren que deu origem àquela que é hoje a maior igreja pentecostal da América Latina, a Assembleia de Deus.

Daniel Berger e A. Gunnar Vingren chegaram ao Brasil, mais especificamente em Belém do Pará, em 1910, trazendo as ideias aprendidas em Chicago. Por sua origem batista, procuraram a Igreja Batista de Belém, onde foram recebidos. Na época, a igreja era a que congregava, dentre as demais protestantes, a população mais simples da cidade. No entanto, após divergências internas sobre a prática da oração em línguas, os dois missionários, juntamente com os demais membros que se tornaram adeptos da prática, foram expulsos. Assim eles fundaram, em 1911, a Assembleia de Deus (MAFRA, 2001).

Com um forte caráter proselitista, a Assembleia de Deus rapidamente se espalhou pelo Brasil. A formação teológica dos pastores, menos apegada ao estudo formal, facilitou a abertura de novas igrejas e a adesão da população mais pobre e menos escolarizada. O fato de ter pouco estudo não era impedimento para que um novo membro se tornasse um missionário e abrisse uma nova igreja. Inicialmente, o crescimento da Assembleia de Deus se deu pelas frentes de migração entre Norte e Nordeste; depois, com o fim do ciclo da borracha, do Norte para o Sudeste. Conforme aponta Mafra (2001), foi seguindo os fluxos migratórios da população trabalhadora que a Assembleia se tornou a maior igreja pentecostal em solo brasileiro.

Ricardo Mariano (2012) considera o surgimento das igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil como a primeira onda do pentecostalismo Brasileiro, também chamada de pentecostalismo clássico. As igrejas dessa primeira onda, segundo o autor, no início eram compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas pelas protestantes históricas e perseguidas pela Igreja Católica. Essas igrejas se caracterizavam ainda por enfatizar o dom de línguas, por um comportamento sectário, ascético, anticatólico e por pregar a volta iminente de Jesus.

Na década de 1950 teve início o que Mariano (2012) configurou como a segunda onda do pentecostalismo brasileiro, ou deuteropentecostalismo. Essa segunda onda teve início em São Paulo, quando os missionários norte-americanos Harold Edwin Williams e Raymond Boatright, ex atores de filmes de faroeste, empreenderam uma campanha evangelística no bairro Cambuci, pregando a cura divina (MARIANO, 2012; MAFRA, 2001). Mafra (2001) conta que Raymond usava roupas de *cowboy* e utilizava guitarra elétrica nos cultos. Segundo a autora, os “corinhos”⁹ alegres, os elementos de modernidade e a vestimenta informal do pastor inauguraram um novo estilo de manifestação do Espírito Santo, marcado pelo improvisado e pela informalidade. O sucesso no Cambuci deu origem à Cruzada Nacional de

⁹ Os corinhos são cânticos evangelísticos geralmente curtos, com melodia simples, ritmo animado e letra de fácil memorização

Evangelização, projeto através do qual os missionários percorreram o Brasil sob tendas. Nessas viagens, eles pregavam os princípios básicos da Igreja do Evangelho Quadrangular (Jesus Salva, Cura, Batiza no Espírito Santo e Voltará), criada por Aimeé Semple McPerson, em 1918, em Los Angeles, marcando o início desta denominação no Brasil.

A ênfase no dom de cura e na libertação espiritual, a incorporação de recursos tecnológicos no culto, a apropriação das mídias modernas e a preocupação em encontrar formas rituais mais adequadas ao público de massa também estão presentes em outras igrejas do período, como a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (1951) e a Deus é Amor (1962), que marcam a segunda onda do pentecostalismo brasileiro. Para Mariano (2012), essa ênfase no dom de cura divina foi crucial para a aceleração do crescimento pentecostal no Brasil, visto que a cura é um dos mais poderosos recursos proselitistas.

A terceira onda do pentecostalismo brasileiro, segundo Mariano (2012), teve início na década de 1970 e marcou o surgimento do segmento neopentecostal. Seu principal expoente é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada pelos pastores Edir Macedo, R.R. Soares e Roberto Lopes, em 1977. A IURD é a segunda denominação com mais membros no Brasil, só perdendo para a Assembleia de Deus. No início, o líder da IURD era o pastor Romildo Ribeiro Soares (popularmente conhecido como R.R. Soares), mas este foi, aos poucos, perdendo espaço para Edir Macedo, seu cunhado, até que se desligou, em 1980, para fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus, nos mesmos moldes da IURD. Anos depois, em 1987, Roberto Lopes também se desligou e retornou à Igreja Nova Vida, de onde havia saído, juntamente com Macedo e R.R. Soares, para fundar a IURD.

Além da IURD e da Internacional da Graça de Deus, já mencionadas, fazem parte dessa terceira onda as igrejas Cristo Vive, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nacional do Senhor Jesus e Bíblica da Paz. Além da manutenção de algumas características já apontadas no pentecostalismo clássico e no deuteropentecostalismo, tais como o antiecumenismo, o uso de meios de comunicação de massa, a ênfase na expressão emocional e na cura divina e a liderança carismática, Mariano (2012) destaca alguns aspectos do neopentecostalismo:

(...) sobre as características do neopentecostalismo, destaco três aspectos fundamentais: 1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos caídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade. Uma quarta característica importante, ressaltada por Oro (1992), é o fato de elas se estruturarem empresarialmente. E não é só isso. Elas verdadeiramente agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos. Resulta dessas características a ruptura com os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais. Essa ruptura com o sectarismo e o ascetismo

puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. (MARIANO, 2012, p. 36)

Se na primeira onda do pentecostalismo brasileiro as igrejas eram caracterizadas pela ênfase nos dons do Espírito Santo, principalmente pelo dom de “falar em línguas” e na segunda onda estava na cura divina, na terceira, o foco é na guerra espiritual entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade, na qual o cristão, para ser abençoado, deve tomar parte. Tomar parte, neste caso, significa alimentar e praticar esse ideário de dominação, de triunfalismo, de intervencionismo, de busca por prestígio e respeitabilidade social.

Se antes os pentecostais se negavam os desfrutes dos “prazeres do mundo”, acreditando que a existência terrena do cristão seria dominada pelo sofrimento e a plenitude da vida alcançada apenas no mundo celestial, os neopentecostais acreditam que o crente está destinado a ser próspero e feliz neste mundo. Isso, mediante a vitória sobre o Diabo e a retribuição divina, materializada na forma de bens materiais. Para compreender melhor a cosmologia neopentecostal, dois conceitos se tornam caros: o da Teologia da Prosperidade e o da Guerra Espiritual.

Surgida nos EUA na década de 1960, a Teologia da Prosperidade prega o poder da palavra do crente para a superação das aflições humanas, vistas como maldições. Por essa abordagem, o mundo espiritual determina o que acontece no mundo terreno. Logo, as palavras ditas com fé teriam o poder de impelir o agir de Deus para mudar a realidade. A ênfase recai, sobretudo, na cura divina e na prosperidade econômica, que viria como um retorno às contribuições financeiras feitas pelos fieis como um sinal de fé.

Nos EUA, destacaram-se os nomes dos pastores Kenneth Hagin, Oral Roberts, T. L. Osborn, Jimmy Swaggart, Kenneth e Coperlan e Benny Hinn (RIBEIRO, 2007) como grandes propagadores da Teologia da Prosperidade. No Brasil, essa abordagem chega na década de 1970 e hoje é praticada por diversas igrejas, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça, a Igreja Apostólica Renascer em Cristo, dentre outras. Apesar de cada igreja organizar, a seu modo, suas doutrinas, elas guardam como semelhança uma inversão para a vida terrestre, e não mais para a salvação pós-morte. Assim, o foco passa a ser nas realizações pessoais e no progresso do campo da saúde e da prosperidade financeira.

Para Ribeiro (2007), a Teologia da Prosperidade está em consonância com os valores da economia neoliberal, ao pregar a inserção do cristão no mundo capitalista pela valorização do consumo e do progresso individual, contribuindo para uma associação entre consumo e salvação, capitalismo e Reino de Deus. Spyer (2020), ainda diz que:

Para o neopentecostal, a conversão e a adoção da prática religiosa são recompensadas por Deus via ascensão financeira. Em vez de promover a dedicação metódica ao trabalho, o neopentecostal é estimulado a atuar de maneira empreendedora para enfrentar as adversidades da vida. Para o antropólogo Ronaldo de Almeida, “enquanto o protestantismo histórico defende que o enriquecimento é fruto do trabalho, a teologia da prosperidade enfatiza a ideia de que é preciso empreender, tornar-se patrão. [...] Nessa lógica, os problemas não são as dificuldades ocasionadas pela estrutura social, mas advêm da falta de esforço individual”. (SPYER, 2020, p. 135)

Além da Teologia da Prosperidade, cuja popularização no Brasil está ligada ao contexto de recessão econômica e expansão do consumo das últimas décadas, outro elemento caracterizador do segmento pentecostal é a chamada Doutrina da Guerra Espiritual, que diz que os evangélicos devem lutar para combater as forças inimigas que atuam no mundo. Assim, assumem um estado de beligerância contra tudo o que não se coloca como legitimamente evangélico, o que vai desde outros credos a certas práticas sociais e/ou sexuais, sempre vistos como obstáculos satânicos dos quais o mundo precisa ser liberto (JUNGBLUT, 2003).

No que diz respeito às práticas consideradas pecaminosas, encontramos a noção das “Maldições Hereditárias”, que ajuda a compor esse imaginário sobre as amarras satânicas que o cristão evangélico deve combater. Por essa doutrina, as pessoas podem carregar maldições que passam de pai para filho, se perpetuando por gerações. Essas maldições seriam causadas pela realização de algum ato pecaminoso que tenha possibilitado que a pessoa em questão ficasse sob o domínio das forças malignas, transferindo essa maldição aos seus descendentes (JUNGBLUT, 2003).

De acordo com essa corrente, as pessoas que padecem dessas maldições devem se converter a Jesus e passar por um processo de cura interior, para ficarem livres desses espíritos que assolam gerações e que impedem as bênçãos divinas. Conforme explica Ricardo Mariano:

Atenção especial é dada aos conversos que sofreram traumas em algum período da vida, até na fase uterina, ou que padecem de problemas que os oprimem, como abuso sexual, dependência de drogas, tabaco, álcool, depressão, homossexualismo (sic), criminalidade, viuvez, separação conjugal, relacionamento familiar deteriorado. Para que recebam a cura interior, primeiro precisam confessar esses traumas, feridas na alma que o Diabo usa para aprisioná-los, depois, pedir perdão pelos pecados dos antepassados, por suas próprias transgressões e, ainda, o que é mais difícil, às pessoas que os teriam prejudicado. Feito isso, devem pedir a Deus para purificá-los. Curados, estão aptos a receber as promessas divinas. (MARIANO, 2012, p.142)

Esse espírito de conquista e imaginário de Guerra Espiritual, que busca combater as supostas maldições que assolam o país, será marcante na atuação política desses grupos, como veremos ao longo deste trabalho.

O desenvolvimento do protestantismo em terras brasileiras - seja quando falamos das correntes históricas, seja em relação aos pentecostais -, é marcado por desafios e contradições (DIAS, 2012). As igrejas trazidas pelos missionários já estavam moldadas segundo os condicionamentos políticos e socioculturais de seus países de origem, bem como a mensagem que propagavam, orientada pelo liberalismo. No entanto, essas características, que poderiam ser as premissas para uma a formação de uma nova sociedade - moderna, burguesa e liberal - não encontrou ressonância suficiente.

Dias (2012) aponta como dificultadores para a propagação do Protestantismo de Missão a própria sociedade brasileira, que na época da chegada dos missionários ainda era escravista e marcada pelo conservadorismo e pela aristocracia, tão divergente do pensamento liberal; a incapacidade de inculturação dessas igrejas, que rechaçavam a cultura brasileira por considerá-la como um conteúdo do catolicismo romano; e também o rigorismo ético-moralista, que pouco a pouco foi perdendo espaço nos setores médios aos quais o Protestantismo de Missão se dirigia.

Nesse sentido, o Movimento Pentecostal encontrou mais sucesso, por possuir uma mensagem menos racionalista e com conteúdos simbólicos, místicos e mágicos mais próximos da religiosidade brasileira, moldada pelo catolicismo e por expressões afro-indígenas. Para Dias (2012), o pentecostalismo foi, pouco a pouco, se adaptando à cultura daqueles por ele atingidos, nacionalizando o que havia restado da proposta eclesiológica dos missionários. Essas adaptações culminaram ainda em transformações nas igrejas do Protestantismo de Missão. Dessas dissidências, surgiram as chamadas igrejas históricas renovadas (MARIANO, 2012) ou, conforme nomeou Cunha (2007), Protestantismo de Renovação ou Carismático¹⁰. Essa influência foi sentida também no meio católico, no qual, para barrar a perda de fiéis frente ao avanço pentecostal, surgiu a Renovação Carismática Católica (RCC).

Todo esse cenário de mistura, adaptações e dissidências promoveu o surgimento de uma multiplicidade enorme de denominações e movimentos ditos evangélicos no Brasil, que fazem com que classificar e caracterizar esse segmento se torne um grande desafio, dada as

¹⁰ Compreende as igrejas influenciadas pela doutrina pentecostal, mas que mantiveram a tradição da Reforma Protestante e as estruturas de suas denominações de origem. Como exemplo, podemos citar a Igreja Metodista Wesleyana, a Presbiteriana Renovada e a Batista da Renovação, dentre outras.

diferentes formas de pensamento e organização desses grupos. Dito isso, é importante esclarecer que toda descrição feita dos evangélicos até aqui, privilegiando aspectos históricos que caracterizam a chegada das igrejas históricas e pentecostais, bem como os elementos teológicos mais marcantes destes últimos, são mais uma tentativa de organizar, de modo didático, como se deu o desenvolvimento desse segmento religioso no Brasil do que de classificar o modo como seus adeptos se comportam hoje. Mesmo quando levamos em conta os períodos históricos de surgimento das igrejas, é importante sublinhar que as divergências sempre marcaram o campo protestante e as características apontadas para cada fase não necessariamente foram ou são compartilhadas por todas as igrejas daquele período de igual forma, podendo algumas estarem presentes em determinada denominação e outras não.

As denominações, divisões e mesmo as origens históricas ou correntes teológicas divergentes não são mais suficientes para dar conta de toda complexidade que envolve o campo evangélico no Brasil, principalmente com as novas formas de ativismo impulsionadas pelo advento da internet, que levaram a uma proliferação de grupos e organizações, também dentro do segmento evangélico, que se pautam mais por orientações ideológicas do que por correntes teológicas ou posicionamentos institucionais. Por isso, alguns autores como Alexandre Brasil (2019) defendem classificar o segmento mais levando-se em consideração os discursos que orientam a filiação das pessoas a determinadas pautas do que os rótulos denominacionais, como será melhor abordado no tópico 2.4 deste capítulo. Feitas as devidas ponderações, passaremos ao próximo tópico.

2.2. A religião como produto midiático: o reconhecimento dos evangélicos como segmento de mercado

O uso da mídia de massa pelos evangélicos não é uma novidade. Já em 1864 circulava no Brasil o jornal *Imprensa Evangélica*, uma iniciativa do missionário Ashbel Green Simonton, fundador da Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil. No entanto, com os pentecostais, esses usos se tornaram mais sofisticados.

Nos EUA, nos anos 1920, as igrejas pentecostais já investiam na compra de horários nas emissoras de rádio e, para conseguir bancá-los, apostavam na criação de programas atrativos, para conquistarem ouvintes e, conseqüentemente, doações. Nesse período de consolidação do radioevangelismo, por sua relação com a música e desempenho como apresentadora, destacou-se a figura de Aimeé Simple McPherson, fundadora da Igreja do

Evangelho Quadrangular nos EUA. A denominação veio para o Brasil posteriormente, trazida pelos missionários Harold Edwin Williams e Raymond Boatright.

Com o advento da TV, a fórmula desses programas foi copiada pelos televangelistas norte-americanos, que investiram na construção de grandes impérios midiáticos no contexto pós-segunda guerra, fenômeno que ficou conhecido como “Igreja Eletrônica”. Nesses programas, os televangelistas prometiam, em troca das doações dos telespectadores contribuintes, orações especiais e envio de objetos consagrados. Nessa época, ganharam fama internacional os nomes de Billy Graham, Pat Robertson, Jimmy Sweggart, Oral Roberts, Rex Humbard, Bill Bright, entre outros.

Os programas desses televangelistas eram apresentados em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. O programa Explo-85, apresentado por Bill Bright em 1985, chegou a ser transmitido por 18 satélites, cobrindo $\frac{2}{3}$ do globo terrestre (ASSMANN, 1986). A partir das ideias de Schultz, Barka e Cunha, Sousa (2021) aponta que esses programas tinham alguns pontos em comum, tais como: a centralidade na figura do televangelista (em detrimento da instituição religiosa), a autenticação pela experiência do espectador, o uso de técnica refinada, concepção voltada ao entretenimento, o financiamento pelo público e o espírito de conquista, além de apresentarem uma interpretação fundamentalista dos textos bíblicos.

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial era marcado por um forte sentimento de anticomunismo e oposição Leste-Oeste. Em seus sermões, muitos desses televangelistas, como o próprio Billy Graham, manifestavam seus apoios aos governos de direita da época e faziam coro à luta contra o Comunismo. Graham tinha forte presença no rádio e na TV e visitou a América Latina e o Brasil diversas vezes, influenciando muitos pregadores locais (ASSMANN, 1986).

Os programas produzidos pelos televangelistas chegaram ao Brasil fortalecendo o pentecostalismo que aqui se desenvolvia desde as primeiras décadas do século XX. Pregadores nacionais, como R.R. Soares e Edir Macedo, também passaram a produzir seus próprios programas, adquirindo *status* de celebridade. Os pregadores nacionais utilizavam o mesmo discurso conservador dos televangelistas americanos, as mesmas estratégias de arrecadação de dinheiro - como a venda de amuletos abençoados -, e as mesmas pregações inspiradas na Teologia da Prosperidade. Essas estratégias acabaram encontrando terreno fértil no contexto brasileiro, marcado pela religiosidade popular e pela desigualdade social. Se nos

EUA o inimigo a ser combatido era o comunismo, aqui, e na América Latina em geral, o foco era a miséria, considerada uma maldição demoníaca (ASSMANN, 1986)¹¹.

Além dos televangelistas, outro grupo ganhou destaque nas últimas décadas e ajudou a popularizar o segmento evangélico: os artistas *gospel*. A música sempre teve um papel importante no contexto evangélico. Segundo Cunha (2007), já nos anos 1950 os pentecostais inovaram com a instituição dos “corinhos” para atrair jovens e adolescentes para a igreja. Nos anos 1970, inspirados no Movimento de Jesus¹², surgiram os primeiros grupos musicais formados por jovens, que utilizavam a música em campanhas evangelísticas mais informais - em ruas, praças, praias -, e incorporavam instrumentos típicos do *rock* e das baladas românticas, como guitarras e baterias. São exemplos dessa época os grupos Vencedores Por Cristo e Palavra da Vida. Nos anos 1980 e 1990 surgiram as primeiras bandas de rock evangélicas, que alcançaram sucesso inclusive fora do meio religioso. O Rebanhão, por exemplo, lançou discos pelas gravadoras Polygram e Continental, e foi a primeira banda cristã a se apresentar numa casa de *shows*. O visual, a música e a postura cênica desses grupos desagradaram alguns setores fundamentalistas, que lhes atribuíam um caráter demoníaco (CUNHA, 2007).

Mas a popularização do termo “*gospel*” só aconteceu na década de 1990, impulsionada pela criação da Igreja Apostólica Renascer em Cristo, fundada em 1986 pelo casal Sônia e Estevão Hernandes, que tinha como alvo o público jovem e urbano. A Renascer abriu espaço para diferentes estilos musicais, que até então não eram encontrados nos cultos, tais como *rap*, *rock*, *funk* etc. A igreja também investia em mídia e na realização de megaeventos, como o *SOS da Vida Gospel* - festival que reunia diversas bandas nacionais e internacionais, e a Marcha Para Jesus, realizada pela primeira vez no Brasil em 1993 (CUNHA, 2007).

¹¹ Não obstante a miséria ser o foco das pregações dos televangelistas na América Latina, como aponta Assmann, é importante frisar que o anticomunismo também faz parte do imaginário cristão brasileiro. O Comunismo é frequentemente entendido como um inimigo da igreja, e é sabido que a ditadura militar recebeu amplo apoio de líderes religiosos católicos e evangélicos por, dentre outras coisas, se apresentar como uma alternativa à “ameaça comunista” do período da Guerra Fria. Recentemente, o avanço da extrema direita e de grupos fundamentalistas - dentre os quais alguns evangélicos - que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência, fez com que a retórica do anticomunismo e outras pautas conservadoras, tais como o militarismo, o antipluralismo, a demonização da esquerda e santificação da direita recebessem um novo fôlego. Para ser tachado de comunista por esses segmentos fundamentalistas, basta apresentar opiniões discordantes.

¹² O Movimento de Jesus surgiu por volta dos anos 1970, nos EUA, como um movimento avivalista e contracultural voltado para os jovens. Seus adeptos criticavam o tradicionalismo das igrejas, incorporavam ritmos como o rock e o jazz, e outras expressões artísticas como o teatro. Adotavam um estilo de vida inspirado no movimento hippie - do qual muitos eram oriundos - com valores que consideravam compatíveis com o Cristianismo, tais como a busca da paz, do amor e a rejeição ao consumismo capitalista. O Movimento de Jesus está na origem da chamada Música Cristã Contemporânea (MCC) e, no Brasil, inspirou o surgimento de grupos como Vencedores por Cristo, Grupo Elo e Palavra da Vida (CUNHA, 2007)

Nesse período, surgiram também nomes importantes na música evangélica, como o da cantora Aline Barros, com participação frequente nos programas da Xuxa; a banda Oficina G3, que participou do *Rock'n'Rio* de 2001, e o Ministério de Louvor Diante do Trono, da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. Comandado por Ana Paula Valadão, o Diante do Trono chegou a reunir um público de dois milhões de pessoas na gravação ao vivo de seu sexto DVD, número maior do que o alcançado por artistas como U2, Madonna e Michael Jackson em suas passagens pelo Brasil (MINISTÉRIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO, 2003; LIMA E SILVA, 2010).

Ao longo dos anos, os evangélicos se tornaram um importante segmento para a indústria fonográfica. Grandes gravadoras, como a Sony Music e a Universal Music, criaram selos específicos para o lançamento de artistas da chamada música *gospel*. Em 2014, o mercado de produtos religiosos já movimentava em torno de 15 bilhões por ano com a venda de livros, CDs e DVDs (AMORIM, 2014). Na era dos discos físicos, os artistas evangélicos figuravam anualmente na lista dos mais vendidos e o *streaming* parece não ter feito diminuir esse sucesso. Na lista divulgada pelo *Deezer* em dezembro de 2020, a *playlist* “Top 50 Gospel” foi a décima mais ouvida do ano¹³.

Os artistas evangélicos ganharam *status* de celebridade e sua presença passou a ser cada vez mais comum nos programas de TV não-religiosos, em capas de revista etc. Seus nomes também passaram a figurar nas listas das pessoas mais influentes do país, ao lado de outras personalidades que não fazem parte do meio religioso.

Não muito diferente de qualquer outra celebridade, nas redes sociais, os artistas evangélicos também são seguidos por uma multidão virtual de pessoas. Os irmãos André e Ana Paula Valadão, por exemplo, têm 4,4 e 2,9 milhões de seguidores no *Instagram*, respectivamente. São números maiores do que o contabilizado por grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso (2 milhões) e Marisa Monte (1,2 milhões). Aline Barros, por sua vez, é seguida por 6,4 milhões de pessoas, quase o mesmo número que a cantora Sandy (6,9 milhões)¹⁴.

¹³ DUARTE, Nathalia. Deezer anuncia retrospectiva e artistas mais escutados de 2020. **Techtudo**, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/12/deezer-anuncia-retrospectiva-e-artistas-mais-escutados-de-2020.g.html>. Acesso em 25/01/2021.

¹⁴ Dados retirados dos perfis pessoais dos artistas na rede social *Instagram*, em 22 de agosto de 2021. Em novembro de 2022, após uma decisão judicial, André Valadão teve sua conta suspensa por divulgar fake news. Na época, o perfil já contava com mais de 5,5 milhões de seguidores.

Figura 1 - Ana Paula Valadão, Thalles Roberto e Aline Barros estampam capas de revistas não-especializadas no público evangélico



Fonte: Imagens coletadas na internet.

Esse investimento das denominações evangélicas na mídia e consequente aumento da visibilidade desse segmento religioso levou a um embate entre as tvs brasileiras Rede Globo e Record. Em 1995, a IURD adquiriu a Rede Record e passou a sofrer investidas da emissora concorrente, que produziu uma série de programas procurando criminalizá-la de mal uso do dinheiro dos fiéis e de intolerância religiosa. Nessa época, foi ao ar uma matéria no *Fantástico* sobre o pedido de doações de dinheiro nos cultos da IURD, a minissérie *Decadência*, de Dias Gomes, que retratava a história de um pastor corrupto e ambicioso, cuja trajetória lembrava muito a de Edir Macedo, e também uma matéria no *Jornal Nacional* sobre o episódio do chute na santa, que mostrava um pastor da IURD chutando uma imagem de Nossa Senhora Aparecida.

No entanto, como aponta Mafra (2001), a campanha puxada pela Rede Globo fracassou e a IURD se consolidou como um empreendimento religioso que movimenta dezenas de empresas. Nas últimas décadas, a própria Globo começou a se dirigir aos evangélicos num tom mais amigável, criando programações específicas para atrair esse público, como o *Festival Promessas*. Também passou a abrir espaço para artistas evangélicos em seus programas e a apresentar personagens evangélicos em suas novelas, mas agora com narrativas não tão ofensivas a esse público, ao contrário do pastor da minissérie dos anos de 1990. Como exemplo, podemos citar a novela *Amor a Vida*, escrita por Walcir Carrasco e exibida pela emissora entre 2013 e 2014, que contava com um núcleo evangélico e, mais recentemente, a novela “*Vai na Fé*”, escrita por Rosane Svartman, que estreou no início de

2023, e cuja protagonista, Sol (interpretada por Sheron Menezes) é evangélica. Isso marca o reconhecimento da emissora de que os evangélicos se tornaram um importante segmento de consumo na sociedade brasileira e que não poderiam mais ser menosprezados em suas atrações.

Figura 2 - Diante do Trono no Domingão do Faustão em 2010.



Fonte: Imagem coletada na internet

Figura 3 - Núcleo Evangélico da novela Amor à Vida, de Walcir Carrasco, exibida pela Rede Globo entre 2013-2014.



Fonte: Imagem coletada na internet

Figura 4 - Cena da novela “Vai na Fé”, que vem sendo tratada na mídia como a primeira novela evangélica da Globo.



Fonte: Imagem coletada na internet

Cunha (2007) emprega o termo “Cultura *Gospel*” para denominar esse processo de cruzamento entre mídia, religião e consumo, e que configura o modo de vida construído pelos

evangélicos brasileiros. Para a autora, a cultura *gospel* é ancorada na tríade música-consumo-entretenimento e assume para si valores capitalistas: “Na lógica da cultura do mercado, consumir bens e serviços é ser cidadão; na lógica da cultura *gospel*, consumir bens e serviços religiosos é ser cidadão do Reino de Deus” (CUNHA, 2007, p. 138).

A autora aponta ainda 8 pontos que caracterizam a cultura *gospel*. São eles:

- 1) Inserção na modernidade através da sacralização do consumo e pela mediação da tecnologia e dos meios de comunicação;
- 2) Sacralização de gêneros populares brasileiros, que passam todos a serem consumidos, desde que sob a chancela do termo “*gospel*”.
- 3) Relativização da tradição de santidade protestante puritana, que é substituída pela valorização do corpo (um corpo que agora pode usar roupas da moda, pode dançar nos cultos etc.) e inserção social (pelos valores capitalistas);
- 4) Rompimento com as teologias escapistas e pregação da inserção no sistema socioeconômico por meio da Teologia da Prosperidade. Enquanto as primeiras diziam que o cristão deveria se manter separado das “coisas do mundo”, a segunda incentiva o desfrute dos bens materiais;
- 5) Desenvolvimento de uma prática religiosa avivalista, marcada pela exacerbação da experiência mística e da emoção;
- 6) Reprocessamento da teofania das tradições monárquicas de Jerusalém, um efeito do espírito de beligerância estimulado pela Guerra Espiritual, que faz com que a figura de Deus como “Senhor dos Exércitos” seja recuperada e, juntamente, todos os símbolos do povo de Israel do Antigo Testamento;
- 7) Desterritorialização e padronização do modo de vida *gospel*, que se torna algo compartilhado por diferentes denominações, uma vez que as doutrinas de cada uma delas passa a ser relativizada e que a música, o consumo e o entretenimento se tornam as ênfases;
- 8) Conservação de elementos da cultura evangélica brasileira, responsáveis pela crise entre protestantismo e sociedade, como certas posturas conservadoras, sectárias e anti-ecumênicas.

Para a autora, o surgimento da cultura *gospel* é um reflexo da midiaticização da religiosidade, ou seja, da produção de significados que os evangélicos fazem a partir das novas tecnologias de produção e transmissão de informações. No entanto, como ela mesma afirma, cultura *gospel* é um híbrido, uma vez que toda essa inovação no discurso é apenas aparente, pois as características conservadoras continuam sendo reafirmadas no processo de

negociação que se estabelece entre tradição e modernidade (CUNHA, 2007). Esse conservadorismo será fortemente percebido na atuação dos evangélicos na política, como veremos no próximo tópico.

2.3. Irmão vota em irmão: o reconhecimento dos evangélicos como segmento político

As relações entre religião e política no Brasil possuem raízes históricas. A constituição de 1824, por exemplo, exigia que o ocupante de cargos públicos fosse católico. No império, a propaganda de cultos contrários à confissão católica era passível de punição (TREVISAN, 2013; VITAL, LOPES, 2013). A liberdade religiosa só foi estabelecida com a Proclamação da República, que implantou o estado laico, pondo fim ao regime do padroado. No entanto, a religião católica continuou sendo cultural e socialmente hegemônica, enquanto as demais tradições eram apenas toleradas.

O crescimento dos evangélicos teve como consequência uma contestação do *status quo* católico, cujo marco inicial foi a participação dos evangélicos na Constituinte de 1986. Naquela época, marcada pelo fim do regime militar e pela redemocratização, diversos grupos sociais buscavam garantir que seus direitos fossem observados na elaboração da nova constituição. Os evangélicos se diziam temerosos de que a liberdade religiosa fosse ameaçada pela concessão de vantagens à Igreja Católica, por isso buscaram garantir sua participação na elaboração da nova Carta Magna. Assim, foram eleitos 32 parlamentares evangélicos - 18 deles pentecostais - para a Assembleia Nacional Constituinte, formando a primeira bancada parlamentar evangélica (VITAL, LOPES, 2013; TREVISAN, 2013, CUNHA, 2020; DIPP, 2019; SPYER, 2020).

A entrada dos evangélicos na política institucional ajudou a consolidar o pluralismo religioso e a questionar as relações da Igreja Católica com o Estado, pois eles tinham como pauta, na Constituinte de 1986, a defesa do estado laico e da liberdade religiosa. No entanto, a defesa da pauta de igualdade de acesso de todas as religiões se somava a outras demandas mais conservadoras: além de barrar os privilégios da Igreja Católica, a bancada evangélica em 1986 também buscava impedir que os movimentos tidos como contrários às suas convicções, como os LGBT, por exemplo, alcançassem garantias na nova constituição, tais como o casamento igualitário civil. Aos poucos, como veremos, essas demandas sobre moralidade sexual foram se sobrepondo àquelas sobre igualdade religiosa, e se tornando predominantes na atuação política evangélica (VITAL, LOPES, 2013; TREVISAN, 2013; CUNHA, 2020).

Desde 1986, a ideia de que “crente não se mete em política” foi sendo substituída pela máxima “irmão vota em irmão” e os evangélicos viram sua importância crescer a cada eleição presidencial. Já em 1989, nas primeiras eleições diretas, os evangélicos tiveram participação significativa na eleição de Fernando Collor (PSDB). Influenciados pela direita cristã dos Estados Unidos, muito em função dos missionários que vieram para o Brasil financiados pelos governos americanos de direita, os evangélicos viam a candidatura de Lula (PT), candidato da esquerda, como uma ameaça comunista contra a liberdade religiosa¹⁵. Por isso o apoio ostensivo a Fernando Collor na primeira eleição presidencial direta após o fim da ditadura civil-militar (PRANDI, SANTOS, 2017).

Esse apoio veio principalmente dos pentecostais. Algumas correntes históricas apoiaram o candidato petista, mas não foi suficiente. A demonização da figura de Lula continuou nas eleições seguintes, tendo seu oponente, Fernando Henrique Cardoso, se consagrado vencedor nos pleitos de 1994 e 1998, em primeiro turno, com o apoio dos evangélicos (TREVISAN, 2013; CUNHA, 2020).

O cenário começou a mudar nas eleições de 2002, quando, para superar a demonização de sua figura e aumentar sua base de apoio, Lula iniciou um movimento de aproximação com lideranças religiosas e de alianças com partidos do Centro, dos quais também faziam parte parlamentares evangélicos. Um exemplo foi o Partido Liberal (PL), de seu vice, José Alencar, que tinha fortes ligações com a IURD. No mesmo pleito, concorreu à presidência também o evangélico Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que abocanhou os votos de 51% dos evangélicos no primeiro turno. No entanto, após receber o apoio da IURD e de parte da Assembleia de Deus no segundo turno, Lula saiu vencedor na disputa com José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (TREVISAN, 2013). Em 2003, primeiro ano do governo Lula, foi criada, oficialmente, a Frente Parlamentar Evangélica¹⁶.

Em 2006, Lula se reelegeu mantendo o apoio de lideranças evangélicas, principalmente da Igreja Universal do Reino de Deus. Mas, até então, a atuação dos políticos evangélicos era pouco expressiva. Como aponta Cunha (2020), eles se inseriam em partidos

¹⁵ Apesar da esquerda ser associada a uma ameaça à liberdade religiosa por setores mais conservadores da época, o amplo apoio que o movimento sindical grevista da década de 1970 recebeu de setores ligados à Igreja Católica não pode ser esquecido. Esse apoio, vindo de grupos como a Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de clérigos, como o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e o então frei Leonardo Boff, e também de outros militantes católicos ligados à Teologia da Libertação foi fundamentais para a criação do Partido dos Trabalhadores (MACHADO, 2009).

¹⁶ Diferente de uma bancada, uma Frente Parlamentar é uma associação formalizada, regida pelas diretrizes do Ato nº69/2005. A bancada é um agrupamento informal de parlamentares que se unem para defender os interesses de um grupo específico. Geralmente, são compostas pelos parlamentares realmente comprometidos com as pautas de uma Frente (Fonte: ABREU; CUNHA, 2022).

pequenos e se ocupavam de projetos que consideravam ofensivos à moral religiosa, da criação de praças da Bíblia e de feriados religiosos. Mas eles começaram a se fortalecer na arena política a partir de 2010, quando a defesa dessas pautas morais ganhou visibilidade durante a campanha eleitoral, num movimento de reação às políticas públicas de gênero implantadas nos governos petistas. Nessa época, parlamentares evangélicos e católicos, que na Constituinte de 1986 estavam em lados opostos, se uniram na defesa de pautas comuns, como a não descriminalização do aborto, a rejeição da união civil de homossexuais e contra a criminalização da homofobia (TREVISAN, 2013), fortalecendo o conservadorismo moral.

No decorrer da campanha, os candidatos foram pressionados a demonstrar que seus governos se dariam em consonância com os valores da moral cristã. Dilma Roussef, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que não contava com a mesma popularidade de Lula, visitou cultos e assumiu o compromisso de que não tomaria iniciativas para alterar a legislação sobre o aborto e outros temas que, de acordo com os conservadores religiosos, afrontassem a família e a livre expressão religiosa. José Serra, opositor de Dilma, também apelou para o discurso religioso e recebeu o apoio do pastor Silas Malafaia¹⁷, que até então apoiava a candidatura de Marina Silva¹⁸, evangélica da Assembleia de Deus.

Marina perdeu o apoio do pastor e de outras lideranças da igreja após defender a realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto e por declarar que não se oporia ao casamento civil de homossexuais, caso o congresso aprovasse a medida (TREVISAN, 2013). A candidata também sofreu duras críticas dos setores progressistas após fazer algumas alterações em seu plano de governo que desagradaram a militância LGBT. Marina se viu duplamente pressionada, e de modo bastante contraditório: de um lado, pelos

¹⁷ Silas Malafaia é pastor pentecostal, televangelista e líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Embora não tenha se candidatado a nenhum cargo eletivo, o pastor - que coleciona diversos episódios polêmicos em sua biografia - possui forte influência política, sendo um grande opositor da ampliação de direitos civis aos homossexuais. Foi aliado de Lula nas eleições de 2002 e 2006, mas a partir de 2010 migrou para a oposição, apoiando as candidaturas de José Serra (2010), Aécio Neves (2014) e Jair Bolsonaro (2018). Nesta última, o pastor havia declarado que Adélio Bispo, autor da facada em Bolsonaro, era ligado ao PT. Um ano depois, admitiu publicamente que a informação era falsa. Sobre esse fato, ver: CUNHA, Magali. Pastor Silas Malafaia afirma que espalhou fake news durante campanha eleitoral de 2018. Coletivo Bereia. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/pastor-silas-malafaia-afirma-que-espalhou-fake-news-durante-campanha-eleitoral-de-2018/>> Acesso em: 13 mai. 2023.

¹⁸ Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima, mais conhecida como Marina Silva, além de política, é uma importante ambientalista, com reconhecimento mundial. Hoje evangélica da Igreja Assembleia de Deus, a ex-seringueira quis ser freira na juventude e se envolveu nos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, onde conheceu Chico Mendes. Com ele, fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Acre. Em 1986 disputou sua primeira eleição como deputada constituinte, mas, apesar da expressiva votação, não conseguiu se eleger. A primeira vitória veio em 1998, como vereadora de Rio Branco, e, posteriormente, em 1990, como deputada estadual do Acre. Em 1995 foi eleita a mais jovem senadora do país, aos 35 anos, se reelegendo em 2002. Entre 2003-2008, no primeiro Governo Lula, assumiu o Ministério do Meio Ambiente. Concorreu às eleições presidenciais em 2010, 2014 e 2018. Em 2022 foi eleita deputada federal por São Paulo, e, com a vitória de Lula à Presidência da República, em 2023 foi reconduzida ao cargo de Ministra do Meio Ambiente.

evangélicos, que a acusavam de ser pouco comprometida com os valores da religião, e de outro, pelos grupos progressistas, que a consideravam muito comprometida com o conservadorismo religioso.

Dilma venceu as eleições de 2010 e conseguiu se reeleger em 2014, se tornando a primeira mulher a ocupar a presidência da república no Brasil, um resultado comemorado por ativistas feministas e LGBT. No entanto, as alianças feitas com os grupos religiosos impediam que avanços nas pautas relativas a essas minorias fossem feitos, já que os parlamentares católicos e evangélicos barravam quaisquer projetos que considerassem ofensivo à moral cristã. Entre os projetos, está o PL122/2006, sobre criminalização da homofobia, que chegou a ser aprovado na Câmara, mas foi barrado no Senado. Podemos citar também a suspensão do material anti-homofobia, pejorativamente apelidado de “kit-gay”¹⁹. O material didático, que estava sendo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), após enfrentar muitas polêmicas e a forte oposição dos políticos e líderes religiosos, acabou sendo vetado por Dilma em 2011.

Além das aproximações por parte do governo federal, contribuiu para o avanço dos evangélicos na política o fato de que as igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus colocaram em prática seus projetos de ocupação da política institucional, lançando candidatos das próprias denominações, principalmente através dos partidos PRB (IURD) e PSC (Assembleia de Deus). A Assembleia de Deus ainda trabalha na criação de seu próprio partido, o Partido Republicano Cristão (PRC). Nos últimos governos, vários membros dessas denominações foram nomeados ministros, tais como: Marcelo Crivella (PRB/IURD), ministro da Pesca e George Hilton (PRB/IURD), ministro de Esportes, ambos no governo Dilma; Marcos Pereira (PRB/IURD), ministro do Comércio Exterior e Serviços, e Ronaldo Nogueira (PTB/Assembleia de Deus), ministro do Trabalho, ambos no governo Temer. Destacamos ainda a participação, nas eleições presidenciais, de Marina Silva (2010 e 2014) e Pastor Everaldo (2014), ambos da Assembleia de Deus, e de Marcelo Crivella²⁰, bispo da IURD, na eleição municipal do Rio de Janeiro em 2016, da qual saiu vitorioso.

¹⁹ Elaborado nos primeiros anos do Governo Dilma, o “Escola sem Homofobia” fazia parte do Programa Brasil Sem Homofobia, lançado pelo Ministério da Saúde em 2004, no primeiro Governo Lula. Tratava-se de um material pedagógico, produzido pelo MEC, que continha cartilhas e vídeos voltados aos alunos do Ensino Médio. Embora recomendado pela UNESCO, o material, pejorativamente apelidado de “kit-gay”, foi duramente criticado por setores conservadores e acabou tendo sua distribuição suspensa.

²⁰ Marcelo Crivella é sobrinho de Edir Macedo, fundador da IURD. Além de bispo da IURD, trabalhou como missionário em países da África por muitos anos, e também possui uma longa trajetória como cantor e compositor de músicas religiosas. A carreira política teve início em 2002, quando foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, se reelegendo em 2010. Além de ministro da Pesca e Aquicultura no Governo Dilma, também foi prefeito do Rio de Janeiro, ocasião em que acabou sendo preso em 2020, no exercício de seu mandato, por suspeita de corrupção. Em 2022 concorreu ao cargo de Deputado Estadual do Rio de Janeiro, saindo vitorioso do pleito.

Outros dois nomes, também ligados à Assembleia de Deus e que movimentaram o governo Dilma foram os de Marco Feliciano e Eduardo Cunha²¹. A indicação de Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em 2013, e a eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara dos Deputados, em 2015, e a importância deste último para o *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, impulsionaram um revigoramento das pautas em torno da moralidade sexual, que vinham na forma de “defesa da família tradicional”. O protagonismo de Feliciano e de Cunha reconfiguraram a presença dos evangélicos na política brasileira, com um fortalecimento do conservadorismo. O discurso da defesa da família e a “guerra” entre evangélicos e militantes LGBT ganharam apelo midiático e esses temas começaram a se fortalecer nas campanhas eleitorais e nos discursos das lideranças religiosas.

A reconfiguração da presença dos evangélicos na política se deu também na forma de alianças com outras frentes conservadoras, devido às fortes influências recebidas da direita cristã norte-americana, que Lacerda (2019) aponta como o principal ator do neoconservadorismo. Essa direita cristã dos EUA nasce quando evangélicos e católicos carismáticos que reagem aos movimentos de gênero assumem protagonismo político com o apoio da então direita secular, que congregava políticos ortodoxos defensores do militarismo, do anti-comunismo, do neoliberalismo e do punitivismo. Esta última visava o engajamento eleitoral dos atores religiosos na campanha de Ronald Reagan, que acabou sendo eleito presidente dos EUA em 1981.

A direita cristã foi um braço importante nos esforços anti-comunistas no governo Reagan e um freio à disseminação da Teologia da Libertação na América Latina. Essa coalizão de diversos atores e valores políticos, sob a liderança de Reagan, deu origem ao neoconservadorismo: um ideal que privilegiava o nacionalismo, a retidão moral, a defesa do sionismo, da família e do Cristianismo numa concepção “direitista”, e que visava fazer frente aos movimentos de gênero e ao Comunismo, que eram demonizados. No entanto, apesar de ter surgido nos EUA no contexto da Guerra Fria, o neoconservadorismo protagonizado pela direita cristã só teve sua força consolidada no Brasil após 2015, quando se fortaleceram as

²¹ Eduardo Cunha é membro da Assembleia de Deus, Ministério Madureira, e iniciou a carreira de parlamentar em 1998, como deputado estadual do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por dois mandatos. Em 2006 foi eleito deputado federal, também pelo Rio, sendo reeleito nos anos de 2010 e 2014. Como parlamentar, compôs a bancada evangélica e se tornou presidente da Câmara, sendo o responsável por instaurar e conduzir o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Sua carreira política é marcada por escândalos de corrupção, que o levaram a renunciar à presidência da Câmara em 2015, a cassação do mandato, em 2016, a condenações e períodos de reclusão, tanto em regime fechado como em prisão domiciliar. Em 2021, as condenações que o tornavam inelegível foram anuladas e ele tentou se eleger deputado federal por São Paulo nas eleições de 2022, mas não obteve êxito.

alianças políticas dos parlamentares religiosos com os parlamentares das bancadas do boi e da bíblia, estendendo seu apoio conservador para além das pautas religiosas, aos moldes do que aconteceu nos EUA nos anos de 1980.

A eleição de Bolsonaro potencializou o protagonismo dos evangélicos na arena política. Desde a campanha, ele contou com o apoio de religiosos católicos e evangélicos, nutrindo alianças com políticos e lideranças religiosas. Em seu governo também foram nomeados vários ministros evangélicos: Damares Alves (Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos/Igreja Batista da Lagoinha); Onyx Lorenzoni (Casa Civil/ Igreja Luterana), Marcelo Álvaro Antônio (Ministério do Turismo/ Igreja Maranata), Milton Ribeiro (Educação/Presbiteriano), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo/ Igreja Batista), Fábio Faria (Comunicações/ Batista), André Luiz Mendonça (Advocacia Geral a União/ Presbiteriano), sendo que este último assumiu a vaga de ministro no STF, indicado por Bolsonaro. Ao observar as denominações de cada um deles, fica evidente o protagonismo do protestantismo histórico conservador na ala ideológica do governo, contradizendo aqueles que costumam colocar os neopentecostais no centro das discussões políticas.

Além dos acontecimentos políticos já citados, Cunha (2020) aponta como fator para o aumento da visibilidade em torno do protagonismo político evangélico a consolidação da figura de Silas Malafaia (pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo) como porta-voz dos evangélicos pelas mídias noticiosas, muito em função de suas falas corresponderem ao imaginário que se tem sobre a religião. A autora destaca também o caráter messiânico recebido pela Operação Lava-Jato, sob o comando do procurador evangélico Deltan Dallagnol.

Para Cunha (2020), o fundamentalismo evangélico dos últimos anos traz como novidade a visibilidade que as lideranças religiosas adquiriram na esfera pública, ultrapassando as fronteiras do segmento evangélico. Visibilidade esta alcançada por meio da mídia e de projetos de articulação política. Essas expressões fundamentalistas emergem como uma reação aos avanços das transformações socioculturais que se deram a partir de 2003, como aumento das políticas públicas de direitos humanos e de gênero. Outra novidade que a autora coloca é a forma como essas lideranças se apresentam:

(...) como pertencentes aos novos tempos, em que a religião interage com o mercado, as mídias e as tecnologias – mas que se revelam defensoras de princípios fundamentalistas, com discursos de rigidez moral, visando à conquista de poder no espaço público. (CUNHA, 2020, p.51)

No entanto, como veremos a seguir, a atuação política dos evangélicos, assim como o próprio segmento religioso, não é homogênea.

2.4. Um segmento heterogêneo

O desenvolvimento do protestantismo no Brasil deu origem a uma quantidade expressiva de denominações, dos mais variados tipos, mas que convergiam, em certo ponto, por manterem algumas posturas doutrinárias trazidas pelos missionários. Essas posturas cristalizaram uma nova forma de ser igreja, marcada por valores anticatólicos e fundamentalista. Apesar da multiplicidade de denominações, esses valores construíram uma identidade evangélica brasileira, que Dias (2016) chamou de “unanimidade ideológica não planejada”, que passou a caracterizar as diferentes igrejas. Com o desenvolvimento do capitalismo de mercado e a incorporação de valores neoliberais por esse segmento religioso, elementos como o consumo e o entretenimento também passaram a compor essa padronização do modo de ser evangélico no Brasil, configurando o que Cunha (2007) batizou de “cultura *gospel*”.

Percebe-se, portanto, que caracterizar os evangélicos passa muito mais por perceber os discursos que promovem a aderência do grupo do que tentar catalogar as diferentes denominações. Isso porque, conforme o próprio Dias (2016) aponta, modos de resistência a esses discursos majoritários também se levantam, o que mostra que a dita “unidade não-planejada” ou “cultura *gospel*” é permeada de fissuras e que outros discursos, embora minoritários, também se fazem presentes na disputa dessa narrativa. Fonseca (2019) propõe um modelo esquemático que representa a configuração dos evangélicos no Brasil levando em consideração esses grupos de afinidades discursivas e identifica três correntes teológicas como as principais estruturantes e orientadoras desses grupos em suas agendas de transformação social. Essas correntes, todas com forte presença na América Latina, seriam a Teologia da Libertação, a Teologia da Missão Integral e a Teologia da Prosperidade.

A primeira, Teologia da Libertação, se desenvolveu entre os anos 1960 e 1970, numa América Latina marcada pela desigualdade social e por governos autoritários que tomavam o poder de forma ditatorial, financiados pelos EUA, com a desculpa de conter o avanço do Comunismo no continente. Nessa época, alguns teólogos criticavam a igreja protestante, que tinha bases euro-americanas, de ter se desenvolvido de modo muito apartado da realidade

local. Para esses teólogos, o imperialismo ditava as regras da evangelização e a igreja, nos moldes como estava, servia como uma ferramenta de propagação do *american way of life* (CAPPELLETTI, 2018).

Portanto, esses teólogos defendiam o desenvolvimento de uma teologia mais sensível às mazelas latinoamericanas e mais engajada às causas sociais, tais como as lutas pela reforma agrária, pela melhoria das condições de trabalho, pela garantia dos Direitos Humanos, pela melhor distribuição das riquezas e pelo fim das ditaduras. Estavam alinhados com as discussões sociais levantadas por autores como Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e com a leitura da realidade proposta pela filosofia marxista; logo, valorizavam a emergência de uma teologia centrada no pobre e uma igreja ecumênica, voltada para o serviço aos marginalizados.

No Brasil, o nome de personalidades católicas, como o de Leonardo Boff, são mais associados à Teologia da Libertação, mas a tese de doutorado defendida pelo pastor presbiteriano Rubem Alves - *Towards a Theology of Liberation* - no Princeton Theological Seminary (EUA) em 1968, é considerada a primeira obra a compilar as proposições que deram origem a esta teologia. Outro nome protestante importante é o de Richard Shall, que se dedicou a promover o diálogo entre a fé cristã e o marxismo. Embora seja originário dos EUA, Shall morou por muitos anos no Brasil e em outros países da América Latina, e suas reflexões são conhecidas como “teologia da revolução” (CAPPELLETTI, 2018; RIBEIRO, 2018; SANCHES, 2010).

Com o tempo, houve uma bifurcação entre os teólogos adeptos da Teologia da Libertação, que defendiam uma fé mais sensível às mazelas do Terceiro Mundo e mais engajada socialmente (ecumênicos), e aqueles que defendiam a manutenção das estruturas teológicas dos missionários, mais ligadas aos seus países de origem, e que viam o ecumenismo e a insurgência do Comunismo como uma ameaça à religião (conservadores/fundamentalistas). No entanto, houve ainda a emergência de um terceiro grupo (evangelicais), que estava insatisfeito tanto com as proposições dos ecumênicos, quanto dos fundamentalistas, e que deu origem à chamada Teologia da Missão Integral.

Surgida na década de 1970, a Teologia da Missão Integral é o segundo tipo discursivo apontado por Fonseca (2019) como orientador das narrativas evangélicas no Brasil. Assim como a Teologia da Libertação, defendia o desenvolvimento de uma práxis teológica mais contextualizada às mazelas sociais, políticas e econômicas da América Latina e criticava os fundamentalistas de serem muito apegados aos dogmas dos missionários europeus e americanos e de propagarem o anticomunismo de forma pouco crítica. Entretanto, também

acusava os Teólogos da Libertação de serem muito radicais, influenciados pelo marxismo e por outros autores da esquerda e de serem muito próximos da Igreja Católica (CAPPELLETTI, 2018). Esses teólogos defendiam que a ação social e a evangelização tinham igual importância na Missão da igreja. O batista equatoriano Renné Padilla, o batista peruano Samuel Escobar e o anglicano brasileiro Robinson Cavalcanti são nomes importantes desse grupo. Para Cappelletti (2018), o surgimento da Teologia da Libertação e da Teologia da Missão Integral é importante porque:

os pensadores latino-americanos das teologias, TMI e TdL, elaboraram uma nova hermenêutica em que o contexto contemporâneo tinha uma importância na realização de uma teologia para a América Latina. Neste caso, na hermenêutica da dupla contextualização dá-se importância ao contexto histórico do povo da América Latina, da geografia da fome, da cultura da violência, da linguagem de uma multidão sem voz, do mundo cultural da opressão e das estruturas de uma ordem social injusta, que necessitava da mensagem de liberdade. (CAPPELLETTI, 2018, p. 196)

O terceiro grupo discursivo que Fonseca (2019) aponta como orientador do discurso evangélico no Brasil é a Teologia da Prosperidade. Como vimos no tópico 1.1, essa teologia ganha força no Brasil com a propagação das igrejas neopentecostais, nas décadas de 1980 e 1990. Era um contexto pós Guerra Fria, no qual as ditaduras autoritárias já vinham perdendo força na América Latina, e de fortalecimento do neoliberalismo. Logo, as respostas da Teologia da Prosperidade, diferentemente da Teologia da Libertação e da Teologia da Missão Integral que eram mais voltadas ao coletivo, estavam mais focadas no progresso individual e no ganho financeiro imediato como sinal de bênçãos.

Para Fonseca (2019), esses três discursos (Teologia da Libertação, Teologia da Missão Integral e Teologia da Prosperidade) orientam os diversos segmentos evangélicos existentes no Brasil, fazendo com que eles se tangenciem e se sobreponham, conforme o esquema abaixo produzido pelo próprio autor:

Abrangência dos discursos: Libertação (TdL), Prosperidade (TP) e Missão Integral (TMI)

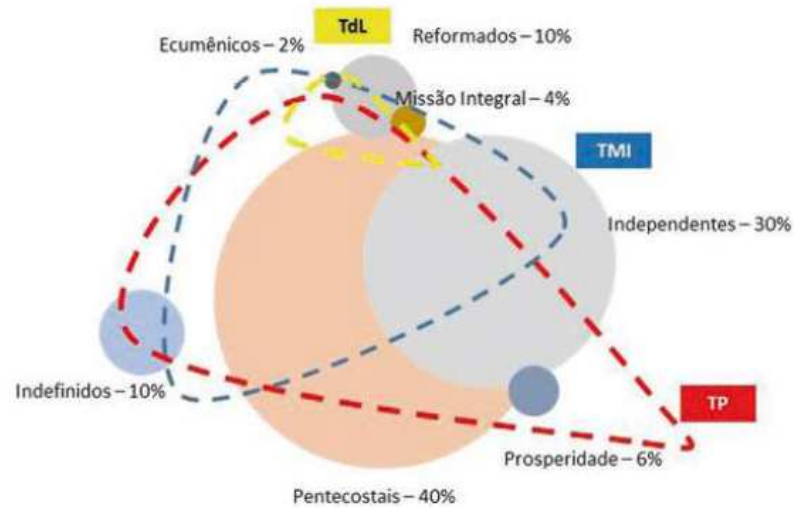


Fig. 4.3 Range of discourses: Liberation (TdL), Prosperity (TP), and Holistic Mission (TMI) [Yellow lines (TdL), Red lines (TP), Blue lines (TMI)] Reformed—10%, Holistic Mission—4%, Independents—30%, Prosperity—6%, Pentecostals—40%, Undefined—10%, Ecumenicals—2% (Color figure online)

Fonte: FONSECA, 2019, p. 93

No entanto, além desses discursos teológicos identificados por Fonseca (2019), podemos citar outros que também colaboram para que os grupos da imagem acima possam ser subdivididos em uma infinidade de outros grupos. Um exemplo é o discurso da própria direita cristã, que, como vimos, incorpora, como pauta religiosa, a defesa de pautas da direita secular, tais como o militarismo e o anti-comunismo, além das pautas morais anti-aborto, anti-gênero e anti-LGBT como eixo político.

Outro fenômeno complexo, que vem tomando forma recentemente, é a confluência de valores do neopentecostalismo com a gramática do crime organizado, dando origem ao chamado “narcopentecostalismo”. Com a proliferação das igrejas evangélicas nas zonas periféricas e também com a forte presença destas nos presídios, pessoas ligadas ao tráfico e às milícias começaram a ter contato com esse universo religioso e a incorporar suas narrativas. Ao mesmo tempo, principalmente a partir dos anos 2000, começaram a fazer parte do tráfico e das corporações policiais - alguns ligados à milícia - os chamados “crias da favela” - pessoas da própria comunidade, oriundas de famílias que frequentam essas igrejas e que compartilham desse universo simbólico. Essa confluência discursiva deu origem aos

chamados “milicrentes” e “traficrentes”, com consequências bastante negativas para os praticantes de religiões de matrizes africanas que começaram a ser expulsos das favelas, como forma de demonstração de poder e controle da comunidade por esses grupos armados (VITAL DA CUNHA, 2014, MIRANDA et all, 2022; ALESSI, 2021).

Ainda nessa questão da confluência de outros discursos no universo evangélico, podemos citar também as influências que os movimentos identitários e de gênero que floresceram no último século tiveram na própria teologia, fazendo emergir novas leituras do texto bíblico mais sensíveis aos grupos minoritários. Dessas novas leituras, surgem propostas para novas teologias (negra, feminista, *queer* etc) e emergem as igrejas inclusivas e grupos de evangélicos não institucionalizados em defesa das mais variadas pautas, além de um crescente número de “desigrejados”, que são pessoas que se auto-declaram como evangélicas, mas que, pelos mais diversos motivos, escolheram não fazer mais parte de nenhuma denominação formal.

A multiplicidade discursiva que indicamos até aqui já é um indício de que precisamos tecer algumas ponderações sobre a participação dos evangélicos na esfera pública, que não se dá do modo homogêneo que costuma habitar o senso comum. Sobre essa questão, destacamos três pontos principais. O primeiro deles é sobre a unicidade de pensamentos entre os parlamentares evangélicos e, conseqüentemente, da Frente Parlamentar Evangélica. Sobre esta última, inclusive, é importante frisar que nem todos os parlamentares signatários professam a religião: na 56ª legislatura (2019-2022), das 203 assinaturas, apenas 93 se diziam evangélicos²². Até o momento de conclusão desta tese os dados sobre a composição da FPE na 57ª legislatura não estavam oficialmente computados, mas as tensões internas já refletiam na disputa pela presidência do bloco, ficando decidido que os deputados Eli Borges (PL-TO) e Silas Câmara (Republicanos-AM), se revezarão, a cada 6 meses, na liderança.

Do mesmo modo que nem todo membro da Frente Parlamentar Evangélica professa a religião, também nem todo parlamentar evangélico faz parte do grupo, como é o caso de Marina Silva, que nunca aderiu. Desde o seu início, na época da Constituinte, quando ainda atuava como bancada evangélica, este grupo também não era política e nem ideologicamente homogêneo. A Frente Parlamentar Evangélica da 56ª legislatura congregou nomes de diferentes denominações e partidos, tanto da esquerda, como é o caso de Benedita da Silva e

²² Isso se verifica porque, pelas exigências do Ato nº69/2005 da Mesa Diretora, para que uma Frente Parlamentar seja registrada, é necessária a adesão de pelo menos um terço dos integrantes do Poder Legislativo Federal. Desse modo, alguns assinam porque podem precisar desse mesmo apoio no futuro, quando quiserem formar uma frente parlamentar de seu interesse. Um mesmo parlamentar pode ser signatário de diferentes Frentes Parlamentares (Fonte: RELIGIÃO E PODER, 2020).

Alexandre Padilha, do PT, quanto da direita conservadora, como Carla Zambelli e Alê Silva, que se elegeram pelo PSL em 2018, mesmo partido que elegeu Bolsonaro presidente no mesmo ano. Já Frente Parlamentar Evangélica da 57ª deve contar com o reforço de Nikolas Ferreira (PL-MG) - membro da Comunidade Evangélica Graça e Paz - grande apoiador de Bolsonaro e deputado federal mais votado nas eleições de 2022, e André Janones (Avante) - da Igreja Batista da Lagoinha, a mesma de André Valadão -, apoiador de Lula no último pleito e segundo deputado mais votado em Minas Gerais, atrás de Nikolas.

O ponto de convergência entre os parlamentares desta Frente costuma ser uma tendência ao conservadorismo em torno das pautas de moralidade sexual. Nas questões de caráter econômico, tendem a acompanhar a opinião geral do Congresso e as orientações de seus partidos, pensando mais como políticos do que como evangélicos (PRANDI; SANTOS, 2017). O mesmo se dá em relação aos eleitores, com os quais a coincidência nas opiniões se dá, sobretudo, em relação às pautas morais, sendo destoantes em outros pontos, nos quais os parlamentares podem se mostrar mais liberais do que seus eleitores (PRANDI; SANTOS, 2017).

Mas, mesmo a posição dos evangélicos em relação às pautas morais, que à primeira vista parece ser um consenso, não é homogênea. A defesa da não-discriminação do aborto, por exemplo, que mobiliza grande parte dos religiosos, não ganha tanta ênfase na IURD, já que seu líder máximo, Edir Macedo, deu declarações favoráveis ao aborto legal. Outro exemplo são as críticas de Benedita da Silva ao conservadorismo de Damares Alves, quando esta esteve à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O segundo tópico que precisamos chamar a atenção é em relação ao voto evangélico e à crença de que os fiéis tendem a seguir as orientações de seus líderes em suas escolhas políticas. Conforme Reginaldo Prandi e Renan Santos (2017):

A propalada “fidelidade eleitoral” dos pentecostais, muitas vezes vendida a peso de ouro por suas lideranças nas barganhas político-partidárias, apesar de ser muito mais influente do que o observado para as demais religiões, atinge apenas uma minoria dentro de seu próprio universo. Segundo Ricardo Mariano, o poderio eleitoral dos pentecostais, “tão avidamente cobiçado por partidos e candidatos, e por isso tornado sua moeda de troca a cada pleito, embora não seja pequeno, costuma ser menor do que o por eles alardeado. Vendem gato por lebre” (1999, p. 235). A grande maioria dos fiéis pentecostais simplesmente não considera importante a opinião de suas lideranças na hora de votar. (PRANDI; SANTOS, 2017, p. 207)

Prandi e Santos (2017) analisaram os dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha em 2014 e 2015, que mostraram que, embora superior em relação a outras religiões, o número de evangélicos que disseram levar em consideração as opiniões de seus líderes

religiosos na hora de votar ficou na casa de 20%, revelando que são uma minoria. Esse comportamento seria explicado por mudanças na postura dos fieis nas religiões modernas. Diferentemente de como ocorria no passado, aderir a uma religião não significa mais adotar todos os seus valores e seguir todos os princípios. Os fieis atuam mais como “consumidores seletivos” (BRUCE, apud PRANDI e SANTOS), construindo suas próprias crenças a partir de processos de bricolagem, com elementos de múltiplas esferas.

O último tópico que chamamos a atenção diz respeito ao conservadorismo evangélico. Embora a mídia noticiosa evidencie a existência de uma hegemonia evangélica conservadora, os grupos progressistas também têm atuação antiga dentro do segmento religioso. Nos anos de 1930, destacamos o trabalho realizado pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que atuava no combate à desigualdade econômica e cultural, na defesa de direitos civis, das minorias, do meio ambiente, do Estado laico e da liberdade religiosa. No período militar, os membros da CEB foram perseguidos dentro e fora das igrejas por defenderem a democracia, o que culminou no encerramento das atividades da Confederação na década de 1970 (CUNHA, 2017; DIAS, 2012).

No período da redemocratização, destacamos o Movimento dos Evangélicos Progressistas (MEP). Na década de 1990 o MEP chamava a atenção das igrejas para a importância de uma atuação política ética e de uma participação eleitoral responsável, sendo também um importante interlocutor entre evangélicos e partidos de esquerda (CUNHA, 2017).

Em 2016, vimos o surgimento da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, sob a liderança do pastor Ariovaldo Ramos, que se colocou ferrenhamente contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A Frente tem como objetivo a defesa de pautas de justiça social. Podemos ainda citar movimentos evangélicos recentes que se engajam contra o conservadorismo moral, tais como as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, que lutam pela descriminalização do aborto, e os Evangélicx pela Diversidade, sobre a causa LGBT.

No entanto, aponta Cunha (2017), os ativistas progressistas evangélicos não conseguem a mesma visibilidade midiática dos conservadores: não contam com celebridades midiáticas, não dispõem dos recursos financeiros das grandes igrejas e apresentam uma teologia e uma linguagem que são conflitantes com o conservadorismo que caracteriza os evangélicos brasileiros. Por serem invisibilizados pela grande mídia, sua expressão se dá, sobretudo, nas redes sociais.

Feitos os devidos apontamentos sobre o segmento evangélico no Brasil, passaremos ao estudo da configuração do movimento LGBT.

CAPÍTULO 3

ARROMBANDO AS PORTAS DO ARMÁRIO: OS LGBT COMO SUJEITOS DE DIREITOS

3.1. Movimento LGBT no Brasil

Foi no final do século XIX, na Europa, que a homossexualidade se tornou objeto de atenção social. Até então, as práticas homossexuais eram consideradas como um produto da libido masculina. Uma prática imoral, que precisava ser regulada, mas que estava no mesmo nível de outras consideradas indecorosas, como a prostituição. Nessa época, as preocupações com o imperialismo e com o declínio nacional na Inglaterra colocaram a família como o centro de uma sociedade estável e, portanto, os militantes da pureza passaram a reforçar a importância do casamento. Conseqüentemente, as relações sexuais fora do matrimônio, aqui inclusas as práticas homossexuais, se tornaram uma preocupação.

A regulação da libido masculina tornou-se uma necessidade, como forma de combater os excessos sexuais que, segundo a mentalidade da época, traziam doenças e a decadência da sociedade (FRY, 1982). A diferenciação entre o indivíduo “passivo” e o “ativo” dava a tônica da discussão, sendo os "passivos" mais associados ao feminino e, por isso, mais marginalizados. Para a mentalidade da época, as práticas consideradas “ativas” eram menos problemáticas, pois ainda guardavam certa essência do comportamento masculino, diferente das práticas passivas, apesar de também serem consideradas como comportamento imoral.

São desse período os primeiros estudos que buscavam codificar os ditos excessos sexuais, e que restringiram a sexualidade do homem à heterossexualidade do casamento. Na medicina, despontaram os trabalhos que insistiam na gênese biológica da homossexualidade. Essa abordagem foi usada tanto por aqueles que tentavam naturalizar a condição homossexual, quanto por aqueles que a consideravam como um tipo de anomalia. O pensamento eugênico nazista, por exemplo, se baseou nos argumentos do determinismo biológico para estigmatizar e eliminar os homossexuais (FRY, 1982; TREVISAN, 2018).

Esses estudos promoveram um deslocamento da homossexualidade, que, do campo do pecado, passou para o controle da medicina. Logo, a homossexualidade passou a ser considerada como algo passível de tratamento, tal como a loucura, sendo inclusive relacionada às doenças psíquicas, aos moldes da esquizofrenia e da psicopatia. Nessa época, segundo Fry (1982), ganharam terreno também as teorias que buscavam estabelecer relações

entre as influências do ambiente para o favorecimento das predisposições orgânicas da homossexualidade.

Esse controle pela medicina induziu também o controle pelas vias penais. Ações de segregação em manicômios judiciais, por exemplo, foram adotadas como medidas pedagógicas correccionais para os indivíduos homossexuais. No Brasil, embora a homossexualidade não fosse considerada crime desde a Proclamação da República, as perseguições policiais aos homossexuais se tornaram constantes (FRY, 1982).

A partir das décadas de 1940, 1950 e 1960, os estudos da psicologia e da psiquiatria passaram a minimizar a importância entre os papéis de gênero e da divisão “passivo/ativo”, e desenvolveu-se uma nova identidade homossexual baseada na orientação sexual. Gradativamente, a homossexualidade passou a ser vista como condição e não mais como doença. Nessa mesma época, o surgimento de movimentos sociais que lutavam para uma maior igualdade entre os sujeitos - como, por exemplo, o movimento feminista e o movimento negro -, contribuiu ainda para o entendimento da homossexualidade como uma identidade política.

No Brasil, o surgimento dessas novas identidades, segundo Fry (1982), está relacionado à constituição da classe média nas grandes metrópoles. Naquela época, o país passava por grandes transformações sociais, como o processo de industrialização e o êxodo rural, que atraíam cada vez mais pessoas para os ambientes urbanos. O mundo também passava por importantes transformações políticas e culturais, como o fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria e o movimento de liberação sexual. Nesse contexto, novos espaços de sociabilidade surgiram, facilitando a circulação das novas ideias e identidades entre as classes média e alta, que detinham mais acesso à informação.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, já nas décadas de 1950 e 1960, eram encontrados espaços para sociabilidade homoerótica, os chamados “guetos”, que atraíam tanto mulheres quanto homens gays (FACCHINI, 2003). Nessa época surgiu um dos primeiros grupos, a Turma OK, que se reunia semanalmente para atividades culturais, e também o jornal *Snob*, primeira publicação abertamente homossexual.

Mas foi apenas no final da década de 1970, com a criação do Grupo SOMOS (1978), que o movimento homossexual brasileiro (MHB) assumiu preocupações políticas e passou a se engajar na defesa de direitos relacionados à livre orientação sexual (CARRARA, 2019). No mesmo ano de criação do grupo, entrou em circulação o jornal *Lampião da Esquina*, que teve um importante papel para a articulação e divulgação das pautas do movimento homossexual.

Os Estados Unidos costumam ser lembrados como o *locus* da gênese da homossexualidade como categoria política e de identidade social. Isso porque, no dia 28 de junho de 1969, o bar *Stonewall Inn*, localizado no “gueto homossexual” de Nova York, foi invadido pela polícia, que buscava reprimir a concentração de gays e lésbicas do local. Os frequentadores do bar, diante dos frequentes abusos policiais, reagiram, fazendo o conflito perdurar por todo o fim de semana. O triste episódio desencadeou a mobilização de ativistas que passaram a se organizar politicamente contra a repressão policial e pelos direitos dos homossexuais (TRINDADE, 2011). Atualmente, no dia 28 de junho é celebrado o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

Entretanto, embora o episódio de *Stonewall In* seja frequentemente apontado como o marco da luta organizada contra a homofobia, iniciativas anteriores existiram. Vale destacar, por exemplo, a criação, em Berlim, do Comitê Científico Humanitário, apontado como a primeira organização do mundo a combater a intolerância sexual. Criado pelo médico judeu e homossexual Magnus Hirschfeld, o comitê foi uma resposta à prisão do escritor Oscar Wilde, na Inglaterra, condenado após um escandaloso *affair* que envolveu o nome do Lorde Alfred Douglas. No mesmo período, a cidade alemã também contava com uma vida noturna gay expressiva e diversas produções cinematográficas com personagens gays e lésbicas, que davam visibilidade à temática homossexual. Por conta disso, já nos anos de 1930, era chamada de “Berlim imoral” e considerada a metrópole Gay da Europa (KURTZ, 2000).

Essas iniciativas foram duramente reprimidas no período nazista. Nos EUA também aconteceram iniciativas anteriores à *Stonewall In*. Green (2003) destaca a Mattachine Society, fundada em 1950 por membros do Partido Comunista, que considerava o *status* marginal ao qual os homossexuais estavam socialmente submetidos como equivalente às discriminações sofridas pelas minorias raciais, e também o Daughters of Bilitis, grupo de lésbicas que denunciavam o isolamento sofrido por mulheres que não se associavam aos papéis sociais da era McCarthy. Esses movimentos, segundo o autor, embora pequenos, fundaram as bases para que os movimentos da época de *Stonewall* pudessem se organizar.

Conforme Trindade (2011), “Os ruídos do *Stonewall* alçaram voos mais longos e se insinuaram também entre os homossexuais latinoamericanos” (TRINDADE, 2011, p. 74). Os eventos ocorridos em Nova York e o contexto político, marcado por governos autoritários, marcam a origem dos movimentos na América Latina. São desse período a Frente Homossexual de Acción Revolucionaria (1978) no México e a Frente de Liberación Homossexual de la Argentina (1971). Ainda na Argentina, em 1969, foi fundado El Grupo Nuestro Mundo, por um militante homossexual expulso do Partido Comunista. Mas de acordo

com Green (2003), aparentemente, a criação do grupo não teve ligação com o episódio de *Stonewall*. Green (2003) também chama a atenção para o fato de que, na América Latina, a maior parte dos grupos surgidos nas décadas de 70 e 80 era formada por lideranças envolvidas com partidos comunistas ou grupos dissidentes, ou vindos de outros movimentos de esquerda.

No Brasil, como vimos, o pioneiro foi o Grupo SOMOS, inspirado nos movimentos dos EUA e da América Latina. Mas em sua esteira, o país viu florescer, na década de 1980, diversos outros grupos com atuação política, que interpelavam o Estado para a reivindicação de direitos. Como exemplos, podem ser citados o Grupo Gay da Bahia; o Galf (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), em São Paulo; o Gatho (Grupo de Atuação Homossexual), em Olinda; o Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro e o Beijo Livre, em Brasília.

Esse movimento de criação de grupos organizados para a defesa dos direitos da população homoafetiva foi impulsionado pelo contexto daquela época, de pós-guerra. Era um período de intensa inquietação cultural e artística, de ações pelo fim da ditadura, pela redemocratização do país e de ascensão dos movimentos de minoria, tais como o movimento negro, o movimento de mulheres e, impulsionado por este último, o movimento LGBT (CARRARA, 2019).

Facchini (2003) divide o surgimento do movimento homossexual no Brasil em três ondas. A primeira, iniciada no final da década de 1970, se concentrou principalmente no eixo Rio-São Paulo e se deu a partir do surgimento do Grupo SOMOS. Nascido como “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”, sendo posteriormente rebatizado como “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual”, o grupo, como mencionamos, foi o primeiro a politizar a questão da homossexualidade²³. Inicialmente, apenas homens participavam do grupo. No entanto, após um debate realizado na USP, no ano seguinte, passou a contar também com integrantes mulheres.

Pouco tempo depois de sua criação, divergências internas provocaram algumas cisões no SOMOS. Essas divergências se davam, principalmente, devido a discordâncias sobre a articulação do grupo com outros movimentos de minoria e grupos de esquerda, e também entre as participantes mulheres, que reclamavam de pouco espaço para a discussão das pautas relativas à homossexualidade feminina. Esses rachas internos deram origem a outros grupos, como o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) - que após o racha, passou a manter relações mais fortes com o movimento feminista do que com o movimento homossexual -, e o

²³ Conforme conta James Green, que participou ativamente dos primeiros anos do grupo, “Somos” era o nome da revista da Frente de Libertación Homossexual de Argentina, que chegou ao fim em 1976, com a instalação da ditadura naquele país. A escolha do nome, segundo ele, representava um gesto de internacionalismo e de identificação com o movimento homossexual do país vizinho (GREEN, 2018, p. 72).

Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. No período da chamada “primeira onda”, as principais reivindicações desses grupos passavam pela inclusão do respeito à “opção sexual” na nova Constituição Federal e pela retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais (FACCHINI, 2003).

Em meados da década de 1980, a quantidade desses grupos caiu drasticamente. O próprio Grupo SOMOS, que serviu de modelo de militância para os outros grupos, encerrou suas atividades em 1983, dois anos depois de o *Lampião da Esquina* também deixar de circular. Facchini (2003) aponta como uma das principais explicações para essa queda o surgimento da epidemia de AIDS. Muitos líderes do movimento homossexual acabaram se voltando para a luta contra a doença, então chamada de “peste gay”, e a pauta da liberação sexual acabou perdendo força com o surgimento do vírus HIV.

A autora também cita a redemocratização como um dos motivos para a queda no número de grupos, que teriam tido dificuldades para adaptar sua militância ao novo contexto. Havia a ideia de que a democratização facilitaria o acesso aos direitos civis por outras vias e, somado a isso, a ascensão de um mercado gay e a ampliação da visibilidade nos meios de comunicação traziam a ilusão de liberdade e de que a luta política não era mais necessária. O contexto ainda era de alto desemprego, que dificultava a mobilização dos ativistas (GREEN apud FACCHINI, 2003).

No entanto, se na segunda onda, por um lado, o MHB viu diminuir a quantidade de grupos organizados, por outro, foi também o período em que assumiu uma atuação mais pragmática na defesa dos direitos. Nesse período, o movimento passou a se preocupar com formas mais profissionais de organização, atraiu o apoio de outros atores sociais (associações científicas, partidos políticos, parlamentares, magistrados, ONGs etc.) e incluiu novas pautas em suas reivindicações, tais como o casamento civil igualitário, educação sexual nas escolas, discriminação religiosa e luta contra a AIDS (FACCHINI, 2003). Na segunda onda, houve também um deslocamento geográfico nas movimentações do MHB, que passaram a se concentrar no eixo Rio-Nordeste. Essa mudança foi provocada pelo esfriamento das participações em São Paulo, berço do Grupo SOMOS, que chegava ao fim, e pelo fortalecimento do Grupo Gay da Bahia, que atualmente é a associação LGBT mais antiga ainda em funcionamento.

A década de 1990 assistiu a um reflorescimento do movimento homossexual brasileiro, que é apontado por Facchini (2003) como a “terceira onda”. Nesse período, além de uma nova alta no número dos grupos organizados, houve uma ampliação no recebimento dos recursos. No ano de 1995, por exemplo, o Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que já

estava em sua 8ª edição, foi realizado, pela primeira vez, com financiamento do Ministério da Saúde, do então governo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Facchini (2003), a classificação dos homossexuais como “grupo de risco” para o HIV, questionada por muitos por ser preconceituosa, acabou por fortalecer os grupos, que passaram a conseguir recursos financeiros do governo e de outras instituições para campanhas de conscientização, e também acabou atraindo pessoas para esses grupos em busca de informações. Também em 1995 aconteceu no Brasil a 17ª International Lesbian and Gay Association (ILGA), que demonstrava o aumento da inserção internacional do MHB, que também passou a contar com financiamentos vindos de organizações de fora do país.

O período foi marcado por um aumento da visibilidade da homossexualidade no espaço público, impulsionada pelo surgimento de um mercado voltado ao público gay (revistas, jornais, agências de turismo etc.) e pela Parada do Orgulho Gay, que começou a ser realizada anualmente, a partir de 1996 (FACCHINI, 2003; TRINDADE, 2011).

A terceira onda ainda é caracterizada por uma maior aproximação do movimento homossexual com a esquerda partidária e pela incorporação das discussões sobre gênero, com um aumento da participação das lésbicas e uma maior visibilidade para as travestis e pessoas transexuais. Essa diversidade de propostas, grupos e demandas, somada à concorrência entre os grupos pelos financiamentos estatais e internacionais, acabava por criar uma relação nem sempre amigável entre os militantes. O Movimento Homossexual Brasileiro, como veremos a seguir, possui uma trajetória marcada por conflitos.

3.2. Entre consensos e dissensos: a sopa de letrinhas

Apesar dos avanços recentes e de, ao longo dos anos, o movimento homossexual ter se diversificado para incluir outros grupos de minoria, como as pessoas transexuais e bissexuais, a sigla LGBT também esconde preconceitos internos, que muitas vezes acabam reforçando certas hierarquizações e promovendo invisibilidades. Já nos primórdios, por exemplo, os participantes dos primeiros grupos políticos organizados assumiram uma postura de se diferenciar daqueles que frequentavam o “gueto”. Havia uma tentativa de “higienizar” a imagem do homossexual, separando os militantes, que eram considerados como respeitáveis, intelectualizados, sérios em suas reivindicações, da figura das “bixas loucas”, “degenerados”, “pervertidos” e “alienados” que frequentavam o gueto.

Esses últimos eram, por muitas vezes, vistos como motivo de chacota para a sociedade em geral (MCRAE, 2018). Assim, para muitos militantes, a forma “correta” de ser homossexual era aquela que evitava os excessos, numa performance mais palatável, que lhes conferia mais respeitabilidade social. Nesse contexto, a figura do bissexual encontrava grande dificuldade de aceitação, pois eram vistos como promíscuos ou como gays que não tiveram coragem de se assumir.

As mulheres também encontraram hostilidades dentro do movimento homossexual. A participação delas no SOMOS, o pioneiro na defesa dos direitos LGBT, teve início em fevereiro de 1979, pouco tempo depois de o grupo fazer sua primeira aparição pública em um ciclo de debates realizado na USP no ano anterior. Logo após entrarem no grupo, as mulheres do SOMOS foram convidadas pelo *Lampião da Esquina* para escreverem sobre o assunto da homossexualidade numa perspectiva lésbica. A experiência foi considerada positiva, no sentido de perceberem o quanto ainda precisava ser debatido e a importância de trabalharem juntas, mas o pouco tempo de atividades dentro do SOMOS também revelou a existência de atitudes machistas e discriminatórias. Como conta Marisa Fernandes, uma das primeiras militantes lésbicas:

A palavra usada para identificar tanto os gays quanto as lésbicas era “bicha”, mas as mulheres do SOMOS queriam ser chamadas de lésbicas, uma palavra à qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era preciso usá-la para esvaziar seu conteúdo violento. Ao se referirem às mulheres em geral, os gays usavam os termos “racha” ou “rachada”, o que para as lésbicas era impossível de se admitir. (FERNANDES, 2018, p. 93, com aspas no original)

A autora também revela que as mulheres tinham pouco espaço de fala e as raras oportunidades que apareciam eram para “facilitar que os gays superassem os preconceitos que tinham contra as lésbicas” (FERNANDES, 2018, p. 93). Por isso, após pressão das militantes, foi criado em julho de 1979 o Grupo Lésbico Feminista (LF), que passou a funcionar como um subgrupo dentro do SOMOS para a discussão dos tópicos relativos à homossexualidade feminina. Essa decisão não foi bem aceita por todos os integrantes. Alguns hostilizaram as militantes, chamando-as de histéricas e acusando-as de querer causar divisões internas.

Um dos marcos iniciais da militância lésbica foi a participação do LF na organização do II Congresso da Mulher Paulista, que marcou a aproximação delas com o movimento feminista. De início, a participação das lésbicas não foi bem recebida pelas militantes. As feministas consideravam que a presença das lésbicas na organização do Congresso afastaria as mulheres periféricas do movimento, além de considerarem que as lésbicas negavam sua

condição de mulher e, portanto, não poderiam fazer parte de um movimento feminino (FERNANDES, 2018, MCRAE, 2018).

No entanto, a participação das lésbicas possibilitou a ampliação dos debates no Congresso, que não ficaram restritos apenas às desigualdades econômicas sofridas pelas mulheres, mas passaram a englobar também a liberdade sexual feminina, fossem lésbicas ou não. Superadas as resistências iniciais com as feministas e diante das divergências internas, o LF se separou oficialmente do SOMOS em 1980 e passou a se constituir como um grupo independente, batizado de Grupo de Ação Lésbica Feminista-GALF.

Durante toda a década de 1980 o GALF teve uma importante atuação, tanto dentro do movimento homossexual quanto do movimento feminista - estando mais próximo deste último -, para o aumento da visibilidade política da causa lésbica. Depois dele, outros grupos e associações surgiram, reivindicando um maior protagonismo das mulheres lésbicas, que ainda é muito pequeno quando comparado ao dos homens gays. Para se ter uma ideia, até 2003, o nome da Parada do Orgulho LGBT era Parada do Orgulho Gay, invisibilizando os outros segmentos do movimento homossexual, como as lésbicas, mas também os bissexuais, transexuais e travestis. Além disso, foi apenas em 2008, durante a I Conferência Nacional LGBT, que o “L”, de lésbicas, passou a figurar na frente da sigla, como forma de dar mais visibilidade às mulheres e para se adequar à forma já utilizada pelo movimento internacional.

Apesar das importantes conquistas das lésbicas, posturas misóginas ainda fazem parte do movimento homossexual. Felipe de Baére et al (2015), ao realizar uma pesquisa sobre quais xingamentos eram considerados mais ofensivos por parte de pessoas homossexuais, constatou que, no grupo dos homens, aqueles relacionados a comportamentos sexuais passivos - culturalmente associados às mulheres - eram considerados os piores. Isso evidencia a existência de certo padrão heteronormativo e misógeno que ainda hierarquiza as relações neste grupo. Conforme apontado pelos autores:

Esse dado denota a presença de discurso homofóbico na homossexualidade e a apropriação de valores viris como representação da homossexualidade aceitável. Segundo Badinter, enquanto praticada na sua forma ativa, a homossexualidade pode ser considerada pelo homem como um meio de afirmar o seu poder; sob sua forma “passiva”, ela é, ao contrário, um símbolo da decadência. (BAÉRE et al, 2015, p. 628)

Segundo os autores, a existência da manutenção de um caráter imperativo de ser homem, que exalta a virilidade sexual do “comedor ativo” e que, em última instância, se resume a “não ser uma mulherzinha”, reproduz comportamentos preconceituosos também

dentro da militância LGBT. A mesma misoginia e reprodução de um ideal de masculinidade fazem com que outros grupos que apresentem atributos mais associados ao universo feminino - como os gays afeminados ou as transexuais e travestis - enfrentem preconceitos também dentro da comunidade LGBT.

Até a década de 1990 as travestis e transexuais não estavam incluídas no movimento homossexual. A conquista da respeitabilidade social da homossexualidade, inicialmente, passava por uma reconfiguração da imagem do homem homossexual dissociada do feminino. Nesse contexto, a imagem da travesti, que nem sequer era vista como uma identidade, mas como uma espécie de indumentária, era associada à prostituição. Essa visão, somada ao fato de as travestis agirem de uma forma considerada efeminada e espalhafatosa, era motivo de preconceitos por parte dos militantes homossexuais, que acreditavam que elas atrapalhavam a imagem do movimento gay (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Com o início das políticas de prevenção ao HIV na década de 1990, majoritariamente voltadas às pessoas envolvidas em práticas sexuais homoafetivas, começaram a surgir as primeiras articulações para que as travestis, também consideradas grupo de risco para a doença, se constituíssem como sujeitos políticos.

As primeiras organizações de travestis tiveram como foco a luta contra a violência policial e contra a AIDS. Foi apenas em 1995, por ocorrência do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, quando se criou a Associação de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que o segmento foi formalmente incluído no movimento homossexual, a despeito das opiniões contrárias de muitos gays e lésbicas que não concordavam com essa inclusão (CARVALHO; CARRARA, 2013).

No início, como apontam Carvalho e Carrara (2013), o “T” acrescido à sigla do movimento dizia respeito apenas às travestis. As transexuais só apareceram em 1997, com a criação do Movimento Transexual de Campinas, que inaugurou uma preocupação pedagógica sobre a transexualidade, para além das preocupações sobre o HIV. A presença de militantes estrangeiras, segundo os autores, também contribuiu para a entrada da categoria “transexual” no movimento, já que internacionalmente, o termo era mais utilizado do que “travesti”. Também no final da década de 1990 e início dos anos 2000 surgiram os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, que passaram a ser fundamentais para a distinção identitária entre travestis/transexuais de um lado, e gays, lésbicas e bissexuais de outro: enquanto os primeiros se organizavam pela identidade de gênero, os segundos se organizavam pela orientação sexual.

A entrada das travestis e transexuais no movimento LGBT, como já mencionado, não se deu livre de tensões. Além de encontrarem opiniões contrárias de gays e lésbicas, que acreditavam que as travestis atrapalhavam a imagem do MH, as desigualdades econômicas e de capital cultural abriram espaço para que gays e lésbicas “tutelassem” o movimento das travestis. Conforme Carvalho e Carrara relatam:

Ao que parece, a consolidação desse movimento se dá inicialmente num processo paradoxal de **empoderamento tutelado**, uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolveu diversos atores, como lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde vinculados a programas de prevenção de DST e AIDS. Nesse cenário, algumas lideranças apontam usos políticos da imagem da travesti que sinalizam a permanência das disputas entre as categorias identitárias que compõem o movimento LGBT. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 344, grifos no original)

O Dia da Visibilidade Trans é um exemplo emblemático da luta por protagonismo empenhado pelas travestis e transexuais. No dia 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde, em parceria com o movimento de travestis e transexuais, lançou a campanha “*Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida*”. Era a primeira vez que o poder público percebia as travestis para além das questões relacionadas às ISTs. A partir de então, o dia 29 de janeiro passou a ser comemorado pelo movimento como um momento simbólico de seu reconhecimento, não mais como “público-alvo” das políticas públicas, mas como protagonistas de uma política a ser conduzida pelas próprias travestis (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Figura 5 - Cartaz da campanha “Travesti e Respeito”, do Ministério da Saúde.



Fonte: Imagem coletada na internet

A própria relação entre as travestis e transexuais é marcada por conflitos. Enquanto as primeiras se organizaram, inicialmente, a partir do binômio “violência policial-AIDS”, as segundas buscavam esclarecer a transexualidade e demandavam acesso aos tratamentos médicos relacionados à adequação corporal ao gênero. As transexuais, em sua maioria, eram mais escolarizadas e viviam experiências diferentes daquelas experimentadas pelas travestis, que estavam inseridas num contexto de maior marginalização. Muitas militantes transexuais se afastaram do movimento LGBT e se aproximaram mais dos movimentos feministas, fazendo surgir a expressão “mulheres que experimentam a transexualidade”.

Essa aproximação foi criticada pelas travestis, que acusavam as transexuais de abandonarem a causa depois de realizarem a cirurgia de transgenitalização. As transexuais, por sua vez, diziam que faziam esse movimento de aproximação com o movimento feminista por uma coerência identitária, que sua luta era pelo reconhecimento como mulher e que não fazia sentido continuar numa militância que reiterava esse não-reconhecimento. Em outras palavras, elas lutavam pelo reconhecimento de uma identidade feminina e não de transexual, que era a categoria que estaria sendo reafirmada no movimento LGBT²⁴.

Além das divergências internas levantadas por cada categoria identitária dentro do movimento LGBT, o racismo também é um ponto de tensão, já que os homossexuais negros acabam invisibilizados. Antônio Marcos dos Santos Júnior e Jaqueline Gomes de Jesus (2014) apontam que há uma ausência de representatividade negra e um embranquecimento da homossexualidade. Eles explicam que o universo gay reproduz muitos dos preconceitos do macrouniverso da sociedade eurocêntrica e heteronormativa, cujo imaginário associa a homossexualidade a homens brancos e sofisticados enquanto os negros, ora são vistos pela via da desqualificação do sujeito, não passível de ser representado, ora pela hipermasculinização e hipersexualização, como meros objetos sexuais, mesmo entre o grupo LGBT. Conforme os autores:

Aqueles homens negros que não corresponderem a esse ideal coletivo, são automaticamente excluídos socialmente, uma vez que eles não se prestam ao que a sociedade impõe e pressupõe que eles sejam.
Sob esta conjuntura, constata-se que aos homens negros é dado um papel muito restrito, o de ser mercadoria sexual, seja na relação heteronormativa ou na relação homoafetiva. (SANTOS JUNIOR; JESUS, 2014, p. 8)

Todas as tensões aqui colocadas demonstram que, assim como os evangélicos se constituem em um grupo heterogêneo, a sigla LGBT também está longe de ser um grupo

²⁴ Não negligenciamos as lutas por reconhecimento das pessoas trans masculinas, cujas reivindicações não necessariamente coincidem com as das pessoas trans femininas.

pacificado: sob a chamada “sopa de letrinhas”, que cresce a cada ano para dar conta da diversidade da sexualidade humana, também se escondem grandes problematizações, invisibilidades e relações de poder que influenciam nas representações sociais deste(s) grupo(s). Apesar disso, nas últimas décadas, as pessoas LGBT conseguiram se firmar como um importante segmento social, que movimenta o mercado, a política, o entretenimento e conquistam cada vez mais visibilidade no espaço público, como veremos nos próximos tópicos.

3.3. A sexualidade como produto: o reconhecimento dos LGBT como um segmento de mercado

O aumento da visibilidade dos grupos LGBT e as conquistas políticas adquiridas ao longo dos anos também acarretaram transformações culturais e econômicas. Um exemplo é o espaço que personagens LGBT têm recebido nas telenovelas nas últimas décadas. Embora personagens que apresentem uma sexualidade diferente do padrão heteronormativo sejam encontrados na dramaturgia televisiva desde a década de 1970, eles, assim como aconteceu com os evangélicos, eram quase sempre representados de forma pejorativa. Geralmente, eram mostrados como pessoas de má reputação, criminosas, ou retratados de forma cômica, caricatural (PERET, 2005).

Com o passar dos anos, algumas tentativas de apresentar, de maneira mais séria, casais homoafetivos foram realizadas, mas nem sempre essas iniciativas foram acompanhadas de uma recepção favorável do público. Os romances homossexuais, mesmo que a troca de carinhos explícita não fosse uma prática, sofriam muita rejeição (PERET, 2005).

Peret (2005) destaca que o início do século XXI é marcado por uma proeminência de discussões sociais através das telenovelas, o que explicaria um aumento na inserção de personagens homoafetivos nas produções televisivas desse período. O autor destaca que entre 2001 e 2005, pelo menos 11 novelas da Rede Globo contaram com personagens que faziam alusão à homossexualidade. Alguns deles, conforme o autor aponta, vistos como pessoas bem sucedidas e com boa aceitação do público. O autor cita como exemplo a personagem Ramona, da novela *As Filhas da Mãe* (2001), que apesar de transgênero, não foi apresentada de modo cômico ou caricatural, e o casal de lésbicas formado pela médica Leonora e pela estudante Jenifer, da novela *Senhora do Destino* (2004-2005), que inicia um processo para adotar um

bebê, o que foi bem recebido pela audiência. Mas o primeiro beijo gay numa novela só viria em janeiro de 2014, protagonizado pelos personagens Félix e Nikko, da novela *Amor à Vida*.

Esse tratamento mais positivo recebido pelos personagens LGBT nas novelas pode ser interpretado como um reflexo das conquistas políticas do segmento nos últimos anos, mas também sinaliza para o reconhecimento dessas pessoas como público consumidor. Estima-se que o mercado homossexual movimenta cerca de 150 milhões por ano no Brasil (NEGÓCIOS..., 2019), o chamado “Pink Money”, que se destaca principalmente nas áreas de lazer e entretenimento. O próprio Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em seu *site*, fala sobre a importância da pauta LGBT para os negócios, sobre o peso que esse segmento exerce no consumo mundial, e incentiva as empresas a adotarem a diversidade e a inclusão como forma de agregar valor ao produto (O QUE SIGNIFICA..., 2019).

A justificativa mais frequente para explicar o crescimento desse mercado é a de que homossexuais costumam apresentar maior poder aquisitivo em relação ao resto da população, por possuírem uma maior escolaridade e pela ausência de filhos (principalmente entre os homens gays), que traz como consequência um maior tempo livre para se dedicar ao lazer e ao consumo (NUNAN, 2003)²⁵. Bares, restaurantes, pacotes de viagens, festas, diversos empreendimentos voltados ao público gay se proliferaram nas últimas décadas. Além do lazer, com destaque para o setor de turismo, Adriana Nunan (2003) também cita o crescimento do mercado editorial, com o surgimento de publicações, editoras e livrarias com foco no público LGBT. O tom militante presente nas primeiras publicações, como o *Lampião da Esquina* (1968-1981), deu espaço para o entretenimento, com publicações que falam sobre moda, comportamento e consumo. Como exemplo, a autora cita a revista *Sui Generis*, a primeira publicação nacional voltada ao público LGBT a possuir anúncios, e a *G. Magazine*, uma espécie de *Playboy* para o público gay. Ambas as revistas, surgidas na década de 1990, atingiram grandes tiragens: 30 mil e 50 mil respectivamente (NUNAN, 2003).

Também é do segmento LGBT um dos maiores eventos que atraem turistas para o Brasil: a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. As primeiras Paradas do Orgulho Gay (como eram inicialmente chamadas) aconteceram na década de 1970, nos EUA, para marcar o aniversário do episódio de *Stonewall In* e a luta por direitos da comunidade gay. Em pouco

²⁵Apesar de chamar a atenção para a necessidade de uma observação mais crítica desses dados, já que outras pesquisas indicam que eles não são uma unanimidade, a própria autora identificou, em seu trabalho, que independente da classe social, os homossexuais por ela entrevistados apresentaram uma pré-disposição a consumir produtos mais sofisticados e luxuosos, uma preocupação maior com a aparência e com a moda no geral.

tempo, eventos desse tipo se espalharam pelo mundo, sendo o primeiro realizado no Brasil, na cidade de São Paulo, no ano de 1996.

Segundo Ronaldo Trindade (2011), as primeiras edições da Parada no país não atraíram um público muito expressivo, mas aos poucos a iniciativa foi ganhando apoio de diversos grupos (militantes, anarquistas, *punks*, partidos políticos de esquerda etc.), de personalidades do meio artístico, da noite, do mundo da moda, políticos, entre outros, e o evento foi crescendo. Ao dia da manifestação, geralmente realizada no dia 28 de junho, Dia do Orgulho LGBT, começaram a somar-se atividades culturais e debates, realizados ao longo da semana. Como resultado, em sua quinta edição, no ano de 2001, a Parada era reconhecida por seu sucesso de público e seu potencial econômico. Conforme Trindade:

Enquanto a parada se consolidava como um grande movimento de massa, o seu público passava a despontar em discussões relacionadas não apenas à política gay, mas também aos indicadores econômicos. Os gays estavam por cima, **de salto alto**, como afirmou na época uma matéria da revista *IstoÉ*. O texto fazia emergir o poder de consumo dos homossexuais no Brasil e alertava que, apesar de ainda não haver números específicos sobre o valor movimentado pelos homossexuais brasileiros, existem indícios de um aumento na demanda de produtos e serviços voltados para esse segmento. (TRINDADE, 2011, p. 88, grifos no original)

Impulsionadas pelo modelo de São Paulo, outras cidades do Brasil passaram a organizar suas próprias paradas LGBT. Os *shows*, trios elétricos e performances artísticas atraem a atenção da mídia e a participação de militantes e de pessoas comuns, trazendo visibilidade à causa LGBT e movimentando as economias locais.

No entanto, apesar desses fatos apontarem para um sucesso do mercado LGBT, as desigualdades e exclusões vivenciadas por essa população não escapam aos olhares mais atentos. Embora tenha percebido que o mesmo padrão apontado por algumas pesquisas norte-americanas - que traziam os homossexuais como pessoas mais bem-sucedidas que a média da população - também se repetiu em seu trabalho, Adriana Nunan chama a atenção para o fato de que essa afirmação não pode ser tomada como uma unanimidade. A autora cita outras pesquisas que indicam que o poder aquisitivo dos homossexuais não seria tão divergente do apresentado pela população em geral (KAHAN & MULRYAN, 1995; BADGETT, 1998 apud NUNAN, 2003), e que o fato de a maior parte das pesquisas evidenciarem uma maior escolaridade e poder aquisitivo nesse segmento advém do fato de as próprias pesquisas estarem mais acessíveis a homossexuais com esse perfil, geralmente pessoas com a sexualidade já assumida e sem constrangimentos para responder.

Uma pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT em parceria com a agência de pesquisa Box1824 em junho de 2020 constatou que a pandemia da covid-19 afetou consideravelmente essa população, agravando situações de exclusão já existentes. A falta de renda foi o terceiro maior problema apontado pelos entrevistados, ficando atrás apenas da piora da saúde mental e do afastamento da rede de apoio provocados pela pandemia. Nessa pesquisa, a taxa de desemprego padronizada entre os LGBT foi de 21,6%, sendo que 3 em cada 10 dos desempregados entrevistados já estavam sem trabalho há um ano ou mais, portanto, antes dos impactos da pandemia.

A mesma pesquisa também revelou que quase metade da população LGBT (44,3%) teve suas atividades totalmente paralisadas durante o período de isolamento. Os números são ainda piores se considerarmos fatores de identidade de gênero, étnico-raciais e de idade: a falta de dinheiro foi apontada como principal problema da pandemia por 14% da população trans (entre os cis foi de 9%), por 22% dos que se consideram pretos e pardos e por 70% das pessoas LGBT entrevistadas entre 45 e 54 anos. Conforme afirmado pela pesquisa, o acesso ao mercado de trabalho e a cargos e salários superiores pelas pessoas que se enquadram nesses perfis é tangivelmente mais difícil, e a pandemia da covid-19 escancarou essa exclusão.

3.4. Articulações políticas e principais conquistas do segmento LGBT

Assim como vimos com os evangélicos, o período da Constituinte, nos anos 1980, também marcou o início do engajamento do movimento LGBT junto ao Estado. Naquela época, os ativistas defendiam a proposta de inclusão do termo “orientação sexual” entre os critérios de não discriminação previstos na nova constituição. Mas não obtiveram êxito nem na Constituinte, nem no período de Revisão Constitucional (1993-1994), quando a proposta foi derrubada no Congresso Nacional (SANTOS, 2016). Desde então, vários parlamentares apresentaram projetos na defesa da causa LGBT, a exemplo do projeto de criminalização da homofobia (PL1151/995), de autoria da então deputada Marta Suplicy, que até hoje não foi votado.

Essa aproximação entre o movimento LGBT e os partidos políticos ao longo dos anos não se deu livre de tensões. O primeiro partido brasileiro a criar um núcleo em sua estrutura partidária para tratar das demandas LGBT foi o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1992. O partido, inclusive, no momento de sua fundação, em 1980, contou com a participação de

alguns ativistas do movimento homossexual, que também faziam parte da militância da esquerda. No entanto, essa aproximação entre ativistas homossexuais e militantes da esquerda não era uma unanimidade nem dentro do movimento homossexual, nem da esquerda.

Os ativistas LGBT diziam que os homossexuais que mantinham atividades na militância da esquerda eram infiltrados que cooptavam seus membros. Os militantes da esquerda, por sua vez, acusavam os ativistas homossexuais que se aproximavam do movimento de quererem diminuir a importância da causa operária frente às suas demandas identitárias. No meio dos dois grupos, os militantes homossexuais alinhados aos grupos de esquerda defendiam que o movimento homossexual precisava estabelecer alianças com outros movimentos sociais na luta pela transformação da sociedade como um todo (SANTOS, 2016a).

Mesmo no PT, o pioneiro na criação de um setorial LGBT, e que já na eleição de 1986 apostava em candidaturas assumidamente homossexuais, a acolhida dessas pautas não se deu de forma pacificada. Na época da primeira candidatura de Lula, o principal nome cotado para concorrer como seu vice era o de Fernando Gabeira, que acabou sendo descartado por ter uma imagem muito ligada à defesa de temas polêmicos (descriminalização do aborto e da maconha) e às minorias sexuais (SANTOS, 2016a; TREVISAN, 2013), podendo prejudicar a candidatura petista.

Ao longo dos anos, Santos (2016a) aponta que essa postura refratária às aproximações dos militantes homossexuais com os partidos políticos foi se arrefecendo e outros partidos, tanto da esquerda quanto da direita, criaram núcleos para tratar das demandas LGBT. São exemplos: a Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas (PSTU - 1994); o setorial LGBT vinculado ao diretório paulista do PSOL (2011); o PV Diversidade (vinculado ao diretório de São Paulo); o grupo Diversidade Tucana (PSDB - 2006); o Diversidade PTB (2010); o Diversidade PMDB (2009) e o setorial LGBT do PSB (2011).

Santos (2016b) diz que essas articulações políticas se materializaram no aumento das candidaturas de pessoas assumidamente homossexuais e simpatizantes à causa LGBT nas eleições das últimas décadas, principalmente no âmbito do Legislativo²⁶. O autor aponta como as duas principais justificativas para esse crescimento de candidaturas LGBT o aumento da visibilidade desta temática frente à opinião pública e também o protagonismo que a defesa dos direitos LGBT assumiu com a chegada do PT no Executivo Federal - e que se desdobrou

²⁶ Clodovil Hernandes (PTC-2006), embora tenha sido o primeiro deputado assumidamente homossexual eleito no Brasil, não assumiu compromisso com as demandas do ativismo LGBT.

em um reconhecimento da relevância dessas pautas também por governos estaduais e municipais.

Ao analisar as candidaturas de pessoas do movimento LGBT e de políticos simpatizantes desta causa, Santos (2016b) verificou que estão mais presentes nas eleições disputadas nas capitais e regiões metropolitanas, mas existem ocorrências bem-sucedidas também pelo interior do país, como é o caso de Kátia Tapety, de Colônia do Piauí, primeira travesti eleita para ocupar um cargo político no Brasil. O município, de pouco mais de 7 mil habitantes, elegeu Kátia como a vereadora mais votada nas eleições de 1992, 1996 e 2000. Em 2004, Kátia também foi eleita vice-prefeita no município.

O autor verificou ainda que a maior parte dessas candidaturas está ligada aos partidos da esquerda, indicando que os direitos sexuais despontam como um fator importante para a definição das clivagens político-ideológicas dos partidos. No entanto, a candidatura de pessoas assumidamente LGBT ainda é um fenômeno marginal, tendo em vista que, mesmo nesses partidos mais à esquerda, os políticos simpatizantes das causas LGBT acabam tendo um resultado melhor nas urnas do que os candidatos assumidamente homossexuais. O autor aponta como explicação certa dificuldade dos candidatos homossexuais de se articularem com outras pautas, o que ampliaria sua base eleitoral, e também a ausência de recursos financeiros e apoio partidário.

Apesar das dificuldades elencadas, nos últimos anos alguns políticos ligados ao movimento LGBT chamaram a atenção por seu bom desempenho nas urnas. Como exemplo, podemos citar as candidaturas de Jean Wyllys²⁷, três vezes eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo PSOL (2010, 2014, 2018), de Marielle Franco, que em 2016 foi a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro pelo PSOL, e de Duda Salabert (PDT), transexual, que em 2020 foi a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte, e em 2022 foi eleita deputada federal, a terceira mais votada em Minas Gerais, ficando atrás apenas de Nikolas Ferreira (PL) e André Janones (Avante), respectivamente²⁸. No entanto, o bom desempenho não se traduz em uma jornada mais fácil para a execução dos trabalhos políticos. Marielle Franco foi assassinada a tiros no centro do Rio, em 2018, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes. O crime - até o momento de escrita dessa tese - não teve um desfecho, mas as

²⁷ Professor e jornalista, Jean Wyllys se tornou conhecido nacionalmente após vencer a 5ª edição do *Big Brother Brasil*, reality show exibido pela Rede Globo em 2005. Embora baiano, a carreira política teve início em 2010, quando se elegeu deputado federal do Rio de Janeiro, pelo PSOL, sendo reeleito, pelo mesmo partido, em 2014 e 2018. Na Câmara, foi um grande defensor dos direitos da população LGBT, da qual também faz parte.

²⁸ Também candidato, Aécio Neves - ex-governador, ex-senador e ex-candidato à presidência da República, que por pouco não venceu as eleições presidenciais de 2014 -, recebeu 85.341 votos e ficou bem atrás, ocupando a 34ª posição dos deputados federais eleitos por Minas Gerais.

investigações apontam para motivações políticas. Sofrendo ameaças e temendo o mesmo desfecho de Marielle, Jean Wyllys, em janeiro de 2019, renunciou ao seu terceiro mandato e deixou o país. Em seu lugar assumiu o deputado David Miranda, também homossexual e militante LGBT²⁹. Duda Salabert, apesar da votação expressiva, era frequentemente hostilizada por seus colegas conservadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte - inclusive por Nikolas Ferreira, que também era vereador - e chegou a ser demitida do colégio onde dava aulas, após ameaças anônimas dirigidas a ela e aos alunos.

Embora a atuação político-partidária dos ativistas LGBT seja um fenômeno das últimas décadas, e tenha atingido seu melhor desempenho nas eleições mais recentes - em 2020, 97 candidatos LGBT foram eleitos para as câmaras municipais; já em 2022 foram 18 deputados federais e estaduais eleitos, sendo quatro mulheres trans³⁰ - a mobilização política desses grupos remonta ao fim da década de 1970 e é anterior à Assembléia Constituinte. No Brasil, o marco é o surgimento, em São Paulo, do Grupo SOMOS, em 1978, que inicia a luta contra o preconceito, sendo sucedido por outros grupos surgidos nos anos seguintes.

No início, a atuação dos grupos organizados para a defesa dos direitos LGBT foi focada na mobilização da comunidade científica e do Estado. Com relação à ciência, ganhou destaque o Movimento Gay da Bahia que, ainda nos anos 1980, iniciou uma grande movimentação contra a patologização da homossexualidade. Cientistas, jornalistas, juristas e políticos se mobilizaram para que a orientação homoafetiva, que até então era considerada uma patologia, deixasse de ser (CARRARA, 2019).

De início, a comunidade LGBT conseguiu importantes ganhos junto à comunidade científica: logo em 1985, apenas 7 anos após a criação do primeiro grupo organizado, o Conselho Federal de Medicina suspendeu a aplicação do CID3020, que patologizava a orientação homoafetiva, gesto que a Organização Mundial de Medicina só foi repetir cinco anos depois, quando a homossexualidade foi retirada de vez da CID. Em 1999 foi a vez de o Conselho Federal de Psicologia considerar como anti-éticas e contrárias à prática profissional a aplicação das terapias de reversão, conhecidas popularmente como “cura gay”.

Embora o movimento LGBT tivesse logrado bons resultados na arena da ciência, os avanços junto ao poder estatal não se deram da mesma forma (CARRARA, 2019; CUNHA,

²⁹ David Miranda teve problemas de saúde e passou os últimos meses de seu mandato internado, vindo a falecer em 9 de maio de 2023.

³⁰ Os dados são do Coletivo Vote LGBT (www.votelgbt.org), que desde 2014 se dedica a mapear as candidaturas de pessoas LGBT no Legislativo brasileiro. As deputadas federais Duda Salabert (PDT-MG) e Érika Hilton (Psol-SP) são as primeiras pessoas trans a ocuparem o parlamento federal. As outras duas mulheres trans eleitas em 2022 são as deputadas estaduais Linda Brasil (Psol-SE) e Dani Balbi (PCdoB-RJ).

2017). Apesar de toda articulação dos grupos que surgiram na década de 1980, como já mencionamos, a Constituição de 1988 não incluiu a orientação sexual entre os atributos pessoais que não podem ser discriminados, tais como a raça, o gênero, o sexo e a religião. O reconhecimento, tardio, dos direitos da população LGBT só viriam muito mais tarde, na segunda década dos anos dois mil, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em 2011, a igualdade entre as uniões homoafetivas, equiparando-as às uniões entre homem e mulher e amparando-as com mesmos direitos das relações heterossexuais.

Em 2018, outra vitória do movimento LGBT junto ao STF, que garantiu o direito de alterar o nome e o estado sexual nos registros sem que, para tal, a pessoa necessitasse ser submetida a processos judiciais ou cirúrgicos. Em 2019, outra ação de ampliação de direitos, que deveria vir do Congresso, veio pelas vias do judiciário: a criminalização da homofobia e da transfobia, que foram equiparadas pelo STF ao crime de racismo.

No Executivo, os principais avanços da comunidade LGBT aconteceram no governo Lula (CUNHA, 2017; CARRARA, 2019; CARVALHO, 2012). Foi nesse período que o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação lançaram o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

A promoção de ações voltadas à garantia de direitos dessa população fez crescer os movimentos de oposição, principalmente representados pela Bancada Evangélica no Legislativo. As pressões dessa bancada, por exemplo, fizeram com que, em 2011, a presidenta Dilma Rousseff suspendesse a distribuição do material “Escola Sem Homofobia”, que havia sido preparado para conscientizar os estudantes do ensino médio sobre o tema. A polêmica em torno do material, que ficou pejorativamente conhecido como “kit gay”, intensificou os movimentos de oposição aos grupos LGBT, contribuindo para a ascensão de Bolsonaro, que contou com o apoio irrestrito da Bancada Evangélica à presidência do país.

CAPÍTULO 4

A SEXUALIDADE COMO PAUTA POLÍTICA E RELIGIOSA

4.1. De pecado a direito: sexualidade e organização social ao longo do tempo

Apesar de a moral cristã ser muito associada à regulação da sexualidade, Foucault chama a atenção para o fato de que, já na antiguidade clássica, temas como a finalidade do ato sexual, a fidelidade monogâmica e as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo já eram motivos de discussões. Naquela época, já era forte a crença, incorporada pelo Cristianismo posteriormente, de que as relações sexuais deveriam acontecer dentro do casamento monogâmico heterossexual e para fins de procriação (FOUCAULT, 2022c; 2022d; OLIVEIRA, 2015).

A fidelidade matrimonial do marido para com a esposa não era uma obrigação instituída pelas leis da antiguidade Greco-Romana, mas o ato de manter relações com apenas um parceiro começou a ser, socialmente, cada vez mais valorizado. O dispêndio de sêmen desnecessariamente (sem fins de procriação) era considerado prejudicial ao corpo, portanto, manter relações com vários parceiros era visto como algo que fazia mal. A prática monogâmica era associada à austeridade, à temperança e ao domínio de si, tidos como formas de preservação do próprio corpo e, conseqüentemente, da alma.

Mesmo as relações sexuais entre homens, valorizadas pelos gregos da antiguidade, se davam em contextos bastante regulados: eram restritas à prática pedagógica, nas quais um homem mais velho (ativo), cuja virilidade já estava afirmada, tutoreava um mais moço (passivo), auxiliando-o em sua formação de cidadão, que incluía também a introdução às práticas sexuais. Terminada essa formação, o homem moço, agora “maduro”, não podia mais se relacionar sexualmente com homens mais velhos e nem se sujeitar a ser passivo, pois isso era considerado “afeminado” e mal visto socialmente. Agora, o então “homem maduro” deveria assumir a posição de ativo e buscar outro jovem (passivo) para auxiliá-lo em sua formação. O ato sexual entre homens, portanto, obedecia a uma finalidade educativa e o que passasse disso era condenado (FOUCAULT, 2022c; OLIVEIRA, 2015).

Para os antigos, o sexo não estava relacionado ao pecado, mas sua regulação era associada à preservação da própria saúde e considerada um sinal de temperança, fator de *status* social. O homem virtuoso era aquele que cuidava de si. Esse cuidado envolvia também

o controle das próprias paixões, para que a alma não sucumbisse aos desejos (FOUCAULT 2022c). Essa preocupação moral sobre o sexo foi ganhando força, principalmente entre filósofos e médicos, e as relações entre homens foram sendo desqualificadas ao longo dos anos, enquanto a relação entre homem-mulher foi se consolidando como o modelo ideal. Posteriormente, a moral cristã incorporou esse pensamento, elevando a sexualidade a termos espirituais. Pelo ato procriador, o homem adquiria uma espécie de “sinergia” com Deus e participava, junto com Ele, da Criação³¹ (FOUCAULT, 2022d). As relações monogâmicas assumem um caráter de sacrifício, no qual o ato procriador se realiza. Assim o prazer foi associado ao mal e a abstinência, às virtudes divinas:

Com o desenvolver da era cristã o cuidado de si passa a se relacionar à crença de que a renúncia de si conduziria à salvação da alma. A busca pela virtude é substituída pela busca pela salvação. Nesse sentido, o princípio do cuidado de si tinha uma função crítica, na medida em que deveria permitir ao homem uma reflexão que o fizesse abandonar os “maus hábitos”. É, então, a moral do período helenístico que o autor [Foucault] aponta ser a propulsora da chamada moral cristã (OLIVEIRA, 2015, p. 36, texto entre colchetes nosso).

Importante lembrar que o poder da Igreja, na Idade Média, se confundia com o próprio poder estatal. Pela teoria do Direito Divino, o monarca era eleito por Deus para governar o seu povo e só deveria prestar contas de seus atos perante Ele. Em contrapartida, o monarca garantia o domínio da Igreja entre seus súditos, sendo comum a interdição de outras crenças, aos moldes do que ocorria no Brasil colônia, que estava subordinado ao Catolicismo, religião oficial do Império. Assim, Estado e Igreja se retroalimentavam e, no que diz respeito ao cerceamento das moralidades, atuavam conjuntamente.

No Brasil, por exemplo, com relação à sexualidade, desde o início o pensamento religioso de regulação dos corpos esteve presente. Uma das justificativas da colonização promovida pelo governo português era justamente o estabelecimento das missões jesuítas para cristianizar os povos indígenas, que eram considerados promíscuos por andarem nus. Mas, ao mesmo tempo, essa relação entre igreja e sexualidade também era marcada por ambiguidades pois, uma vez que a igreja era o centro das relações sociais, muitas práticas sexuais, como namoros, traições etc, se iniciavam nos espaços ou nas festas religiosas (MUSSKOPF, 2012).

A partir do século XX, um novo discurso, no qual a sexualidade passou a ser compreendida a partir de uma linguagem biomédica, numa concepção laica, ganhou força.

³¹ Foucault explica que, por essa concepção, é pelo ato da procriação que o homem participa da “filantropia” de Deus, trazendo ao mundo - a partir do próprio homem - outros homens dignos de serem amados pelo amor de Deus, que se manifestou primeiro na Criação, depois na Encarnação (FOUCAULT, 2022d, p. 44).

Nessa nova concepção, o bom sexo e o mal sexo passaram a ser regulados a partir de sua capacidade de gerar indivíduos saudáveis para a perpetuação da espécie e para o Estado. Conceitos como “raça”, “família”, “nação” ganharam importância, e o casal heterossexual reprodutivo foi entronizado como a norma moral e biológica (CARRARA, 2015). Nesse movimento, a criança tornou-se o centro das preocupações da família e a procriação foi reafirmada como a função principal da sexualidade (MUSSKOPF, 2012).

A sexualidade se tornou objeto do interesse do Estado e a defesa da procriação uma pauta de interesse público. O que infringia a regra do casal monogâmico heteronormativo, como a prostituição, o aborto, e as relações homossexuais, por exemplo, estava sujeito a penalidades. Seus praticantes eram considerados pervertidos e socialmente perigosos. Essas perversões deveriam ser controladas, para a proteção da sociedade, pelos mecanismos jurídicos e médicos. Regular a sexualidade por meio da implantação de políticas públicas também passou a ser visto como forma de demonstração do poder do Estado. Medidas que visavam o acompanhamento e o controle da taxa de natalidade, dos nascimentos legítimos e ilegítimos, dos métodos contraceptivos etc, também eram vistas como algo benéfico para a economia (FOUCAULT, 2022a). Em relação às práticas homossexuais, especificamente, Musskopf (2012) aponta que:

Os séculos XIX e XX trouxeram grandes mudanças para a vivência e compreensão da homossexualidade no Brasil. Com a influência da medicina higiênica na regulação da sexualidade, como visto acima, teve lugar semelhante ao que ocorreu em outras partes do mundo ocidental, a “medicalização” da homossexualidade. Seguindo os padrões desenvolvidos especialmente na Europa, médicos brasileiros, no intuito de “higienizar” as famílias e colocá-las ao serviço do nascente Estado brasileiro, estudaram e classificaram a homossexualidade como uma patologia. Esta representava graves prejuízos para o indivíduo e, mais importante, uma ameaça para a coletividade e o desenvolvimento político, econômico e social que os médicos e a propaganda governamental propalavam. Como consequência, a homossexualidade passou não apenas a ser objeto de intervenção médica para cura, mas também caso de polícia, numa aliança entre medicina e poder policial. (MUSSKOPF, 2012, p. 138)

Embora se aproximasse da moral cristã no que diz respeito à legitimação do casal heterossexual como única forma plena de realização da sexualidade, essa moral pautada pela linguagem biomédica se diferenciava quanto aos motivos que levavam a essa percepção. Na moral cristã o casamento monogâmico heterossexual era visto como um sacrifício ao qual os prazeres deveriam estar sujeitos, encontrando redenção na criação do filho. As formas de sexo que não tinham como finalidade a procriação eram vistas como um ato egoísta, sem valor moral. Diferentemente, no modelo laico o casal monogâmico heterossexual era promovido

por oferecer um meio natural para o desenvolvimento de uma prole eugênica, por gerar bons corpos para o Estado. Nesse sentido, se afastava da doutrina cristã ao defender, por exemplo, o divórcio, a esterilização de anomalias e exames de compatibilidade genética, que visavam a concepção de indivíduos “perfeitos” (CARRARA, 2015).

Esse modelo começou a ser questionado a partir da Segunda Guerra Mundial, ganhando mais fôlego no final do século XX e início do século XXI, estimulado, dentre outros fatores, pelas discussões dos movimentos pela igualdade de gênero. Temas como os direitos reprodutivos, a identidade de gênero e a não discriminação de orientações sexuais divergentes da heteronormatividade elevaram as discussões sobre sexualidade para o âmbito das liberdades individuais, do livre consentimento. O foco passa a ser nas possibilidades de vivenciar a sexualidade para além de seus aspectos reprodutivos, inserindo-a também nas discussões sobre direitos humanos. Assim, a ideia de que o bom e o mal sexo se legitimava pelo seu caráter reprodutivo eugênico foi se deslocando, progressivamente, para a promoção do bem-estar individual pelo uso dos prazeres. Conforme Carrara (2015):

De modo geral, nesse novo regime, desde que sejam consentidas e que não coloquem a si próprio ou a terceiros em risco, quaisquer manifestações da sexualidade (e também das expressões de gênero) podem idealmente pleitear o direito de cidadania, articulando suas demandas na linguagem dos direitos humanos. (CARRARA, 2015, p. 332)

Nessa nova concepção, pautas pleiteadas pelos grupos LGBT começaram a ganhar cada vez mais espaço na arena política, gerando a reação de grupos conservadores contrários, como veremos no próximo tópico.

4.2. Sexualidades e religiosidades no vai e vem do jogo político brasileiro

Como já foi dito neste trabalho, desde a primeira atuação da bancada evangélica, ainda na Assembleia Constituinte, a necessidade de frear o avanço das garantias de direitos à população LGBT era uma preocupação dos parlamentares religiosos. No entanto, esses políticos eram inexpressivos e as pautas LGBT não encontravam muito espaço nos governos, ficando restritas às questões relativas ao controle da epidemia de HIV.

No entanto, as coisas começam a mudar, tanto para um quanto para outro grupo, no primeiro governo do então presidente Lula. Para conseguir se eleger, Lula empreendeu um processo de reelaboração de sua imagem. A figura do político era demonizada por muitos

grupos religiosos, que associavam-no ao Comunismo, regime que era considerado uma ameaça à religião. Para minimizar esse estigma, Lula iniciou um movimento de aproximação com líderes evangélicos.

Lula também se aproximou de políticos evangélicos ao fazer alianças com partidos do chamado “centrão”, nos quais a maioria dos parlamentares religiosos estava alocada. Esse movimento de aproximação foi alimentado ao longo do primeiro mandato de Lula, e também durante sua campanha de reeleição e em seu segundo mandato. Os anos de governo Lula, portanto, marcaram o fortalecimento desse segmento religioso na política, inclusive com a formalização da Frente Parlamentar Evangélica, em 2003, no primeiro ano do governo petista.

Mas, se por um lado, a eleição de Lula se configurou como uma porta de entrada para o protagonismo dos evangélicos na política, por outro, foi também celebrada pelos movimentos sociais, que viam na implantação de um governo mais progressista a possibilidade de colocar um freio no neoliberalismo e intensificar as políticas públicas voltadas à inclusão dos grupos marginalizados, que engatinhavam desde a promulgação da chamada Constituição Cidadã, de 1988. Com relação aos direitos dos LGBT, há que se fazer uma menção ao governo de Fernando Henrique, quando, pela primeira vez, o Ministério da Saúde financiou políticas públicas voltadas a esse segmento. Mas foi no Governo Lula que, pela primeira vez, a promoção de direitos LGBT foi tratada como uma diretriz de governo, por meio do lançamento do Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. O Programa foi uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

A ampliação de espaço dos parlamentares evangélicos na política, que acontecia concomitantemente com o aumento das políticas públicas voltadas aos LGBT, fez ampliar a oposição entre os dois grupos. Nesse contexto, o ano de 2006 é emblemático, por concentrar acontecimentos importantes do cenário político atual (VITAL, LOPES, 2013). O primeiro foi a aprovação, na Câmara dos Deputados, do PL 122/06, que trata da criminalização da homofobia, e que gerou grande engajamento de lideranças evangélicas contrárias à proposta. Nesse período, ganhou destaque a figura do pastor Silas Malafaia, que recebeu grande espaço na mídia para expressar sua posição contrária ao PL.

O segundo acontecimento foi o escândalo do mensalão, esquema de compra de votos de parlamentares em Brasília. O episódio desgastou bastante a imagem do PT e, conseqüentemente, do governo Lula, que tentava a reeleição. Para reverter o cenário

desfavorável e estabelecer alianças, Lula assinou uma carta, proposta por lideranças evangélicas, se comprometendo a não avançar nas agendas feministas (sobretudo na questão do aborto) e nas demandas da população LGBT. Assim, Lula garantiu o apoio dos evangélicos e saiu reeleito do pleito de 2006 (VITAL; LOPES, 2013).

Importante frisar que esse engajamento dos evangélicos na defesa das pautas morais - se colocando contra avanços sociais que consideram como ofensivos aos valores tradicionais -, encontra suas bases no próprio sistema de crenças da cultura brasileira, fortemente marcada pela religiosidade. Supostas ameaças a esses valores culturais provocam medos - os chamados pânticos morais -, capazes de mobilizar a sociedade como um todo, não se restringindo ao segmento evangélico (VITAL; LOPES, 2013). As eleições de 2010 foram emblemáticas nesse sentido, pois foram pautadas por uma reação conservadora em defesa da moral, advinda dos incômodos causados pelos avanços sociais obtidos nos governos de Lula.

Souza (2013) acredita que, além do aumento do protagonismo da Frente Parlamentar Evangélica, contribuiu para o fortalecimento da onda conservadora a participação efetiva das mulheres no pleito de 2010. Pela primeira vez na história, duas mulheres - Dilma Rousseff e Marina Silva - tinham chances reais de vencer. Isso atraiu visibilidade para a importância das lutas políticas das mulheres, e, conseqüentemente, do movimento feminista, para esse cenário. Como um movimento de reação, a pauta moral se impôs, influenciando o pleito e obrigando os candidatos a se posicionarem contra temas relativos ao aborto e aos direitos LGBT frente à opinião pública:

Os candidatos mais expressivos do primeiro turno eleitoral - Marina Silva, Dilma Rousseff e José Serra - tornaram-se reféns das pressões de religiosos católicos e evangélicos, que reduziram o embate político à discussão sobre ser ou não favorável ao aborto e à criminalização da homofobia (PL122). A mais pressionada nesses quesitos foi Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiada pelo então presidente Lula (...). Marina Silva (Partido Verde) que, apesar de pentecostal, durante a campanha defendeu a laicidade do Estado, foi criticada pelos setores conservadores e progressistas ao mesmo tempo. Pelos primeiros, por defender a laicidade do Estado, e pelos últimos, por não ser aliada confiável na luta pela descriminalização do aborto e pela união civil entre pessoas do mesmo sexo, em virtude de sua identidade religiosa (...). José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), por sua vez, conseguiu expressivo apoio das alas mais conservadoras da Igreja Católica e também dos evangélicos, manifestando-se publicamente contra o aborto. (SOUZA, 2013, p. 194)

Essa bandeira de princípios morais relacionados às questões da sexualidade foi defendida também por religiosos católicos e espíritas, não apenas evangélicos. No entanto, destaca-se a atuação desses últimos por serem detentores de grandes empresas de mídia, nas

quais os parlamentares evangélicos encontraram espaço para reforçar o discurso em defesa da família, que estaria ameaçada pelos avanços feministas e dos grupos LGBT.

Após conseguir o apoio de lideranças evangélicas (Edir Macedo, e parte da Assembleia de Deus) e de se comprometer a vetar qualquer projeto que fosse “contra a vida e os valores da família” - tais como a criminalização da homofobia, a adoção de crianças por casais homoafetivos e o casamento civil igualitário -, Dilma venceu as eleições de 2010 e se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República no Brasil (SOUZA, 2013).

No entanto, a ameaça dos “inimigos da família” assombrou o governo Dilma desde o seu primeiro ano, como veremos a seguir, pelos pânicos morais alimentados pela chamada “ideologia de gênero”. Não apenas no governo Dilma, mas também durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022, o combate a esta “ideologia” esteve em evidência durante a campanha presidencial, encampado pelo então candidato Jair Bolsonaro, ferrenho opositor das políticas públicas para as populações LGBT.

4.2.1. O mito da família ameaçada: Ideologia de gênero como pânico moral

Utilizado pela primeira vez por Stanley Cohen no livro “Folk Devils and Moral Panics”, publicado em 1987³², o conceito de pânico moral se refere a um efeito em espiral que se configura como uma resposta exagerada a alguma situação social. Envolve mídia, opinião pública, grupos de pressão e políticos. O pânico moral acontece quando grupos marginalizados propõem uma resposta para algum problema, mas essa resposta provoca uma pressão social envolvendo os atores citados. Esses atores (mídia, opinião pública, grupos de pressão, políticos etc.) ao sentirem seus privilégios ameaçados pelos avanços do grupo marginalizado, dramatizam o problema e criam condições para polarizações e reforço de estereótipos (MACHADO, 2004). Em outras palavras, os pânicos morais ocorrem quando uma condição ou grupo de pessoas passam a ser vistos como uma ameaça aos valores e interesses sociais do grupo hegemônico, e são apresentados de modo estereotipado pela mídia e pela opinião pública.

Tatiana Savoia Landini (2018) e Carla Machado (2004) chamam a atenção para o fato de que os pânicos morais são fenômenos recorrentes aos quais a sociedade está sujeita, sendo

³² Apesar de Cohen ser mais associado ao conceito, Machado (2004) lembra que a noção de um efeito em espiral envolvendo mídia, opinião pública e grupos de pressão já havia sido utilizada anteriormente por Jock Young.

que a mídia ocupa um importante papel. Os jornais, ao organizarem os rumores na forma de um acontecimento, por meio da narrativa, oferecem um caminho interpretativo e atuam na construção desses pânicos. O enquadramento jornalístico é derivado das convenções sociais preexistentes, logo, esse caminho interpretativo é partilhado socialmente.

Além da mídia, outros empreendedores morais, como políticos e religiosos, atuam na construção desses pânicos ao mobilizar as opiniões e atitudes em prol da identificação de “danos” e “grupos causadores da desordem”, que, por sua vez, acabam sendo demonizados e estereotipados. Esses empreendedores morais, como são chamados, difundem a crença de que o problema causado pelo grupo “desviante” pode ser resolvido resgatando a ordem normativa. Assim, atuam na produção de discursos morais que visam à rejeição das figuras vistas como problemáticas e intensificam o debate em torno da polarização do bem contra o mal, bem como a reafirmação de valores simbólicos e punitivistas. No Brasil, nomes como os do pastor Silas Malafaia, padre Paulo Ricardo e pastor Marco Feliciano (que também é deputado), e do próprio Jair Bolsonaro, ganharam destaque na defesa das pautas morais.

O pânico moral é, assim, não só uma forma de significação da crise - um modo de dar-lhe um rosto e de apontar os responsáveis - como também uma forma de recuperação da paz social ameaçada. (MACHADO, 2004, p. 66)

Os pânicos, portanto, encontram motivações na esfera dos valores e da moral, e servem para repor a dominância de um sistema ameaçado por períodos de confusão e crise. Contextos de acelerada mudança e diversidade social, como foi o caso dos governos petistas, criam condições para emergência de conflitos de interesse e de valores entre os grupos sociais diversos e, conseqüentemente, para a produção dos pânicos morais.

No Brasil, nos últimos anos, sobretudo nos períodos eleitorais, muitos desses pânicos foram construídos a partir da chamada “Ideologia de Gênero”. Segundo essas narrativas, essa ideologia estaria sendo praticada por feministas e militantes LGBT interessados em induzir as crianças brasileiras a se tornarem homossexuais. Supostamente, os praticantes da “ideologia de gênero” estariam encontrando abertura nos governos petistas para o desenvolvimento de materiais didáticos que incentivavam a pedofilia e a homossexualidade entre crianças. Essa crença serviu de base para muitos discursos encampados nas campanhas de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018 e 2022.

O surgimento e propagação do termo “ideologia de gênero” está ligado ao contexto religioso. O precursor foi o então cardeal, Joseph Ratzinger - que em 2005 se tornaria o Papa Bento XVI -, que nos anos de 1990 escreveu vários textos criticando as ideias da Conferência

Internacional da Mulher de Beijin, realizada pela ONU em 1995. Nesta Conferência, as feministas, em suas proposições para o documento final, utilizaram o termo “gênero” em substituição ao termo “mulher” (MISKOLCI; CAMPANA, 2018; MACHADO, 2018), o que causou reações em diversos representantes do Vaticano e de delegados de ONGs cristãs. Os possíveis desdobramentos dessa perspectiva, que reconhecia a importância da cultura e separava os papéis sociais das identidades de gênero, causavam temor aos religiosos.

Às críticas de Ratzinger seguiram-se críticas de outros líderes religiosos, como o próprio Papa João Paulo II, e também de leigos católicos. Estes defendiam a identidade feminina sob uma perspectiva essencialista, que reafirmava uma concepção de mulher oriunda da biologia e reforçava os papéis tradicionalmente atribuídos, como os de esposa e mãe. No campo leigo, destacaram-se duas publicações, a saber: “The Gender Agenda: redefining equality”, da católica Dale O’Leavy, publicado nos EUA em 1997, e “La ideologia del genero: el genero como herramienta de poder”, do argentino Jorge Scala, lançado em 2010. Esses dois trabalhos associavam a ideologia de gênero e o feminismo ao marxismo, considerando-os como ameaça à família.

Essas publicações tiveram forte impacto no mundo e suas ideias acabaram sendo incorporadas em outros textos religiosos, inclusive documentos oficiais da igreja. Como exemplo, podemos citar o Documento de Aparecida (2007), que demonstrava preocupação em relação à ampliação das demandas LGBT à família (MISKOLCI e CAMPANA, 2018). Outro documento é a Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e na Sociedade, da Congregação para a Doutrina da Fé - até então presidida por Ratzinger -, que refutava a construção social dos gêneros e reafirmava o “feminino” e o “masculino” como atributos da criação (MACHADO, 2018).

Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2018) consideram o combate à ideologia de gênero uma resposta aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos que aconteceram na América Latina nos últimos anos. Esse avanço se deu ao mesmo tempo em que havia um contexto de distanciamento dos fieis da pauta moral da Igreja. Aos religiosos católicos, se juntaram outros “empreendedores morais” (termo utilizado pelos autores) que se identificaram com esse conservadorismo - como os pentecostais ou mesmo grupos sem vinculação religiosa, tais como o Escola Sem Partido -, realizando uma cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”.

No Brasil, vários políticos se apropriaram da pauta do combate a esta suposta ideologia e tiveram êxito em suas campanhas (como o próprio Bolsonaro). Esses políticos movimentam o congresso com a proposição de pautas que visam impedir a ampliação de

direitos à população LGBT, com o pretexto de barrar a ideologia de gênero. Um dos marcos no legislativo foi a eleição do deputado Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos e Minoria, que fortaleceu os grupos religiosos evangélicos e católicos na Câmara e as investidas parlamentares em pautas de cunho moral, travestidas na defesa da família e das crianças.

Durante o governo Dilma, ocorreram várias ações desse tipo. Dentre elas, podemos destacar: o PL1859/2015, de Izalci Lucas (PSDB/DF), que visa proibir a adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero na educação; o PL 3235/2015, de Marco Feliciano, que propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar comportamentos que induzam à ideologia de gênero; o PDC 30/2015 de Eros Biondini, que propõe sustar a Resolução 12 de 01/2015 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que estabelece parâmetros para garantir o acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no sistema de ensino; e o PLS 193/2016, de Magno Malta - que inclui o Programa Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação - que em seu artigo 2 reafirma uma perspectiva biológica do gênero e proíbe que o poder público aplique “postulados da ideologia de gênero”.

Outra medida controversa foi o PL 8035/10, do Poder Executivo, o qual visava a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, e que causou grande movimentação do legislativo e da opinião pública. Em seu artigo 2, o PL propunha como diretriz do PNE uma ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, o que provocou muitas reações de segmentos conservadores. Aprovado na Câmara em 2012, o projeto sofreu modificações no Senado e teve que ser submetido novamente à Câmara, onde foi aprovado, mais uma vez, em 2016, agora sem as referências ao gênero e à orientação sexual. Foi sancionado por Dilma em junho de 2014, com essas alterações, após grande mobilização de parlamentares católicos e evangélicos.

Mas o episódio que causou as maiores reações no campo político e na opinião pública foi a organização do material Escola Sem Homofobia, que recebeu a alcunha pejorativa de “kit-gay”. O material estava sendo desenvolvido pelo MEC nos primeiros anos do governo Dilma, como parte das ações do Programa Brasil Sem Homofobia. Era composto por vídeos e outros materiais impressos, que seriam distribuídos aos professores de ensino médio, como um suporte para que fossem tratadas as questões envolvendo diversidade sexual e homofobia. O material chegou a ter sua distribuição recomendada pela Unesco, mas sofreu fortes pressões de setores conservadores, tanto do congresso quanto da sociedade, que o acusavam de

promover a ideologia de gênero nas escolas para crianças a partir de seis anos, o que, obviamente, não procedia.

A polêmica teve início no final de 2010, quando uma prévia do material, que ainda não havia sido aprovado, foi apresentada no seminário Escola Sem Homofobia, realizado no Congresso Nacional no final de novembro daquele ano. Na ocasião, o então responsável pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, André Lázaro, disse aos presentes, num tom de brincadeira, que num dos vídeos que compunha o material, cujas personagens seriam duas moças de cerca de 19 anos, chegou-se a discutir quanto da língua entraria num beijo na boca entre elas, mas que no final optou-se por não haver beijo e terminar a cena com elas se abraçando.

Na época, Bolsonaro, que ainda era deputado, se disse incomodado com a quantidade de membros do movimento LGBT no Congresso. Segundo ele, essas pessoas estavam vestidas como se estivessem indo participar de uma passeata LGBT e, para saber o que estava acontecendo ali, requisitou as gravações do evento e viu na fala de André Lázaro o estopim para mobilizar seu descontentamento (VITAL; LOPES, 2013).

Após tomar ciência do material, Bolsonaro discursou na Câmara e deu entrevista no programa de TV *Superpop*, apresentado por Luciana Gimenez na Rede TV!, conclamando os parlamentares evangélicos a se juntarem a ele na empreitada contra o Escola Sem Homofobia. Numa outra versão, Damares Alves, que na época era assessora da FPE, disse que os parlamentares evangélicos, juntamente com grupos católicos e evangélicos pró-vida, já estavam trabalhando a questão do material quando Bolsonaro tomou ciência dele, e que este último só conseguiu trazer mais destaque para a pauta porque a mídia tratava os evangélicos com preconceito e não dava muita importância para as questões abordadas pelo segmento. Mas discordâncias sobre a origem à parte, os dois lados sempre estiveram bastante articulados, desde o início, nos desdobramentos que se seguiram (VITAL; LOPES, 2013).

No início, a polêmica levantada por Bolsonaro em torno do material pedagógico não havia despertado a adesão de seus colegas parlamentares e o tema foi pouco explorado. As coisas começaram a mudar no ano seguinte, quando alguns parlamentares evangélicos começaram a receber *e-mails* de sua base eleitoral (evangélica) para se posicionarem sobre o assunto. O primeiro a fazer um pronunciamento foi o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE naquele ano, seguindo a mesma interpretação de Bolsonaro (VITAL; LOPES, 2013).

Ainda no decorrer de 2011, um fato contribuiu para que se intensificassem as posições contrárias ao material: a aprovação da ADPF32, do STF, que reconheceu as uniões civis de

casais homoafetivos. A ação fez aumentar os embates de setores conservadores contrários às pautas de direitos LGBT. Mais uma vez, Bolsonaro tomou o protagonismo ao produzir um panfleto, distribuído em escolas e residências do Rio de Janeiro, distorcendo as propostas do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

No panfleto, a iniciativa do governo federal foi chamada de “Plano da Vergonha”, e foi dito que o MEC, em parceria com grupos LGBT, incentivava o “homossexualismo e a pedofilia” nas escolas, tornando as crianças alvos fáceis para pedófilos. O contexto provocou pânico nos setores conservadores da sociedade, que começaram a se opor fortemente ao material produzido pelo MEC, que ainda não havia sido aprovado, nem distribuído para as escolas.

Mas foi um fato aparentemente sem ligações com o material que proporcionou a cartada final para que fosse decretado seu fim: no dia 15 de maio, uma reportagem da *Folha de S.Paulo* acusava o então ministro da Casa Civil, Antônio Palloci, de enriquecimento ilícito. Logo os parlamentares da oposição começaram as articulações para fazer com que Palloci fosse prestar esclarecimentos sobre sua evolução patrimonial na Câmara. Também nessa mesma semana, dois eventos chamavam a atenção para o material do MEC: o primeiro, no dia 16, foi o discurso do então Senador Magno Malta (PR-ES), acusando o kit de ensinar crianças a partir de seis anos a se relacionarem sexualmente e dizendo que as escolas se tornariam escolas preparatórias de homossexuais; o segundo foi a Marcha contra a Homofobia, realizada em Brasília no dia 17 de maio, dia internacional da luta contra a homofobia, e o 8º Seminário LGBT no Congresso Nacional, que ocorreu na Câmara dos Deputados. Na ocasião, o então coordenador-geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, Fábio Meirelles Hardman de Castro, reafirmou o compromisso e a intenção de produzir e distribuir o material, que já estava na fase de ajustes finais. Mais uma vez, o governo enfrentou as pressões dos setores conservadores da sociedade, que se opunham fortemente ao material, além de sofrer os desgastes gerados pela denúncia de enriquecimento ilícito de Palloci.

A bancada evangélica então deu sua cartada final. Em troca da não-convocação do ministro da Casa Civil para prestar esclarecimentos na Câmara, os parlamentares evangélicos exigiram que Dilma vetasse o material produzido pelo MEC. Acuado e sofrendo pressões dos setores conservadores da sociedade e da oposição, o governo federal decidiu pela suspensão do material pedagógico. A medida fez com que Dilma fosse duramente criticada por movimentos sociais e setores mais progressistas, que também foram grandes apoiadores de

sua campanha eleitoral, mas evidenciou a força política que a bancada evangélica havia adquirido no Congresso.

Mesmo suspenso, as polêmicas em torno do “kit gay” reaparecem vez ou outra, como é típico dos pânicos morais. O assunto ressurgiu com força nas eleições de 2018, impulsionado pela candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República e pela facilidade de espalhamento de informações que a popularização das mídias sociais trouxe. Em sua campanha, o então presidenciável chegou a mostrar, durante entrevista ao *Jornal Nacional*, o livro “Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas”, do suíço Phillippe Chappuis, publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras, dizendo tratar-se de material distribuído pelo MEC às escolas. A informação era falsa.

Na mesma época, vários outros conteúdos falsos circularam, principalmente por *WhatsApp*, alimentando os pânicos morais em torno das questões LGBT. Os argumentos utilizados, tanto nesses conteúdos falsos quanto nas falas públicas dos líderes religiosos e da bancada evangélica, eram os de que o combate à homofobia provocaria a expansão da pedofilia e de que o “kit gay” estimularia o aumento da população LGBT. Esse aumento, na visão dos conservadores, comprometeria a reprodução familiar e a preservação da espécie humana. Interessante observar que, muitas vezes, existe a preocupação de sustentar esses argumentos com bases racionais, científicas, e não meramente religiosas:

Nos relatos, eles [integrantes da FPE] faziam questão de salientar o que seria o caráter mais científico da frente atualmente, buscando se afastar do estigma que pesa sobre a religião no Parlamento e também da negatividade associada socialmente à imagem dos evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais. Essa negatividade remeteria a um universo pouco ilustrado, de precariedade, de baixa escolaridade e pobreza. Frisavam que seus argumentos não eram estritamente religiosos, que eles eram científicos, técnicos, ligados ao campo da economia e da Defesa do Estado Nacional. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, ao ser convidado a se pronunciar em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, cita o sociólogo Jorge Gilbert para validar o que seria, em suas palavras, uma abordagem “sociológica, antropológica e biológica” e não religiosa. A partir dessa referência, ele queria destacar a ameaça à espécie humana com a expansão da homossexualidade na sociedade. (VITAL; LOPES, 2013, p. 156)

Nas eleições de 2022, com a possibilidade de retorno de Lula à Presidência e, conseqüentemente, de um governo mais aberto à garantia de direitos sociais às pessoas LGBT, as polêmicas em torno da sexualidade formam, novamente, uma arma política muito explorada por Bolsonaro, que tentava a reeleição, e seus aliados. Vídeos da entrevista concedida ao *Jornal Nacional* em 2018, na qual Bolsonaro associava o livro “Aparelho Sexual

e Cia” ao “kit gay”, voltaram a circular³³ ao lado de outras *fake news* envolvendo ideologia de gênero e ambiente escolar, como a de que o governo do PT implantaria banheiro unissex nas escolas³⁴, dita pelo próprio Bolsonaro em uma live. Uma gráfica no interior de Minas foi flagrada produzindo material que trazia um diálogo entre mãe e filha, no qual a criança contava que a professora havia dito ser possível escolher ser menino ou menina, e associava o PT à implantação da ideologia de gênero nas escolas³⁵.

Mas, se nos últimos anos, houve um crescimento da oposição de setores conservadores frente às pautas LGBT, com o protagonismo da bancada evangélica e de governos ultra conservadores, como o de Bolsonaro, cresceram também os movimentos interessados em discutir e acolher a questão da homossexualidade no ambiente religioso. Embora não contem com a mesma visibilidade dos parlamentares religiosos e de lideranças conhecidas do grande público, as igrejas inclusivas e os movimentos de leigos homossexuais ou simpáticos às causas LGBT têm despontado como uma alternativa ao conservadorismo, oferecendo uma nova narrativa e novas possibilidades de experimentar a religiosidade. É sobre esse assunto que trataremos no próximo tópico.

4.4. Nem tudo é antagonismo: LGBT também podem ser chamados filhos de Deus

A visão conservadora dos grupos religiosos sobre a sexualidade, embora hegemônica, não se apresenta como uma unanimidade no meio cristão. Nos últimos anos, os estudos sobre gênero também tiveram impacto no campo da teologia e das ciências da religião, provocando a emergência de outros olhares teológicos que desestabilizam os padrões hetero-cis-normativos que orientam certas interpretações bíblicas que condenam a homossexualidade. Esses olhares divergentes, como os propostos por James Alison (2010) e

³³ LESSA, Marcos André. Fake news sobre livro de educação sexual infantil nas escolas volta a circular. Coletivo Bereia, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/fake-news-sobre-livro-de-educacao-sexual-infantil-nas-escolas-volta-a-circular/>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

³⁴ ALEIXO, Isabela. É Falso que programa de governo de Lula prevê banheiro unissex em escolas. UOL, 06 out. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/10/06/e-falso-que-programa-de-governo-de-lula-preve-banheiro-unissex-em-escolas.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2023. Ver também: CONGRESSO EM FOCO. TSE determina exclusão de fake news de que lula implantaria banheiro unissex. Uol, 21 out. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-determina-exclusao-de-fake-news-de-que-lula-implantaria-banheiro-unissex/>> Acesso em: 04 mar. 2023.

³⁵ ESQUEMA de fake news sobre “kit gay” no Norte de Minas é desmontado após denúncias. Mídia Ninja, 26 out. 2022. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/esquema-de-fake-news-sobre-kit-gay-no-norte-de-minas-e-desmontado-apos-denuncias/>> Acesso em: 04 fev. 2023.

André Musskopf (2008) partem da aceitação do humano como sujeito sexual e da Revelação de Deus como acolhida incondicional para desestigmatizar a sexualidade humana.

Desses esforços de revisão teológica nascem as chamadas igrejas inclusivas e também algumas aberturas nas igrejas tradicionais, como a ocorrida na Igreja Batista da Carolina do Norte, nos EUA, que em 2019 ordenou sua primeira pastora transexual. Essas iniciativas sinalizam para a existência de vozes discordantes dentro do segmento evangélico, que reagem à postura de oposição e beligerância em relação aos grupos LGBT.

A primeira igreja voltada ao público LGBT no mundo foi a Igreja da Comunidade Metropolitana, criada pelo reverendo Troy Perry – um dos criadores da Parada do Orgulho Gay - em 1968. No Brasil, apesar da proliferação das igrejas inclusivas ser um fenômeno dos anos 2000, iniciativas desse tipo remontam à década de 1990 e estão ligadas à organização política dos grupos LGBT no período.

Fátima Weiss de Jesus (2013) identifica três movimentos no surgimento das igrejas inclusivas no Brasil. O primeiro deles, na década de 1990, está relacionado a algumas iniciativas de igrejas e pastores ligados ao protestantismo histórico, que estavam mais alinhados ao “evangelho inclusivo”. Destacaram-se, nessa época, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que desde 1998 reconhece e prega a inclusão de homossexuais, e também a Igreja Presbiteriana Bethesda, em Copacabana, Rio de Janeiro, liderada pelo Rev. Nehemias Marien. O pastor se tornou conhecido na década de 1990 por promover a bênção de casais homossexuais em cerimônias religiosas³⁶. O Rev. Marien ainda celebrou, por muitos anos, o Culto do Orgulho Gay, sempre em data próxima ao dia 28 de junho, Dia do Orgulho Gay. Sobre o pastor, Marcelo Natividade (2010) escreveu que:

Em termos teológicos, o pastor (através de pronunciamentos públicos) apresentava argumentos para uma liturgia que contemplava o acolhimento dos homossexuais, sem exigir deles uma mudança de conduta sexual. Citando o evangelho de Matheus (19:12), ele instruía que homossexuais “eram como os eunucos” do texto bíblico: alguns foram “feitos assim pela sociedade”, outros “nasceram”, e ainda havia aqueles que o eram por “opção”. Portanto, a homossexualidade não podia ser vista como pecado. Como consequência de tal postura, a igreja atraiu um considerável número de homossexuais e ficou conhecida como uma “igreja gay”, sendo nomeada dessa forma em inúmeras reportagens e matérias nas imprensas secular e religiosa. (NATIVIDADE, 2010, p. 93)

³⁶A Igreja Presbiteriana Bethesda fazia parte da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU). O posicionamento do Rev. Marien não foi endossado pela IPU, que até hoje se posiciona contrária à promoção de bênçãos religiosas aos casais homossexuais, embora defenda a igualdade de direitos civis de todas as pessoas e mantenha laços com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que, desde 2014, aceita o casamento religioso igualitário.

Além dessas duas iniciativas, Fátima Weiss de Jesus (2013) também destaca a participação de teólogos ligados ao Núcleo de Estudos de Gênero da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e também da Puc-Rio³⁷.

O outro movimento apontado pela autora está relacionado aos grupos de ativismo homossexual dos anos de 1990. Nessa época, o Centro Acadêmico de Estudantes de História da USP (CAEHUSP) realizou uma série de debates sobre direitos humanos e homossexualidade. Um dos eixos abordados, sobre religião e homossexualidade, motivou a criação da Comunidade Cristã Gay. O grupo, fundado em 1998 pelo líder do CAEHUSP, Elias Lilikan, e pelos pastores Victor Orellana e Luís Fernando (ordenados por Nehemias Marien), passou a se reunir no CAEHUSP. Natividade (2010) conta que, posteriormente, uma cisão nesse grupo deu origem à formação da Igreja da Comunidade Metropolitana no Brasil (ICM), em 2002, na cidade de Niterói. Também em 2002, Victor Orellana fundou a Igreja Evangélica Acalanto, em São Paulo.

O surgimento dessas igrejas, além de outras tantas que floresceram nos anos 2000, configura o terceiro movimento apontado por Jesus (2013). Além das duas igrejas já citadas, ICM e Acalanto, a autora relata a fundação das seguintes denominações no período: Igreja do Movimento Espiritual Livre (fundada em Curitiba, em 2003, por Haroldo Lêoncio Pereira); Comunidade Cristã Nova Esperança (fundada em São Paulo, em 2004, por Justino Luiz); Igreja Cristã Evangelho Para Todos (fundada em São Paulo, em 2004, por Indira Valença); Comunidade Família Cristã Athos (fundada em Brasília, em 2005, por Ivaldo Gitirana e Márcia Dias); Comunidade Betel (fundada no Rio de Janeiro, em 2006 e liderada por Márcio Retamero); Igreja Cristã Contemporânea (fundada no Rio de Janeiro, em 2006, por Marcos Gladstone); Ministério Nação Ágape ou Igreja da Inclusão (fundada em Brasília, em 2006, por Patrick Thiago Bomfim); Igreja Cristã Inclusiva (fundada em Recife, em 2006, por Ricardo Nascimento); Igreja Progressista de Cristo (fundada no Recife, em 2008, por Kleyton Pessoa); Igreja Renovação Inclusiva para a Salvação - IRIS (fundada em Goiânia, em 2009, por Edson Santana do Nascimento); Igreja Amor Incondicional (de origem norte-americana, fundada em Campinas, em 2009, por Arthur Pierre); Igreja Inclusiva Nova Aliança ou MORIAH Comunidade Pentecostal (fundada em Belo Horizonte, em 2010, por Gregory Rodrigues de Melo Silva); Igreja Inclusiva do Brasil (fundada em março de 2012 por Anderson Zambom); Igreja Apostólica Nova Geração (São Paulo), Ministério Mundial Shekinah (Distrito Federal), Igreja Vida Nova (São Luiz- MA), Novo templo – Igreja Cristã

³⁷No lado católico, a autora cita os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral da Diversidade.

Pentecostal (Guarulhos-SP) e Cidade de Refúgio (fundada em São Paulo, por Lanna Holder, em 2011).

A maioria dessas igrejas tem como característica o fato de que foram fundadas por pessoas LGBT oriundas de outras igrejas de orientação pentecostal, tais como Assembleia de Deus, IURD, Igreja do Evangelho Quadrangular etc., que acabaram rompendo com essas instituições por conta de sua orientação sexual. No entanto, ao abrir esses novos espaços de fé, acabaram levando consigo as visões teológicas de suas igrejas de origem, o que faz com que muitas dessas instituições inclusivas tenham inclinações pentecostais e compartilhem de valores religiosos conservadores presentes nesse segmento. É comum, por exemplo, mesmo que a homossexualidade seja aceita, encontrar certos discursos moralizantes, como a defesa dos relacionamentos monogâmicos e o rechaço ao sexo sem compromisso, visto como um comportamento promíscuo e não esperado de um verdadeiro cristão.

A noção de batalha espiritual, que como vimos, é comum nas igrejas pentecostais tradicionais, também está presente nessas igrejas inclusivas (NATIVIDADE, 2010; JESUS, 2013). Esses elementos trazidos pelos fundadores dessas igrejas de suas instituições de origem também influenciam o modo como esses espaços inclusivos se organizam, se tensionam e se hierarquizam. Conforme aponta Jesus (2013):

Portanto, o terceiro movimento é marcado não apenas pelo surgimento das igrejas inclusivas, mas especialmente pelo confronto e disputa entre as mesmas pela legitimação, enquanto produtoras de “verdades”, em torno do que seja a Teologia Inclusiva. Estas verdades estão fortemente ligadas às concepções de gênero e sexualidade, moralidades e relações distantes ou próximas com o ativismo/militância LGBT. (JESUS, 2013, p. 6)

Logo, se o segmento pentecostal é marcado por tensões e cisões internas, que estimulam o surgimento de novas igrejas, com as igrejas inclusivas, a grande maioria formada por pessoas que vieram do segmento pentecostal, não é diferente. Um bom exemplo desse contexto é a Igreja Cristã Contemporânea, que nasce a partir de um cisma na Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). Fundada nos EUA, em 1968 e presente em dezenas de países, a ICM, desde os seus primórdios, assumiu uma postura de defesa dos direitos humanos e de um esforço teológico para a aceitação das homossexualidades dentro do cristianismo, que, como qualquer orientação sexual, deveria ser celebrada como um presente de Deus (NATIVIDADE, 2010)³⁸.

³⁸Um dos nomes mais conhecidos da ICM no Brasil é o da pastora e professora Alexya Salvador, a primeira mulher trans a ser ordenada reverenda na América Latina (FELIX, 2020) e também a primeira a adotar uma criança no Brasil. Alexya e o marido são pais adotivos de três crianças, sendo duas meninas trans (SALVADOR, 2021). A pastora já foi filiada ao PSOL, partido pelo qual disputou as eleições para deputada estadual, em 2018.

No entanto, logo no início da vinda da ICM para o Brasil, alguns membros se incomodaram com a proposta da igreja, por considerá-la muito focada no público homossexual e muito permissiva, tendo em vista a maior flexibilização moral apresentada pela denominação americana em relação às igrejas brasileiras. Este grupo rompeu com a matriz americana da denominação e fundou uma nova, a Igreja Cristã Contemporânea, mais alinhada aos valores religiosos das igrejas pentecostais brasileiras, que lhes eram mais familiares. Nesse processo, parece ter havido um esforço para a suavização da questão da homossexualidade, ao contrário do que era praticado na ICM, como forma de evitar que a igreja fosse vista como um “gueto gay”. Conforme descreve Natividade (2010):

Conversas informais enfatizavam que a denominação pretendia seguir a linha de uma “igreja normal”, pregando “o que toda igreja prega”: o crescimento espiritual, a Palavra, o conhecimento de Deus e da Bíblia. Uma igreja tão normal que nem mesmo se ouviria pregações sobre homossexualidade nos cultos, contrastando com o estilo de pregação adotado na ICM, antes do cisma religioso que conduziu à formação da Igreja Contemporânea. (NATIVIDADE, 2010, p. 100)

Sobre os modos de funcionamento da igreja, o autor ainda comenta que:

A estratégia adotada preconizava a convivência entre pessoas de distintas orientações sexuais, de modo a atingir um público mais heterogêneo. Por outro lado, procurava-se estabelecer parâmetros, a serem seguidos por gays e lésbicas, que demarcassem os domínios de uma vida cristã. Assim sendo, cultivavam-se como valores a monogamia e as relações estáveis, assim como um ethos de discrição. (NATIVIDADE, 2010, p. 102)

Apesar das diferenças, conflitos e disputas narrativas, as igrejas inclusivas se constituem como espaços importantes para a organização política e para a construção identitária dos LGBT. Natividade (2010) destaca o trabalho da Igreja da Comunidade Metropolitana e da Comunidade Cristã Nova Esperança - sendo esta última do segmento pentecostal - na prevenção do HIV e na atenção à saúde das pessoas soropositivas, junto a profissionais de saúde e órgãos públicos. Muitas dessas igrejas também participam da Parada do Orgulho LGBT e de outros espaços de luta por direitos ligados à causa. Discordâncias à parte³⁹, essas igrejas contribuem ainda para uma mudança cultural, ao promover a visibilidade

Em 2020, pelo mesmo partido, concorreu como vice na chapa de Sâmia Bomfim, nas eleições municipais para a prefeitura de São Paulo. Em 2022, já filiada ao PT, Alexya se candidatou como deputada estadual por São Paulo, mas não foi eleita.

³⁹Além de algumas posturas conservadoras, Natividade (2010) também chama a atenção para certa predominância de homossexuais masculinos nessas igrejas, inclusive nos cargos de maior importância hierárquica, nos quais observou pouca participação de mulheres. O autor também diz ter observado uma participação pequena de travestis/transsexuais nos cultos e uma tendência de reprimir comportamentos lidos como muito afeminados, que, na visão de alguns líderes dessas igrejas, não eram vistos como adequados a um cristão, mesmo sendo gay.

de homossexuais em cargos eclesiásticos e também ao oferecer uma resposta aos estigmas que recaem sobre essas pessoas. Elas fazem emergir um discurso religioso voltado para esse público (NATIVIDADE, 2010) e disputam a narrativa cristã com as igrejas tradicionais.

Além das igrejas inclusivas, podemos citar iniciativas não-institucionais que também começam a ganhar espaço, embora ainda de maneira tímida. Como por exemplo, o movimento Jesus Cura a Homofobia, idealizado pelo pastor batista José Barbosa Júnior, que marca presença nas Paradas do Orgulho LGBT, ou o Evangélicxs pela Diversidade, que debate vários temas ligados ao universo LGBT na internet. Além desses, existem os influenciadores digitais, como Toni Valente, que se apresenta como ativista cristão LGBTI+.

Ao lado das igrejas inclusivas, essas iniciativas empreendem, com as igrejas tradicionais, uma disputa de narrativas sobre a homossexualidade, abrindo novos caminhos interpretativos e fragmentando, ainda mais, um campo já tão fragmentado como o do protestantismo. No entanto, essas disputas e essa heterogeneidade do segmento evangélico nem sempre são refletidas nos modos de narrar praticados pela mídia, que, ao dizer sobre esse grupo, acaba, quase sempre, retratando-o como praticante de uma visão monolítica e conservadora sobre o mundo e sobre a sexualidade em geral, como será demonstrado em nossa análise.

CAPÍTULO 5

DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

5.1. *Veja e Carta Capital*: dois modos de narrar a realidade

A revista *Veja* é considerada o maior semanário do país, publicada pela Editora Abril. Idealizada por Roberto Civita e tendo como editor-chefe Mino Carta⁴⁰, a revista foi criada em 1968, em plena ditadura militar. A publicação foi alvo de diversos episódios de censura durante o regime, chegando a ter edições recolhidas das bancas a mando do exército.

A revista já chegou a atingir a marca de 1 milhão em edições anteriores, mas recentemente, a estimativa gira em torno de 184 mil, considerando exemplares impressos e assinaturas digitais⁴¹. Um exemplo é a edição de maio de 1992, que trazia Pedro Collor na capa, denunciando o esquema de corrupção que culminou no *impeachment* de seu irmão, Fernando Collor de Mello. No mundo digital os números também impressionam. Em 2018, durante a cobertura das eleições, o *site* da *Veja* bateu o recorde de usuários únicos duas vezes, atingindo a marca de 35 milhões em setembro e de 55,7 milhões em outubro (BERGAMASCO, 2018; SOBREIRO, 2020; BLECHER, 1994). Em 2022 a média de acessos gerais do *site* girava em torno de 50 milhões por mês⁴².

A revista *Veja*, ainda em 2002, já chamava a atenção para o crescimento do segmento religioso evangélico e estampava na capa de sua edição de número 1758 (03/07/2002) a matéria “A Nação Evangélica – O maior país católico do mundo está ficando cada vez mais evangélico. E isso começa a mudar muita coisa no Brasil”. Uma edição mais recente, de maio de 2019, trazia a bancada evangélica e sua influência no governo de Bolsonaro para livrar as igrejas de cobranças de impostos. No entanto, esse olhar para os evangélicos nem sempre se deu de maneira muito simpática. Eliana Santos (2011) analisou matérias de capa que falavam sobre os evangélicos, publicadas pela revista *Veja* entre 1981 e 2010, e percebeu as diferenças de abordagem para com este segmento em relação ao catolicismo. Nessas matérias, as igrejas

⁴⁰ Mino Carta deixou a *Veja* em 1976 e participou da criação de outras revistas, dentre as quais a própria *Carta Capital*, em 1994.

⁴¹ RENÓ, Juliana. Maior revista do Brasil, *Veja* deixa de contar com mais de 100 mil exemplares. Portal Comunique-se, 29 mar. 2022. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/major-revista-do-brasil-veja-deixa-de-contar-com-mais-de-100-mil-exemplares/>> Acesso em: 04 mar. 2023.

⁴² Dados coletados pela autora, por meio da plataforma Similarweb - ferramenta de análise de *sites* que fornece métricas de acesso -, em 24/04/2022.

evangélicas eram frequentemente associadas como seitas e seus fiéis eram tratados como pessoas incultas, pobres, principalmente quando associados ao segmento pentecostal. A Igreja Católica, diferentemente, era vista como a religião mais confiável. Essa última era associada, nas matérias, a adjetivos positivos, tais como “imperial, garbosa, carismáticos”, enquanto às igrejas evangélicas eram reservados termos como “barulhentas, grotescas, quadrilha” dentre outros igualmente negativos.

Por sua importância histórica e pelo peso que ocupa na mídia brasileira, a *Veja* é constantemente objeto de pesquisas acadêmicas. Numa busca rápida pelo portal de periódicos da Capes, pudemos encontrar trabalhos referentes ao modo como a revista atua na construção de novas masculinidades, nas visões sobre a globalização, no preconceito contra o feminismo etc. Em nosso Programa de Pós-Graduação em Comunicação, destacamos a tese defendida por Renné França em 2011, que analisou capas da *Veja* para perceber como a revista atuou na produção de significados sobre o Brasil, sobre nossa memória coletiva e nossas representações sociais.

Na época, o autor fez uma análise das capas dos 40 primeiros anos da revista e constatou que esta oferecia pouco espaço para minorias. Mulheres, negros, pobres, evangélicos apareceram de modo insignificante, e apenas quando os acontecimentos aos quais estes estavam relacionados eram algo que não podia ser ignorado pela revista (FRANÇA, 2011, p. 241).

Dez anos depois da pesquisa desenvolvida por Renné, os evangélicos parecem ter ganhado espaço, ao menos no *site* de *Veja*. Numa primeira busca pelo termo “evangélicos”, realizada no dia 13/09/2019, por meio da ferramenta oferecida pelo próprio *site*, localizamos quase mil incidências. Grande parte dessas notícias se relacionavam ao contexto político, e são reflexos da importância que o segmento religioso adquiriu nas últimas duas eleições presidenciais e do crescimento da bancada evangélica, que fizeram com que pautas tidas como importantes para esse grupo estivessem sempre em evidência no cenário atual. Entretanto, interessa-nos perceber como o veículo tem construído essas narrativas.

Apresentando-se como uma alternativa ao discurso da *Veja*, em 1994 foi criada, por Mino Carta, primeiro editor-chefe de *Veja*, a *Carta Capital*. Diferentemente de *Veja*, que nasceu debaixo da opressão da ditadura militar, *Carta Capital* surge no período democrático, de liberdade de expressão, deixando explícito seu posicionamento ideológico. A revista assume como uma de suas principais defesas a pluralidade de vozes e a disseminação de um discurso mais progressista e alinhado ao pensamento de esquerda. Mas, embora se ofereça como uma alternativa ao discurso jornalístico de *Veja*, *Carta Capital* não conseguiu suplantar

a hegemonia de sua concorrente, mesmo contando com números consideráveis de audiência. Em 2021, o veículo registrou recorde de 8,7 milhões de usuários únicos no *site* (SITE..., 2021), mas a média mensal gira em torno de 3 milhões de acessos por mês. Edições impressas e assinaturas digitais, que somadas já atingiram a marca de 26 mil, em 2021 não atingiram 3 mil.⁴³

Coerente com sua proposta de pluralidade de vozes, a *Carta Capital* conta com uma editoria chamada “Diversidade”, que traz textos relacionados ao universo LGBT e também sobre racismo, e uma coluna, chamada “Diálogos da Fé”, que traz textos de pessoas de diferentes religiões apresentando um viés mais progressista em suas reflexões. A representação do segmento evangélico fica a cargo de Magali do Nascimento Cunha, jornalista, pesquisadora da área de comunicação e colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas, e membro da Igreja Metodista. Em nossa pesquisa, interessa-nos perceber se essa pluralidade de vozes e o discurso progressista da coluna em questão, defendidos pelo veículo, se espriam para os outros textos no que tange aos evangélicos e suas aproximações com os segmentos LGBT.

Embora se dediquem, majoritariamente, à cobertura política do país, *Veja* e *Carta Capital* assumem pontos de vista diferentes em suas abordagens. Por esse motivo, não é raro encontrar trabalhos acadêmicos que se debrucem em analisar os divergentes modos de significação propostos por ambos os veículos. Rodrigo Sefeld e Natália Rese (2020) analisaram a cobertura da Operação Lava-Jato nos dois veículos (e também na revista *Exame*), desde a deflagração da operação, em março de 2014, até novembro de 2018. Os pesquisadores verificaram que a narrativa construída pela *Revista Veja* era a de que a “Operação Lava Jato desvelou o maior escândalo de corrupção do país, expondo uma rede de corrupção entre empresas e partidos políticos que beneficiou o governo da época, prendeu um ex-presidente e levou ao impeachment de outro” (SEFELD; RESE, 2020 p. 133). Nessa narrativa, a Petrobrás aparece como vítima, enquanto o PT é apresentado como o principal responsável pelos esquemas de desvio de dinheiro público, que garantiam a manutenção do partido no poder.

⁴³ Dados retirados da plataforma Similarweb e também do mídia-kit da revista, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/04/midia-kit2019.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023. Ver também: RENÓ, Juliana. Maior revista do Brasil, Veja deixa de contar com mais de 100 mil exemplares. Portal Comunique-se, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/maior-revista-do-brasil-veja-deixa-de-contar-com-mais-de-100-mil-exemplares/>> Acesso em: 04 mar. 2023.

Já a cobertura da *Carta Capital*, segundo os autores, se desdobra em duas narrativas: num primeiro momento, a operação é vista como um instrumento para punir os corruptores, que até então permaneciam impunes, no qual a Petrobrás também aparece como vítima; mas num segundo momento, que se intensifica em 2016, com o vazamento das delações que comprometem o PT, passa-se a questionar a validade da operação e sua real finalidade, já que a Lava-Jato passa a ser vista como um instrumento de perseguição para atingir e desmantelar o governo vigente. Nesse momento, Dilma Rousseff e Lula aparecem como as principais vítimas na narrativa da revista.

A cobertura da Operação Lava-Jato nos dois veículos também foi objeto de análise de Túlio Gomes e Cíntia Medeiros (2019). Os autores concluíram que a *Revista Veja* atuou na construção do escândalo ao sustentar as seguintes narrativas: 1) A Lava-Jato é um escândalo de corrupção, no governo Dilma, semelhante ao Mensalão, acontecido no governo Lula, portanto o uso de termos como “Petrolão” ou “Propinoduto” são frequentemente usados pelo veículo para se referir à operação; 2) O PT é o grande mentor e beneficiário dos esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público. Os outros partidos, apontados como participantes do esquema, são apresentados como aliados do PT; 3) A Lava-Jato revelou o maior escândalo de corrupção do país, sendo a imagem de Lula bastante explorada pelo veículo (o PT era frequentemente descrito como “o PT de Lula” nas matérias de *Veja*).

Em contrapartida, segundo os autores, a *Carta Capital* atuava no sentido de desconstruir o escândalo construído por *Veja*, ao sustentar as seguintes narrativas: 1) A Lava-Jato está sendo utilizada como um recurso político-eleitoral para desgastar o governo de Dilma e interferir no andamento do processo eleitoral ao prejudicar a imagem do PT; 2) A corrupção não é algo exclusivo do PT, nem de nenhum outro partido, mas um problema antigo e crônico que assola o país. Diferentemente da *Veja*, *Carta Capital* amplia o foco para outros partidos, mostrando como membros da oposição também foram beneficiados pelos desvios de verbas públicas; 3) A Mídia nativa está a serviço dos grandes grupos de poder. A *Carta Capital* critica a abordagem de outros veículos tradicionais, dizendo que levam ignorância e despolitização ao público. A revista criticou a atitude da *Veja* de antecipar uma edição com declarações de Alberto Youssef, que comprometiam a presidenta Dilma e Lula, às vésperas do pleito presidencial de 2018, acusando-a de querer interferir no resultado das eleições.

Resultados semelhantes foram apresentados por Carla Rizzotto, Paulo Ferracioli e Diego Antonelli (2016b) ao analisarem a cobertura do “Petrolão”. Nas matérias da *Veja*, os autores perceberam que havia uma tendência em apontar como causa para o escândalo os esquemas de corrupção de políticos do PT com os empresários, envolvendo o desvio de

dinheiro público, para a manutenção do partido no poder (mesmo que as investigações tenham acusado a participação de políticos de outros partidos).

Os autores verificaram também que, diferentemente, *Carta Capital* abordava a corrupção como algo generalizado a todos os partidos e chamava a atenção para o uso político das delações premiadas, com vazamentos seletivos que, segundo o veículo, poderiam interferir no andamento das eleições e na própria situação econômica da Petrobrás.

As diferentes abordagens apresentadas pelas revistas não se restringiram à cobertura da Operação Lava-Jato. Rejane Pozobon e Carolina David (2020) analisaram os diferentes pontos de vista sobre o processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff nos dois veículos. As autoras concluíram que nas matérias da *Veja* havia uma tendência de abordar o *impeachment* como algo necessário, já que a popularidade de Dilma estaria pior do que a de Collor, e que partia de um grande anseio popular, haja visto que as manifestações que pediam o afastamento da presidenta eram tratadas como o maior protesto já realizado no país. *Carta Capital*, por sua vez, tratou o afastamento da presidenta como um golpe que traria consequências muito piores do que as provocadas pelo golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar. Em sua abordagem, o veículo revelava sua insatisfação com os rumos políticos do país, considerados como antidemocráticos.

A imagem de Dilma Rousseff construída nos dois veículos também foi objeto de estudo de Igor Iuan (2014). O autor analisou a cobertura das duas revistas sobre o câncer enfrentado por Dilma em 2010, época em que também era candidata, pela primeira vez, à presidência da república. A pesquisa revelou que o tratamento dado por *Carta Capital* em seus textos foi o de apresentar Dilma como guerreira frente à doença, inclusive dizendo que seus inimigos políticos eram um mal maior a ser combatido. A doença não foi vista como um impedimento para a candidatura de Dilma, sendo que o bom prognóstico de cura era frequentemente reafirmado. Outras imagens exploradas nas matérias eram as de Dilma como uma pessoa correta, competente e comprometida com o trabalho, como uma heroína que combateu a ditadura, como uma mulher poderosa e bastante forte, corajosa e resistente.

Diferentemente, aponta o autor, a abordagem de *Veja* conferia mais dramaticidade à doença de Dilma ao tratá-la como um assunto grave e delicado, que fragilizava a candidata e que ameaçava a sua continuidade no pleito. Há um reforço da ideia de que votar em alguém com problemas de saúde é perigoso porque a doença pode comprometer a qualidade do trabalho prestado, contradizendo o discurso de extrema competência profissional da pessoa de Dilma apresentado na *Carta Capital*. *Veja* ainda explorou a ideia de que o PT estaria se utilizando politicamente da doença de Dilma, e, diferentemente de *Carta Capital*, que

apresentava a candidata como alguém independente e forte, *Veja* trazia Dilma como alguém subordinada e submissa aos mandos e desmandos de Lula, que seria quem realmente teria o poder de mantê-la na disputa eleitoral ou substituí-la. Esse tipo de cobertura foi criticado por *Carta Capital*, que acusou a grande mídia - incluso *Veja* -, na época, de abordar a doença de Dilma de modo especulativo, incorrendo em estigmatizações e manipulações, e prejudicando-a mais do que a doença.

Os diferentes pontos de vista também são verificados em notícias que tratam de economia. Ao analisar a cobertura dos dois veículos sobre as privatizações ocorridas no final da década de 1990, Luana Bonone (2013) verificou que nas matérias de *Veja* havia uma tendência em utilizar imagens e elementos textuais que criticavam as estatais e que eram favoráveis às privatizações, vistas como forma de combater o “aparelhamento e a ineficiência” das empresas públicas e como modo do governo angariar recursos. A *Carta*, pelo contrário, abordou as privatizações como algo negativo, como uma forma de entrega de patrimônio público que só favorecia aos aliados do governo e ao empresariado. Na visão do veículo, as privatizações, nos moldes como ocorreram, abriam caminho para a formação de oligopólios, enquanto as estatais eram vistas com positividade.

A autora concluiu que, conseqüentemente, governos mais alinhados a uma política econômica que priorizava as privatizações e a pouca interferência do estado, como o de FHC, foram vistos com mais positividade nas matérias da *Veja* e mais criticados nas matérias da *Carta Capital*, enquanto os governos de Lula e Dilma, alinhados ao pensamento da esquerda, foram mais criticados na *Veja* e mais bem avaliados na *Carta Capital*.

Percebe-se, pelas pesquisas citadas, que os dois veículos possuem posições ideológicas bem demarcadas, que refletem na construção de sentido operada por seus textos. *Veja* apresenta um discurso mais alinhado ao pensamento neoliberal e simpatizante dos governos de direita, sendo, portanto, ferrenha opositora do PT, partido que mais governou no período de interesse de nossa pesquisa. Diferentemente, *Carta Capital* apresenta um pensamento afim aos ideais progressistas da esquerda, tratando sempre com bons olhos o PT e suas principais figuras, enquanto critica, de modo mais incisivo, partidos e posicionamentos alinhados à direita.

5.2. Delimitações do objeto de pesquisa

Para operacionalizar nosso estudo, analisamos textos da última década (2010-2019) publicados nos *sites* da *Veja* e da *Carta Capital*, nos quais as temáticas evangélicas e LGBT estivessem, de algum modo, relacionadas. A escolha pelos dois veículos se deu pela importância que ocupam no contexto da mídia brasileira. Como partimos da noção de mídia como espaço de compartilhamento de sentidos, e também de produção de controvérsias, interessa-nos percebê-los como local onde signos e imagens que representam e produzem sentido são compartilhados, ao mesmo tempo em que são modificados e atualizados por esses veículos.

Acreditamos que esses dois veículos, tanto a *Veja* quanto a *Carta Capital*, nascidos como revistas impressas, se fortaleceram como marca e hoje dizem mais de um modo de fazer jornalismo do que de um suporte técnico. Desse modo, os textos divulgados pelos *sites* refletem os posicionamentos editoriais adotados, inicialmente, nas revistas impressas. Nossa opção pelo estudo dos textos veiculados pelos *sites*, e não a análise das revistas impressas, se deu porque, como nos interessamos pela potência dessas narrativas na atualização dos imaginários sociais, acreditamos que, por serem mais facilmente compartilhados nas redes sociais, os textos divulgados na internet têm mais facilidade de circular e, conseqüentemente, promover impactos nesse sentido.

Embora os veículos escolhidos possuam linhas editoriais diferentes, não nos interessa tecer comparações entre eles, mas, apenas, compreender como, em suas textualidades, os dois grupos (evangélicos e LGBT) foram sendo articulados pelas narrativas jornalísticas, tentando perceber as continuidades e as rupturas nos imaginários sociais que os mundos acionados por essas textualidades propõem.

A escolha pelo recorte temporal - a última década (2010-2019) - se deu porque este foi um período importante para os dois grupos, que ampliaram sua participação no espaço público. Neste tempo, o movimento LGBT comemorou o reconhecimento da união homoafetiva pelo STF, o direito à adoção de crianças por casais LGBT, o nome social, o direito a procedimentos de saúde - como a fertilização assistida e a cirurgia de transgenitalização pelo SUS -, e o primeiro beijo gay numa novela da Globo. Enquanto isso, os evangélicos se firmaram como um importante público no mercado consumidor e também na política, emergindo como um dos principais grupos na definição das eleições e no debate de outras pautas.

Para a definição e análise dos textos que fazem parte do nosso *corpus* de pesquisa, utilizamos, de modo associado, o método da análise de conteúdo, de Laurence Bardin, e a análise das narrativas, tendo por base a tríplice mimese de Paul Ricoeur. O método da análise de conteúdo foi empregado no processo de seleção e organização dos textos, para estruturar as etapas e modos de observação desse material. Segundo Bardin, o método consiste num

conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos, de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2004, p. 37)

Em outras palavras, esse tipo de análise busca, por meio de uma organização sistematizada de uma dada amostra de mensagens, extrair indicadores que nos permitam conhecer as variáveis de ordem psicológica, sociológica, históricas, condutas ideológicas, atitudes etc, do contexto de produção/recepção desses textos. No caso desta pesquisa, buscaremos conhecer as escolhas narrativas das revistas ao reproduzir, em seus textos, as controvérsias entre evangélicos e LGBT: quais valores e imaginários essas escolhas narrativas acionam?

Para Bardin, a análise de conteúdo possui duas funções, que podem ou não estar juntas: uma heurística, que enriquece os processos exploratórios e propicia descobertas, e uma de administração da prova, que permite que as hipóteses, na forma de questões ou afirmações provisórias, possam ser verificadas no sentido de sua confirmação ou não. A hipótese que pretendemos testar, sem perder de vista os processos exploratórios da função heurística, é a de que a narrativa jornalística atua na construção de antagonismos entre evangélicos e LGBT ao trazer sempre as mesmas vozes como representantes dos evangélicos - vozes conservadoras, que respondem a certo imaginário conservador sobre religião que a própria mídia comunga - e que isso independe das linhas editoriais e ideológicas dos veículos, já que a heterogeneidade, de ambos os segmentos, nem sempre é levada em consideração.

Nossa pesquisa adotou as etapas do método da análise de conteúdo proposto por Bardin, a saber:

- 1) **Pré análise:** é a etapa de organização da pesquisa propriamente dita. Nessa fase, é feita a escolha dos textos analisados, a formulação das hipóteses e objetivos da pesquisa e a elaboração dos indicadores que fundamentarão a análise. O primeiro passo dessa etapa é uma leitura flutuante do material, para colher as impressões

iniciais que auxiliarão nas formulações e escolhas iniciais. O segundo diz respeito à escolha dos documentos que comporão o *corpus*. Bardin diz que estes devem ser escolhidos segundo regras de **exaustividade** (precisa contemplar todos os elementos de um dado conjunto), **representatividade** (a análise pode ser feita a partir de uma amostra do material coletado, desde que seja representativa desse universo inicial), **homogeneidade** (os documentos devem obedecer a critérios precisos de escolha), **pertinência** (devem corresponder aos objetivos da análise). Outro passo da etapa de pré-análise é a elaboração dos indicadores (categorias) que serão utilizados para a organização sistemática do material analisado. Por fim, o último passo da pré-análise é a preparação do material para a análise. Em nosso caso, as categorias construídas na etapa de pré-análise foram propostas de modo que nos permitissem extrair elementos que nos possibilitaram realizar uma análise das narrativas que os textos jornalísticos colocam em circulação ao abordar antagonismos envolvendo evangélicos e grupos LGBT.

- 2) **Exploração do material:** nesta etapa, os procedimentos sistemáticos elaborados na etapa da pré-análise são aplicados no material analisado. É uma fase longa, na qual as operações de codificação são realizadas. No caso de nossa pesquisa, na etapa de exploração do material fizemos a identificação dos elementos que nos permitiram analisar as narrativas jornalísticas na etapa seguinte: quem são os personagens presentes nesses textos? Sobre o que eles falam? Como eles falam? Em quais editorias/gêneros textuais eles podem ser encontrados?
- 3) **Tratamento dos resultados e interpretação:** nesta etapa, os dados obtidos na etapa de exploração do material são organizados por meio de quadros, diagramas etc., que facilitem a visualização dos resultados. Em nossa pesquisa, esses resultados são discutidos a partir dos objetivos propostos e interpretados segundo a tríplice mimese de Paul Ricoeur, nos permitindo, assim, apresentar uma análise de como as narrativas postas em circulação por esses veículos, no que diz respeito às relações antagônicas envolvendo evangélicos e LGBT, são construídas.

A seguir, descrevemos a etapa de pré-análise de nossa pesquisa, que oferece o desenho metodológico que seguimos na etapa de exploração do material.

5.2.1. Composição do *corpus* e categorias analíticas (pré-análise)

Para operacionalizar a pesquisa, o primeiro passo foi realizar uma busca pelo termo “evangélicos” utilizando a própria ferramenta disponível nos portais da *Veja* e da *Carta Capital*. A opção por esse termo e não pelo termo “LGBT” (ou ambos), se explica pelo fato de que, no contexto de nossa pesquisa, são os evangélicos que acionam o segmento LGBT nos antagonismos narrados, já que suas opiniões sobre os assuntos relativos aos direitos civis e comportamentos sexuais dessas pessoas recebem grande destaque nos meios de comunicação. Essas opiniões mobilizam diferentes assuntos, como voto evangélico, apoio político ou críticas a determinadas marcas, campanhas publicitárias ou produções midiáticas, apenas para citar alguns exemplos. Dessa forma, acreditamos que apenas a busca pelo termo “evangélicos” já abarcaria, sem grandes esforços, os antagonismos que atendem à nossa problemática de pesquisa, dispensando a procura por outros termos.

Essa busca pelo termo “evangélicos” foi realizada entre o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020. Para cumprir a regra da exaustividade, do método de Bardin, selecionamos todos os resultados compreendidos no intervalo de tempo que delimitamos para a pesquisa, a saber: janeiro de 2010 a dezembro de 2019. No *site* da *Veja*, encontramos 927 matérias correspondentes à nossa busca, enquanto no *site* da *Carta Capital* esse número foi bem menor, 387 textos. Somando as duas publicações, 1314 responderam a nossa busca pelo termo “evangélicos”. A partir dos títulos desses textos, construímos a nuvem de palavras a seguir, com o intuito de verificar quais assuntos/nomes estiveram mais presentes na narrativa jornalística ao longo da última década, quando o termo “evangélicos” era acionado pelos veículos de mídia analisados.

(Fernando) Haddad, Dilma (Rousseff), Marina (Silva), (Marcelo) Crivella e (Silas) Malafaia. Desses, apenas Haddad e Dilma não se declaram evangélicos, e todos eles, com exceção de Malafaia, que é pastor, possuem uma carreira política. Marco Feliciano, como vimos, é deputado e pastor.

Todos os nomes citados (Feliciano, Haddad, Dilma, Marina, Crivella, Malafaia) estiveram envolvidos em algum episódio em que a temática LGBT esteve no centro da discussão. Podemos citar, por exemplo, a mobilização em torno do material pedagógico anti-homofobia, pejorativamente apelidado de “kit-gay”, cujos nomes de Marco Feliciano, Dilma Rousseff, Fernando Haddad, Bolsonaro e Silas Malafaia estiveram sempre presentes na narrativa. Podemos citar ainda as críticas enfrentadas por Marina Silva ao alterar seu plano de governo durante sua candidatura à Presidência da República em 2014, eliminando algumas propostas voltadas ao público LGBT. Mais recentemente, em 2019, Marcelo Crivella, então prefeito do Rio, esteve envolvido numa polêmica ao mandar recolher todos os exemplares de uma revista em quadrinhos exposta na Bienal do Livro, sob a justificativa de que a obra mostrava um beijo gay, portanto seria inadequada ao público infantil. A sobressalência desses nomes, juntamente com o termo “gay”, que também aparece com muita evidência, indicam que essas controvérsias relativas ao universo LGBT também ocupam grande parte das matérias que falam sobre os evangélicos nos veículos analisados.

Apesar de percebermos, como demonstrado pela nuvem de palavras, que nosso interesse de pesquisa estava contemplado no conjunto de textos que responderam a nossa busca pelo termo “evangélicos”, vimos que alguns deles, já de cara, não se relacionavam diretamente com a nossa proposta, que é analisar o segmento religioso em suas relações com os grupos LGBT no Brasil. Assim, um segundo passo foi excluir todas as matérias que tratavam de contextos de fora do Brasil, mesmo quando diretamente relacionadas à temática LGBT, e também todas as matérias que, embora trouxessem o termo “evangélicos”, não diziam respeito ao segmento religioso propriamente dito⁴⁴. Excluímos também matérias relativas à editoriais de Ciências, que percebemos não se relacionarem ao nosso tema de pesquisa.

Feito isso, ainda continuamos com uma quantidade muito grande de textos. Muitos deles, embora apresentassem nosso termo de busca, pareciam indicar, pelo título, que a menção aos evangélicos era algo inexpressivo na narrativa, que pouco acrescentaria em nossa

⁴⁴ Por exemplo, em 2013 houve grande profusão de matérias sobre mortes ocorridas na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, supostamente causadas por uma médica, inocentada anos depois. Embora presente o termo de nossa busca, o assunto abordado não está relacionado ao segmento religioso, mas sim ao hospital.

análise⁴⁵. Assim, optamos por separar aquelas cujo título trazia algum termo que se relacionasse diretamente aos dois grupos de interesse de nossa pesquisa, quais sejam: os Evangélicos e os LGBT.

Observando as regras de representatividade, homogeneidade e pertinência, estabelecemos alguns critérios para realizar uma segunda seleção. Por fazerem referência direta ao universo evangélico, selecionamos os textos que traziam no título palavras como “evangélicos”, “pastor”, “bíblia”, “fé”, “Jesus”, “igreja” etc., ou nomes de políticos reconhecidamente evangélicos, como Antony Garotinho, Marina Silva, Marco Feliciano, Marcelo Crivella etc. Também selecionamos aqueles que apresentavam personalidades evangélicas conhecidas do grande público, como Silas Malafaia, por exemplo. Incluímos ainda matérias cujos títulos traziam o nome de Jair Bolsonaro, quando ligado a alguma temática de cunho moral, como “ideologia de gênero”, “kit gay”, “homofobia”, ou de benefício ao segmento religioso evangélico, como isenções fiscais para igrejas, por exemplo. Essa escolha se justifica por sua forte presença nos textos que responderam nossa busca, como pode ser comprovado pela nuvem de palavras apresentada anteriormente (figura 1), que mostrou ser “Bolsonaro” o termo mais recorrente nos títulos das matérias associadas aos evangélicos.

No tocante aos LGBT, selecionamos os títulos que traziam palavras relacionadas a esse universo, como “gay”, “LGBT”, palavras com os prefixos “homo-”, “trans” etc. Selecionamos ainda as matérias nas quais os títulos apresentavam termos como “fake news”, “Direitos Humanos”, “diversidade”. Percebemos, em nossas leituras iniciais, que esses termos estavam frequentemente relacionados às temáticas que envolvem a polarização “evangélicos” x “LGBT”.

Feita essa primeira seleção no material recolhido, nosso montante de textos, que inicialmente era de 927 da *Veja* e 387 da *Carta Capital*, foi reduzido para 318 e 195, respectivamente. No entanto, percebeu-se que ainda existia uma grande quantidade de matérias cujos títulos indicavam que a temática tratada neles não possuía afinidades com nosso tema de pesquisa⁴⁶. Por essa razão, propomos ainda mais uma divisão desses textos da seguinte forma:

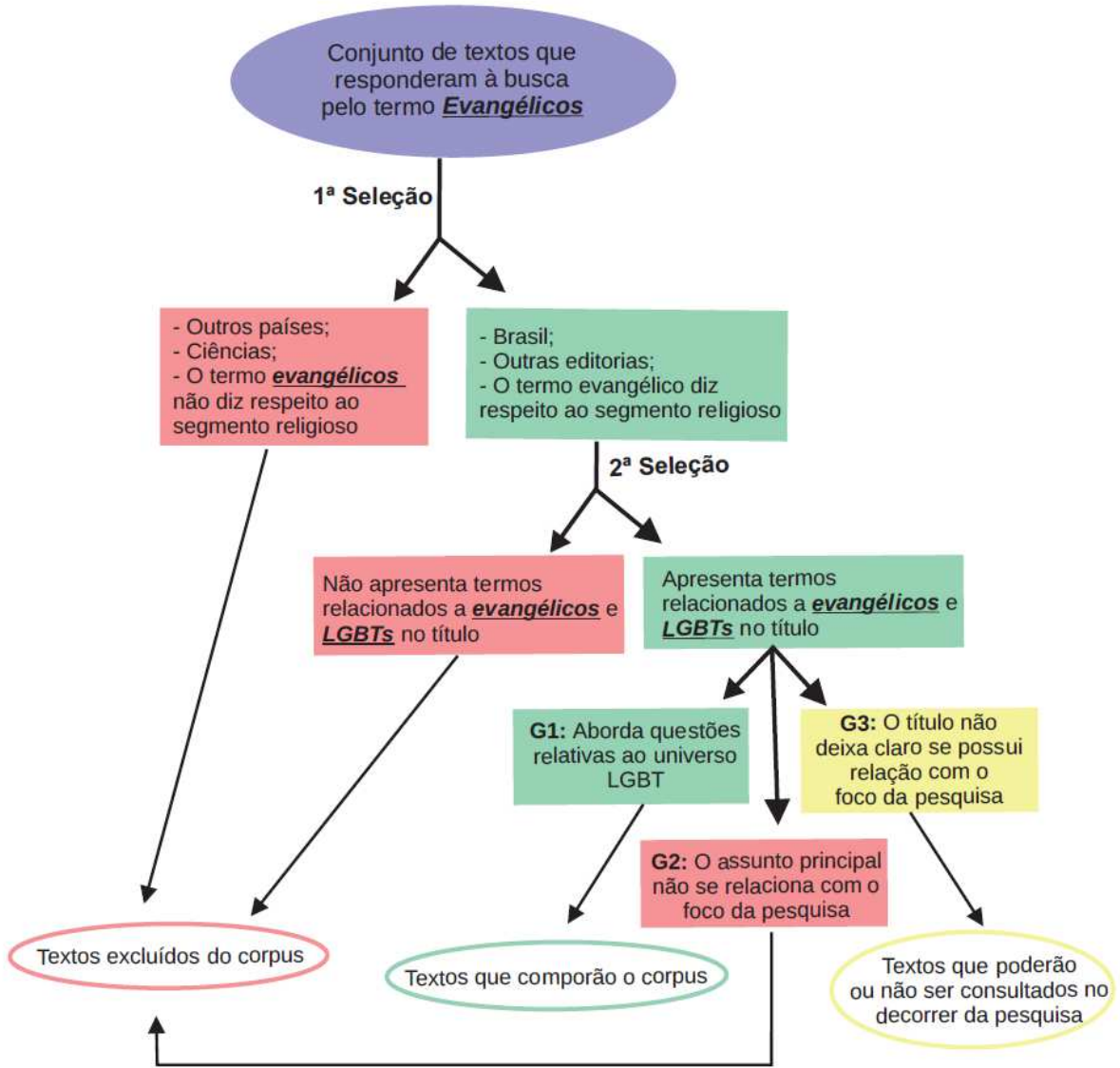
⁴⁵ Nos resultados, por exemplo, havia matérias sobre o MST, sobre música nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, sobre invasão da polícia no Complexo do Alemão, etc., que pouco provavelmente seriam importantes para nossa discussão.

⁴⁶ Matérias relacionadas às questões indígenas, crimes sem relação com nossa temática, dependentes químicos, intolerância religiosa, racismo, só para citar alguns exemplos.

- **Grupo 1:** textos cujos títulos já indicam que o assunto abordado deriva de questões relacionadas ao universo LGBT, tema central de nossa pesquisa (ex: kit-gay, criminalização da homofobia, casamento homoafetivo, ideologia de gênero, ou algum outro termo ligado ao universo LGBT);
- **Grupo 2:** textos cujos títulos já indicam que o assunto principal não se relaciona com nosso tema de pesquisa (ex: matérias sobre racismo, intolerância religiosa, crimes sem relação com a temática da pesquisa, questões indígenas, maioridade penal, meio ambiente, tecnologia, movimento anti-vacina, relação Brasil-Israel, porte de armas, igrejas na época da ditadura, datas comemorativas como natal, dia do trabalhador etc., dentre outras). Os textos do grupo 2 foram descartados de nosso *corpus*.
- **Grupo 3:** textos cujos títulos não deixam clara a questão principal. Esses textos serviram como uma espécie de “banco de consulta”. Caso surgisse a necessidade de avaliar melhor alguma controvérsia apresentada nos textos do Grupo 1, os textos do Grupo 3 eram acionados como suporte.

Após todas essas seleções, nosso *corpus* de análise foi formado pelos textos do grupo 1 e pelos textos do grupo 3 que forem acionados no decorrer da pesquisa. A figura a seguir apresenta, de maneira esquemática, como foi feita a seleção dos textos que acabamos de descrever:

Figura 7 - Representação esquemática do processo de seleção dos textos para o *corpus* da pesquisa, segundo as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência do método da Análise de Conteúdo de Bardin.



Fonte: Imagem elaborada pela autora a partir de pesquisa própria.

Os textos do G1 estão presentes nas seguintes editorias, de acordo com cada um dos veículos analisados:

Tabela 1 - Editorias dos textos selecionados no G1. O número entre parênteses indica a quantidade de textos pertencentes a cada editoria.⁴⁷

<i>Carta Capital</i>	<i>Veja</i>
Política (13)	
Sociedade (8)	
Diversidade (3)	Política (15)
Diálogos da Fé (2)	Brasil (28)
Opinião (1)	Cultura (7)
Educação (2)	Esporte (1)
32xSP (1)	

Fonte: Pesquisa realizada pela autora.

Por ano, a distribuição dos textos do G1 por cada veículo se deu da seguinte forma:

Tabela 2 - Distribuição dos textos do G1 ao longo dos anos.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total/ Veículo
Carta Capital	0	0	5	4	2	4	0	4	3	7	29
Veja	0	20	6	3	1	2	0	8	5	5	50
Total/ano	0	20	11	7	3	6	0	12	8	12	79

Fonte: Pesquisa realizada pela autora.

Para a categorização dos textos e extração dos dados de análise, contamos com o auxílio do *software* ATLAS.ti. Esse *software* vem sendo utilizado em pesquisas que envolvem análise quantitativa desde o início da década de 1990 e já está bastante difundido no Brasil, com versão em português e um grande número de tutoriais na internet que ensinam a utilizar a ferramenta.

Dentre os trabalhos que encontramos e que tratam do uso do ATLAS.ti nas pesquisas de ciências humanas, destacamos o de Klüber (2014) que disserta sobre o uso do *software*

⁴⁷ Alguns textos da *Veja* podem estar incluídos em mais de uma editoria. Por esse motivo, o número total de textos do G1 (79) não é igual a somatória dos textos por editoria da tabela 1 (80).

para pesquisas de abordagem fenomenológica, atentando para o fato de que a ferramenta não dispensa o olhar do pesquisador, pois está subordinada a esse olhar. Assim, em consonância com Klüber, temos em vista que o uso de uma ferramenta tecnológica não nos eximiu de uma leitura integral dos textos, feita à luz de um roteiro analítico e das referências teóricas, que explicaremos melhor na sequência. Destacamos também os trabalhos de Forte (2013), que analisou a cobertura jornalística, no Brasil e em Portugal, de erros cometidos por profissionais da enfermagem. A autora utilizou o ATLAS.ti para o tratamento de seu *corpus*, também formado por matérias de jornais, que foram analisadas a partir das teorias hermenêuticas de Paul Ricoeur.

O uso do ATLAS.ti facilitou o processo de seleção das partes dos textos que eram interessantes para a análise, possibilitando que, durante a leitura, esses trechos fossem destacados e já associados às categorias que melhor lhe representassem. O *software* também possibilitou a geração, forma instantânea, de dados importantes, como a quantificação dos textos associados a cada categoria, tabelas e gráficos relativos a cada elemento que desejássemos analisar, como, por exemplo, associações entre diferentes categorias ou entre diferentes grupos de textos (por veículo, por ano ano de publicação, etc).

Os textos que compõem nosso *corpus* foram organizados e seu conteúdo destrinchado, com o auxílio do ATLAS.ti, de acordo com as categorias listadas abaixo. A metodologia utilizada nesta etapa foi inspirada na utilizada por Carvalho (2010), quando analisou as disputas de sentido presentes nas narrativas envolvendo acontecimentos ligados à homofobia publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Pelas semelhanças de nosso trabalho com o realizado pelo autor (interesse pelas narrativas jornalísticas, pela temática da homossexualidade e outras afinidades teóricas), acreditamos que algumas das categorias propostas por ele, na ocasião de sua tese, tendo por base a discussão sobre narrativa de Paul Ricoeur, também apresentam interessantes chaves analíticas para nossa pesquisa. Sendo assim, nossas categorias de análise quantitativas e qualitativas foram:

- 1) Modalidades narrativas:** em quais gêneros jornalísticos os textos de nosso *corpus* se inserem (texto informativo, texto opinativo, entrevista)? As modalidades narrativas são o dado material de nosso *corpus*. É nelas que podemos ver, com mais clareza, como os acontecimentos são hierarquizados ao serem narrados, a presença ou não de polifonia nessas narrativas e também qual é o valor dado a um determinado tema, ao escolher abordá-lo por um tipo de gênero e não por outro. Além do gênero jornalístico ao qual os textos de nosso *corpus* pertencem, iremos identificar também o espaço no

qual eles estão inseridos dentro dos veículos, por meio das editorias. Elas também ajudam a compor o quadro de referência para compreender a importância com a qual determinado tema/acontecimento é tratado e as formas de tessitura da intriga. Outro elemento que nos ajudará a compor esse cenário é a autoria, uma vez que textos assinados por colunistas ou jornalistas especializados também são indicadores do prestígio que um veículo confere a uma determinada temática. Em nossa análise das modalidades da narrativa, buscamos verificar a tessitura da intriga ao observar o modo como as personagens são construídas, a presença ou não de polifonia e a construção da tríplice mimese. Para tal, identificamos, durante a leitura do material analisado, os seguintes elementos:

a) Filiação aos grupos antagônicos de interesse de nossa pesquisa:

- *Evangélico/Religioso*: o personagem é apresentado no texto como pertencente à religião cristã (principalmente evangélicos, mas também católicos) ou sua filiação religiosa é de conhecimento público (ex: Silas Malafaia, Marina Silva).
- *LGBT*: o personagem é apresentado no texto como pertencente ao segmento LGBT, ou sua orientação sexual é de conhecimento público (ex: Jean Willys).
- *Não-declarado*: a filiação religiosa, ou a orientação homoafetiva do personagem não são identificadas no texto, nem são de conhecimento público (Ex: Marta Suplicy).
- *Ambos*: o personagem professa uma religião cristã/evangélica e também pertence ao segmento LGBT (Ex: personagens LGBT e evangélicos).

b) **Papéis**: conforme Rizzotto et. all (2017), os papéis de vítima, vilão e herói são os mais frequentes nas narrativas que possuem o conflito como ponto central da história, como é o caso de nossa problemática de pesquisa. Portanto, além de identificar os personagens quanto à sua filiação aos grupos de interesse da pesquisa, para analisar como se dá a construção da tríplice mimese, identificamos também em qual desses papéis narrativos ele está mais associado:

- *Vítima*: pessoa/grupo/instituição apresentada no texto como alguém que sofre perseguição, ameaça ou que é prejudicada por alguma ação/política pública específica;
- *Herói*: pessoa/grupo/instituição que se coloca a favor da vítima. Também foram categorizadas como heróis as vítimas que, pertencendo a esse grupo, tomaram uma atitude relevante para reverter a situação de opressão;
- *Vilão*: pessoa/grupo/instituição que pratica (ou apoia quem faz) a ação sofrida pela vítima. Aquele cuja omissão também contribui para a manutenção da situação que desfavorece a vítima ou que emite opiniões que reforcem a opressão sofrida também será tratado como vilão.
- *Não se aplica (n/a)*: quando o personagem, pelo universo ao qual pertence (ver próximo tópico), não pode ser inserido em nenhuma dessas categorias (ex: especialistas).

2) Atores: chamaremos de atores aqueles que estão diretamente envolvidos na construção pública da controvérsia, seja trabalhando na criação do fato gerador, comentando-o ou sendo afetado por ele. Como já mencionamos anteriormente, as controvérsias são construídas tanto por atores humanos quanto não-humanos. Logo, em nosso trabalho, serão considerados para esta categoria tanto pessoas quanto instituições (órgãos dos poderes executivo, legislativo, judiciário, bancadas parlamentares, movimentos sociais, denominações eclesiais etc). Segundo Carvalho (2010), os atores (que o autor irá chamar de agentes⁴⁸) são importantes na identificação das estratégias de enquadramento adotadas pelos veículos e na análise dos níveis de polifonia, além de permitirem a identificação dos diversos outros atores sociais com os quais o jornalismo se relaciona e estabelece negociações. Dessa forma, em nossa pesquisa, catalogá-los será essencial para a identificação dos conflitos e dos quadros de referência interpretativos acionados na composição dessas narrativas. Para

⁴⁸ O autor utiliza o termo “agentes” para se referir às pessoas e instituições relacionadas à construção das controvérsias públicas narradas nos jornais. Não obstante, optamos por utilizar o termo “atores”, o mesmo empregado por Venturini (2010) ao apresentar sua cartografia das controvérsias, e que já utilizamos ao longo da discussão teórica trazida neste relatório, por acreditarmos que, para os fins de nossa análise, os dois termos podem ser tomados como sinônimos.

tal, buscamos identificar os seguintes elementos no que diz respeito aos atores colocados em cena pelas matérias:

a) Universo ao qual os atores pertencem: para os fins de nossa pesquisa, consideramos os seguintes grupos:

- Mundo político: pessoa ou instituição ligada ao contexto político nas três instâncias de poder (bancadas e comissões parlamentares, prefeituras, câmaras, assembleias legislativas, senado, políticos e assessores em geral);
- Mundo jurídico: pessoa ou instituição ligada ao judiciário (juiz, desembargador, ministro, STF, STJ);
- Mundo Religioso: líderes e instituições religiosas (ex: pastores, padres, missionários, CNBB, denominações eclesiais);
- Mundo empresarial: empresa ou pessoa/grupo ligada a alguma organização empresarial;
- Especialista: representante de um saber de determinada área (ex: advogados, psicólogos, médicos, associações e conselhos profissionais);
- Militante: pessoa ou grupo ligada a movimentos organizados ou que, na matéria, esteja participando de alguma manifestação ou reunião política.
- Opinião pública: quando uma informação ou ponto de vista é apresentado como partindo da coletividade (ex: pesquisas de opinião, “povo brasileiro” etc.);
- Comunidade escolar: projetos/políticas públicas voltados à área da educação;
- Pessoa comum (não-militante);
- Mundo artístico/Esportivo: pessoa ligada a algum segmento da cultura (atores, diretores, cantores etc.) ou do esporte.

b) Argumentos: os argumentos utilizados pelos atores para sustentarem seus posicionamentos são de ordem:

- Jurídico/Democrático/Sociológico: têm como base as garantias dos direitos fundamentais do indivíduo, da igualdade, do

exercício da participação política e da cidadania e as leis em geral;

- Científico: baseado em proposições da biologia, medicina, psicologia ou de outros campos de conhecimento técnico (exceto o Direito, que está contemplado na categoria anterior);
- Religioso: quando o argumento é sustentado por razões religiosas e citações bíblicas;
- Agressão ou desqualificação do oponente: acusações, calúnias e violências verbais dirigidas à pessoa do oponente;
- Fatos históricos: baseado em fatos históricos de comprovação e conhecimento público;
- Omissão: quando o argumento do personagem é a opção por não tomar partido da situação que lhe tangencia;
- Econômico: baseado em justificativas econômicas;
- História de vida: baseado na história de vida e vivências particulares do próprio personagem;
- Perseguição: quando o próprio personagem se assume na posição de vítima, ou uma terceira pessoa assim o posiciona;
- Normas/convenções morais: quando o argumento se justifica pela manutenção da moral conservadora, mas sem acionar a religião.

c) Heterogeneidade:

- O texto indica que evangélicos são um grupo heterogêneo?
- O texto indica que LGBT são um grupo heterogêneo?

3) Temáticas: nessa categoria buscamos identificar sob quais temas as controvérsias entre evangélicos e LGBT são construídas e apresentadas na forma de narrativa pelos jornais. Conforme Carvalho (2010), os enquadramentos dados a um determinado assunto, além de serem reveladores do modo como os eventos são apreendidos, indicam também como estes se estendem no tempo e no espaço, através de suas repercussões. Em nosso estudo, buscaremos identificar, ao longo da década analisada, quais temáticas estiveram mais presentes, quais personagens se relacionam com essas temáticas, e como se deu a evolução delas (personagens e temáticas) ao longo da

década. Para tal, consideramos as seguintes temáticas, que foram as mais presentes nos textos analisados:

- Casamento igualitário;
- Criminalização da homofobia;
- Kit anti-homofobia/Gênero
- Aceitação social às questões LGBT (pesquisas de opinião)
- LGBT nas artes (exposições, filmes etc.)
- Voto evangélico
- Voto LGBT
- Parada do Orgulho LGBT
- Marcha para Jesus
- Dia do Orgulho Hétero
- Terapias de reversão
- Igualdade de direitos/Preconceitos contra LGBT
- Crimes contra LGBT.

4) Termos utilizados para se referir aos LGBT e aos evangélicos: nessa categoria buscamos identificar possíveis transformações de linguagem ocorridas na última década para se referir aos segmentos do universo de interesse de nossa pesquisa. Como exemplo, podemos citar o abandono do termo “homossexualismo”, presente nos textos dos primeiros anos da década selecionada para nossa análise, e a adoção do termo “homossexualidade”, mais presente nos textos atuais. A adoção/abandono de certos termos em dada época também são indicativos dos posicionamentos assumidos pelo veículo, que atuam na composição da narrativa.

CAPÍTULO 6

A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA DE ANTAGONISMOS NOS PORTAIS DE *VEJA E CARTA CAPITAL*

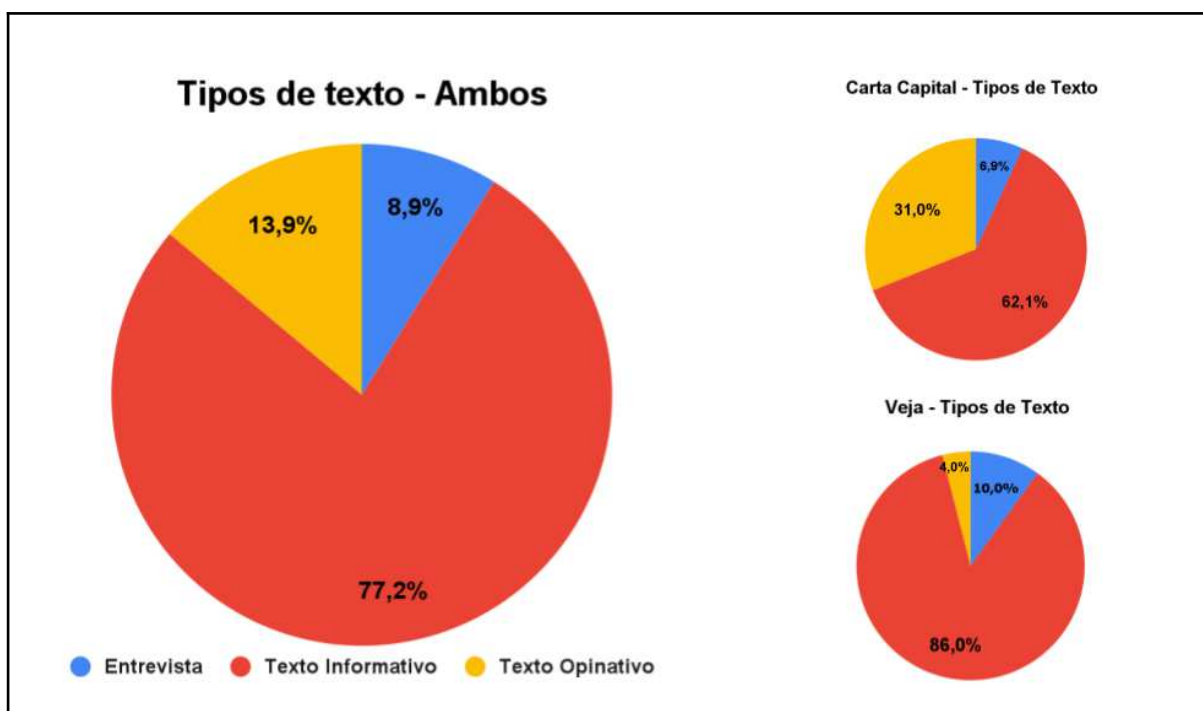
6.1. Modalidades narrativas e tessitura da intriga

As modalidades narrativas, em nossa pesquisa, são as janelas que nos permitem ver como os acontecimentos narrados são hierarquizados e a presença ou não de polifonia, além das estratégias editoriais de cada veículo. O estudo sistemático desses textos nos permitiu avaliar como evangélicos e grupos LGBT são postos em relação pelos enquadramentos jornalísticos na construção de narrativas de polarização, como será exposto ao longo deste texto.

Nossa análise se deu a partir de dois tratamentos distintos. No primeiro, quantitativo, buscou-se identificar as regularidades presentes e, a partir desses dados, compor gráficos e nuvens de palavras que nos permitissem uma representação mais objetiva do contexto oferecido por essas narrativas. Nesse caso, a análise quantitativa nos permitiu avaliar as prevalências no que dizia respeito aos tipos de texto, ao peso que cada grupo de interesse possuía em nossa amostragem, os personagens, papéis ocupados e tipos de argumentos mais encontrados. A partir desses dados, foi possível verificar as narrativas que emergiam dos textos analisados e as mediações simbólicas que as estruturam, objetos do segundo tratamento, qualitativo. Feitas essas ponderações, apresentamos na sequência as etapas e resultados obtidos em nosso processo analítico.

Dividimos as modalidades narrativas encontradas, de acordo com o gênero textual, nas categorias de “texto informativo”, “texto opinativo” e “entrevista”. O gráfico a seguir mostra a distribuição quantitativa de cada modalidade nos dois veículos analisados, considerando os textos presentes no Grupo 1, sobre o qual nossa análise se concentrou :

Gráfico 1 - Modalidades narrativas



Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme se verifica facilmente nos gráficos acima, a maior parte do *corpus* analisado é formada por textos informativos (notícias, matérias, reportagens e notas). Isso não foi uma novidade, tendo em vista que esse tipo configura as principais produções dos veículos de notícia. No entanto, foi possível perceber que, de forma mais ou menos expressiva, a temática de nossa pesquisa também aparece em outras modalidades textuais, tais como artigos de opinião (textos opinativos) - 4% na *Veja* e 31% na *Carta Capital* - e entrevistas (10% na *Veja* e 6,9% na *Carta*), logo, é um assunto ao qual é conferido importância, sendo tratado de diferentes formas.

Somados os quantitativos dos dois veículos, os textos opinativos são o segundo grupo mais presente, embora em proporção bastante minoritária se comparado aos textos informativos. Na *Carta Capital* os textos opinativos correspondem a 31% do material selecionado desse veículo, o que em números absolutos corresponde a 9 textos. Entre eles, podemos encontrar artigos escritos por Magali Cunha, doutora em Comunicação, evangélica e colunista da editoria Diálogos da Fé, Henry Bugalho, escritor e influenciador digital, crítico do governo Bolsonaro, Toni Reis, grande ativista dos Direitos LGBT, e outros textos, cuja

autoria não estava clara (desses, pudemos identificar que dois foram possivelmente escritos por Jean Wyllys, ex-deputado federal e declaradamente homossexual)⁴⁹.

Embora sejam escritos por pessoas pertencentes aos dois espectros de interesse de nossa pesquisa (pessoas LGBT e evangélicos), os textos, em alguma medida, se assemelham no modo de estruturar a argumentação. Neles, uma informação recorrente é a de que religiosos, principalmente pastores evangélicos políticos/midiáticos são uma importante fonte que alimenta os discursos homofóbicos e grandes vilões da luta das pessoas LGBT por direitos igualitários, como nos exemplos abaixo:

A grande bancada da Bíblia (que costuma ser a mesma da bala e do boi) também impediu que o debate sobre gênero e sexualidade fizesse parte do conteúdo obrigatório das escolas, conforme previa o Plano Nacional de Educação. Aí está outra peça do xadrez que quero tratar aqui.

Em uma verdadeira cruzada, inventaram a grande mentira (ou pós-verdade) de que os LGBTs desejavam impor a tal “ideologia de gênero”. Pior, insinuava-se de maneira desonesta que trazer conteúdos sobre gênero e diversidade para as salas de aulas significaria ensinar crianças a serem gays ou lésbicas. (Autoria não identificada, 29 jun. 2017)⁵⁰

Um deputado federal e pastor evangélico fez um chamado no mês de julho de 2012 a todas as denominações evangélicas do Brasil para que se unam contra a criminalização da homofobia e criticou as decisões do Supremo Tribunal Federal “de esquerda” a favor de “tudo que não presta”, incluída aí a “união estável homoafetiva”.

O pastor é longe de ser o único a fazer manifestações públicas desta natureza: basta fazer uma busca em alguns sites fundamentalistas na internet, assistir a determinados programas de televisão e ouvir discursos proferidos por certos parlamentares evangélicos fundamentalistas. (REIS, Toni, 12 set. 2012)⁵¹

No entanto, há uma preocupação por parte dos autores em afirmar que esse pensamento e posturas violentas não são comungadas por todos os evangélicos. Esses últimos são descritos como os fiéis honestos e realmente comprometidos com a religião, como pode

⁴⁹ Estranhamos o fato de alguns artigos de opinião publicados na *Carta Capital* estarem com a autoria indicada como “Da Redação”, o que não condiz com esse tipo textual, que deve ter sempre o nome do autor indicado, uma vez que se trata de uma opinião particular. Acreditamos que, nas sucessivas atualizações do *site*, a autoria de alguns textos acabou se perdendo, por alguma falha técnica. Em um deles, pudemos identificar a autoria de Jean Wyllys porque essa informação é citada ao longo do texto. O outro artigo de autoria de Jean Wyllys é, na verdade, um texto inicialmente publicado no projeto de mídia independente 32xSP, que traz informações sobre a cidade de São Paulo. O portal da *Carta Capital* cede espaço para algumas publicações do 32xSP e traz essa indicação na página. No texto em questão a autoria de Jean Wyllys estava informada apenas no site do 32xSP e não no portal da *Carta Capital*.

⁵⁰ CARTA Capital. Criminalizar a homofobia é mesmo o melhor caminho? Carta Capital, Sociedade. 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/criminalizar-a-homofobia-e-mesmo-o-melhor-caminho/>> acesso em: 12 set. 2022.

⁵¹ REIS, Toni. Gays, evangélicos e o direito à igualdade num Estado laico. Carta Capital, Sociedade. 30 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gays-evangelicos-e-o-direito-a-igualdade-num-estado-laico/>> acesso em: 12 set. 2022.

ser visto no exemplo abaixo:

Ou seja, o Sensacionalista apresentava uma notícia falsa que espelhava, ironicamente, outra verdadeira, para mostrar quão absurda é a pretensão autoritária da bancada homofóbica, mal chamada “evangélica” (**os evangélicos de verdade não merecem ser confundidos com esses pilantras que exploram a fé alheia e espalham ódio na sociedade**), que quer negar a gays e lésbicas direitos civis básicos garantidos pela Constituição Federal. (WYLLYS, Jean, 4 set. 2015 - grifo nosso)⁵²

Nos textos de Magali Cunha, ainda, existe uma preocupação de apresentar iniciativas de igrejas e grupos evangélicos comprometidos com o acolhimento e a causa LGBT:

O que importa no universo religioso é **reconhecer a homofobia** e todas as formas de intolerância que geram violência **como uma afronta aos preceitos da fé cristã**, baseados na misericórdia, na paz, no amor incondicional, na inclusão.

A equação é simples: a) **a homofobia é um pecado** pois viola os preceitos cristãos; b) **quem defende os preceitos cristãos condena a homofobia**; c) quem não é homofóbico não precisa se preocupar com a criminalização da homofobia.

Por isso é **crecente o número de lideranças, denominações e organizações cristãs que acompanham os avanços sociais e reconhecem LGBTs como integrantes com plenos direitos**. Movimentos como o “**Jesus Cura a Homofobia**”, nascido com o pedido de perdão pelos erros que as igrejas cometem contra LGBTX, liderado pelo pastor José Barbosa Jr., e “**Evangélicxs pela diversidade**”, se espalham pelo País.

Ainda neste contexto emergem as chamadas “**igrejas inclusivas**”, voltadas para acolher a população LGBTX e suas famílias, quase todas lideradas por pastores e pastoras homoafetivos. Entre elas estão **algumas comunidades da igrejas Anglicana e Batista, as Igrejas Cristã Metropolitana**, em diversas cidades do Brasil, **Chamados da Última Hora**, em São Luís/MA, **Igreja Cidade de Refúgio**, em Londrina/PR. (CUNHA, Magali, 20 fev. 2019 - grifo nosso)⁵³

Quando analisado apenas o material da *Veja*, os textos opinativos formam o menor grupo: apenas 4% da quantidade total de textos desse veículo, o que, em números absolutos, corresponde a dois textos somente. Um deles, trata-se de uma crítica escrita por Maria Carolina Maia⁵⁴ e Beatriz Rosa sobre a novela Babilônia, exibida pela Rede Globo em 2015 e que trazia um casal de senhoras lésbicas, interpretadas por Fernanda Montenegro e Nathalia Timberg. No texto, as autoras enfatizavam o “beijo gay” como um dos motivos para os baixos índices de audiência do folhetim:

⁵² CARTA Capital. Uma decisão exemplar da justiça em caso de calúnia e ódio homofóbico. Carta Capital, Política. 04 set. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-decisao-exemplar-da-justica-em-caso-de-calunias-e-odio-homofobico-7964/>> acesso em 12 set. 2022. Obs: embora o texto não esteja com indicação de autoria, percebemos, na leitura, que foi escrito por Jean Wyllys.

⁵³ CUNHA, Magali. “Jesus cura a homofobia”. Carta Capital, Diálogos da Fé. 20 de fev. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/jesus-cura-a-homofobia/>> acesso em 12 set. 2022.

⁵⁴ A jornalista e escritora Maria Carolina Maia atuou como repórter e editora de cultura e entretenimento na *Veja* entre 2008 e 2018. Sobre a outra autora, Beatriz Rosa, não encontramos mais informações.

Sim, um beijo gay incomoda muita gente – e não apenas os evangélicos que hoje representam 22,2% da população, ante 64,6% de católicos, e que já vinham fazendo campanha há tempos contra os folhetins da Globo. (MAIA, ROSA, 12 abr. 2015)⁵⁵

Outros motivos para os baixos índices são apresentados ao longo da crítica, tais como a falta de conflitos na narrativa, a repetição do cenário (o mesmo Rio de Janeiro de sempre), a concorrência com novelas de outras emissoras, entre outros. Mas a questão moral ganha mais destaque, uma vez que está presente no próprio título do texto – *Sim, o beijo gay é problema para Babilônia. Mas só um deles* -, no parágrafo inicial, e também no contraponto com as novelas concorrentes das outras emissoras citadas. A novela *Carrossel*, exibida pelo SBT à época, é descrita como uma novela “família” (as aspas são do próprio texto) e “Os Dez Mandamentos”, da Record, como “a trama bíblica”.

O outro texto opinativo presente no *corpus* da *Veja* também tem como tema central um beijo entre duas pessoas do mesmo sexo, dessa vez protagonizado pelo ator Leonardo Vieira. Não na frente das telas, mas na vida real. O ator, que até então nunca tinha exposto publicamente sua orientação sexual, teve seu perfil no *Instagram* invadido e sofreu outros ataques homofóbicos na internet após ter sido flagrado beijando um homem em 2017. Após esse fato, Leonardo Vieira divulgou um manifesto contra a homofobia, que foi replicado na íntegra em vários veículos, inclusive o portal da *Veja*, contando situações de sua vida particular para dizer que nunca esteve no armário, só não costumava falar sobre sua intimidade para o público:

Nunca escondi minha sexualidade, quem me conhece sabe disso. Não estou “saindo do armário”, porque nunca estive dentro de um. Também nunca fui um enrustido. Meus pais souberam da minha orientação sexual desde quando eu ainda era muito jovem. No início não foi fácil pra eles, pois somos de famílias católicas e com características bem conservadoras, mas com o tempo eles passaram a me respeitar e aceitar a minha orientação. Eles puderam perceber através da minha conduta que isso era apenas um detalhe da minha personalidade. Eles entenderam que **o filho deles podia ser uma boa pessoa, honesto, bom caráter, bom filho, bom amigo, mesmo sendo “gay”**. Hoje, a única preocupação da minha mãe é que eu não seja feliz. Eu posso afirmar para ela que sou feliz. Tenho um trabalho que me realiza, amigos que me amam e uma família que me conhece de verdade e que me aceita como eu sou, sem hipocrisias. Meu caso não é nem o primeiro e nem será o último. (VIEIRA, LEONARDO, 12 set. 2017 - grifo nosso)⁵⁶

⁵⁵ MAIA, Maria Carolina; ROSA, Beatriz. Sim, o beijo gay é problema para ‘Babilônia’. Mas só um deles. *Veja*. Cultura, 12 abr. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/sim-o-beijo-gay-e-problema-para-babilonia-mas-so-um-deles/>> acesso em 12 set. 2022.

⁵⁶ REDAÇÃO. Leonardo Vieira faz manifesto contra a homofobia após ataques. *Veja*. Cultura. 9 jan. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/leonardo-vieira-faz-manifesto-contr-a-homofobia-apos-ataques/>> acesso em 12 set. 2022.

Mesmo sendo proveniente de uma pessoa LGBT, a fala de Leonardo parece atribuir certo caráter negativo para a homossexualidade, uma vez que outros adjetivos são intensificados para “compensar” o fato de ser “gay” (bom filho, bom caráter, amigo etc.), além de a sexualidade ser colocada como algo oposto à religiosidade dos pais. Em outra fala do ator, a homossexualidade é apresentada como se fosse uma espécie de fardo, mas que apesar de todas as tristezas provocadas por essa condição, ele não se “vitimiza”:

O fato de ser gay nunca prejudicou ou feriu alguém, a não ser a mim mesmo; e não escolhi ser gay. Se pudesse escolher, escolheria ser heterossexual com certeza. Seria muito mais fácil a vida, não teria que ter enfrentado as dificuldades que enfrentei com meus pais, não seria discriminado em certos círculos sociais, teria uma família com filhos (sempre sonhei em ser pai), não sofreria preconceito de colegas, não seria atacado nas ruas, não seria xingado nas redes sociais, não deixaria de ser escolhido para certos personagens, seria convidado para mais campanhas publicitárias e capas de revista. Tenho vivido e venho sofrendo preconceito durante toda a minha vida e na maioria das vezes ninguém percebeu, só eu senti na pele, mas nem por isso me vitimizei. (VIEIRA, LEONARDO, 12 set. 2017)

Nas entrevistas, o mesmo padrão editorial é encontrado. É importante lembrar que abordar um tema a partir de uma entrevista é um indicativo de que aquele assunto é caro para o veículo e merece ser aprofundado. Portanto, tanto as temáticas quanto os entrevistados escolhidos para falar sobre elas também são uma estratégia de comunicação importante, que diz muito sobre qual narrativa se quer contar e sobre os posicionamentos do veículo. Na *Veja*, os textos classificados como “entrevista” são o segundo maior grupo, representando 10% da amostra relativa a esse veículo, o que em números absolutos corresponde a 5 textos. Assim como nos textos opinativos, nota-se uma tendência em abordar os temas relativos ao universo LGBT a partir de uma visão mais conservadora. O primeiro elemento que apontamos como índice desse conservadorismo foi a escolha dos próprios entrevistados.

O primeiro texto - *Falta coragem para enfrentar a ditadura gay*, publicado em 14 de julho de 2012 -, traz uma entrevista com o vereador de São Paulo Carlos Apolinário. Evangélico, o vereador ficou conhecido nacionalmente por dizer que os homossexuais são privilegiados e propor a criação do Dia do Orgulho Heterossexual. Embora a repórter, Thais Arbex, tente confrontar o entrevistado dizendo que as atitudes do vereador são consideradas homofóbicas por muitos e tente dizer que as pessoas LGBT se dizem discriminadas, o espaço de fala oferecido serve para que o entrevistado desenvolva seus argumentos, reforçando a narrativa de que as conquistas das pessoas LGBT não passam de privilégios que ameaçam os demais, que acabam tendo sua liberdade de expressão cerceada ao não poderem discordar das condutas que consideram inadequadas ou impróprias para lugares públicos.

Outro texto - *Todos os meus pacientes foram abusados, diz defensora da 'cura gay'*, publicado em 16 de outubro de 2017 - traz outra personagem polêmica: a psicóloga e também missionária evangélica Rozângela Alves Justino, que encabeçava, junto com outros 22 psicólogos, uma ação judicial que pedia a suspensão da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia. A resolução proíbe que psicólogos atuem no sentido de reverter a orientação sexual de pacientes, tendo em vista que a homossexualidade não é mais considerada doença. Rozângela, que chegou a ter seu registro profissional cassado por descumprir a resolução, argumenta, na entrevista com Fernanda Bassette, que a legislação restringe a prática profissional e interfere no tratamento do paciente.

Do mesmo modo que a entrevista de Carlos Apolinário abre espaço para o reforço de narrativas conservadoras e preconceituosas, a entrevista com Rozângela Justino contribui para que sejam legitimadas opiniões da mesma natureza, de que a homossexualidade é algo adquirido e, portanto, passível de reversão. Opiniões que, inclusive, já foram abandonadas pela comunidade científica há décadas e que, portanto, estão a serviço da desinformação, contrárias ao bom jornalismo, mas que na *Veja* ganham validade por serem sustentadas por uma profissional da área da psicologia.

As outras três entrevistas divulgadas pelo portal da *Veja* e que compõem o nosso *corpus*, a princípio, parecem acenar para um viés mais aberto à diversidade, mas nas entrelinhas o conservadorismo ainda se mostra forte. Um dos textos - "*Ser gay não é pecado*", *diz bispo evangélico homossexual*, publicado em 16 de outubro de 2017 - é uma entrevista com um pastor que depois de se submeter a diversas tentativas de reorientação sexual, assumiu sua sexualidade homoafetiva e abriu uma igreja evangélica pentecostal que acolhe pessoas LGBT. No entanto, apesar de ser uma entrevista, e de uma foto do líder religioso ilustrar o texto, em nenhum momento o nome do entrevistado é mencionado - nem na legenda da foto, onde consta apenas o nome do fotógrafo -, o que demonstra o descaso do veículo com o assunto abordado e com a própria fonte⁵⁷.

Outra entrevista - *Tiffany, primeira trans na superliga feminina: 'o amor vencerá'*, publicada em 16 de dezembro de 2017 -, traz uma conversa com a atleta de vôlei Tiffany, que havia passado por uma cirurgia de transgenitalização recente e abandonado as equipes masculinas para fazer parte de times femininos. O primeiro indício de conservadorismo presente no texto está logo na abertura, quando, mesmo sendo informado mais de uma vez

⁵⁷ A mesma entrevista foi divulgada também no site da Exame. Lá, o nome do entrevistado - Anderson Zambon - foi mencionado logo no intertítulo. Ver: DEARO, Guilherme. "*Ser gay não é pecado*", diz bispo evangélico homossexual. Exame, Casual. 1 abr. 2012. Disponível em: <<https://exame.com/casual/ser-gay-nao-e-pecado-diz-bispo-evangelico-homossexual/>> Acesso em 03. mai. 2023.

que a entrevistada prefere omitir seu nome de registro, este é citado, em sua forma completa, nome e sobrenome. Isso, por si só, já evidencia um desrespeito com a entrevistada e com a causa LGBT, pois o nome de registro de uma pessoa trans é algo que lhe traz desconfortos, por não condizer com a identidade com a qual ela se reconhece. Logo, dar visibilidade a essa informação, sabendo que a entrevistada prefere omitir, é uma forma de violência simbólica.

No entanto, apesar de ser uma pessoa trans, a fala de Tiffany foi, principalmente, sobre o apoio que recebeu durante todo o processo, do acolhimento dos times, da torcida e da família. As situações de preconceito normalmente vivenciadas por quem pertence a esse grupo eram sempre minimizadas e o contexto de violência e marginalidade vivido por outras mulheres trans não foi problematizado. Uma personagem com um discurso, assim como o de Leonardo Vieira, que confronta pouco ou quase nada os leitores mais conservadores, mesmo que, na época, sua condição de mulher trans no esporte tenha causado imensa repercussão e debates. Caso o discurso da entrevistada, ou mesmo o do ator, fosse mais engajado, talvez não tivesse o mesmo espaço no veículo.

A última entrevista citada - *Estado do Rio busca patrocínio para 'Queermuseum': 'portas abertas'*, publicada em 04 de outubro de 2017 - é com o então Secretário Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, André Lazaroni. O texto fala sobre a decisão do Rio de Janeiro de oferecer o Parque Lage para que a exposição “Queermuseum - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” fosse montada. A exposição, que abordava questões ligadas ao universo LGBT, havia sido recusada por vários museus por causa das pressões de grupos e políticos conservadores/religiosos que acusavam seu conteúdo de promover pedofilia e zoofilia, o que foi interpretado por muitos como censura.

Embora o conservadorismo com as questões LGBT estivesse presente nos textos da *Veja* anteriormente citados, nesse caso, especificamente, o cancelamento da exposição frente às pressões populares foi mal visto pelo veículo. Indícios de que as inúmeras censuras sofridas pela revista na época da ditadura ainda estão vivas na memória a ponto de fazerem da liberdade de expressão e da liberdade artística algo pelo qual se deve lutar, mesmo quando o conteúdo não é conveniente com a linha de pensamento que mais agrada seus leitores. Mesmo assim, é importante frisar, o foco esteve em como censurar uma exposição é algo contrário a uma sociedade democrática e não na defesa do conteúdo das críticas trazidas pelas obras presentes na exposição.

Na *Carta Capital*, as entrevistas formam o grupo minoritário: 6,9% do total de textos desse veículo, o que em números absolutos representa 2 textos. Ambos os textos - *Do “kit gay” à carta aos evangélicos: candidatos miram religiosos*, publicado em 21 de outubro de

2018 e “*Ideologia de gênero*” é o que mais mobiliza eleitor evangélico, publicado em 21 de dezembro de 2018 - tratam do mesmo assunto: o voto dos evangélicos. Para aprofundar o assunto e compreender o apoio do segmento evangélico a Bolsonaro na eleição presidencial daquele ano, *Carta Capital* ouviu três especialistas: a cientista política estadunidense Amy Erica Smith, que havia acabado de lançar um livro sobre a participação dos evangélicos na política brasileira (primeiro texto), o teólogo Ricardo Mariano, grande referência para o estudo dos pentecostais no Brasil (segundo texto) e o também cientista político Fábio Lacerda (também no segundo texto).

Em suas respostas, os entrevistados reconhecem a influência de pastores conservadores para esse apoio, mas sem deixar de mencionar também que, por parte dos fiéis, este apoio não se deu de modo irrestrito. Reconhecem também que não é possível mensurar até onde vai a influência dos pastores nas adesões políticas de seus fiéis, embora sejam um vetor importante. Logo, percebe-se que, assim como nos artigos de opinião, embora o segmento evangélico seja sempre colocado como uma grande barreira para o desenvolvimento de políticas públicas para os LGBT e um pilar importante para o conservadorismo, há uma tentativa do veículo, por menor que seja, de matizar essa informação - seja por parte dos colunistas ou entrevistados convidados - e dizer que essas posturas e opiniões não correspondem à totalidade dos praticantes da religião.

Quando comparamos o modo como questões ligadas ao universo LGBT são abordadas nos dois veículos, percebemos alguns indícios de suas diferenças editoriais. Como vimos ao longo desse tópico, enquanto a *Veja* aponta para uma narrativa mais conservadora, a *Carta Capital*, ao menos no espaço delegado aos colunistas, se abre para vozes progressistas, principalmente quando tangenciado pela questão religiosa. No entanto, como ficará mais evidente no decorrer dessa análise, essas diferenças não são significativas quando ampliamos nossa amostra para os textos informativos. Essas modalidades narrativas, que são o grupo majoritário nos dois veículos, se assemelham bastante no que diz respeito ao modo de organização das informações, aos personagens agenciados ou silenciados e nas estratégias discursivas adotadas, como ficará mais claro no decorrer deste trabalho.

- **Autoria**

Com relação à autoria dos textos, apenas alguns traziam essa informação. Entre os textos informativos, por exemplo, ao menos com os dados disponíveis em nosso *corpus*, não foi possível identificar nenhum repórter especial que se dedicasse à cobertura das temáticas

envolvendo o universo religioso evangélico e o universo LGBT. Na *Carta Capital*, o único nome que chama a atenção é o da colunista Magali Cunha, que escreve semanalmente em um dos *blogs* do portal, o *Diálogos da Fé*, que traz perspectivas de diferentes religiões sob um viés mais progressista. Magali Cunha é a representante evangélica da coluna e o tema da homofobia já foi destaque em suas reflexões mais de uma vez.

A tabela abaixo traz informações sobre a autoria dos textos nos dois veículos:

Tabela 3: Autoria dos textos

Carta Capital - Autoria dos textos		
Assinatura	Quantidade de textos	Observações
Redação	16	3 textos opinativos
Toni Reis	1	Texto opinativo
Isabela Vieira (Agência Brasil)	1	
Jean Wyllys	2	Textos opinativos (autoria presumida com base em indícios do texto)
Ana Luiza Basílio	1	
Carola Sole	1	
Carol Castro	1	
Giovanna Costanti	1	
Thais Reis de Oliveira	1	
Magali Cunha	2	Textos opinativos
Alexandre Putti	1	
Henri Bugalho	1	Texto opinativo
Veja - Autoria dos textos		
Assinatura	Quantidade de textos	Observações
Redação	21	
Outros veículos/agências de notícia	5	AE, AFP, Estadão Conteúdo (2), Agência Brasil
Gabriel Castro	4	
Branca Nunes	2	
Eduardo Bresciani	1	
Cecília Ritto	2	
Luciana Marques	2	(1 em parceria com Bruno Huberman)
Bruno Huberman	2	(1 em parceria com Luciana Marques)
Carlos Heli de Almeida	1	
Thais Arbex	1	

Guilherme Dearo	1	
Laryssa Borges	1	
Tai Naloon	1	
Maria Carolina Maia e Beatriz Rosa	1	texto opinativo
Fernanda Bassette	3	
Fernando Molica	1	
Leonardo Vieira	1	texto opinativo
Fernando Beagá	1	

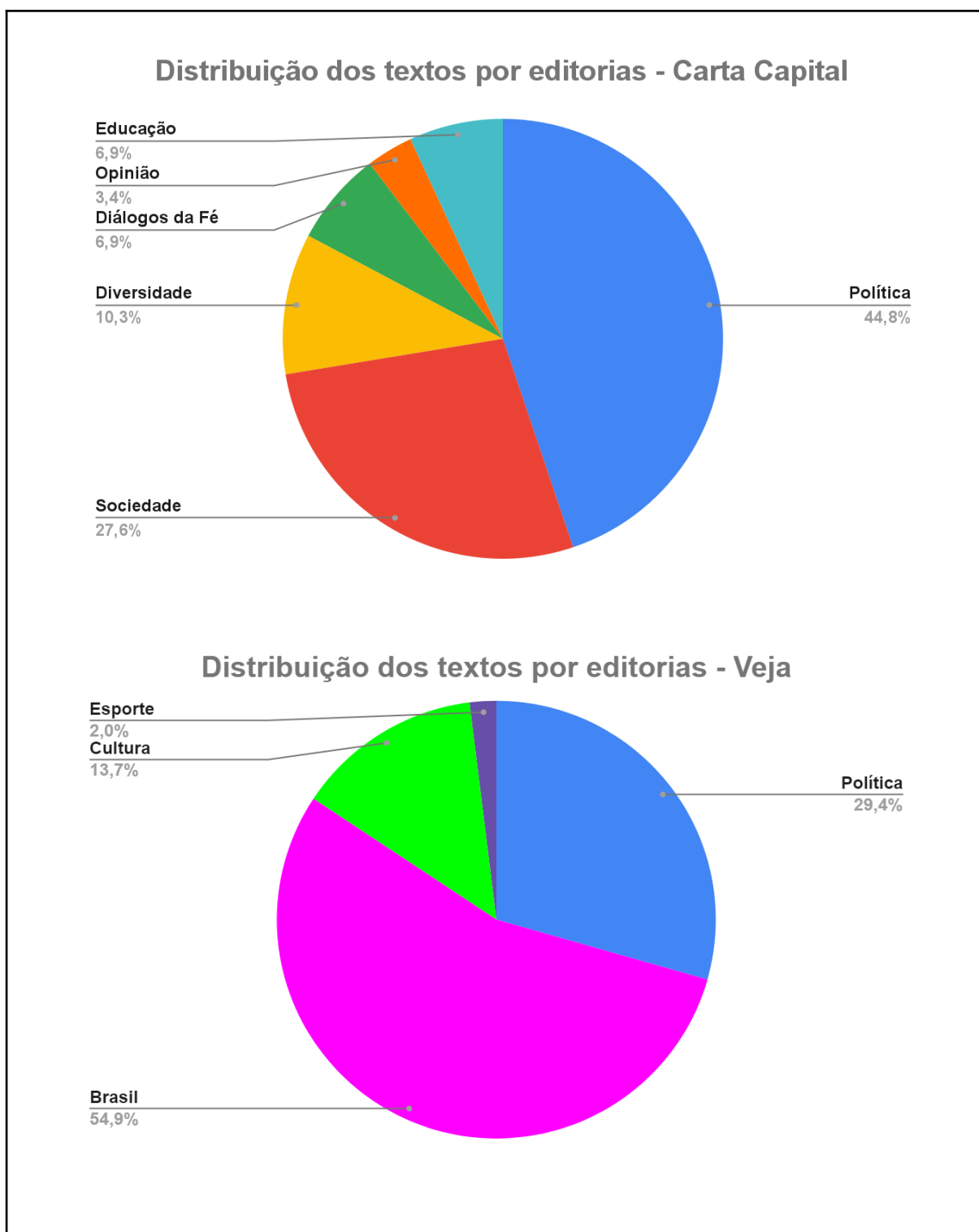
Fonte: Elaborada pela autora

Como pode ser visto, quase metade dos textos, nos dois veículos, são textos de redação, que levam a assinatura do próprio veículo. Logo, presumimos que os portais assumem a responsabilidade pelos conteúdos expressos e que estes refletem suas opiniões.

- **Editorias:**

Quando analisada a distribuição dos textos do Grupo 1 do nosso *corpus* pelas editorias, nota-se que a de “Política”, presente em ambos os veículos, recebeu grande protagonismo, sendo a que congrega mais textos no grupo da *Carta Capital* (44,8%) e a segunda mais expressiva da *Veja* (29,4%). Outras editorias que apresentaram quantidade significativa de textos foram as editorias “Brasil”, que congrega a maior parte dos textos pertencentes à *Veja* (54,9%) e “Sociedade”, a segunda mais expressiva de *Carta Capital* (27,6%). Os gráficos abaixo mostram mais detalhadamente essa distribuição:

Gráfico 2: Distribuição de textos por editoria:



Fonte: Elaborado pela autora.

As três editorias principais - “Brasil”, de *Veja*, “Sociedade”, de *Carta Capital* e “Política”, de ambos os veículos - têm em comum o fato de trazerem textos que abordam as

principais temáticas presentes no espaço público brasileiro. Fatos políticos, atuações parlamentares e de membros do judiciário, pesquisas de opinião, engajamento de personalidades públicas, entidades de classe e grupos da sociedade civil nas mais variadas pautas políticas, são os destaques dos textos presentes nessas editoriais.

Isso demonstra que, embora os evangélicos sejam um segmento religioso, as narrativas sobre eles, que os veículos escolhem contar, se passam no espaço público, da vida laica. Como será visto mais adiante, por conta disso, a maior parte dos atores agenciados são personalidades políticas e os argumentos utilizados são baseados em justificativas de outros contextos (do Direito, principalmente) e não nos dogmas religiosos propriamente ditos, mesmo embora esses apareçam nas entrelinhas. Os evangélicos são vistos como atores políticos capazes de influenciar o debate. Em nosso caso específico, com força para interditar (ou ao menos atrasar) a ampliação dos direitos à população LGBT. Mesmo que não sejam o único segmento contrário a essas pautas, aparecem como os grandes protagonistas desse embate, como detalharemos ao longo deste trabalho.

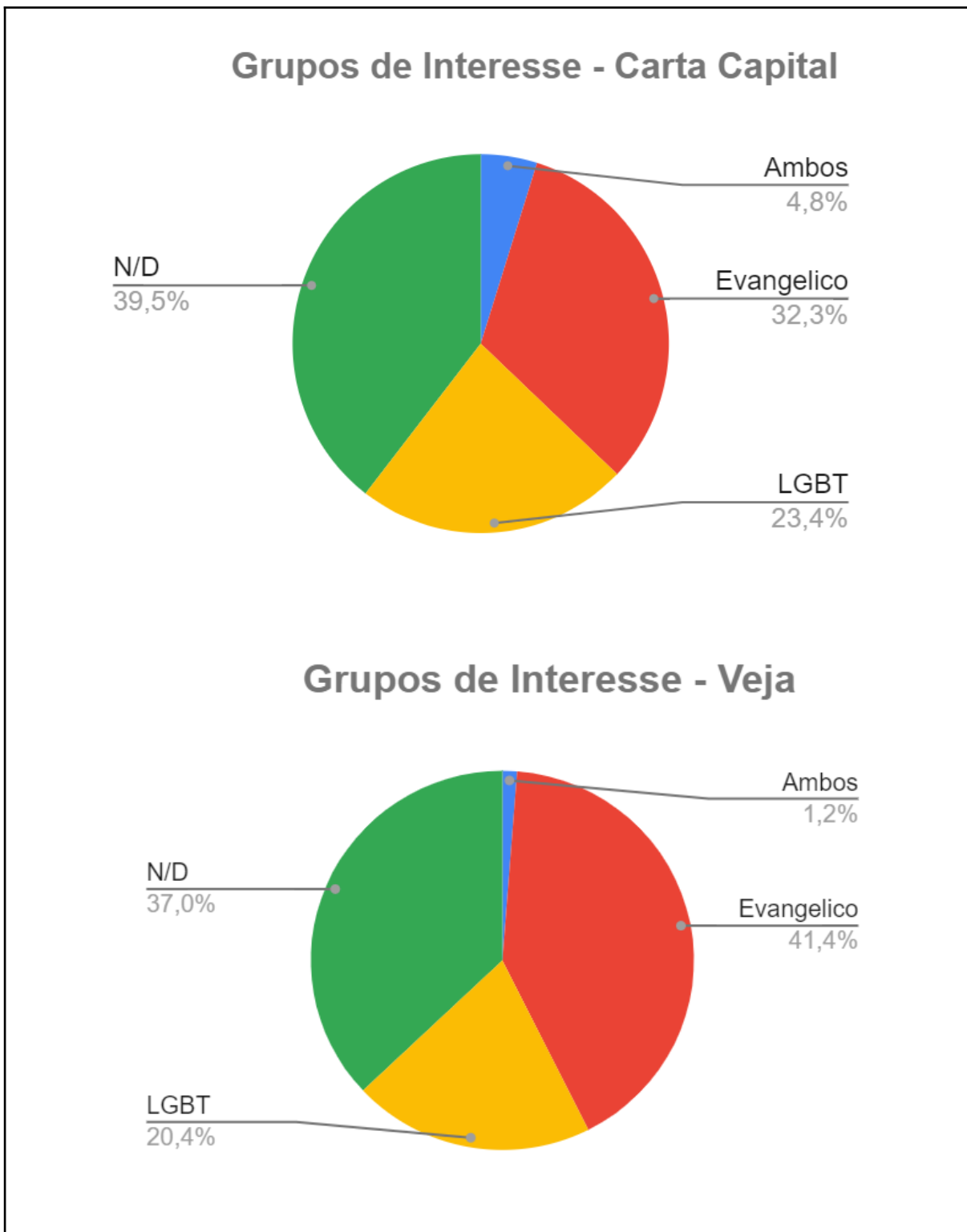
6.1.1. Filiação dos personagens aos grupos de interesse e papéis assumidos nas narrativas

Os dados a seguir foram obtidos por meio das leituras dos textos selecionados, dos quais foram extraídos trechos (citações) que ilustravam o lugar que os grupos de interesse de nossa pesquisa ocupavam nas narrativas em questão. Nessa etapa, foram selecionadas 265 citações da *Carta Capital* e 432 da *Veja*, todas retiradas de textos do Grupo 1. Os personagens de interesse foram subdivididos, a partir do modo como eram identificados, nas seguintes categorias:

- **Evangélico/Religioso:** quando identificado como pertencente a uma religião cristã evangélica/católica seja por informações do texto ou porque o fato é de conhecimento público;
- **LGBT:** quando identificado como pertencente a esse segmento, seja por informações do texto ou porque o fato é de conhecimento público;
- **Não-definido:** quando nem a filiação religiosa nem a orientação sexual homoafetiva/de gênero são identificadas;
- **Ambos:** quando é identificado como pertencente ao segmento evangélico e também ao LGBT.

Os dados obtidos estão expressos nos gráficos abaixo:

Gráfico 3: Distribuição dos grupos de interesse nos veículos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que os grupos se dividem de modo mais ou menos semelhante nos dois veículos. LGBT foram associados a cerca de 20% das citações selecionadas (23,4% na *Carta Capital* e 20,4% na *Veja*); não-definidos foram em torno de 40% (39,5% na *Carta Capital* e 37% na *Veja*) e evangélicos somaram entre 30-40% (32,3% na *Carta Capital* e 42,6% na *Veja*). Personagens identificados como pertencentes ao segmento LGBT e professantes da fé evangélica são pouco representativos nos dois veículos.

Chama-nos a atenção a proeminência da categoria de “não-definidos (N/D), que ficou em torno de 40%, sendo a mais expressiva na *Carta Capital*. Essa categoria é formada, principalmente, por pessoas e instituições ligadas ao contexto político e ao judiciário (Marta Suplicy, Bolsonaro, STF etc.), dando indícios de que boa parte das discussões envolvendo evangélicos e pessoas LGBT, no modo como são agenciadas pelos veículos de mídia, são acionadas e protagonizadas por indivíduos que não pertencem a nenhum dos dois grupos mas aparecem relacionadas a essas pautas (seja apoiando ou se colocando contra), que acabam trazendo visibilidade a essas figuras e, em alguns casos, atraindo capital político, como no caso de Bolsonaro.

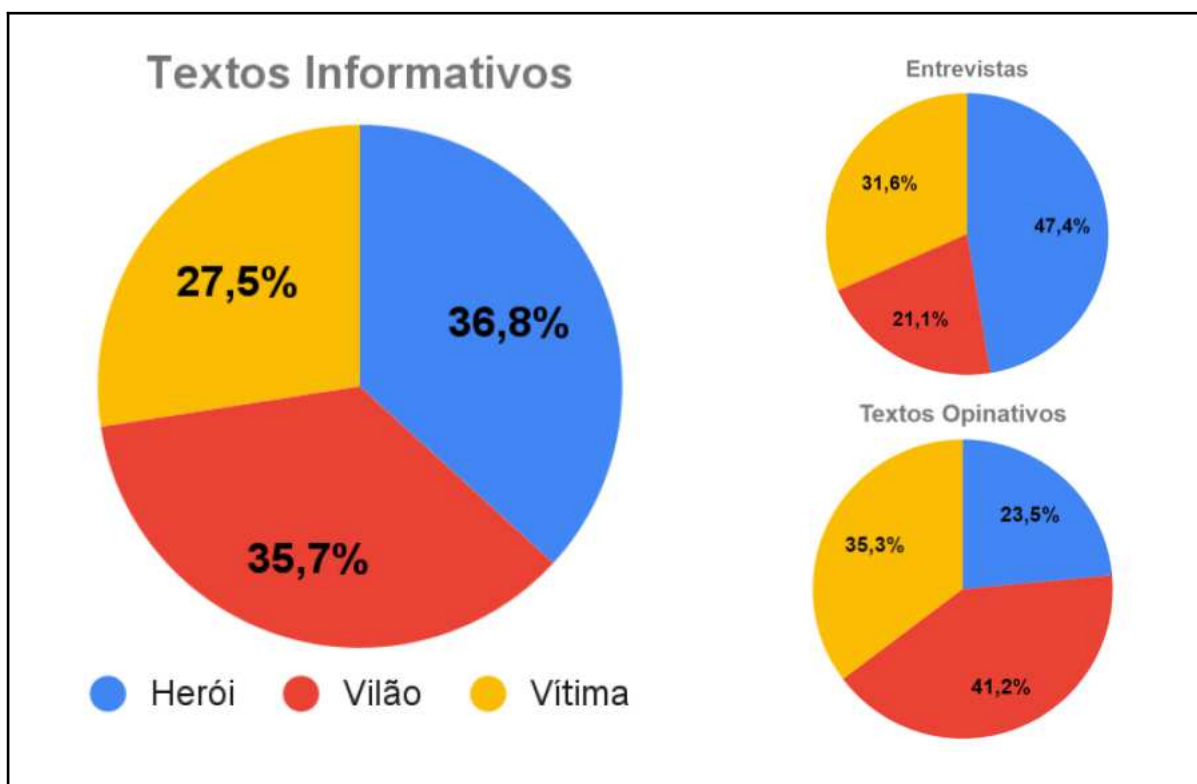
O fato das pessoas LGBT representarem a minoria, nos dois veículos, também é um ponto de atenção. Embora tenham conseguido se organizar, historicamente, em busca de direitos para o grupo, essa pouca participação indica uma certa “tutela” do movimento, cuja voz está sendo cooptada por outros sujeitos. Além disso, o fato de os veículos não abrirem espaço para incluir a participação das vozes LGBT em suas estratégias narrativas também pode ser interpretado como uma consequência da LGBTfobia presente na sociedade, que também se espalha para os conteúdos dessas mídias, que trabalham no sentido da interdição do debate ao não dar protagonismo para essas vozes.

Muitas vezes, a fala de representantes do segmento LGBT fica concentrada nas colunas de opinião. No entanto, poderiam também figurar nos textos informativos, que são o carro chefe dos veículos de mídia jornalística e que, ao menos no senso comum, são aqueles que dizem da “realidade”. Os artigos de opinião, conforme o nome mesmo já diz, especificam o pensamento daquele autor - embora ajudem a compor a linha editorial e revelem bastante sobre a visão de mundo e os valores partilhados pelo veículo. Mas trazer essas vozes também para os textos informativos seria uma forma de legitimar a importância desses discursos.

Também analisamos as citações selecionadas para saber se os atores que participavam dessas narrativas eram apresentados como “heróis”, “vítimas” ou “vilões”, que como já dito anteriormente, são os papéis mais encontrados nas narrativas de conflito

(RIZZOTTO et all, 2017). Como a divisão dos grupos de interesse dos veículos ficou mais ou menos equilibrada, preferimos analisar esses papéis desempenhados de acordo com os tipos de texto e também do grupo de interesse, e não por veículo, até mesmo porque o nosso foco maior não era o de tecer comparações⁵⁸. Tendo em vista essas ponderações, a presença desses papéis nas citações selecionadas ficou com a seguinte proporção:

Gráfico 4: Papel desempenhado x Tipo de texto



Fonte: Elaborado pela autora

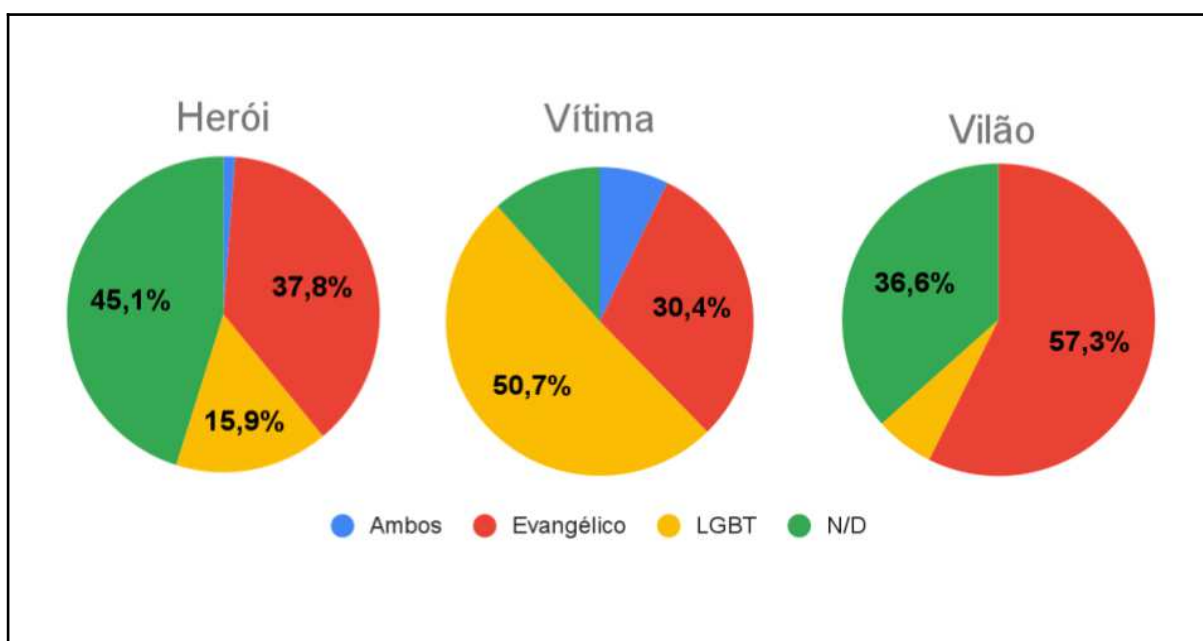
Nos textos informativos, modalidade narrativa mais expressiva de nossa pesquisa, representando 77,2% de nossa amostra, a participação dos papéis de “vilão” e “herói” foi relativamente equivalente: corresponderam, respectivamente, a 35,7% e 36,8% das citações. Personagens categorizados como “vítima” também foram expressivos, correspondendo a cerca de 30% das citações (27,5%). Nos textos opinativos, nota-se uma proeminência da participação dos “vilões” (41,2%) que pode ser explicada pelo fato de que a maior parte desses textos encontram-se na *Carta Capital*, que tem como diretriz editorial dar voz a colonistas

⁵⁸ Não obstante, assumimos que, por vezes, as comparações se fazem presentes, tendo em vista que as linhas editoriais dos veículos se diferem e, às vezes, pontuar as diferenças de abordagem encontradas faz parte da análise.

com visões progressistas, que tendem, em seus discursos, a apoiar as minorias e criticar veementemente aqueles que consideram como opressores.

Quando verificamos a presença desses papéis entre os grupos de interesse, é possível notar que os evangélicos, majoritariamente, são identificados como vilões, enquanto boa parte dos pertencentes à categoria de não-definidos são identificados como heróis. Metade dos personagens LGBT, por sua vez, são identificados como vítimas. Esse número passa dos 50% quando consideramos também o grupo “ambos”, que congrega pessoas pertencentes aos segmentos LGBT e evangélico. O gráfico abaixo apresenta mais detalhadamente a distribuição desses papéis entre os grupos de interesse, tomando como base as citações selecionadas:

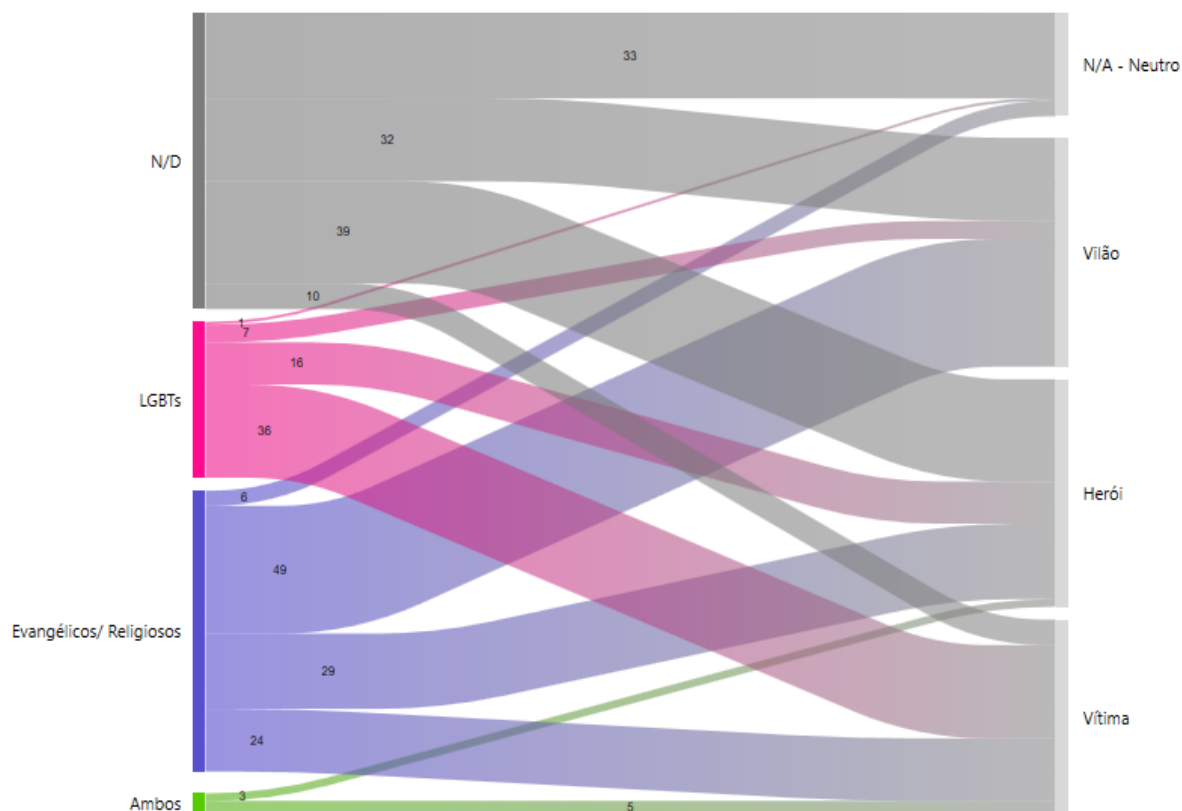
Gráfico 5: Distribuição dos papéis por grupo de interesse



Fonte: Elaborado pela autora

Aqui, é importante lembrar que a participação dos grupos de interesse não se deu de forma equivalente, conforme já expressamos no gráfico 3. Logo, a força de cada um desses papéis também está associada a uma maior ou menor participação do grupo no material analisado. O diagrama de Sankey abaixo apresenta uma outra forma de visualizar esses dados, levando em consideração uma maior ou menor visibilidade de cada grupo grupo nos textos:

Gráfico 6: Distribuição dos papéis por grupo de interesse, relacionado ao peso da amostra:



Fonte: Produzido pela ferramenta ATLAS.ti, a partir de dados coletados pela autora

Como vimos no capítulo III, embora na construção de uma controvérsia atuem diferentes atores, estes não ocupam uma mesma posição, uma vez que as hierarquizações de poder social também perpassam essas situações (VENTURINI, 2009). Esses jogos de poder, como vimos também, definem os enquadramentos jornalísticos, estabelecendo quem fala, como fala e qual a importância dessa fala (CARVALHO, 2009; ENTMAN, 1993). Essa desigualdade de forças ficará ainda mais evidente quando avaliarmos o universo de pertencimento dos personagens encontrados nos textos analisados (gráficos 8, 9 e 10), mas o diagrama de Sankey acima já nos oferece um vislumbre dessas hierarquizações.

Como se nota, o grupo dos "não-definidos" é o mais expressivo e participa, quase que de maneira equivalente, como "vilão", "neutro" e "herói" nas narrativas, com um ligeiro protagonismo desse último papel. Em proporção ligeiramente menor, em segundo lugar vem o grupo dos "evangélicos/religiosos", que se destacam, majoritariamente, como

“vilões” nas narrativas. Como veremos mais à frente, nesses dois grupos encontram-se pessoas e instituições ligadas ao poder público (parlamentares, membros do poder judiciário etc.) e especialistas, ou seja, atores com alto capital discursivo, econômico, político para influenciar no debate.

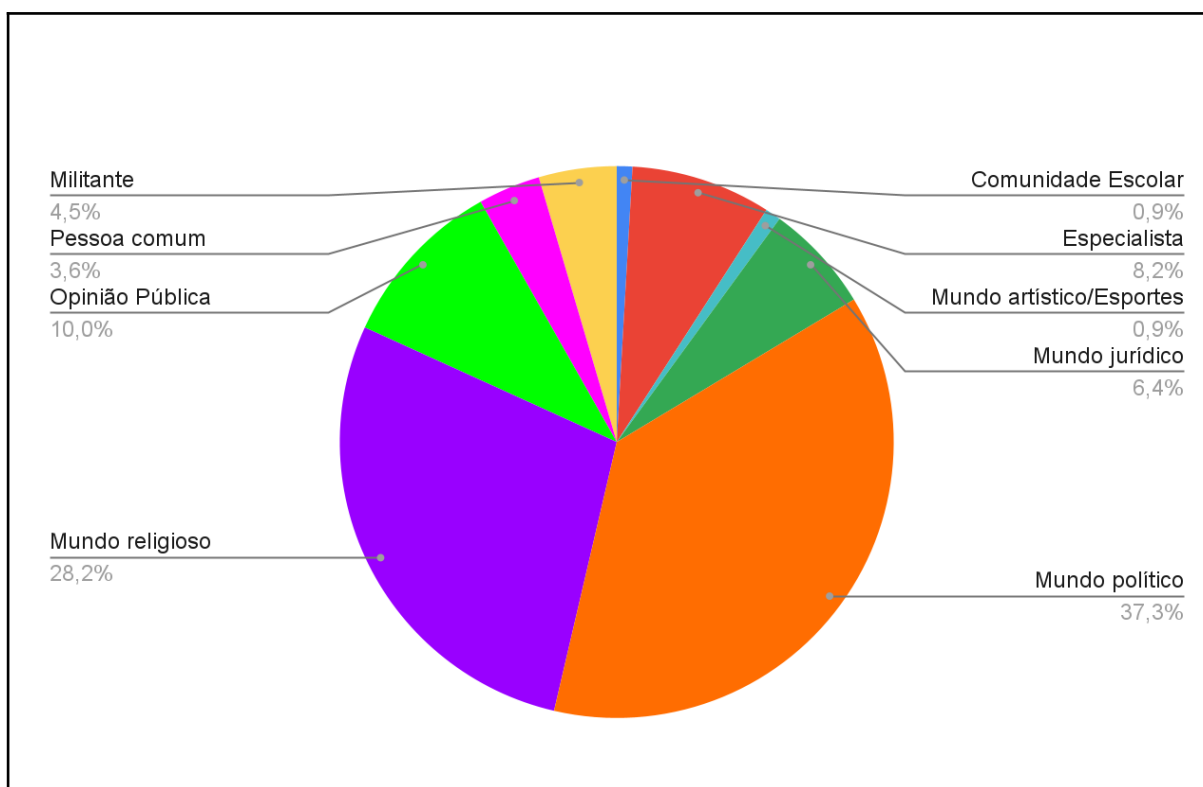
Embora sejam a parcela diretamente afetada pelas discussões dos textos analisados, em proporções bem menores, está o grupo dos “LGBT”, cuja associação como “vítimas” nas narrativas é a predominante. Essa pouca participação é um indício dos silenciamentos causados por esses jogos de poder que atuam na construção dos enquadramentos jornalísticos. Isso é reforçado pela presença quase nula do grupo “ambos”, que congrega pessoas identificadas como “evangélicas/religiosas” e “LGBT”. O fato de existirem pessoas que se identificam como evangélicas e LGBT indica que embora os dois segmentos sejam apresentados como inimigos irremediáveis, essa condição não é absoluta e outras narrativas, que levem em conta a multiplicidade de pensamento presente entre os dois grupos, poderiam ser contadas.

6.2. Quem performa as narrativas? Universo de pertencimento dos personagens e argumentos utilizados

Chamamos de “atores” as pessoas ou instituições diretamente envolvidas nas controvérsias presentes nas narrativas jornalísticas analisadas. Em nossa pesquisa, buscamos identificar o universo de pertencimento desses atores e a natureza dos argumentos que sustentavam seus posicionamentos.

Com relação ao universo de pertencimento dos personagens identificados como evangélicos nos textos do Grupo 1, estes eram, em grande parte (39,4% das citações analisadas), compostos por pessoas ligadas ao contexto político, principalmente pastores que também seguem o ofício de parlamentar, tais como Marco Feliciano, Eduardo Cunha, Marcelo Crivella etc. O gráfico a seguir traz mais detalhes sobre o universo de pertencimentos dos personagens evangélicos/religiosos:

Gráfico 7: Universo de pertencimento dos personagens evangélicos/religiosos

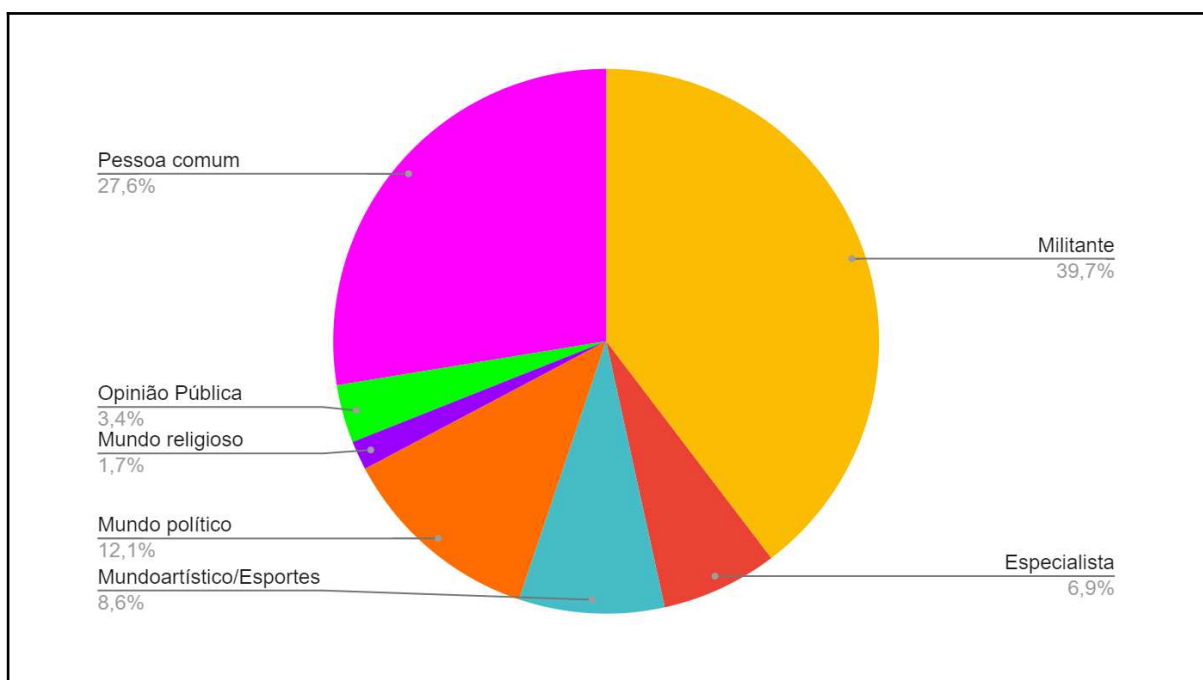


Fonte: Elaborado pela autora.

Em segundo lugar, com quase 30% estão as citações relacionadas a pessoas ligadas ao mundo religioso, ou seja, líderes religiosos (ou instituições) sem ligação formal com outras esferas, a exemplo do próprio Silas Malafaia, que não possui nenhum outro cargo público, sendo convocado a falar como pastor.

Quando analisamos o grupo de pertencimento dos personagens identificados como LGBT (gráfico 8 abaixo), lembrando que são minoria, podemos perceber que grande parte é formada por militantes e pessoas comuns - anônimos -, o que contrasta bastante com os personagens identificados como evangélicos, que são, expressivamente, pessoas ligadas ao mundo político ou com forte apelo midiático. Isso abre espaço para considerarmos que essas pessoas, desconhecidas do grande público, figuram apenas como “exemplos” de um discurso já pronto, dado pelo veículo, e não como articuladoras de um debate, tendo em vista as discrepâncias na promoção de visibilidade dos representantes dos dois grupos. Talvez, entrem como resposta à necessidade jornalística de dar voz aos “dois lados”, mas, nesse caso, isso é feito mais como uma formalidade que a técnica jornalística manda observar do que como uma abertura ao contraditório, que mobiliza para o debate.

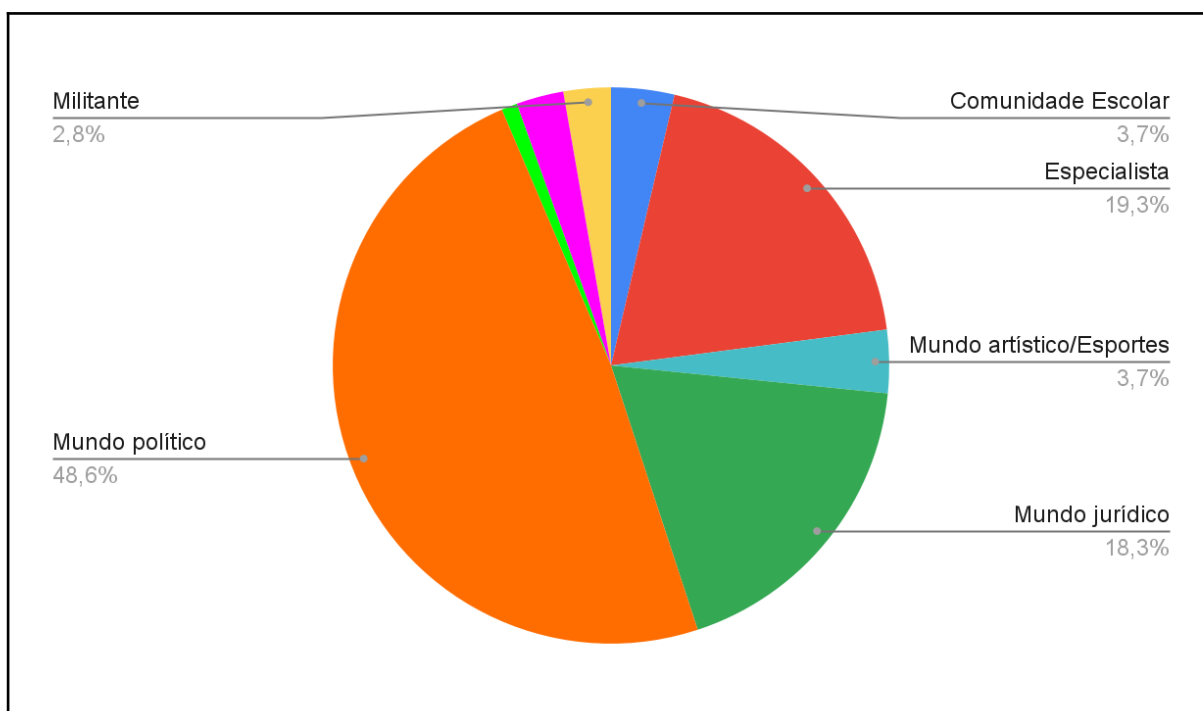
Gráfico 8: Universo de pertencimento dos personagens LGBT



Fonte: Elaborado pela autora

Entre o grupo dos “não-definidos”, que, como vimos, é o grupo cuja presença nos textos analisados é a mais expressiva, nota-se que quase metade dos personagens são provenientes do mundo político (48,2% das citações). Personagens oriundos do mundo jurídico ou especialistas também correspondem a uma parcela importante, estando presentes em cerca de 20% das citações. Essa origem já demonstra a força da categoria em influenciar o debate, uma vez que os personagens são oriundos dos contextos com maior poder discursivo: o político, porque os detentores desse capital são os responsáveis por criar as leis que estruturam o país; o jurídico, porque são os responsáveis por garantir a aplicação dessas leis e a igualdade entre os sujeitos; e o especialista, porque representa o saber por excelência, pois suas palavras encontram, ao menos na teoria, base no pensamento científico, com *status* de verdade. O gráfico a seguir traz mais detalhes sobre a origem dos não-definidos:

Gráfico 9: Universo de pertencimento dos personagens não-definidos:



Fonte: Elaborado pela autora

Essas informações só reafirmam a disparidade da participação de cada grupo que já se desenhava no diagrama de Sankey apresentado anteriormente (gráfico 6). Personagens/instituições ligadas ao poder público, que atuam diretamente na criação e aplicação das leis, possuem maior poder social para acessar a mídia e influenciar no debate público.

Também foram analisados os tipos de argumentos que esses personagens lançam mão para sustentarem seus posicionamentos. A tabela abaixo traz a classificação proposta para os argumentos encontrados nos textos, com alguns exemplos:

Tabela 4 - Tipos de argumentos encontrados nos textos analisados

Tipo de argumento	Exemplo (citação)	Classificação do personagem
Jurídico/Democrático/Sociológico	O grupo entrou com uma ação popular e teve como base o artigo 5, inciso IX, da Constituição Federal, que fala sobre a liberdade da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Para eles [psicólogos evangélicos], o fato de a resolução proibir o tratamento de homossexuais estaria ferindo a liberdade de os psicólogos estudarem o assunto - <i>Para psicólogos com</i>	Evangélico/religioso Especialista

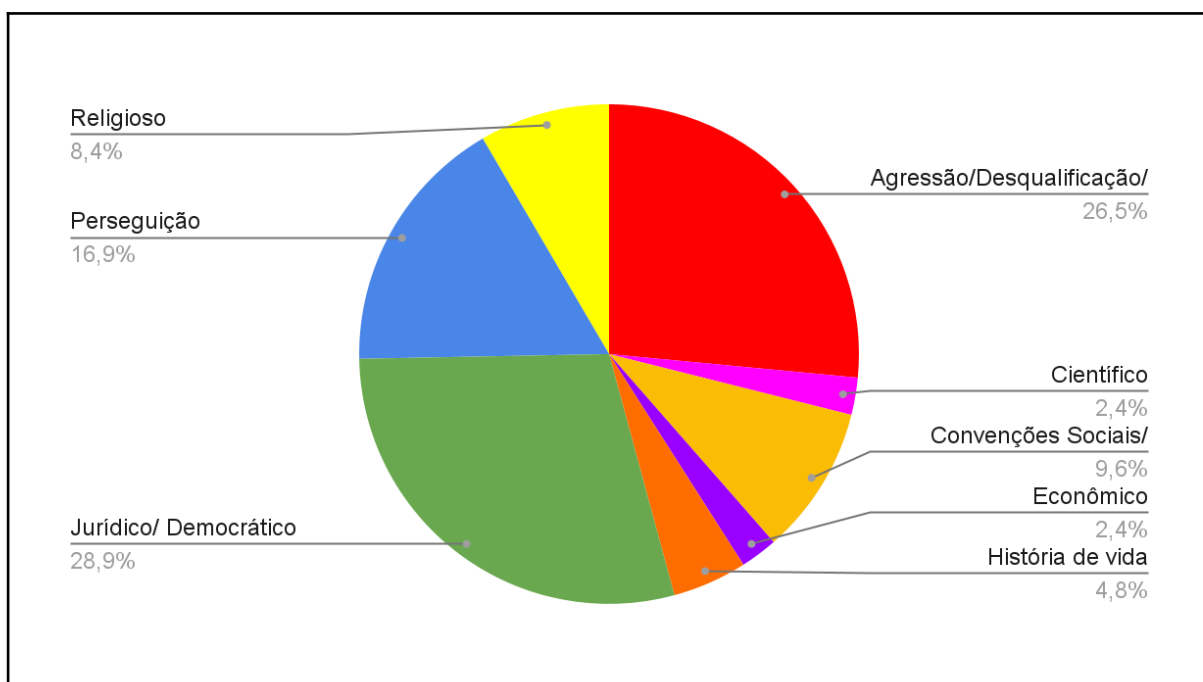
	<i>ação na Justiça, homossexualidade é adquirida - Veja (21/09/2017)</i>	
Científico	Membro do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da UFSC, Marivete Gesser explica que “gênero pode ser caracterizado como uma construção discursiva sobre nascer com um corpo com genitália masculina ou feminina” e, por meio de normas sobre masculinidade e feminilidade, vamos nos construindo como sujeitos “generificados”. “O preconceito de gênero está relacionado a esses discursos sociais que naturalizam lugares sociais para homens e mulheres, bem como patologizam aqueles com comportamentos diferentes dos esperados socialmente.” - <i>Por que é tão difícil falar de gênero nas escolas? - Carta Capital (24/10/2015)</i>	Não-Definido Especialista
Religioso	“Eu [Marco Feliciano] não sou homofóbico, eu sou um líder religioso, creio na Bíblia Sagrada, meu livro de cabeceira, o livro que me regra, o livro que mudou minha vida. E a Bíblia Sagrada é contrária à prática homossexual.” - <i>Feliciano diz ser vítima de uma “ditadura gayzista” - Carta Capital (02/04/2013)</i>	Evangélico/religioso Mundo Político
Agressão/desqualificação do oponente	“A todo momento a gente ouve essa esquerdalha, PT, PCdoB, PSOL, essa esquerdalha nojenta, falar que o Estado é laico. O Estado é laico, mas eu [Jair Bolsonaro], Johnny Bravo, sou cristão.” - <i>“Ideologia de gênero é coisa do capeta”, diz Bolsonaro a evangélicos - Carta Capital (10/08/2019)</i>	Não-definido Mundo Político
Fatos históricos	“Muitas pessoas também me perguntaram se valia a pena lutar por essa questão. Eu [Sérgio Viula] acho que sim porque se fosse o livro do Hitler, os judeus protestariam, se fosse um livro que negasse a existência da escravidão, os negros ficariam indignados. Por que os gays não podem se manifestar também?”, questiona. - <i>Avon, Silas Malafaia e a propagação da homofobia - Carta Capital (07/05/2012)</i>	LGBT Pessoa comum
Omissão	CartaCapital pediu entrevistas à direção da Avon, mas a empresa informou que seu posicionamento oficial é aquele já divulgado por meio do comunicado. “Estamos avaliando as ponderações recebidas e buscando a melhor solução para seguir atendendo nossos consumidores com base em nossos valores”. - <i>Avon, Silas Malafaia e a propagação da homofobia - Carta Capital (07/05/2012)</i>	Não-definido Mundo Empresarial
Econômico	O MBL, que liderou o boicote ao Queermuseu quando o Banco Santander o inaugurou em Porto Alegre, promete ficar quieto alegando que nesta ocasião a exposição é financiada com recursos privados e não com incentivos fiscais públicos, que “sexualizam as crianças”. - <i>‘Queermuseu’ abre no Rio com esquema de segurança reforçado (17/08/2018)</i>	Não-definido Militante
História de vida	Felipe Castro e Jônatas Cavalcante se conheceram através de uma amiga comum. Em três dias, estavam	LGBT Pessoa comum

	<p>morando juntos. No dia da cerimônia coletiva, a irmã, a mãe e a avó de Felipe, de 29 anos, estavam presentes. Jônatas, de 27, não tem contato com a mãe desde que se assumiu gay. Em 2008, quando revelou sua opção (sic) sexual, ela o expulsou de casa e o acusou de tê-la agredido.</p> <p>O pai, um militar da reserva e também evangélico, o amparou. “Honra e caráter não têm religião”, diz Jônatas sobre a atitude do pai, que deu o dinheiro para o filho comprar um apartamento. - <i>Casais gays em busca da igualdade de direitos - Veja (26/06/2011)</i></p>	
Perseguição	<p>Também durante a manifestação, fiéis se fantasiaram de palhaços para protestar. “Querem calar a igreja. É uma palhaçada”, dizia um dos cartazes. - <i>Evangélicos protestam em Brasília contra o aborto e o casamento gay (05/06/2013)</i></p>	Evangélico/ Religioso Militante
Normas/ convenções morais	<p>No evento, o ex-prefeito de São Paulo entregará aos pastores uma carta na qual se comprometerá com “a defesa da vida” – interpretada por estes como oposição à legalização do aborto – e “os valores da família” - <i>Haddad se encontrará com pastores por compromisso com ‘valores da família’ - Veja (17/08/2018)</i></p>	Não-definido Mundo Político

Fonte: Elaborada pela autora.

Chamou-nos a atenção as formas argumentativas com as quais os evangélicos que ganharam visibilidade na mídia se inserem no debate público. Embora se configurem como um segmento religioso, essas personagens estavam relacionadas a argumentos que não estavam ancorados em premissas religiosas. O gráfico a seguir aponta os principais tipos de argumentos utilizados pelos personagens identificados como evangélicos:

Gráfico 10: Tipos de argumentos utilizados - Evangélicos/Religiosos



Fonte: Elaborado pela autora

Argumentos que tinham como base as prerrogativas dos direitos universais foram os mais expressivos nesse segmento (28,9%), explorando ideias como liberdade de expressão, liberdade de pensamento e também críticas ao STF, visto como um desrespeitador da Constituição ao estender a noção de família para os casais LGBT, como no exemplo abaixo:

Amparado na Constituição Federal Villas Boas anulou a certidão de casamento expedida a dois casais homossexuais por cartórios de Goiás. “A poética decisão do Supremo desnaturou o conceito constitucional de Família, que se forma apenas entre homem e mulher”, sentenciou o magistrado. “O STF não possui aptidão para modificar a Constituição”. Também pastor da Assembleia de Deus, Villas Boas foi alvo de duas acusações: afrontar o Supremo e proceder com excesso de moralismo. Villas Boas nega que se tenha baseado em questões religiosas. “Sobre ter afrontado o Supremo, considero que antes de tudo houve uma afronta do Supremo à Constituição”, diz. “Quanto ao moralismo, penso que na ausência de razões para o debate, o rótulo de moralista é usado como recorrência para tentar desacreditar uma opinião contrária”.(NUNES, 24 jul. 2011)⁵⁹

Essa ideia de que as leis e garantias individuais estão ameaçadas e, portanto, devem ser defendidas dos “excessos” representados pelas políticas públicas que beneficiam a população LGBT é reforçada por uma narrativa que coloca os evangélicos como perseguidos por terem

⁵⁹ NUNES, Bianca. Ainda longe do arco-íris. Brasil, Veja, 24 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/ainda-longo-do-arco-iris/>>. Acesso em 19 set. 2022.

sua liberdade de crença restringida. Mas não somente eles, como toda a sociedade estaria sob ameaça. Os argumentos baseados nessa ideia de perseguição, como os presentes na fala do vereador Carlos Apolinário abaixo, foram o terceiro tipo mais utilizado, o que demonstra como esse imaginário é forte:

Por que o STF assumiu o papel do Congresso Nacional nessa questão? Porque o STF está sendo acionado pelos gays para se pronunciar. Eles têm pressa, querem acelerar esse processo. A maioria do Congresso Nacional, hoje, não quer o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nem aceita a adoção de crianças por casais de homossexuais. Só que os gays querem enfiar isso tudo goela abaixo do Congresso e da sociedade. Os gays precisam aprender a conviver com quem não concorda com eles. Eles têm de se acostumar ao fato de existirem pessoas que continuarão contrárias ao casamento gay, mesmo que ele seja aprovado. É um direito individual, e a democracia me dá o direito de me expressar. Mas eles não aceitam isso. Eles querem a lei da mordaza, querem ser uma categoria especial de pessoas. E é contra isso que eu luto. Se ninguém falar nada, vai chegar o tempo em que os jornais não poderão mais fazer reportagens sobre os gays porque a lei vai proibir. Eles querem calar a sociedade e ninguém tem coragem de enfrentá-los. (APOLINÁRIO, 14 jun. 2012).⁶⁰

Persistindo nessa ideia de que os pertencentes à comunidade LGBT são oponentes do segmento evangélico, os argumentos que expressam agressividade ou que desqualificam o primeiro grupo foram o segundo tipo mais utilizado. Dentre esses argumentos, também encontramos aqueles baseados em opiniões sustentadas em calúnias ou difamações infundadas. Aqui, a figura de Silas Malafaia ganha destaque: dos trechos selecionados em nossa análise que ilustram esse tipo de argumento, 27% estavam relacionados ao pastor, líder da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, como no exemplo abaixo:

Na ocasião o pastor afirmou que **relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo são a porta de entrada para a pedofilia**. “Deveriam descer o porrete nesses homossexuais”, decretou, certa vez, em seu programa de tevê – em rede nacional, diga-se, valendo-se de seu direito de liberdade de expressão. (REDAÇÃO, 7 mai. 2012)⁶¹

Quando analisamos os tipos de argumentos utilizados pelos personagens LGBT, nota-se um padrão bem parecido com aqueles utilizados pelos evangélicos, com a predominância daqueles baseados em conceitos do campo jurídico/democrático, que levam em

⁶⁰ APOLINÁRIO, Carlos. ‘Falta coragem para enfrentar a ditadura gay’. Entrevista concedida a Thais Arbex. Brasil, Veja, 14 jun. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/>> Acesso em: 19 set. 2022.

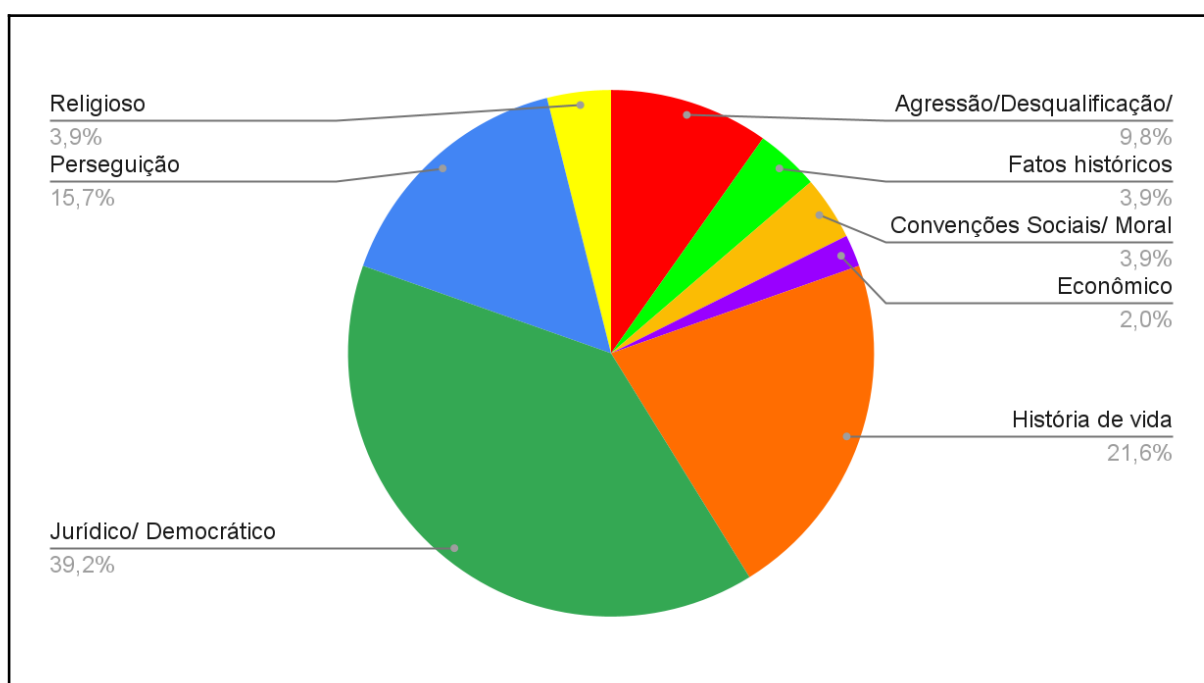
⁶¹ REDAÇÃO Carta Capital. Avon, Silas Malafaia e a propagação da homofobia. Sociedade, Carta Capital. 7 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/avon-silas-malafaia-e-a-propagacao-da-homofobia/>> Acesso em: 19 set. 2022.

consideração a igualdade de direitos e as liberdades individuais (39,2% em relação aos LGBT e 28,9% em relação aos evangélicos):

O registro civil é uma forma de assegurar que esse imóvel fique com o casal. “Com essa janela aberta, não vou negar os meus direitos. Tem que acabar a lenda de que homossexual está à margem, que é aidético, que ganha mal”, diz. E lamenta que o reconhecimento de direitos civis não acabe com o preconceito. Jônatas conta que evita andar de mãos dadas com Felipe pelas ruas, com medo de represálias. “Fico resmungando: por que não dar a mão? Toda vez que vejo casal heterossexual no metrô pergunto: Por que não posso? Por que fingir que existe esse vidro entre nós dois? (RITTO, 26 jun. 2011)⁶²

Os argumentos baseados na ideia de perseguição também aparecem em proporção considerável, sendo o terceiro tipo mais utilizado nos dois grupos (16,9% entre os evangélicos e 15,7% entre os LGBT).

Gráfico 11: Tipos de argumentos utilizados - LGBT



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que as estratégias discursivas acionadas na composição desses textos se dá em torno da polêmica. Conforme Amossy (2017), esta é caracterizada pelo estabelecimento de campos inimigos, opostos e excludentes. A polêmica opera com forte engajamento passional entre os envolvidos e o público, que se vê instado a tomar partido do lado que lhe pareça mais consoante aos seus valores. O jornalismo, segundo a autora, atua na construção da polêmica

⁶² RITTO, Cecília. Casais gays em busca de igualdade de direitos. Brasil, Veja, 26 jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/casais-gays-em-busca-da-igualdade-de-direitos/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

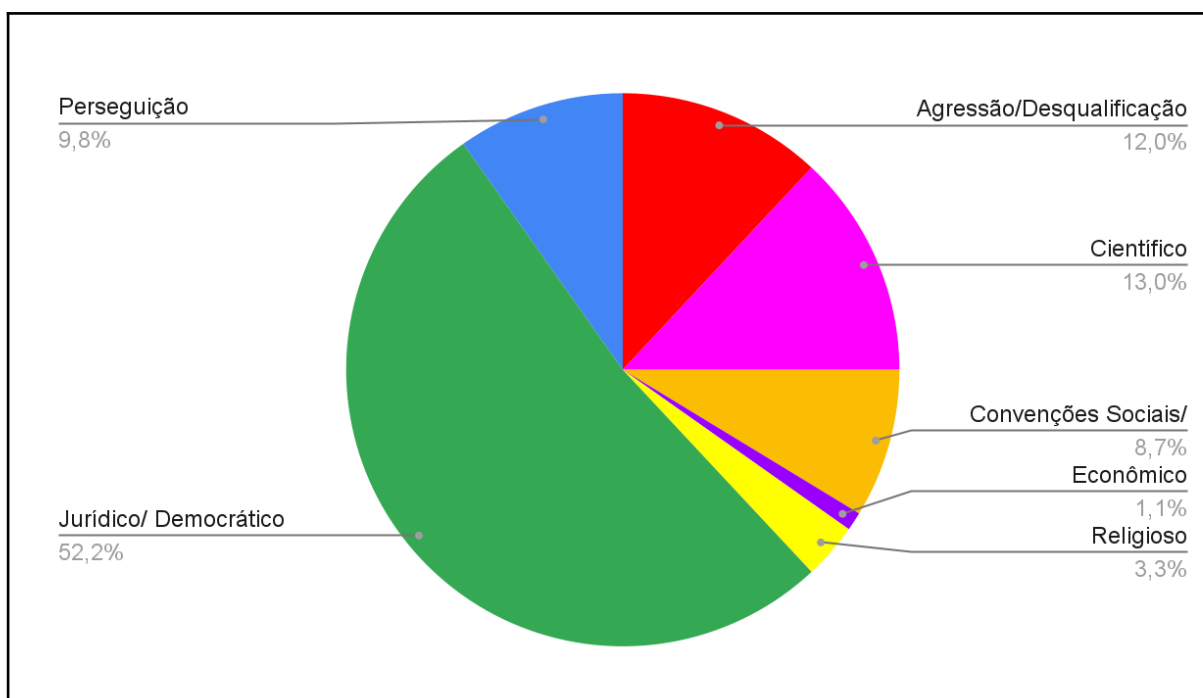
pois é o responsável por estabelecer um diálogo virtual entre as partes envolvidas, e, com isso, dar publicidade à disputa, abordando-a por meio de enquadramentos que lhe conferem *status* de acontecimento.

Em nossa pesquisa, as estratégias narrativas dão ênfase a duas narrativas opostas. A primeira delas baseia-se na ideia de que as pessoas LGBT são vistas como uma ameaça ao grupo dos religiosos e à sociedade como um todo, portanto, suas reclamações são legítimas. Uma narrativa típica de pânico moral que, como vimos, surge em situações de mudança social, quando um grupo marginalizado conquista direitos e acaba sendo visto como ameaça aos valores e interesses sociais do grupo hegemônico (MACHADO, 2004).

Na segunda narrativa identificada, os personagens LGBT aparecem como as grandes vítimas, sem protagonismo, frágeis e subjugadas às agressões dos religiosos, que são identificados como o grupo opressor. Essa narrativa é sustentada pelos tipos de argumento “agressão/desqualificação”, o segundo mais utilizado pelos evangélicos, que despontam como os grandes vilões; e “história de vida”, que foca nas situações de preconceito vivenciadas pelos personagens LGBT, as vítimas.

Por essas narrativas, os representantes desses grupos, tanto evangélicos como os pertencentes à comunidade LGBT, figuram nas matérias apenas para ocupar os papéis já determinados de antemão pelos quadros de sentido que orientam esses enquadramentos, e não para suscitar um debate ou uma reflexão social para a pauta em questão. Pelo contrário, o discurso polêmico ao qual servem provoca a interdição do debate e, como consequência, não contribui para a emancipação dos sujeitos e nem para a alteração das estruturas de poder.

Gráfico 12: Tipos de argumentos utilizados - Não-definidos



Fonte: Elaborado pela autora.

A maior parte dos que não foram identificados como pertencentes nem ao segmento LGBT e nem ao segmento evangélico apresenta argumentos baseados nas premissas jurídico-democráticas (52,2%). Como vimos anteriormente, esse grupo, aqui chamado de “não-definidos”, constitui o grupo mais representativo de nossa amostra. Logo, observar sua expressividade e o tipo de argumento mobilizado pelas personagens que compõem esse grupo só reafirma que o debate das pautas que, supostamente, envolvem evangélicos e LGBT não se estabelece no campo religioso, como o senso comum leva a crer, mas no campo dos direitos individuais e da política. A opção das narrativas jornalísticas de enquadrar essa controvérsia como sendo a de um discurso religioso é mais uma estratégia a serviço da construção da polémica, pois os principais atores acionados não são representativos desse segmento religioso e não falam em nome da religião, mas em nome de seus interesses políticos particulares, principalmente.

6.3. Quem fala e sobre o que fala: principais temáticas encontradas e atores envolvidos

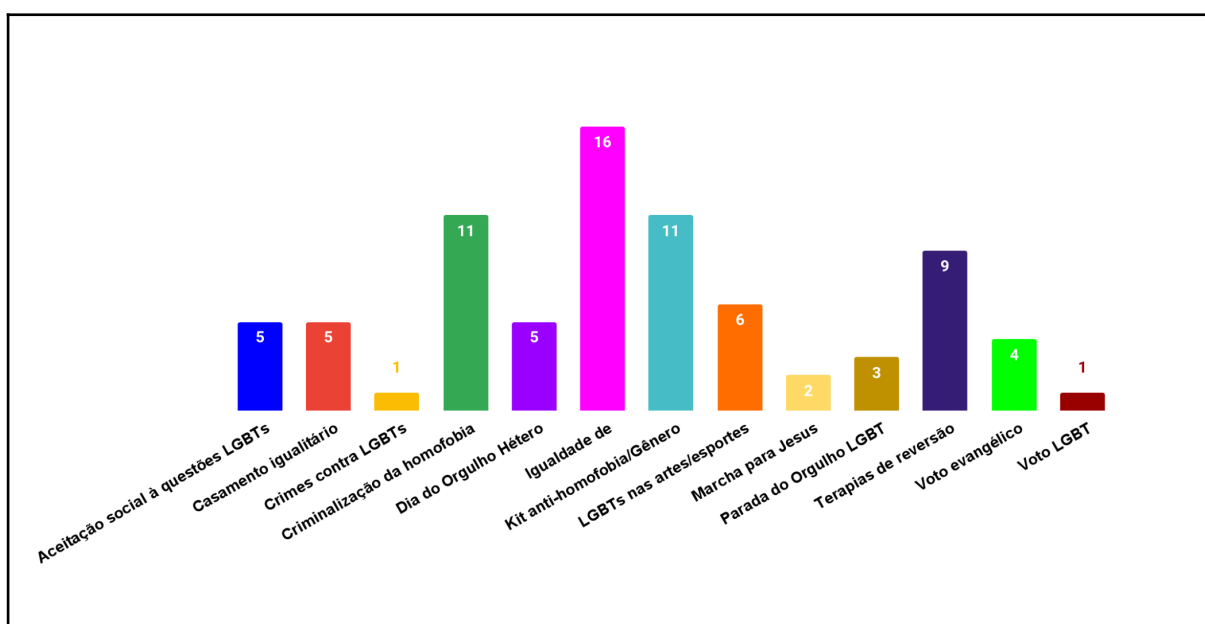
Em nossa pesquisa, buscamos identificar os diversos temas sobre os quais as narrativas de antagonismos envolvendo evangélicos e grupos LGBT são construídas, a fim de catalogar os assuntos que mobilizam essas pautas nos jornais e também quais personagens são

postos em relação para dizer sobre eles. Os assuntos tematizados e personagens engendrados são reveladores do modo como os eventos são enquadrados pela mídia, construídos e apreendidos socialmente, logo, são reveladores do modo como a sociedade pensa e de seus imaginários. As temáticas identificadas foram as seguintes:

- a) Casamento igualitário;
- b) Criminalização da homofobia;
- c) Kit anti-homofobia/ Gênero;
- d) Aceitação social das questões LGBT;
- e) LGBT nas artes/esportes;
- f) Voto evangélico;
- g) Voto LGBT;
- h) Parada do Orgulho LGBT;
- i) Marcha para Jesus;
- j) Terapias de reversão;
- k) Igualdade de direitos/ Preconceitos contra LGBT;
- l) Crimes contra LGBT.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de textos do Grupo 1 relacionada a cada uma delas:

Gráfico 13 : Temáticas identificadas



Fonte: Elaborado pela autora

Identificamos, nos textos relativos a cada temática, quais eram os personagens envolvidos e elaboramos nuvens de palavras, para que fosse possível visualizar quais nomes se destacavam em cada uma delas. Nessa etapa, recorreremos a alguns textos do Grupo 3, como previa nossa metodologia, quando consideramos que apenas a observação dos textos do Grupo 1 não seria suficiente. Abaixo, trazemos alguns detalhamentos sobre os assuntos presentes e os principais atores envolvidos:

a) Casamento igualitário

Figura 8 - Casamento igualitário



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Apenas matérias da *Veja* foram identificadas com esta temática no Grupo 1. Por esse motivo, resgatamos os textos do Grupo 3 da *Carta Capital*, para observar a ocorrência desse assunto também nesse veículo. Basicamente, os textos encontrados abordam duas histórias principais: a anulação de casamentos homoafetivos pelo juiz Villas Boas, mesmo após o STF reconhecer esse tipo de união e permitir que cartórios de todo o país realizassem o processo; e a polêmica em torno do plano de governo de Marina Silva à candidatura presidencial em 2014, acusada de retirar de suas propostas políticas públicas de amparo aos casais homoafetivos, após pressão de Silas Malafaia.

A primeira história está concentrada nos textos da *Veja* pertencentes ao Grupo 1. Percebemos, nesses textos, uma certa preocupação em trazer casais homoafetivos formados por personagens anônimas para ilustrar o assunto do casamento igualitário, que ganhou força em 2011 com o reconhecimento desse tipo de união pelo STF. No entanto, nota-se um olhar um pouco conservador (e até preconceituoso) de *Veja* para essa pauta, uma vez que a sexualidade é tratada como “opção” em alguns textos, enquanto outros buscam parâmetros nas relações heteronormativas idealizadas (o imaginário de paixão à primeira vista, duradoura) para enquadrar as relações homoafetivas. O trecho a seguir, retirado da matéria “*Casais gays em busca da igualdade de direitos*”, publicado no site da *Veja* em 26 de junho de 2011, é um exemplo:

Kátia Passos, de 44 anos, e Maria Suely Couto, de 54, se conheceram há 10 anos em uma sala de bate-papo GLS na internet. A conversa começou pela coincidência de apelidos: amora. Após três meses de namoro, foram morar juntas. Juliana, filha de Kátia, tinha 12 anos e saiu de casa quando soube da **opção** da mãe. Quatro meses depois, voltou. No casamento de quarta, Juliana – agora com 22 anos – chorava de emoção. “É um sonho para elas. Preciso tirar fotos”, dizia. (RITTO, 26 jun. 2011, grifo nosso)⁶³

O juiz Jerônimo Pedro Villas Boas, que anulou contratos de casamento homoafetivos sob o argumento de que estavam em desacordo com a Constituição, ganhou destaque como um personagem importante. Em alguns momentos, o tom percebido no texto de *Veja* é de que o juiz, que também é evangélico e pastor, estaria, de certa forma, sofrendo perseguições por não concordar com a medida do STF. A matéria “*Juiz que anulou união homoafetiva será julgado*”⁶⁴, já no título e no bigode - *Embora seja evangélico, Jerônimo Pedro Villas Boas garantiu que sua fé não influenciou na decisão* - explora a ideia de que o juiz está sofrendo sanções por defender os seus princípios. A matéria traz uma fala do juiz se defendendo - “*Assim como tenho direito de manifestar a minha fé, não discrimino pessoas e minhas decisões são tomadas à luz da Lei*” - mas não explica os motivos que levaram o magistrado a ser julgado por uma Corte Especial, o que reforça a ideia de que ele está sendo vítima da situação.

A polêmica em torno das decisões de Villas Boas não apareceram nos textos da *Carta Capital* que compuseram o nosso *corpus*. Sobre o casamento igualitário, encontramos, no

⁶³ RITTO, Cecília. Casais gays em busca da igualdade de direitos. *Veja*, Brasil, 26 jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/casais-gays-em-busca-da-igualdade-de-direitos/>> Acesso em: 18 dez. 2022.

⁶⁴ REDAÇÃO. Juiz que anulou união homoafetiva será julgado. *Veja*, Brasil, 22 jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/juiz-que-anulou-uniao-homoafetiva-sera-julgado/>> Acesso em: 18 dez. 2011.

Grupo 3, reverberações sobre as mudanças no plano de governo de Marina Silva, que, segundo se dizia na época, foram decorrentes de pressões de grupos evangélicos, principalmente do pastor Silas Malafaia. No entanto, o veículo optou por dar espaço ao presidente do PSB - partido da então candidata - Roberto Amaral, que reforçava que a mudança era anterior às falas de desagrado, e que se tratava, na verdade, de uma correção de um trecho publicado erroneamente. Amaral, inclusive, desdenha de Malafaia, dizendo “*Eu não tenho tempo de ouvir o [pastor Silas] Malafaia, tenho muitos livros para ler.*”⁶⁵

A homossexualidade é apresentada como inimiga da igreja e imoral, na visão dos representantes religiosos acionados nos veículos. Nesse sentido, a imagem de Silas Malafaia ganha projeção como porta-voz desse pensamento, estimulando o protagonismo dos evangélicos como atores contrários à pauta LGBT. Há uma presença tímida e pouco explorada da CNBB nos textos, também discursando contra. Por exemplo, na matéria “*CNBB critica resolução do CNJ sobre casamento gay - Bispos declaram que não é da competência do Judiciário criar normas e que a união homossexual não se equipara ao matrimônio*”⁶⁶, no próprio título se reforça a ideia de que os bispos são autoridades com certa legitimidade para criticar o CNJ, mas não se deriva daí que a opinião deles é a opinião do povo católico. O mesmo não se verifica quando a figura é Silas Malafaia: na matéria “*Evangélicos protestam em Brasília contra o aborto e o casamento gay - Evento comandado pelo pastor Silas Malafaia reuniu 40.000 pessoas diante do Congresso Nacional, em Brasília, segundo a Polícia Militar*”⁶⁷ o próprio título já deixa claro que o personagem de destaque é Malafaia, colocado como uma espécie de líder dos evangélicos.

A figura de Silas Malafaia, que aparece em ambos os acontecimentos mencionados nos dois veículos, atua de forma emblemática nas narrativas expostas ao público. Consequentemente, os evangélicos herdaram esse protagonismo imputado a Malafaia. Uma razão que apontamos para tal é a de que os argumentos utilizados pelo pastor, muitas vezes

⁶⁵ CARTA Capital. Mudança no programa não foi por pressão dos evangélicos, diz presidente do PSB. Carta Capital, Política. 01 set. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mudanca-no-programa-nao-foi-por-pressao-dos-evangelicos-diz-presid-ente-do-psb-907/>> acesso em 17 out. 2020.

⁶⁶ REDAÇÃO. CNBB critica resolução do CNJ sobre casamento gay - Bispos declaram que não é da competência do Judiciário criar normas e que a união homossexual não se equipara ao matrimônio. Veja, Brasil, 16 mai. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/cnbb-critica-resolucao-do-cnj-sobre-casamento-gay/>> Acesso em: 18 de dez. 2022.

⁶⁷ BORGES, Laryssa. Evangélicos protestam em Brasília contra o aborto e o casamento gay - Evento comandado pelo pastor Silas Malafaia reuniu 40.000 pessoas diante do Congresso Nacional, em Brasília, segundo a Polícia Militar. Veja, Brasil, 5 jun. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-protestam-em-brasilia-contr-o-aborto-e-o-casamento-gay/>> Acesso em: 18 dez. 2022.

apelando para falas agressivas que desqualificam seus oponentes (no caso os LGBT) estão mais afinados com o discurso polêmico, que acaba sendo priorizado nessas narrativas de polarização. Um exemplo dessas falas encontra-se no próprio texto citado no parágrafo anterior: “*Vamos arrumar uma ilha deserta e mandar dois gays para lá. Quero ver se depois de anos haverá raça humana*”.

b) Criminalização da homofobia

Figura 9 - Criminalização da homofobia



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

A maior parte das matérias identificadas com esta temática, no Grupo 1, pertenciam a *Veja*. Por vezes, nesses textos, notamos que a criminalização da homofobia foi reduzida a uma noção de “punição para quem critica ou não concorda com as pautas dos homossexuais”⁶⁸.

⁶⁸ A homofobia pode ser entendida como a hostilidade geral, psicológica e social, contra indivíduos que estabelecem práticas sexuais com pessoas do mesmo gênero. Reforça a matriz heteronormativa ao reafirmar os papéis de “homem” e “mulher”, e organiza, hierarquicamente e com consequências políticas, as sexualidades. No entanto, a homofobia não pode ser reduzida a um preconceito limitado a um sentimento de repulsa contra homossexuais, ou a uma mera questão de “concordar”, “não concordar” ou “criticar”, como nos exemplos dos

Logo, a homossexualidade é entendida como uma espécie de ameaça aos valores tradicionais e à liberdade de pensamento de quem manifesta discordâncias. Os trechos a seguir trazem alguns exemplos:

Cerca de 25 mil evangélicos e católicos foram a Brasília protestar contra o projeto de lei que cria **penas mais duras contra quem critica os homossexuais**. O movimento, liderado pelo pastor Silas Malafaia, reuniu 1 milhão de assinaturas contra a proposta. (CASTRO, 1 jun. 2011, grifo nosso)⁶⁹

A proposta [PL 122/2006] prevê **pena de prisão para quem critica o homossexualismo** ou proíbe “manifestações de afeto” entre pessoas do mesmo sexo. Grupos cristãos dizem que o projeto fere a liberdade religiosa. (CASTRO, 19 dez. 2011, grifo e informações entre colchetes nossos)⁷⁰

Religiosos (pastores e parlamentares) são associados à ideia de defensores da família (tradicional, heteronormativa), com destaque para a figura de Silas Malafaia, mais uma vez, e da bancada evangélica, mesmo com as opiniões católicas presentes, que guardam semelhanças. Nomes como os de Marco Feliciano e Marcelo Crivella, parlamentares evangélicos, também são recorrentes. Não foi percebida, nesses textos da *Veja*, uma preocupação de contextualizar os motivos que levaram à necessidade de tipificar a homofobia como crime, já que as violências sofridas pela população LGBT foram pouco problematizadas. Marta Suplicy, na época ligada ao PT, aparece como a principal defensora das pautas LGBT no legislativo. Porém, os enquadramentos adotados colaboram para que ela seja percebida como alguém despreparada no jogo das barganhas políticas para lidar com o tema, ou até mal recebida entre os representantes LGBT, vistos como um segmento de difícil negociação:

O projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006) volta à pauta do Senado nesta quinta-feira em meio a críticas tanto dos gays como dos evangélicos. O relatório da senadora Marta Suplicy (PT-SP) será votado na Comissão de Direitos Humanos. Para tentar aprovar a proposta, **a petista fez concessões** aos segmentos religiosos. **Acabou desagradando a comunidade gay** – que sustenta ter sido o texto descaracterizado. (HUBERMAN, 8 dez. 2011)⁷¹

O deputado **Jean Wyllys** (Psol-RJ) também **criticou o relatório de Marta**. “Ela retirou a proteção da expressão pública do afeto, o direito de expressar afeto e não

textos analisados, porque dessas hostilidades nascem práticas de violência física e simbólicas que levam a traumas, agressões físicas e eliminações (CARVALHO, 2012).

⁶⁹ CASTRO, Gabriel. Bolsonaro joga água em gays e é insultado. *Veja*, Política, 01 jun. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-joga-agua-em-gays-e-e-insultado/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷⁰ CASTRO, Gabriel. Esvaziado, debate vira ato contra lei anti-homofobia. *Veja*, Política, 29 nov. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/esvaziado-debate-vira-ato-contr-lei-anti-homofobia/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷¹ HUBERMAN, Bruno. Projeto de lei anti-homofobia desagradou gays e evangélicos. *Veja*, Política, 8 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/projeto-de-lei-anti-homofobia-desagrada-gays-e-evangelicos/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

ser injuriado por isso”, afirmou. “Isso é fundamental e não poderia ficar de fora.”⁷²(HUBERMAN; MARQUES, 14 fev. 2011)

Na *Carta Capital* o assunto foi pouco explorado nos textos do Grupo 1, mas nota-se um enquadramento que privilegia o protagonismo dos personagens LGBT envolvidos, como o advogado Paulo Iotti, que discursou no plenário do STF. A matéria “*Advogados LGBT se tornam protagonistas em julgamento no STF*”⁷³, já no título traz esse enfoque. Há também uma preocupação, nos artigos de opinião, em apresentar outras visões (mais acolhedoras) de grupos evangélicos sobre o assunto, como é o caso do artigo “*Jesus cura a homofobia*”⁷⁴, de autoria de Magali do Nascimento Cunha.

c) Kit anti-homofobia/ Gênero

Figura 10 - Kit anti-homofobia/ Gênero



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

⁷² HUBERMAN, Bruno; MARQUES, Luciana. Votação de projeto anti-homofobia é adiada. *Veja*, Política, 8 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/votacao-de-projeto-anti-homofobia-e-adiada/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷³ REDAÇÃO. Advogados LGBT se tornam protagonistas em julgamento no STF. *Carta Capital*, Diversidade, 14 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/advogados-lgbt-se-tornam-protagonistas-em-julgamento-no-stf/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷⁴ CUNHA, Magali. “Jesus cura a homofobia”. *Carta Capital*, Diálogos da Fé. 20 de fev. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/jesus-cura-a-homofobia/>> acesso em 12 set. 2022.

Nos textos do Grupo 1, parlamentares religiosos são retratados como os grandes opositores do projeto Escola Sem Homofobia, que propunha a criação de um material pedagógico, pejorativamente apelidado de “kit gay”, para abordar a homofobia no ambiente escolar. A proposta gerou ampla repercussão popular contrária, principalmente de grupos conservadores, que diziam que o material iria estimular a homossexualidade entre as crianças. Chama a atenção a figura de Bolsonaro, que adquire visibilidade ao se colocar como uma grande voz contra o projeto, mesmo não fazendo parte da bancada evangélica.

No entanto, nos textos da *Veja* presentes no Grupo 1, o tom (não o conteúdo) da fala do então parlamentar, é visto como inapropriado ou proveniente de alguém que não deve ser levado a sério. No entanto, essas falas projetaram a imagem de Bolsonaro na sociedade brasileira, fazendo com que ele encontrasse adesão suficiente para se tornar presidente da república nos anos seguintes. O mesmo tratamento é verificado para as falas de Damares, que assim como as de Bolsonaro, não são problematizadas, sendo tratadas como algo esdrúxulo ou pitoresco. As ofensas de Bolsonaro na época das discussões sobre o kit anti-homofobia se dirigiam principalmente a Haddad, ministro da Educação na época, e à então presidenta Dilma Rousseff:

“O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume. Se o teu negócio é amor com homossexual, assumo. Mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de 1º grau”, afirmou Bolsonaro (...)
Em conversa por telefone com a reportagem, Bolsonaro afirmou que não era sua intenção questionar a sexualidade da presidente da República. “Não me interessa a opção sexual (sic) dela, eu só não quero que esse material vá para a escola”. Ele afirmou que estava falando do amor de Dilma com a “causa homossexual”. (...)
O discurso do deputado do PP teve ainda questionamentos ao ministro da Educação, Fernando Haddad, pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo. “Povo paulistano, será que o Haddad como prefeito vai colocar uma cadeira de homossexualismo (sic) no primeiro grau?”, perguntou Bolsonaro (REDAÇÃO, 24 nov. 2011)⁷⁵.

Nesses textos, nota-se também uma tendência em apresentar homossexualidade e religião como instâncias naturalmente contrárias e irreconciliáveis, o que se verifica, sobretudo, nas opiniões dos atores selecionados a opinar nos textos, tais como Silas Malafaia, a CNBB, e as bancadas religiosas, que são contrários à medida:

O ministro da Educação, Fernando Haddad, negou nesta quarta-feira que vídeos e cartilhas sobre homossexualismo (sic) divulgados na Internet e criticados por parlamentares evangélicos sejam oficiais. “O material que eu vi circulando aqui não é do Ministério da Educação”, disse depois de reunir com a bancada evangélica na

⁷⁵ REDAÇÃO. Bolsonaro questiona se Dilma é homossexual. *Veja*, Brasil, 24 nov. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-questiona-se-dilma-e-homossexual/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

Câmara dos Deputados. (MARQUES, 18 mai. 2011)⁷⁶

Nos textos da *Veja*, percebe-se também que o chamado “kit gay” é tratado como se fosse algo real, mesmo com as constantes declarações do MEC de que o material vazado, motivo da polêmica, não era oficial, pois não tinha sido aprovado. O texto publicado no dia 18 de maio de 2011, já no bigode, utiliza o termo como se se tratasse de algo concreto, mencionado pelo próprio Haddad: *MEC nega que vídeos divulgados sobre homossexualismo (sic) sejam oficiais - Ministro da Educação, Fernando Haddad, diz que kit-gay ainda depende de avaliação de comissão*. A mensagem é reforçada no decorrer do texto:

Segundo Haddad, **o ministério contratou a produção do kit-gay** por meio de um convênio e o material foi entregue nesta terça-feira pela organização não-governamental contratada. Entretanto, **o kit ainda precisa ser submetido à comissão de publicações do MEC**. A pedido da bancada evangélica, os parlamentares interessados no tema também participarão do debate para avaliação do material, antes de sua publicação. Eles também selaram um acordo para combater a todo tipo de preconceito e violência. De acordo com o ministro, **o governo estuda a publicação do kit há três anos**. (MARQUES, 18 mai. 2011)

Como se verifica através do exemplo acima, existe a noção de que preconceito e violência contra pessoas LGBT é algo errado, mas as reivindicações do grupo por ampliação de direitos e a elaboração de materiais pedagógicos contra a homofobia não são bem aceitas. O termo “homossexualismo”, considerado pejorativo, foi encontrado mais de uma vez nesses textos, o que demonstra falta de preocupação do veículo em utilizar termos corretos para tratar do assunto, transparecendo preconceito e conservadorismo.

Nos textos da *Carta Capital* que compunham o Grupo 1, nota-se alguns avanços no que diz respeito à abordagem da temática. Por exemplo, há uma preocupação em contextualizar os motivos para a elaboração do material pedagógico e em dizer que “kit gay” não é o nome correto, e sim uma expressão pejorativa, como se verifica nos trechos abaixo:

Em carta aberta ao candidato a prefeito de São Paulo José Serra (PSDB), o presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis, criticou a forma com que o **projeto Escola Sem Homofobia**, do Ministério da Educação, foi introduzido na campanha eleitoral. Atrás nas pesquisas para o segundo turno, o candidato tucano tem usado o projeto – **batizado pelo deputado homofóbico Jair Bolsonaro (PP-RJ) como “kit gay”** – para atacar o adversário Fernando Haddad (PT), ministro, da Educação na época da

⁷⁶ MARQUES, Luciana. MEC nega que vídeos divulgados sobre homossexualismo sejam oficiais. *Veja*, Política, 18 mai. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/mec-nega-que-videos-divulgados-sobre-homossexualismo-sejam-oficiais/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

elaboração do material. (REDAÇÃO, 16 out. 2012, grifos nossos)⁷⁷

O **kit anti-homofobia** foi um programa criado na gestão de Fernando Haddad, hoje rival de Serra no 2º turno da eleição em São Paulo, no Ministério da Educação (MEC) para tentar combater o preconceito a homossexuais nas escolas. Surgiu em 2010, no contexto da eleição presidencial, e **causou a ira de evangélicos à época, liderados pelo pastor Silas Malafaia**, da vertente Vitória em Cristo da Assembleia de Deus. A pressão fez com que o governo abortasse o kit dos programas do MEC. (REDAÇÃO, 14 out. 2012, grifos nossos)⁷⁸

Também constatou-se uma maior abertura às opiniões de outras pessoas afetadas, como ativistas LGBT (vide exemplo acima), educadores, pesquisadores, e uma preocupação em divulgar dados estatísticos que mostram uma certa abertura da população, inclusive entre os grupos religiosos, para que as questões de gênero sejam abordadas nas escolas:

Pesquisa Ibope, encomendada pelo grupo Católicas pelo Direito de Decidir, mostrou que 84% dos brasileiros topam discutir gênero nas escolas. E, durante a última Marcha para Jesus, em São Paulo, outra pesquisa da USP-Unifesp mostrou que 77% dos evangélicos presentes concordavam que “as escolas deveriam ensinar o respeito aos gays”. (REDAÇÃO, 29 jun. 2017)⁷⁹

No que diz respeito à religião, percebemos também um relativo cuidado em dizer que a resistência dos evangélicos sobre o tema vem de uma parcela específica e está ligada mais ao conservadorismo da sociedade do que aos preceitos religiosos propriamente. No entanto, nomes como o de Malafaia e a Bancada da Bíblia continuaram sendo lembrados como representantes desses discursos, sem trazer opiniões dos outros atores evangélicos que ilustrassem essas divergências de opinião internas. Isso reforça a figura de Silas Malafaia e da Bancada Evangélica como os grandes porta-vozes do segmento, como já foi visto em um dos exemplos citados logo acima.

⁷⁷ REDAÇÃO. Em carta, ativista gay pede a José Serra: ‘Não rife nossos direitos’. Carta Capital, Política, 16 out. 2012. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-carta-ativista-gay-pede-a-jose-serra-nao-rife-nossos-direitos/>>

Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷⁸ REDAÇÃO. “Kit gay quer doutrinar em vez de educar”, diz Serra. Carta Capital, Política, 14 out. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-diz-serra/>>

Acesso em: 19 dez. 2022.

⁷⁹ REDAÇÃO. Criminalizar a homofobia é mesmo o melhor caminho? Carta Capital, Sociedade, 29 jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/criminalizar-a-homofobia-e-mesmo-o-melhor-caminho/>> Acesso

em: 19 dez. 2022.

OBS: Embora a autoria esteja atribuída à “Redação”, o texto, na verdade, trata-se de um artigo de opinião, cuja autoria deveria estar atribuída a alguém, pela natureza do texto. Acreditamos que, com as sucessivas reformulações dos *sites*, esta informação sobre a verdadeira autoria acabou se perdendo.

d) Aceitação social das questões LGBT

Figura 11 - Aceitação social das questões LGBT



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

No geral, tanto as matérias de *Veja* quanto de *Carta Capital*, ao abordarem as pesquisas de opinião sobre a temática, apontam para a existência de uma certa abertura por parte da população para as questões relativas aos direitos civis do universo LGBT, que vem aumentando com o passar dos anos. No entanto, chamou nossa atenção os títulos empregados, nos quais, de um modo geral, observou-se uma preferência por destacar o quantitativo que é contrário. Das cinco matérias enquadradas nessa categoria, apenas uma - *Pesquisas revelam que brasileiro se tornou mais receptivo aos homossexuais nos últimos 18 anos* (*Veja*, 28/07/2011) - explorou um dado positivo relativo às pessoas LGBT no título. As demais - *Metade da população aceita direitos de gays, mas não fora do “armário”* (*Carta Capital*, 27/03/2014); *Maioria dos brasileiros é contra a decisão do STF que permitiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo* (*Veja*, 28/07/2011); *União civil gay contraria 55% dos brasileiros, diz Ibope* (*Veja*, 28/07/2011); *43% dos paulistanos são contra beijos entre gays em público* (*Veja*, 22/05/2018)⁸⁰ - preferiram focar em dados negativos, mesmo que, no

⁸⁰ NUNES, Bianca. Pesquisas revelam que brasileiro se tornou mais receptivo aos homossexuais nos últimos 18 anos. *Veja*, Brasil, 28 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisas-revelam-que-brasileiro-se-tornou-mais-receptivo-aos-homossexuais-nos-ultimos-18-anos/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

REDAÇÃO. Metade da população aceita direitos de gays, mas não fora do “armário”. *Carta Capital*, Sociedade, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-aceita-direitos-de-gays-mas-nao-fora-do-armario-3027/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

REDAÇÃO. Maioria dos brasileiros é contra a decisão do STF que permitiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. *Veja*, Brasil, 28 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/maioria-dos-brasileiros-e-contraria-a-decisao-do-stf-que-permitiu-a-uniao-estavel-e-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

REDAÇÃO. União civil gay contraria 55% dos brasileiros, diz Ibope. *Veja*, Brasil, 28 jul. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/uniao-civil-gay-contraria-55-dos-brasileiros-diz-ibope/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. 43% dos paulistanos são contra beijos entre gays em público. *Veja*, Brasil, 22 mai. 2018. Disponível em:

decorrer do texto, houvesse outros dados sinalizando avanços na aceitação dos direitos da população LGBT.

Essa estratégia narrativa reforça o discurso de que as reivindicações deste segmento desagradam a opinião pública da maioria e reduz a homossexualidade a uma questão de aceitação social mais do que de direitos civis igualitários. Assim, subentende-se que essas reivindicações são vistas como “exageradas” ou “inconvenientes”, atribuindo-lhes pouca importância.

e) LGBT nas artes/esportes

Figura 12 - LGBT nas artes/ esportes



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Aqui, não encontramos textos do Grupo 1 de *Carta Capital* que tratavam dessa temática. Ao analisar os textos do Grupo 3, encontramos um texto sobre o Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade de 2013, que, em sua 21ª edição, trazia uma mostra de filmes de diversos países⁸¹. O festival é uma das primeiras mobilizações culturais do segmento LGBT,

<<https://veja.abril.com.br/brasil/43-dos-paulistanos-sao-contras-beijos-entre-gays-em-publico/>> Acesso em: 20 dez. 2020.

⁸¹ CARTA CAPITAL. Para pensar a diversidade. Carta Capital, Cultura, 06 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/diversidade-sexual-e-tema-de-festival-de-cinema-em-sao-paulo-e-no-rio-7263/>> Acesso em: 21 dez. 2022.

anterior à Parada do Orgulho.

No Grupo 1, apenas textos de *Veja* foram identificados com esta temática. Dentre eles, podemos encontrar notícias sobre produções cinematográficas que retratam relacionamentos homoafetivos, ou sobre atores e esportistas que tornaram públicas suas orientações sexuais e de gênero. No entanto, o assunto mais recorrente foi a exposição “Queermuseum - cartografias da diferença” que trazia obras de renomados artistas como Adriana Varejão e Lygia Clark, que denunciavam práticas sexuais abusivas praticadas no Brasil ao longo da história.

A exposição foi fechada antes do previsto, no teatro Santander Cultural, em Porto Alegre, após pressão de grupos conservadores, que a acusavam de promover a pedofilia e a zoofilia. A reabertura da exposição estava sendo cogitada no Rio de Janeiro, pelo poder público local. No entanto, o então prefeito do Rio, Marcelo Crivella, também bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, se colocava veementemente contra, mesmo com o parecer favorável da Secretaria Estadual de Cultura. Esta última ofereceu o espaço do Parque Lage para que a remontagem da exposição fosse realizada, sem o dispêndio de verbas públicas.

Diferentemente do observado nas temáticas anteriores, aqui, a abordagem da *Veja* não foi num sentido condescendente com a opinião pública mobilizada pelos grupos conservadores, que barravam a exposição. Embora o conteúdo das críticas propostas pelas obras de arte desagradassem essa parcela conservadora da sociedade, a censura à exposição foi enquadrada, nos textos de *Veja*, como algo ruim:

A mostra teve a sua temporada encurtada no Santander Cultural em Porto Alegre depois da **grita conservadora** dos que relacionaram seus quadros a pedofilia e zoofilia.(..)

As obras da exposição Queermuseum – Cartografias da Diferença na Arte da Brasileira que incomodaram grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) carregam, na verdade, denúncias contra práticas criminosas realizadas no Brasil, caso de Cena de Interior II, de Adriana Varejão, que mostra diferentes tipos de relações sexuais — entre pessoas de gêneros diferentes, entre pessoas do mesmo gênero, entre brancos e negro — e remete aos absurdos cometidos na colonização do Brasil, tema recorrente na obra da artista. (REDAÇÃO, 02 out. 2017, grifo nosso)⁸²

O Queermuseum abre neste sábado (18) no Parque Lage, zona sul do Rio de Janeiro, quase um ano após ser **forçado a encerrar** a exposição em Porto Alegre, quando uma campanha de grupos conservadores acusaram a mostra de incentivar a “pedofilia”, a “zoofilia” de atacar o cristianismo.

O **encerramento prematuro** da mostra na capital gaúcha **alarmou** o mundo artístico e abriu discussões sobre a **volta da censura** nas artes, mais de três décadas

⁸² REDAÇÃO. Crivella sobre ‘Queermuseum’ no Rio: ‘Só se for no fundo do mar’. *Veja*, Cultura, 02 out. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/crivella-sobre-queermuseum-no-rio-so-se-for-no-fundo-do-mar/>> Acesso em: 20 dez. 2022.

depois do fim da **ditadura militar**. (1964-1985). (AFP, 17 ago. 2018, grifo nosso)⁸³

As ações e falas de grupos conservadores contra a exposição foram mal vistas, como pode ser demonstrado pelos termos destacados nos trechos acima, que carregam um sentido negativo (“grita conservadora”, “forçado a encerrar”, “encerramento prematuro”, “alarmou”, “volta da censura”, “ditadura militar”). As ações desses grupos são interpretadas como uma sombra triste da época da ditadura, como o trecho acima destaca, que vitimou o próprio veículo com censuras infundadas.

f) Voto evangélico

Figura 13 - Voto evangélico



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

As discussões sobre “voto evangélico” se intensificaram nos últimos anos, atingindo seu ápice com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, que contou com grande apoio desse segmento religioso. No final da campanha, Haddad, opositor de Bolsonaro, tentou se aproximar dos evangélicos, mas este, pela defesa das pautas morais (anti-ideologia de gênero e anti- "kit-gay") acabou levando vantagem. No entanto, algo que chamou nossa atenção na leitura dos textos do Grupo 1 foi que essa disputa pelo voto evangélico se utilizando da pauta anti-LGBT nem sempre foi considerada uma boa estratégia.

⁸³ AFP. ‘Queermuseu’ abre no Rio com esquema de segurança reforçado. *Veja*, Cultura, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/queermuseu-abre-no-rio-com-esquema-de-seguranca-reforcado/> Acesso em: 20 dez. 2022.

Em 2012, por exemplo, *Veja* trouxe vozes de diversos políticos que criticaram a postura do ex-governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, para atrair votos para a chapa que sua filha, Clarissa, formava com Rodrigo Maia pela disputa da prefeitura do Rio. Visando o eleitorado evangélico, Garotinho disse que o então prefeito, Eduardo Paes, candidato à reeleição, apoiava a “família gay”, ia em “passeata gay” e usava dinheiro público para explorar o “turismo gay” no Rio.

A fala, segundo o texto, desagradou a base aliada e acabou trazendo resultados negativos para a chapa, que perdeu nomes importantes, como o do coordenador do programa de governo, Marcelo Garcia. Na época, a aposta no “voto evangélico”, de acordo com a abordagem encontrada, não garantia a certeza de bons resultados:

O discurso meramente voltado para os pentecostais não ajudou candidatos que concorreram a cargos majoritários. No Rio, Marcelo Crivella, atual ministro da Pesca, tentou ser prefeito em 2004 e 2008 baseado na rede de igrejas evangélicas. Nunca conseguiu vencer. Ele teve bom desempenho em bairros da zona oeste pobre e na zona da Leopoldina. Nos locais nos quais o Rio é mais católico, a votação de Crivella foi pífia. “Há muitas cidades dentro da cidade. Precisa ter o mínimo de rejeição possível”, explicou Jacob. Garotinho também concorreu à Presidência, em 2002, e concentrou a campanha nos evangélicos. O resultado foi uma baixa votação entre os fiéis de outras religiões. (RITTO, 17 set. 2012)⁸⁴

O próprio título da matéria citada acima - *Garotinho tenta opor gays a evangélicos no Rio - Ex-governador põe a religião na campanha e acusa prefeito do Rio de “fingimento” por defender passeata LGBT e, ao mesmo tempo, fazer campanha com fiéis. Tiro saiu pela culatra: coordenador de Rodrigo Maia abandona a equipe* - já indica que a oposição gays x evangélicos é algo fabricado e investir nisso era uma estratégia política ruim.

Com o passar dos anos, entretanto, a defesa das pautas morais foi se fortalecendo como estratégia político-eleitoral, e fomentando o protagonismo de políticos engajados nesses temas, como Jair Bolsonaro, nos grupos conservadores. Na *Carta Capital*, os dois textos sobre a temática traziam entrevistas com estudiosos para discutir a importância da pauta moral na decisão do eleitor evangélico (kit-gay, ideologia de gênero etc.) e o consequente apoio à campanha de Jair Bolsonaro em 2018. No entanto, eles evidenciam também que não existe apoio irrestrito dentro do segmento, portanto, o chamado “voto evangélico” é questionável, como no trecho da entrevista abaixo, com o cientista político Fábio Lacerda, da USP:

Carta Capital: As orientações de líderes evangélicos foram decisivas nessas eleições?

⁸⁴ RITTO, Cecília. Garotinho tenta opor gays a evangélicos no Rio. *Veja*, Política, 17 set. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/garotinho-tenta-opor-gays-a-evangelicos-no-rio/>> Acesso em: 21 dez. 2022.

Fábio Lacerda: É difícil afirmar até que ponto elas tiveram algum efeito para conduzir os fiéis a votar no Bolsonaro. Eu não sei dizer se o apoio dos líderes religiosos ao Bolsonaro é causa ou consequência do voto dos fiéis. Em geral, as candidaturas oficiais das igrejas Pentecostais eram orientadas para o legislativo. Acredito que a adesão massiva do eleitorado evangélico na candidatura do Bolsonaro deve menos aos pastores e mais aos valores morais da campanha. (COSTANTI, 21 out. 2018)⁸⁵

Nota-se também a expressividade da participação das igrejas Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus no mundo da política, sendo as mais citadas nos textos do Grupo 1 analisados. Embora nomes ligados ao catolicismo também apareçam nos textos, Bolsonaro segue sendo associado mais ao segmento evangélico do que católico, mesmo tendo recebido apoio de nomes ligados ao catolicismo, como o de Dom Orani Tempesta, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

g) Voto LGBT

Figura 14 - Voto LGBT

aécio_neves
 silas_malafaia
jair_bolsonaro
pv_diversidade(pv)
 ptb_diversidade(ptb)
 diversidade_tucana(psdb)
rede_diversidade(rede)
pps_diversidade(pps)
 lgbt_socialista(psb)
dilma_rousseff
marco_feliciano
levy_fidelix

Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Apenas um texto, encontrado em *Veja*, trata desse assunto, e de uma maneira destoante do senso comum. A matéria “*Representantes da comunidade LGBT anunciam apoio a Aécio - Movimentos ligados a seis partidos publicaram uma carta de apoio ao candidato tucano e*

⁸⁵ COSTANTI, Giovanna. Do “kit gay” à carta aos evangélicos: candidatos miram religiosos. Carta Capital, Política, 21 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/do-kit-gay-a-carta-aos-evangelicos-candidatos-miram-eleitorado-religioso>> Acesso em: 21 dez. 2022.

aproveitaram para criticar retrocessos do governo Dilma”, publicada em publicada em 19 de outubro de 2014, aborda sobre o apoio que a campanha de Aécio Neves, em 2014, recebeu de grupos LGBT ligados a partidos alinhados à centro-direita, demonstrando que esta não é uma pauta de monopólio da esquerda. Diz da insatisfação do grupo com alguns retrocessos ocorridos no governo Dilma, ao qual tecem críticas:

Entre os principais pontos elogiados pelas representações partidárias estão os compromissos do programa de Aécio com a ampliação dos direitos de LGBT e do Programa Brasil sem Homofobia.

Em relação aos retrocessos recentes, o documento cita o recuo na propaganda de prevenção à aids para casais gays, apesar de o governo atual ter registrado elevação de 11% nos casos de contaminação; além do que chamam de “enterro” da lei que criminaliza a homotransfobia, por iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais. A carta também critica as diretrizes de governo da campanha à reeleição de Dilma Rousseff (PT) por usar o termo “opção sexual”. “É um claro aceno às forças que lutam contra os avanços da cidadania LGBT, já que o termo é notoriamente rechaçado pelos movimentos sociais”, diz o texto. (REDAÇÃO, 19 out. 2014)⁸⁶

Um detalhe é que a expressão “opção sexual”, citada no trecho acima como um dos motivos de crítica do segmento LGBT ao plano de governo de Dilma, foi comumente utilizada nos textos de *Veja* que compuseram nosso *corpus*.

⁸⁶ REDAÇÃO. Representantes da comunidade LGBT anunciam apoio a Aécio. *Veja*, Política, 19 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/representantes-da-comunidade-lgbt-anunciam-apoio-a-aecio/>> Acesso em: 21 dez. 2012.

h) Parada do Orgulho LGBT

Figura 15 - Parada do Orgulho LGBT



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Aqui, embora o número de textos do Grupo 1 identificados com essa temática tenha sido pequeno (apenas 3), percebeu-se a presença de diferentes vozes com potencial de ampliar o debate. *Veja*, por exemplo, cita falas de políticos da direita e da esquerda discursando a favor das pautas LGBT, além de dar enfoque para o grupo de jovens evangélicos do movimento Jesus Cura a Homofobia, que participou da Parada em 2015, pedindo desculpas às pessoas da comunidade LGBT pelos preconceito vivenciados:

“O estado é laico e isso é uma garantia constitucional. A riqueza de São Paulo é a diversidade”, destacou o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que participou de entrevista coletiva antes do evento (...)

Segundo Marta [Suplicy], a parada serve como um contraponto a manifestações e propostas encaminhadas por setores contrários à liberdade de orientação sexual. “Precisamos ouvir coisas como um projeto de cura gay, como se isso fosse doença”, disse. (...)

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, afirmou que é um desejo do país não opor-se aos direitos civis. “Não podemos admitir que aqueles que em algum momento sofreram com a intolerância sejam promotores dessa mesma incompreensão”, disse. (REDAÇÃO, 2 jun. 2013)⁸⁷

Um grupo de jovens evangélicos, que participou da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, neste domingo, saiu em protesto contra a homofobia. Na Avenida Paulista, eles empunhavam cartazes contra políticos como Eduardo Cunha, Silas Malafaia e Marco Feliciano, afirmando que eles não os representam. Também pedem desculpas pela forma como a igreja trata a comunidade LGBT e divulgam a hashtag #JesusCuraAHomofobia, uma crítica à chamada “Cura Gay”, defendida por

⁸⁷ REDAÇÃO. Daniela Mercury beija a ‘esposa’ e anima Parada Gay. *Veja*, Brasil, 2 jun. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/daniela-mercury-beija-a-esposa-e-anima-parada-gay/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

alguns líderes religiosos. (REDAÇÃO, 7 jun. 2015)⁸⁸

Na *Carta Capital*, por sua vez, nota-se uma participação maior de pessoas LGBT ligadas à militância e à política. Numa mesma matéria, vários nomes foram citados:

Lá em 2013, **Fernando Quaresma, presidente da APOLGBT**, organização responsável pela organização do evento [Parada do Orgulho], avisou que, a partir daquele ano, as edições seriam menos carnavalescas e mais políticas. (...) No ano passado, o **Grupo Gay da Bahia**, que levanta os dados de crimes motivados por homofobia há 38 anos, registrou recorde de assassinatos. (...) [O Estatuto da Família] “Será uma tentativa a mais, outra desculpa para tentarem restringir os direitos da união homoafetiva – isso fica muito claro em parecer de Comissão da Câmara que apreciou o caso”, explica **Paulo Iotti, advogado especialista em Direito da Diversidade Sexual e de Gênero**. (...) **Jean Wyllys** é o único **deputado federal**, entre mais de 500 parlamentares, assumidamente gay. E é justamente isso que a 22ª edição da Parada do Orgulho LGBTI+ quer abordar. “Queremos que nessas, e nas próximas eleições, nossas vozes sejam ouvidas nas urnas e fora delas, e que nossos votos nos representem de fato. É hora de nos juntarmos a outros grupos minorizados e minoritários e elegermos a nós mesmos e às pessoas aliadas”, declarou, em nota, a **APOLGBT**. (CASTRO, 24 jul. 2018, grifos nossos)⁸⁹

Marta Suplicy e Marco Feliciano se destacam na promoção da pauta no governo. Ela, reconhecida como grande defensora (talvez a principal) do segmento LGBT, enquanto ele assume o lugar de grande inimigo:

(...) a senadora Marta Suplicy criou um projeto de lei para alterar o texto deste artigo do Código Civil. E tenta alterar o reconhecimento de entidade familiar para “união estável entre duas pessoas”. (CASTRO, 24 jul. 2018)

Com cartazes e faixas, várias participantes protestam contra o pastor evangélico e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Marco Feliciano. A ministra da Cultura, Marta Suplicy, também atacou Feliciano. “Temos uma tragédia grega na Comissão de Direitos Humanos. Atingimos o ápice do desrespeito aos direitos humanos, com uma pessoa com um discurso homofóbico presidindo a comissão”, disse. (REDAÇÃO, 2 jun. 2013)

Aqui, faz-se necessário apenas uma ponderação sobre os textos da *Veja*: embora reconheçamos que o veículo se preocupe em dar voz a personagens diversos, que oferecem um olhar mais positivo às pautas LGBT, notamos que na matéria “*Daniela Mercury beija a*

⁸⁸ REDAÇÃO. Evangélicos protestam contra a homofobia na parada gay de SP. *Veja*, Brasil, 07 jun. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-protestam-contr-a-homofobia-na-parada-gay-de-sp/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

⁸⁹ CASTRO, Carol. As batalhas da Parada do Orgulho LGBTI+. *Carta Capital*, Diversidade, 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/as-batalhas-da-parada-do-orgulho-lgbti/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

‘esposa’ e *anima Parada Gay*”, publicada em 2 de junho de 2013, o termo esposa, utilizado para se referir à companheira de Daniela Mercury, aparece entre aspas. Em certa medida, esse recurso soa como uma forma de diminuir o relacionamento das duas.

i) Marcha para Jesus

Figura 16 - Marcha para Jesus



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Apenas um texto, da *Carta Capital*, foi relacionado a essa temática. Nele, a abordagem que se faz é a de que a Marcha Para Jesus é utilizada como palanque político para a defesa de pautas morais, contrárias à ampliação de direitos da população LGBT. Para esses religiosos, essa ampliação é vista como prejudicial para a maioria da sociedade, principalmente para aqueles ligados ao presidente Jair Bolsonaro. Para analisar como o assunto aparecia na *Veja*, recorreremos aos textos do Grupo 3. Neles, verificamos que essa mesma abordagem, de enquadrar o evento como algo político, para a promoção de candidatos conservadores, se repete.

Sobre esta temática, ganhou destaque a presença de Bolsonaro na edição de 2019 da Marcha para Jesus, como o primeiro presidente da república a participar do evento:

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) marcou presença na Marcha Para Jesus, neste sábado 10, em Brasília, e afirmou, em discurso num trio elétrico, que “ideologia de gênero é coisa do capeta”. O presidente também defendeu o que chama de “família tradicional” e disse que as leis servem para a proteção das “maiorias”. (REDAÇÃO, 10 ago. 2019)⁹⁰

Bolsonaro subirá ao palco ao lado do deputado Marco Feliciano (Podemos-SP), pastor da Catedral do Avivamento que se tornou um dos principais articuladores do presidente junto à bancada evangélica no Congresso (...)

A ideia da participação de Bolsonaro no evento é a de que se trata de uma oportunidade para que ele, como presidente, se conecte com o segmento e reforce o compromisso de campanha com a defesa dos valores cristãos. (REDAÇÃO, 20 jun. 2019)⁹¹

O ato foi visto como uma forma de Bolsonaro reafirmar seu compromisso com essa parcela do eleitorado, que lhe rendeu uma quantidade expressiva de votos (cerca de 68% dos votos do segmento evangélico, segundo a matéria veiculada na *Veja*, cujo trecho está citado acima). Marco Feliciano também é uma figura recorrente. Sua atuação como parlamentar, em defesa das pautas conservadoras, é enfatizada, o que reforça sua imagem como representante do segmento na política.

⁹⁰ REDAÇÃO. “Ideologia de gênero é coisa do capeta”, diz Bolsonaro a evangélicos. Carta Capital, Política, 10 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-a-evangelicos/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

⁹¹ REDAÇÃO. Com Bolsonaro, Marcha para Jesus terá presidente pela primeira vez. Veja, Política, 20 jun. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/com-bolsonaro-marcha-para-jesus-tera-presidente-pela-primeira-vez/>> Acesso em 22 dez. 2022.

j) Dia do Orgulho Hétero

Figura 17 - Dia do Orgulho Hétero



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Outra categoria na qual apenas textos do Grupo 1 pertencentes à *Veja* foram associados inicialmente. Neles, o grande protagonista é o vereador paulistano Carlos Apolinário, do PMDB, que propôs a criação do “Dia do Orgulho Heterossexual”. Inspirados nele, vereadores de outras cidades do país também propuseram projetos semelhantes.

Carlos Apolinário se coloca como combatente dos excessos dos grupos LGBT, que na sua fala são associados a coisas negativas como “promiscuidade”, “perseguição aos que pensam diferente” etc. Seu discurso também reforça a ideia de que a homossexualidade é uma escolha (talvez pautada na “promiscuidade”) e de que o PT seria o grande apoiador dos “exageros” dos homossexuais:

Ele figura na lista dos dez brasileiros mais homofóbicos, já propôs a criação do Dia do Orgulho Heterossexual, mas o vereador paulistano Carlos Apolinário, do PMDB, garante que não tem nenhum preconceito contra gays. “O que eu não aceito é alguém querer se esconder atrás de sua opção sexual”, afirma. Evangélico, Apolinário é um dos apoiadores da Marcha para Jesus, que acontece neste sábado na cidade e é o evento que mais rivaliza com a Parada Gay. Ele recebeu o site de VEJA para explicar, afinal, qual é a sua posição em relação aos homossexuais: “Eu **combato os privilégios**. O dia em que os gays lutarem por leis que valham tanto para eles quanto para os heterossexuais, eles terão muito mais sucesso.” (ARBEX, 14 jul. 2012)⁹²

⁹² ARBEX, Thaís. ‘Falta coragem para enfrentar a ditadura gay’. *Veja*, Brasil, 14 jul. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

Apolinário, autor da proposta, negou estar incentivando a violência contra os homossexuais, como acusam os vereadores do PT. “O projeto é um protesto contra os privilégios dados aos gays.” (REDAÇÃO, 3 ago. 2011)⁹³

O espaço relativamente amplo que a revista dedica ao assunto (foram 5 textos, entre 2011 e 2012), sendo uma entrevista com Apolinário - transparece, ainda que de modo subjetivo, uma certa condescendência com esse discurso. É interessante notar que a relação de Apolinário com a Marcha Para Jesus é um dos elementos utilizados para descrevê-lo, e que o evento é qualificado, no próprio texto jornalístico, como um rival da “Parada Gay”, mesmo que sejam eventos voltados para públicos e objetivos diferentes, reforçando a narrativa de que evangélicos e pessoas LGBT são inimigos por natureza.

k) Terapias de reversão

Figura 18 - Terapias de reversão



Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

⁹³ REDAÇÃO, 2012. Câmara de São Paulo cria Dia do Orgulho Heterossexual. Veja, Brasil, 3 ago. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/camara-de-sao-paulo-cria-dia-do-orgulho-heterossexual/>> Acesso em: 22 dez. 2022.

Dois acontecimentos específicos ocupam os textos do Grupo 1 sobre essa temática. O primeiro deles trata-se da proposta de Decreto Legislativo 234/2011 apresentada pelo deputado João Campos, do PSDB. Conhecido como “Cura Gay”, o texto previa a suspensão da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que proíbe os psicólogos de promoverem atendimentos que visem o tratamento da homossexualidade. O projeto foi alvo de uma série de protestos contrários, inclusive do próprio PSDB, partido de João Campos, e acabou sendo arquivado posteriormente, em 2013.

O outro acontecimento, ocorrido alguns anos depois, em 2017, diz respeito à decisão de um grupo de psicólogos que acionou a justiça para promover esse tipo de atendimento, acusando a resolução do CFP de cercear o exercício profissional. A ação do grupo, que tinha entre seus principais responsáveis a psicóloga e missionária evangélica Rozângela Justino, acabou recebendo uma liminar favorável do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, suspensa pelo STF em 2019.

Nos textos da *Carta Capital* sobre essa temática, percebemos uma tendência em reforçar que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara se resumia a “deputados evangélicos”, e que só “deputados evangélicos” eram a favor da iniciativa de João Campos, sem considerar as pressões de outros grupos conservadores. Marco Feliciano aparece como o grande inimigo, sendo descrito como “pastor homofóbico”.

“Vocês [**deputados evangélicos**] não vão entregar para a **comunidade evangélica** o que estão prometendo, porque não há tratamento para o que não é doença. Quem dera que o Conselho Federal de Psicologia pudesse curar a cara de pau e todos os distúrbios da classe política deste país” disse Araújo. (REDAÇÃO, 18 jun. 2013)⁹⁴

O texto, aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa – presidida pelo **pastor homofóbico** Marco Feliciano (PSC-SP) – previa a revogação de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que impedia tratamento a quem tenta mudar a orientação sexual. (REDAÇÃO, 2 jul. 2013)⁹⁵

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), **subiu o tom e ameaçou** o governo nesta quarta-feira 19. **O pastor** alertou que uma interferência do Executivo no projeto de decreto legislativo da “cura gay” seria “perigoso”, pois 2014 é um ano eleitoral e a presidenta Dilma Rousseff (PT) precisará do apoio dos evangélicos para se reeleger. (REDAÇÃO, 19 jun. 2013)⁹⁶

⁹⁴ REDAÇÃO. Comissão de Direitos Humanos aprova projeto da ‘cura gay’. *Carta Capital, Política*, 18 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/comissao-de-direitos-humanos-aprova-projeto-sobre-cura-gay-3111/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

⁹⁵ REDAÇÃO. Projeto de “cura Gay” é retirado da pauta. *Carta Capital, Política*, 02 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/projeto-e-cura-gay-e-retirado-da-pauta-4428/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

⁹⁶ REDAÇÃO. Feliciano manda governo não interferir na “cura gay”. *Carta Capital, Política*, 19 jun. 2013. Disponível em:

As vozes heterogêneas, de homossexuais evangélicos, apareceram condicionadas em um texto específico sobre esse assunto - *Igreja acolhe gays que passaram por “curas” frustradas e exorcismos* - publicado em 14 de outubro de 2017. O texto traz histórias de diversas pessoas LGBT ligadas ao segmento evangélico, como o pastor Fábio de Souza:

Hoje pastor da primeira igreja do Brasil voltada para a comunidade LGBT, ele prega para centenas de fiéis que Deus ama todos sem distinção e que os homossexuais “não precisam de cura, mas de amor”. “Eu tive uma briga constante comigo mesmo, fiz várias correntes de libertação na igreja tentando acertar a cura, mas é um trabalho inútil, algo que na verdade não vai surtir efeito porque não existe cura. A gente pode disfarçar a cor do cabelo, mas não pode mudar a essência”, diz à AFP este bancário de porte atlético, antes do início de seu culto na ‘catedral’ da Igreja Contemporânea, em Madureira, zona norte do Rio. (SOLÉ, 04 jul. 2017)⁹⁷

Apesar de ser um espaço de visibilidade para o assunto, o termo ‘catedral’, escrito entre aspas para se referir ao templo religioso que acolhe pessoas LGBT, parece diminuir sua importância e seriedade como instituição religiosa legítima. A despeito disso, notamos que, ao menos no âmbito político, *Carta Capital* se preocupou em trazer a voz de políticos contrários, que explicitaram que a proposta da “cura gay” é contra diretrizes já estabelecidas pela ciência, demarcando um posicionamento bem incisivo contra a medida. Diferentemente, não percebemos em *Veja* uma linha de pensamento homogênea sobre o assunto. A princípio, a proposta do projeto de Decreto Legislativo 234/2011 apresentada pelo deputado João Campos é vista como um retrocesso, inclusive pelo próprio partido do parlamentar, que divulgou nota contrária. O nome de Marco Feliciano, descrito também como pastor, é associado favoravelmente à pauta, mas a menção a grupos evangélicos é menos enfática do que na *Carta Capital*:

O PSDB divulgou nota oficial manifestando publicamente “posição contrária” ao Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, chamado de “cura gay” pelos críticos. O projeto, apresentado pelo deputado e pastor evangélico João Campos, filiado ao PSDB de Goiás, tem sido um dos alvos dos protestos pelo país. Na Câmara, o projeto teve recentemente parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos, sob a liderança do deputado e também pastor Marco Feliciano (PSC-SP). (REDAÇÃO, 27 jun. 2013)⁹⁸

Num dos textos de *Veja* - *Cura gay não existe, diz ex-pastor que saiu do armário* -

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/feliciano-manda-governo-tomar-cuidado-e-nao-interferir-na-cura-gay-7107/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

⁹⁷ SOLÉ, Carola. Igreja acolhe gays que passaram por “curas” frustradas e exorcismos. *Carta Capital*, Diversidade, 04 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/igreja-acolhe-gays-que-passaram-por-curas-frustradas-e-exorcismos/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

⁹⁸ REDAÇÃO. PSDB afirma que chamada ‘cura gay’ é retrocesso. *Veja*, Brasil, 27 jun. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/psdb-afirma-que-chamada-cura-gay-e-retrocesso/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

Sérgio Viula fundou grupo que tinha como objetivo 'tratar' homossexuais e lutou por dezoito anos contra sua condição – até se aceitar - houve destaque para um personagem LGBT. Sérgio Viula, quando pastor evangélico, criou o Movimento pela Sexualidade Sadia (MOSES), que dava auxílio a pessoas homossexuais que queriam se tornar heterossexuais. No entanto, após se assumir homossexual e deixar o Moses, Viula dizia que a chamada “cura gay” era impossível. Interessante notar que, no texto, o fato de o personagem se assumir como homossexual é descrito como uma libertação, portanto, algo positivo:

Viula se separou da esposa, contou pessoalmente aos filhos que era gay e se surpreendeu com a **reação positiva** deles. Com os pais foi um pouco mais difícil, por serem mais conservadores, mas hoje eles **aceitam e respeitam**. Nesses **catorze anos de libertação**, Viula teve um relacionamento que durou sete anos e agora está em outro relacionamento há um ano e nove meses. Ele **se sente completo e realizado**. “Não me arrependi um dia sequer de ter me assumido gay. **Sou absolutamente feliz** ao lado do meu companheiro e da minha família. Cura gay definitivamente não existe”, afirma. (BASSETTE, 20 set. 2017, grifo nosso)⁹⁹

No entanto, a *Veja* também abre grande espaço para a exposição das ideias dos psicólogos que entraram na justiça para praticar terapias de reversão. Embora o grupo afirmasse que a homossexualidade não fosse doença, como parece ser o que o veículo defende, diz que pode ser resultado de experiências traumáticas da vida do indivíduo e, portanto, passível de reversão. Essas ideias são reforçadas já nos títulos: “*Para psicólogos com ação na Justiça, homossexualidade é adquirida - Em discurso alinhado, profissionais afirmam que ser gay não é doença, mas que é possível promover reorientação sexual daqueles que estão insatisfeitos*”, publicada em 21 de setembro de 2017, e “*Todos os meus pacientes foram abusados, diz defensora da ‘cura gay’ - Psicóloga que foi à Justiça para praticar reorientação sexual afirma que 100% dos homossexuais que atendeu tiveram traumas na infância e adolescência*”, publicada em 16 de outubro do mesmo ano¹⁰⁰.

Ganha destaque, sobretudo, a figura de Rozângela Justino, psicóloga e missionária evangélica. As opiniões do CFP, órgão oficial da categoria e contrário à medida, aparecem de forma genérica, sem apontar informações que permitam problematizar o assunto e discutir o porquê de a medida proposta pelo grupo ser tão prejudicial. Nota-se que os dois veículos,

⁹⁹ BASSETTE, Fernanda. Cura gay não existe, diz ex-pastor que saiu do armário. *Veja*, Brasil, 20 set. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/cura-gay-nao-existe-diz-ex-pastor-que-saiu-do-armario/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

¹⁰⁰ BASSETTE, Fernanda. Para psicólogos com ação na Justiça, homossexualidade é adquirida. *Veja*, Brasil, 21 set. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/para-psicologos-com-acao-na-justica-homossexualidade-e-adquirida/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

BASSETTE, Fernanda. Todos os meus pacientes foram abusados, diz defensora da ‘cura gay’. *Veja*, Brasil, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/todos-os-meus-pacientes-foram-abusados-diz-defensora-da-cura-gay/>> Acesso em: 23 dez. 2022.

abaixo-assinados do mundo todo. “No texto, eles explicaram quem é Silas Malafaia e quais são as ideias propagadas por ele. O negócio está bombando, a Avon vai ter que tomar uma atitude”, enfatiza o militante [Viula]. (REDAÇÃO, 7 mai. 2012)¹⁰¹

Alguns anos depois, em 2015, o mesmo pastor ganhou as páginas dos jornais por convocar um boicote à marca O Boticário, que trazia casais gays em um comercial de Dia dos Namorados:

Malafaia convocou um boicote a uma singela propaganda do Boticário para o Dia dos Namorados. Aparecem três casais – homem com mulher, homem com homem, mulher com mulher. A publicidade foi lançada na semana da Parada do Orgulho LGBT, que neste domingo 7 lotou a Avenida Paulista, em São Paulo. O tiro de Malafaia saiu pela culatra e o dono do Boticário deve estar dando saltos de alegria. O vídeo publicitário ganhou mais likes que dislikes e, da noite para o dia, a marca ganhou ares cult. E, no Brasil do século 21, consumir o tal perfume virou ato de afirmação política. Quanta ironia... (REDAÇÃO, 8 jun. 2015)¹⁰²

Ao lado de Malafaia, Marco Feliciano e Eduardo Cunha, dois pastores que também atuam como deputados, aparecem com frequência, sobretudo nos textos da *Carta Capital* que compõem essa categoria, por barrarem políticas públicas a favor dos grupos LGBT em suas atuações políticas na CDMH e na presidência do Congresso, respectivamente:

Em São Paulo, vários movimentos já estão se juntando para construirmos a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Minorias, um grupo de pressão contra a Liga Fundamentalista do Congresso (Feliciano, Cunha, Bolsonaro, Magno Malta e cia ilimitada). A primeira edição, no dia 21, será presidida por nossa diva Laerte Coutinho. (REDAÇÃO, 10 fev. 2015)¹⁰³

A cruzada contra os direitos da comunidade LGBT, liderada por pastores como Malafaia, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e o agora todo poderoso deputado presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é, no entanto, cortina de fumaça sobre outros interesses escusos jogados no Congresso. (REDAÇÃO, 8 jun. 2015)

Outro personagem do mundo político que ganha destaque nesses mesmos textos é Jair Bolsonaro, principalmente com as eleições de 2018, quando seu conservadorismo moral foi bastante repercutido:

¹⁰¹ REDAÇÃO. Avon, Silas Malafaia e a propagação da homofobia. *Carta Capital*, Sociedade, 07 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/avon-silas-malafaia-e-a-propagacao-da-homofobia/>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

¹⁰² REDAÇÃO. Vão ter de engolir os LGBT. *Carta Capital*, Sociedade, 08 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vao-ter-de-engolir-os-lgbt-1841/>> Acesso em: 27 dez. 2022.

¹⁰³ REDAÇÃO. Os gays e as mulheres querem respeito, seu Cunha. *Carta Capital*, Política, 10 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-gays-e-as-mulheres-querem-respeito-seu-cunha-1375/>> Acesso em: 28 dez. 2022.

De acordo com as próprias palavras do Bolsonaro para seus seguidores, “vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias tem que se curvar às majorias. (...) As minorias se adequam, ou simplesmente desaparecem”. (BUGALHO, 15 mai. 2019)¹⁰⁴

De um modo geral, os personagens protagonistas nos textos só reforçam a tendência, já identificada nas categorias anteriores, de colocar como porta-vozes do conservadorismo moral as mesmas figuras evangélicas de sempre (Silas Malafaia, Marco Feliciano, Eduardo Cunha). Dessa forma, reduz-se esse conservadorismo a algo específico desse grupo religioso, além de reforçar a figura de Jair Bolsonaro como alguém que se coloca em defesa da “pauta evangélica”, mesmo que não professe a religião.

m) Crimes contra LGBT

Figura 20 - Crimes contra LGBT

jean_wyllys
 sociedade_viva
 ministério_público
 márcio_damasceno
 2ªvara_federal_de_natal
 pastor_davi_morgado
 polícia_federal
 rede_promessas
 sensacionalista

Fonte: Imagem produzida pela autora por meio da ferramenta *wordclouds.com*

Apenas um texto, de *Carta Capital*, foi associado a essa temática. Trata-se de um artigo, muito provavelmente, escrito por Jean Wyllys, no qual ele cita que pessoas e *sites* evangélicos estavam compartilhando na internet conteúdos falsos e falas em tom de ameaça, calúnia e difamação dirigidas a ele. No texto, o deputado defende que esse tipo de discurso, proveniente de evangélicos que ele considera como falsos por serem violentos, alimenta os crimes de ódio contra homossexuais. Como solução, o autor defende que sejam punidos com

¹⁰⁴ BUGALHO, Henry. Peladões universitários, golden shower e Elsa, a lésbica. *Carta Capital*, Opinião, 15 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaopeladoes-universitarios-golden-shower-e-elsa-a-lesbica/>> Acesso em: 28 dez. 2022.

medidas socioeducativas. Nota-se, novamente, um esforço de não generalizar o segmento evangélico, indicando que essas opiniões agressivas não são comungadas por todos:

A matéria humorística do Sensacionalista, porém, foi reproduzida como se fosse verdadeira por um site “evangélico” (uso aqui novamente as aspas por respeito aos evangélicos de verdade), a “Rede Promessa”, com o intuito de convencer seus leitores de que o falso projeto realmente existia. O recurso é o mesmo que quando dizem que eu me referi à Bíblia como “uma palhaçada” e aos cristãos como “doentes”, o que obviamente jamais disse e nem penso: os pastores pilantras tentam me colocar como inimigo dos cristãos. (WYLLYS, 4 set. 2015)¹⁰⁵

6.4. O que narram as narrativas?

Os enquadramentos mais presentes nos textos analisados são aqueles que privilegiam uma visão dualista e antagônica entre os dois grupos de interesse (evangélicos e LGBT). O que se evidencia, nas narrativas propostas por esses enquadramentos, é que a concessão de direitos para um, significa, necessariamente, o cerceamento do outro. Como disse Ricoeur (2010a), a inteligibilidade de uma narrativa é sustentada pelas mediações simbólicas (mimese I) partilhadas entre autor e leitor, que são acionadas para compor a intriga (mimese II).

Como vimos no capítulo IV deste trabalho, essas mediações simbólicas dizem respeito aos códigos culturais, simbólicos, aos valores da sociedade e suas estruturas, e, ao acioná-las, o que o autor faz é compartilhar, com o seu interlocutor, elementos para que este último possa acolher o texto em suas expectativas e identificar as normas que guiarão sua leitura. Nos textos de nossa análise, identificamos alguns quadros de sentido acionados para conferir familiaridade ao que é narrado.

O primeiro deles é o modo como a religião é abordada nessas narrativas. Privilegia-se a ideia de que o pensamento religioso legitimamente aceito é o pensamento conservador e que, no caso de nossa pesquisa, não respeita a multiplicidade da sexualidade humana, pois está amparado no ideal da procriação dos relacionamentos heteronormativos. Um exemplo disso é o modo como a religião católica é abordada nas notícias.

Embora nosso foco seja a inserção dos evangélicos nesses textos, foi possível notar que, em muitos momentos, representantes da Igreja Católica, como a CNBB ou membros do Vaticano, foram escalados para opinar sobre os fatos. As opiniões católicas, embora sejam

¹⁰⁵ CARTA Capital. Uma decisão exemplar da justiça em caso de calúnia e ódio homofóbico. Carta Capital, Política. 04 set. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-decisao-exemplar-da-justica-em-caso-de-calunias-e-odio-homofobico-7964/>> acesso em 12 set. 2022. Obs: embora o texto não esteja com indicação de autoria, percebemos, na leitura, que foi escrito por Jean Wyllys.

retratadas com mais moderação, reafirmam o discurso conservador e, de certa forma, legitimam este como o verdadeiro posicionamento dos cristãos (ou ao menos o posicionamento “esperado”). Os trechos abaixo trazem alguns exemplos de como as opiniões católicas são abordadas:

A senadora ainda buscou a chancela da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com o padre Geraldo Martins, assessor político da instituição religiosa, o projeto é “tranquilo” e adequado. **Na reunião com os bispos, também foi incluído um parágrafo ao texto que garante “a manifestação pacífica” do pensamento religioso prevista na Constituição.** Marta diz já sentir os efeitos do apoio. Ela teria recebido elogios de senadores cristãos. (HUBERMAN, 8 dez. 2011)¹⁰⁶

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se opôs à resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga cartórios a realizarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em nota divulgada nesta quinta-feira, a entidade argumenta que não é da competência do Judiciário propor esse tipo de norma. “A atribuição deveria ser do Congresso”, disse o vice-presidente da CNBB, Sergio Arthur Braschi.

Os bispos destacaram que não cabe ao Judiciário alterar o “ordenamento jurídico”, mas à sociedade brasileira “representada democraticamente pelo Congresso Nacional”. Desta maneira, eles entendem que houve uma confusão de jurisdições entre os dois órgãos. (REDAÇÃO, 16 mai. 2013)¹⁰⁷

Ainda sobre essa questão de se buscar aquilo que se considera familiar, nota-se, nos textos, uma tendência de compreender o universo religioso a partir dos modos de organização da Igreja Católica (a religião “padrão”). Tenta-se referendar alguém que atue como o representante da vertente cristã evangélica, aos moldes dos bispos, do papa, que fale oficialmente em nome da religião. No entanto, como vimos nos capítulos I e III, os evangélicos são um segmento heterogêneo, formado por diferentes grupos, com as mais variadas interpretações teológicas e formas de organização institucional, não havendo, portanto, qualquer possibilidade que uma liderança fale em nome de todos.

O que se observa é que os textos jornalísticos, ao traduzir o fato para suas audiências, promovem generalizações que acabam por reservar a Silas Malafaia, de maneira equivocada, esse papel de porta-voz do segmento evangélico. A imagem abaixo, feita a partir dos personagens identificados nos textos do Grupo 1, mostra a presença proeminente do pastor, nas mais variadas temáticas encontradas:

¹⁰⁶ HUBERMAN, Bruno. Projeto de lei anti-homofobia desagrada gays e evangélicos. Política, Veja, 8 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/projeto-de-lei-anti-homofobia-desagrada-gays-e-evangelicos/>> acesso em 25 out 2022.

¹⁰⁷ REDAÇÃO. CNBB critica resolução do CNJ sobre casamento gay. Brasil, Veja, 16 mai. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/cnbb-critica-resolucao-do-cnj-sobre-casamento-gay/>> acesso em 25 out. 2022.

elaborado pelo MEC para combater os preconceitos de gênero e orientação sexual entre os alunos do ensino médio. O segundo personagem mais recorrente é o STF, que, nos anos posteriores, seria considerado, por parte dos apoiadores do governo Bolsonaro, como seu principal inimigo. O Judiciário, como vimos no capítulo 2, concedeu reconhecimentos importantes à população LGBT desde o início do movimento pela luta por direitos.

Alavancado por essas pautas morais, Bolsonaro projetou sua figura e se aliou a lideranças evangélicas, como Silas Malafaia, visando atrair os votos do segmento durante as eleições presidenciais em 2018. Mesmo se declarando católico, chegou a ser batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, outro com atuação político-partidária, para atrair o eleitorado evangélico. O pastor foi preso em 2020 por corrupção e lavagem de dinheiro, após uma investigação sobre desvio de verbas públicas destinadas à saúde no Rio de Janeiro.

Bolsonaro aparece nos textos analisados como um insuflador das pautas morais, que são sempre relacionadas ao segmento evangélico, mesmo que também recebam apoio de outros grupos conservadores e de outros segmentos religiosos. Sua postura polêmica, constantemente associada a outros nomes com um discurso igualmente polêmico, como o de Malafaia e de Feliciano, também colabora para que os veículos o explorem midiaticamente como algo da ordem do pitoresco, do esdrúxulo, como forma de atrair e engajar suas audiências.

Diferentemente do tratamento reservado aos membros da Igreja Católica, os personagens evangélicos presentes nos textos são frequentemente associados a adjetivos e expressões com sentido negativo, tais como “polêmico”, “conservador”, “fundamentalista”, “intolerante”, “cara de pau”, “mal parecem entender”, “prosaico” etc. Esses adjetivos são atribuídos pelo próprio veículo (inclusive nas vozes dos colunistas), ou por alguma outra fonte. Em algumas situações, soa como se pertencer a esse segmento religioso fosse algo mal visto, ultrapassado.

Também se enfatiza uma certa postura agressiva proveniente desse segmento religioso, e uma tendência ao combate. Isso se verifica pelo uso de termos que remetem à violência (“subiu o tom”, “porrada”, “ações violentas”, “discurso virulento” etc.) e a conflitos bélicos (“cruzada”, “guerra”, “combate” etc.). São termos proferidos tanto pelo veículo (narrador) e pelas demais fontes acionadas, quanto pelos próprios personagens caracterizados como evangélicos. Abaixo, dois exemplos:

Na última semana, a sociedade brasileira assistiu a mais uma cena **prosaica** na sua atual **Cruzada dos Costumes**, protagonizada pelo pastor Silas Malafaia e seu

exército de fiscais da vida sexual alheia. (REDAÇÃO, 2 jul. 2013)¹⁰⁸

Todos os pudores do pastor Cristiano Xavier, de 36 anos, um dos evangélicos que pregam diariamente na Praça da Sé, região central de São Paulo, desaparecem quando ele explica porque tem um **discurso tão virulento** contra os homossexuais. Ultimamente, as pregações de Xavier e seus correligionários na praça têm virado **caso de polícia**. (REDAÇÃO, 16 jul. 2011)¹⁰⁹

A opção de retratar os evangélicos a partir dessas figuras excêntricas, que se fazem pela polêmica, associados a discursos violentos ou termos depreciativos, nos leva à identificação de um segundo quadro de sentido recorrente, que é o modo como os evangélicos são socialmente percebidos. Como explicamos no capítulo I desta tese, o crescimento dos evangélicos no Brasil foi estimulado, principalmente, pela expansão das igrejas pentecostais e neopentecostais, ligadas às camadas mais pobres da população.

Surgido nos EUA, entre a população negra e demais marginalizados, o pentecostalismo é marcado por um forte apelo emocionalista, baseado na experiência mística do indivíduo e pouco rigor teológico, o que explica sua ampla disseminação entre as camadas menos escolarizadas. Conforme o último senso, mais da metade dos pentecostais no Brasil é formada por negros e pardos. Portanto, essa forma de retratá-los é mais um reflexo dos preconceitos dispensados aos grupos periféricos, sempre vistos a partir da ótica da violência, da ignorância, da excentricidade e da irrelevância intelectual. O que percebemos é que esse estereótipo de evangélico é acionado para fazer o “trabalho sujo” de defender, publicamente, as pautas encampadas por uma elite conservadora, que não quer sua imagem associada ao retrógrado, ou ao “socialmente feio”, como assumir-se preconceituosa. Essa percepção é reforçada quando vemos que outras lideranças políticas ligadas às igrejas protestantes históricas, igualmente conservadoras porém mais associadas a uma elite econômica e intelectual, não são exploradas midiaticamente nos textos.

O modo como as pessoas LGBT aparecem também é revelador desse elitismo conservador e de preconceitos socialmente enraizados. Mesmo a abordagem de pautas ligadas às comunidades LGBT sendo uma das chaves de seleção dos textos que compuseram o *corpus* de nossa pesquisa, personagens ligados ao universo LGBT aparecem em menor proporção, como mostra o gráfico 3. Quando aparecem, a história de discriminação e preconceitos que sofrem é sempre explicitada.

¹⁰⁸ REDAÇÃO. Projeto de “cura Gay” é retirado da pauta. Política, Carta Capital, 02 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/projeto-e-cura-gay-e-retirado-da-pauta-4428/>> acesso em 29 out. 2022.

¹⁰⁹ REDAÇÃO. Pregação contra gays vira caso de polícia na Sé. Brasil, Veja, 16 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/pregacao-contra-gays-vira-caso-de-policia-na-se/>> acesso em 29 out. 2022.

Personagens LGBT identificados como heróis, ou seja, como protagonistas na transformação de seus destinos, com capacidade de agência para tentar reverter as situações de discriminação e opressão às quais estavam submetidos, apareceram em apenas 8 textos do Grupo 1. Assim, são reafirmados, constantemente, numa posição de vítima frágil, que necessita que suas reivindicações sejam tuteladas por outras pessoas, o que pode ser entendido como uma forma de controle, um exemplo de como os jogos de poder também operam no processo de forja dos enquadramentos jornalísticos (CARVALHO, 2009). Essa estratégia narrativa de atribuir a alguém ou a um grupo o papel de vítima também pode ser entendida como uma forma de silenciamento, pois ao serem colocados nessa posição, são destituídos de seu poder de agência. É uma estratégia que faz com que todo o histórico de força, conquistas e organização do movimento LGBT seja minimizado nas narrativas analisadas.

No entanto, os próprios textos analisados traziam indícios de que outras narrativas são possíveis. Dos 29 textos que compuseram o Grupo 1 da *Carta Capital*, 11 traziam alguma expressão que apontava para uma não-homogeneidade de pensamento entre os evangélicos sobre as questões relativas aos direitos da população LGBT ou mesmo para a existência de pessoas LGBT professantes da fé evangélica. Na *Veja*, isso se repetiu em 13 dos 50 textos do Grupo 1 analisados. Abaixo, alguns exemplos dessas citações:

Também há muitas pessoas LGBT que são cristãs e para as quais é dolorido serem taxadas de pecadores e desviantes dentro do seio das igrejas, ao ponto de se sentirem excluídas e desistirem de frequentá-las.¹¹⁰ (REIS, TONI, 30 jul. 2012)

Brunna se reconciliou com a crença de sua família, mas só anos mais tarde, quando conheceu uma igreja evangélica inclusiva. “Lá, primeiro vem a Brunna, depois a minha orientação sexual. Não é como outras igrejas que te aceitam para tentar te mudar”¹¹¹. (CARTA CAPITAL, 20 fev. 2017)

Apesar de a homossexualidade ser tratada pela grande maioria dos evangélicos como doença, ou até como uma maldição demoníaca, duas igrejas de São Paulo acolhem gays entre seus fiéis e realizam cultos celebrados por pastores homossexuais. São a Comunidade Metropolitana, no bairro da Bela Vista, e a Comunidade Cidade de Refúgio, em Santa Cecília.¹¹² (NUNES, 24 jul. 2011)

¹¹⁰ REIS, Toni. Gays, evangélicos e o direito à igualdade num Estado laico. *Carta Capital*, Sociedade. 30 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gays-evangelicos-e-o-direito-a-igualdade-num-estado-laico/>> acesso em: 12 set. 2022.

¹¹¹ CARTA Capital. Eu sou trans e religiosa. *Sociedade*, Carta Capital, 20 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eu-sou-trans-e-religiosa/>> acesso em 31 out. 2022.

¹¹² NUNES, Bianca. Ainda longe do arco-íris. *Brasil, Veja*, 24 jul. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/ainda-longo-do-arco-iris/>>. Acesso em 19 set. 2022.

Ela é pentecostal e segue o Evangelho. A diferença é que é aberta a todos e abriga quem é excluído por causa de sua sexualidade. Mas não será um gueto gay. Famílias e heterossexuais são bem-vindos.¹¹³ (DEARO, 31 mar. 2012)

Embora a atividade jornalística não dispense técnicas e métodos que visem garantir a objetividade dos fatos, como nos lembra Carvalho (2019), o próprio ato de narrar é operado por meio de seleções e recortes que se sustentam também nas hierarquizações sociais e nas escolhas éticas e morais de quem narra. A narrativa jornalística, como toda narrativa, faz prevalecer um ponto de vista sobre os demais, logo, está sujeita a falhas. No caso de nossa pesquisa, essas falhas correspondem à alimentação de um estereótipo de evangélico e de LGBT que, ao menos nos textos analisados, são postos em relação a partir da polêmica, privilegiando uma estratégia narrativa que, ao contrário de contribuir com o debate de ideias, contribui para sua interdição.

¹¹³ DEARO, Guilherme. “Ser Gay não é pecado”, diz bispo evangélico homossexual. Brasil, Veja, 31 mar. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/ser-gay-nao-e-pecado-diz-bispo-evangelico-homossexual/>> acesso em: 31 out, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito ao longo deste trabalho, esta pesquisa parte de uma concepção que considera a narrativa como aquilo que nos permite compreender o tempo como realidade humana e compartilhar experiências (RICOEUR, 2010, LEAL, 2022). É pelo ato de narrar que podemos resgatar o passado e construir nossa memória, e também fazer previsões futuras e fixar o presente, numa constante atualização daquilo que é vivido. Logo, o jornalismo, como conformador de narrativas que organizam a realidade social, é uma forma de atualização e registro dessa memória coletiva (ALSINA, 2009).

Por essa perspectiva, o processo narrativo consiste em estabelecer concordância e fazer significar elementos, antes dispersos, numa trama inteligível. Processo este marcado pela interrelação das forças sociais, que faz com que as narrativas sejam espaços de visibilidade e disputa de poder, capazes de estabelecer lugares de fala e de possibilitar a manifestação dos sujeitos (LYOTARD apud LEAL, 2006). As narrativas, portanto, se relacionam de maneira complexa com os discursos sociais, revelando as tensões da realidade cultural na qual se inserem.

Partindo desse lugar de observação, a análise das estratégias narrativas acionadas para por em relação os segmentos evangélico e LGBT nos textos dos portais de *Veja* e *Carta Capital* - objetos de nossa pesquisa - nos possibilitou reafirmar este lugar da narrativa jornalística como espaço de tensão. Como produto da articulação dos discursos presentes na sociedade, essas narrativas participam, na disputa com outros atores, de jogos de poder, visibilidade e silenciamento que constroem a realidade social e orientam as percepções sobre esses dois segmentos.

Quatro estratégias narrativas importantes que emergiram em nosso processo analítico sustentam essa percepção: a) a seleção dos personagens e o espaço que é dado a cada uma delas para figurar nessas narrativas; b) os argumentos que ganham visibilidade no espaço público a partir da escolha dessas personagens; c) o controle das outras narrativas possíveis, que fogem ao padrão dualista que se impõe como narrativa hegemônica; e d) o silenciamento dos grupos LGBT.

Sobre a primeira estratégia, percebemos que existe uma certa tendência, nos textos analisados, de se aproximar do segmento cristão evangélico a partir da referência que se tem da Igreja Católica, que por muito tempo foi a religião oficial do Brasil e ainda hoje é a que agrega o maior número de fieis, com forte influência na cultura e na sociedade do país. Isso

leva a pelo menos dois postulados gerais que orientam essas narrativas. Um deles é o de que a sexualidade heteronormativa, voltada à procriação, é o modelo que atende a doutrina do catecismo católico, logo as relações homoafetivas não podem (ou ao menos não deveriam ser, na visão desses enquadramentos) conciliáveis com a religião cristã. Essa visão dualista estrutura os enquadramentos mais presentes nos textos analisados, que são aqueles que apresentam os evangélicos e os grupos LGBT como grupos antagônicos, num contexto em que a luta por direitos civis de um lado implica em cerceamento das liberdades do outro, sem possibilidades de negociações.

O outro postulado é o de conceber a religião como uma instância homogênea, que responde a um porta-voz que representa a verdade absoluta, amparado no imaginário católico de que os padres, os bispos, e, em última instância, o papa, são representantes de Deus e falam oficialmente em nome da Igreja (e, conseqüentemente, dos cristãos). Embora o segmento evangélico seja formado por uma multiplicidade de igrejas e grupos que não respondem a uma organização hierarquizada e centralizada, é com esse olhar que as narrativas jornalísticas tentam enquadrá-lo, ao buscar, na figura de personagens como Silas Malafaia, Marco Feliciano ou mesmo a Bancada Evangélica e Jair Bolsonaro, alguém que fale “oficialmente” em nome do grupo, e que esta fala seja condizente com o postulado anterior, socialmente partilhado, de que religião e homossexualidade não podem andar juntas.

Mas a escolha dessas personagens, embora responda a um certo imaginário coletivo sobre a religião, nos leva a outro ponto, que evidencia uma segunda estratégia narrativa: se essa visão dualista também está presente em outras instâncias, como a própria Igreja Católica, e anima a própria sociedade brasileira, que é, por natureza, conservadora, o que explica o protagonismo dos evangélicos nesta pauta? No que diz respeito aos textos analisados, a resposta pode estar nos argumentos que essas narrativas jornalísticas colocam em evidência, que se dividem em dois tipos principais: o primeiro, sustentado pelas personagens evangélicas selecionadas, de que os direitos pleiteados pelos grupos LGBT seriam uma ameaça à liberdade não apenas dos religiosos, mas de toda a sociedade, que agora não poderia mais manifestar suas opiniões contrárias às práticas homoafetivas, mesmo aquelas que considerassem exageradas, sob pena de serem presos; o segundo tipo são os argumentos baseados em falas agressivas ou que desqualificam as pessoas LGBT, como as falas ofensivas de Silas Malafaia ou Bolsonaro.

São argumentos que, mais do que enquadrar uma possível dualidade entre os grupos, os coloca, já de antemão, como campos inimigos e excludentes, levando essas narrativas para o campo do discurso polêmico, no qual os enquadramentos não orientam para o debate e para

a reflexão social, mas para a interdição, para o esvaziamento, para o reforço de estereótipos socialmente familiares e que servem à manutenção das estruturas hegemônicas. Logo, os evangélicos são acionados para externalizar um preconceito que está enraizado na sociedade brasileira, sustentado inclusive por outros segmentos religiosos, como a própria Igreja Católica. As opiniões dessa última, embora constem em alguns textos, por meio da divulgação de posicionamentos da CNBB, principalmente, são sempre moduladas, ao contrário das opiniões dos evangélicos, que por serem protagonizadas por figuras pitorescas, quase da ordem do esdrúxulo, são sempre destacadas e por vezes acompanhadas por adjetivos negativos (“intolerante”, “virulento”, “fundamentalista” etc.), que qualificam o segmento como vilão.

Essa visão é reforçada por uma terceira estratégia narrativa verificada, que é a manutenção de outras narrativas possíveis em um ambiente controlado, de modo que não ofereçam riscos à narrativa hegemônica, operada pelo discurso polêmico, de que evangélicos e LGBT são grupos antagônicos e irreconciliáveis. Em nossa análise, nos deparamos com alguns textos que sinalizavam para a possibilidade de outros discursos que apontam para uma existência mais pacífica e conciliatória entre os dois segmentos: preocupação em dizer que as opiniões preconceituosas não eram compartilhadas por todos os praticantes da fé evangélica, associação dos religiosos preconceituosos aos “falsos cristãos”, exemplos de grupos evangélicos que apoiavam as pautas LGBT e mesmo igrejas inclusivas e personagens homossexuais que são praticantes da vertente cristã evangélica foram encontrados nos textos. No entanto, muitas vezes, essas opiniões divergentes do senso comum, que poderiam contribuir para a ampliação do debate e outras narrativas sobre outros modos de ser evangélico no Brasil, se concentraram nos artigos de opinião. Nas matérias em geral, que são o principal produto de um portal de notícias e a principal modalidade dos textos que compuseram nosso *corpus*, essa pluralidade de vozes não foi verificada de modo amplo.

O controle dessas narrativas é ainda reforçado por uma última estratégia narrativa bastante presente nos textos analisados, que é o silenciamento do segmento LGBT, mesmo que o assunto motriz dessas pautas seja do interesse coletivo desse grupo. Como vimos, os personagens LGBT foram os menos presentes nos textos. Quando apareciam, eram reforçados no lugar de vítimas, destituídos de poder de agência e, portanto, tutelados por outros atores, e não como um grupo potente, desconsiderando assim todo o histórico de luta e mobilização do movimento LGBT no Brasil. A escolha de termos e pontos de vista que descredibilizam a causa também apareceu com certa frequência. Na *Veja*, por exemplo, encontramos referência ao “kit gay” como se ele de fato existisse, o uso de termos antiquados, como

“homossexualismo” e a redução da “criminalização da homofobia” à “punição para quem criticar homossexuais”. Na *Carta Capital*, podemos citar o uso de aspas para se referir ao templo de uma igreja inclusiva, como se este não fosse um espaço de fé institucional legítimo.

Se verificou que a maior parte dos personagens que aparecem nesses textos não pertencem ao segmento evangélico, nem ao segmento LGBT, mas pertencem, sobretudo, às instâncias de poder, o que indica que essas pautas são mobilizadas não para atender às crenças religiosas, mas aos interesses políticos particulares de um grupo, que se beneficia da construção dessas polêmicas.

Essas escolhas narrativas, pautadas pela seleção de fontes que não orientam para o debate, pela tendência ao discurso polêmico, pelo silenciamento de personagens com potencial para mobilizar outras narrativas, acabam por reafirmar, de certa forma, os pânticos morais que alimentam as *fake news*¹¹⁴ - a exemplo do “kit gay”, apresentado como material concreto em muitas notícias - ou contribuindo para a promoção de seus principais divulgadores, como Silas Malafaia ou Jair Bolsonaro. Ou, dito de outro modo, essas estratégias narrativas, mesmo que aparentemente operadas sob os critérios de objetividade e imparcialidade que pautam a atividade jornalística, acabam por se colocar a serviço da desinformação.

¹¹⁴ Wilson Gomes e Tatiana Dourado (2019) explicam que as *fake news* podem ser entendidas como narrativas falsas, baseadas em fatos inventados ou alterados, que são divulgadas na forma de notícias jornalísticas. Se propagam, essencialmente, nos meios digitais, com o objetivo de atender às conveniências políticas de quem as cria. São um fenômeno associado à ascensão do movimento conservador de direita, cujo marco é a eleição de Trump, nos EUA, em 2016.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gabrielle; CUNHA, Magali do Nascimento. Frente Parlamentar Evangélica reconfigura liderança para 2022. **Religião e Poder**, 23 fev. 2022. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/frente-parlamentar-evangelica-reconfigura-lideranca-para-2022/>> Acesso em: 11 dez. 2022.

ALESSI, Gil. A ascensão do ‘narcopentecostalismo’ no Rio de Janeiro. **El País**, São Paulo, SP, 26 mar 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-27/a-ascensao-do-narcopentecostalismo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALEIXO, Isabela. É Falso que programa de governo de Lula prevê banheiro unissex em escolas. UOL, 06 out. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/10/06/e-falso-que-programa-de-governo-de-lula-preve-banheiro-unissex-em-escolas.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ALISON, James. **Fé além do ressentimento: fragmentos católicos em voz gay**. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

AMORIM, Diego. Mercado evangélico no país faz girar R\$ 15 bilhões em vários segmentos. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 30 jan. 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/01/30/internas_economia,410347/mercado_evangelico_no_pais_faz_girar_r_15_bilhoes_em_varios_segmentos.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2016.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-60, 2006.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18 p.85-99, dez. 2009.

ASSMANN, Hugo. **A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAERE, Felipe de; ZANELLO, Valeska; ROMERO, Ana Carolina. Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero? **Revista Bioética**. vol.23 no.3 Brasília Sept./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000300623&lng=en&nrm=iso#fn1>

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 13 jan. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 25 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, São Paulo, 1979.

BERGAMASCO, Daniel. Site de Veja bate recorde, com 55,7 milhões de usuários únicos em outubro. *Veja*, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/site-de-veja-bate-recorde-com-557-milhoes-de-usuarios-unicos-em-outubro/>> acesso em: 24 jul. 2022.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

BLECHER, Nelson. Lendas envolvem as tiragens do passado. *Folha de S. Paulo*, 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/21/brasil/10.html>> Acesso em: 24 jul. 2022.

BONONE, Luana Meneguelli. **Privatizando a opinião: um estudo sobre enquadramento nas revistas Veja e Carta Capital**. Orientador: José Amalio de Branco Pinheiro. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP, São Paulo, 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco Pasquino. **Dicionário de Política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CAMARA dos deputados. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CAMPOS. Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458/15276>> acesso em 19 jan. 2021.

CAPPELLETTI, Paulo. As interfaces das teologias latino-americanas: aproximações e distanciamentos entre a teologia da libertação e a teologia da missão integral. **Tese** (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2018.

CARRARA, Sérgio Luiz. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Reciis – Rev Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. 2019 jul.-set.;13(3):450-6

CARRARA, Sérgio Luiz. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. **Mana**, v. 21, n.2, p.323-345, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>> Acesso em: 24 jan. 2023.

CARVALHO, Anabela. Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools. **International Conference on Logic and Metology. RC 33 meeting (International Sociology Association)**, Colônia, 3-6 out. 2000.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, vol.7, nº 2, dez. 2009.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Atores em disputa de sentido: jornalismo e homofobia nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. **Tese** (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2010.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, São Paulo, ano 6, n.1, p. 169-187, jul-dez. 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. A tríplice mimesis como inspiração metodológica para a análise de produtos culturais. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 35, n.1, p. 227-250, jul-dez. 2013.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero**. Curitiba: Apris, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-47.

CARVALHO, Carlos Alberto de . É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. **InTexto** , p. 35-54, 2019.

CARVALHO, Oziel Lourenço. Fundamentalismo protestante e pentecostalismo: distanciamento e proximidade. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**, ano X, 2013, n. 18-19, p 349-358.

CARVALHO, Mário. CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 14, dossiê n.2, p. 319-351, ago. 2013.

CONGRESSO EM FOCO. TSE determina exclusão de fake news de que lula implantaria banheiro unissex. Uol, 21 out. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-determina-exclusao-de-fake-news-de-que-lula-implantaria-banheiro-unissex/>> Acesso em: 04 mar. 2023.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão Gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CUNHA, Magali. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE (ONLINE)**, v. 39, p. 218-244, 2017. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/8461>

CUNHA, Magali. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras**, Recife, v. 3, n. 1, p. 40-65, jan./jun., 2020.

CUNHA, Magali. Pastor Silas Malafaia afirma que espalhou fake news durante campanha eleitoral de 2018. **Coletivo Bereia**, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/pastor-silas-malafaia-afirma-que-espalhou-fake-news-durante-campanha-eleitoral-de-2018/>> Acesso em: 13 mai. 2023.

DIAS, Agemir de Carvalho. A Conferência do Nordeste e a Crise do Movimento Ecumênico Evangélico no Brasil. **REFLEXUS - Revista de Teologia e Ciências das Religiões**. Ano VI, n. 7, 2012/1.

DIP, Andrea. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019.

DUARTE, Nathalia. Deezer anuncia retrospectiva e artistas mais escutados de 2020. **Techtudo**, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/12/deezer-anuncia-retrospectiva-e-artistas-mais-es-cutados-de-2020.ghtml>. Acesso em 25/01/2021.

ELER, Guilherme. Billy Graham: o pastor próximo do poder que arrastava multidões. **Nexo Jornal**, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/22/Billy-Graham-o-pastor-pr%C3%B3ximo-do-poder-que-arrastava-multid%C3%B5es>. Acesso em 25 jan. 2021.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51–58, 1993.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18-19, 2003.

FELIX, Franklin. Pastora trans no altar não é pecado. É divindade e sopro de fé. **Carta Capital**, 13 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/pastora-trans-no-altar-nao-e-pecado-e-divindade-e-sopro-de-fe/>> Acesso em 13 abr. 2021.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (ORGs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FRANÇA, Renné. 40 anos em revista: representações e memória social nas capas de *Veja*. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, 2011.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FORTE, Elaine Cristina Novatzki. Mexendo na ferida: os erros de enfermagem na mídia brasileira e portuguesa. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Florianópolis, 2017, 331p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber** - 13ª Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres** - 11ª Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si** - 9ª Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4: As confissões da carne** - 5ª Ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOMES, Túlio Gonçalves; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação lava-jato nas interpretações da Veja e Carta Capital. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 457-485, jul.-set. 2019.

GOMES, Wilson. DOURADO, Tatiana. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 Nº 2. Julho a Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33/41754>> Acesso em: 13 mai. 2023.

GREEN, James N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2508/1918>> Acesso em 05 jul. 2021.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (ORGs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 22 ago. 2021.

IUAN, Igor. *Veja e Carta Capital: as estratégias discursivas e ideológicas na revelação do câncer de Dilma Rousseff*. Orientador: João Somma Neto. 2014, 110f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

JESUS, Fátima Weiss. Igrejas Inclusivas em perspectiva comparada: da “Inclusão Radical” ao “Mover Apostólico”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013.

JUNGLUT. Airton Luiz. Os domínios do maligno e seu combate: notas sobre algumas percepções evangélicas atuais acerca do mal. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 4, n. 4, julho de 2003, p. 35-42.

KLÜBER, Tiago Emanuel. Atlas/t.i como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. **ETD – Educ. tem. digit.**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p.5-23, jan./abr. 2014. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/5727>>. Acesso em: 30 Abr. 2014.

KURTZ. A Berlim Imoral dos anos 30: cinema homossexual pré-hitler. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 137-149, 2000.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Editora Zouk. Porto Alegre, 2019.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Vol. 11, no 3, set/ dez 2018, pp. 512- 532. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/15764/12366>

LEAL, Bruno Souza. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 19-27.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-47.

LEAL, Bruno Souza. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LESSA, Marcos André. Fake news sobre livro de educação sexual infantil nas escolas volta a circular. Coletivo Bereia, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/fake-news-sobre-livro-de-educacao-sexual-infantil-nas-escolas-volta-a-circular/>> . Acesso em: 04 mar. 2023.

LIMA E SILVA, Pollyane. Os megashows mais marcantes que o Brasil já recebeu. **Veja**, 8 nov. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/10-mais/musica/os-10-megashows-mais-marcantes-que-o-brasil-ja-recebeu/#ancoratopo>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

MACHADO, Adriano Henrique. A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à idéia de formar um novo partido. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza**, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_daba181636a5d62bc8ce8d1aba0c2267.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, 2018, vol.26, n.2. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n2/1806-9584-ref-26-02-e47463.pdf>

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações**, n. 7, 2004, pp. 60-80. <https://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125/129>

MCRAE, Eduardo. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 20018.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. **FAMECOS**, Porto Alegre, 15, ago 2001. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. Disponível em:< <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/285/217>>. Acesso em: nov. 2014

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Col. Descobrindo o Brasil. Jorge Jahar Editor, Rio de Janeiro, 2001

MARIANO, R. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012

MAUGER-PARAT, Marion; PELIZ, Ana. Carolina. Controverse, polémique, expertise : trois notions pour aborder le débat sur le changement climatique en France. **Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement**, vol. 13, n.2, set. 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, p.187-235, jun. 2012.

MINISTÉRIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO. Quero me apaixonar. Belo Horizonte, MG: Diante do Trono, 2003. CD-ROM.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de; CAFEZEIRO, Fausto. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 619-650.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, Dezembro de 2017. <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – **Ecompós**, Brasília, v.1, p.1-26, 2004.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas : itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Entnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.

NEGÓCIOS para gays fazem sucesso e dinheiro. **G1**, 06 jan. 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/01/06/negocios-voltados-para-o-publico-gay-fazem-sucesso-e-dinheiro.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, Vilmar Pereira de. Narrativas de jovens gays cristãos: experiências em igrejas inclusivas. **Dissertação** (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015, 233f.

O QUE SIGNIFICA LGBTQ+ para os negócios? Saiba como abraçar essa causa. **SEBRAE**, 01 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ce/artigos/o-que-significa-lgbtq-para-os-negocios-saiba-como-abracar-essa-causa,43817d22e3dab610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PERET, Luiz Eduardo Neves. De “ O Rebu” a “ América ”: 31 anos de homossexualidade em telenovelas da Rede Globo (1974-2005). **Contemporânea**, v. 2, n.5, 2005.

PICOLOTTO, Mariana Reinisch. O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações. **Revista Contraponto**, UFRGS, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/65741/37775>> acesso em 19 jan. 2021.

POZOBON; Rejane de Oliveira; DAVID, Carolina Siqueira de. O impeachment de Dilma Rousseff em Veja e CartaCapital e suas relações com outros acontecimentos histórico-políticos. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 10, n. 26, p.54-68, jun. 2020.

PRANDI, Reginaldo. SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, ago. 2017.

RELIGIÃO E PODER. Frentes e Bancadas. **Religião e Poder**, 23 out. 2020. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>> Acesso em: 11 dez. 2022.

RENÓ, Juliana. Maior revista do Brasil, Veja deixa de contar com mais de 100 mil exemplares. Portal Comunique-se, 29 mar. 2022. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/menor-revista-do-brasil-veja-deixa-de-contar-com-mais-de-100-mil-exemplares/>> Acesso em: 04 mar. 2023.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. O que um cristão precisa saber sobre a Teologia da Prosperidade. **Caminhando**. São Bernardo do Campo, v. 12, p. 41-56, 2007.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. A dimensão política da Teologia Protestante da Libertação. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XI, n. 32, p. 75-102, Setembro/Dezembro de 2018.

RICOEUR, Paul. Do texto à acção. **Ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - A intriga e a narrativa histórica**. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - A configuração do tempo na narrativa de ficção**. Tomo II. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - O tempo narrado**. Tomo III. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. **Kriterion**, Belo Horizonte, nº125, Jun. 2012, p.299-310.

RIZZOTTO, Carla Candida; FERRACIOLI, Paulo.; ANTONELLI, Diego. **A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, p. 85-95, 2016.

RIZZOTTO, Carla Cândida; FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo. As molduras possíveis para o Petrolão: uma análise de enquadramento de Carta Capital e Veja. **Verso e Reverso**, vol. 30, n. 73, janeiro-abril 2016

SALVADOR, Alexya. "Fui a 1ª travesti a adotar no Brasil. Hoje, sou mãe de duas meninas trans". Depoimento dado à Mariana Gonzales. **Uol Universa**, 12 abr.2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/12/fui-a-1a-travesti-a-adotar-no-pais-tenho-duas-filhas-trans.htm>> acesso em 13 abr. 2021.

SANCHES, Sidney. A teologia da missão integral como teologia evangélica contextual latinoamericana. **Revista Caminhando** v. 15, n. 1, p. 65-85, jan./jun. 2010.

SANTOS, Eliana da Motta. **A revista Veja e a construção da realidade dos evangélicos no Brasil: uma análise do discurso**. Orientadora: Magali do Nascimento Cunha. 2011, 194f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, v.6, n.1, jan-jul de 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, Brasília, set - dez de 2016.

SANTOS JUNIOR, A. M. ; JESUS, J. G. . Hipersexualização e segregação social do homoafetivo negro: Uma análise crítica em torno da intersecção entre homofobia e racismo. In: Congresso de Diversidade Sexual e Gênero, 2014, Belo Horizonte. **ANAIS DO CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**. Belo Horizonte: Faculdade

de Direito e Ciências do Estado da UFMG, 2014. v. 1. Disponível em: <<https://anaiscongressodivsex.files.wordpress.com/2015/03/20-antonio-marcos-jaqueline-gomes.pdf>>

SEEFELD, Rodrigo; RESE, Natália. “Para bom entendedor, meia palavra basta?!”: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, nº 1, Rio de Janeiro, Jan-Mar. 2020.

SILVA, Gislene. MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo, ed. 10 vol.5, p.80-97 jul./dez. 2011.

SILVA, Gislene. SOARES, Rosana de Lima. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. **Rumores**, São Paulo, ed. 14 vol.7, p.18-36 jul./dez. 2013.

SILVA, Nadja Pattresi de Souza. Debate público, polêmica e controvérsia: a democracia nas malhas do discurso. **Gragoatá**, Niterói, v.24, n. 50, p. 995-1001, set.-dez. 2019.

SILVEIRINHA, Maria João. O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **ANAIS** do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: UERJ, 5-9 set. 2005.

SITE de Carta Capital bate recorde de audiência em março e ultrapassa os 8,7 milhões de visitantes únicos. Carta Capital, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/site-de-cartacapital-bate-recorde-de-audiencia-em-marco-e-ultrapassa-os-87-milhoes-de-visitantes-unicos/>> Acesso em 25 jul. 2022.

SOBREIRO, Pedro. Qual a revista de maior circulação no Brasil? E no mundo? Super Interessante, 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 24 jul. 2022.

SOUSA, Marco Túlio de. Igreja eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade midiaticizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião. **MATRIZES**, São Paulo, v.15 - nº 1 jan.-abr. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/170313/172250>> Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p.177-201, jan-jun. 2013.

SPYER, Juliano. Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam. **Geração Editorial**, São Paulo, 2020.

TREVISAN, Janine Bendovicz. Evangélicos Pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. **Anais** do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades - ANPUH - Memória e Narrativa nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, v. 5, n. 15, jan. 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** - 4ª ed. rev. atual. e amp - Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo. **Gênero**. Niterói, v.11, n.2, p. 73-97, 1 sem. 2011.

TUCHMAN, Gaye. Contando 'estórias'. In: TRAQUINAS, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v.19, n. 3, p. 258–273, 2009.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

VITAL DA CUNHA. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, p. 61-93, 2014

ANEXOS

1- Textos jornalísticos analisados

Grupo 1 - Carta Capital

TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EDITORIA
“Ideologia de gênero é coisa do capeta”, diz Bolsonaro a evangélicos https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-a-evangelicos/	10/8/2019	Política
Por aprovação no Senado, Augusto Aras nega cura gay e temas conservadores https://www.cartacapital.com.br/politica/por-aprovacao-no-senado-augusto-aras-nega-cura-gay-e-temas-conservadores/	25/9/2019	Política
Cristãos e a criminalização da LGBTfobia: a cidadania está em jogo https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/cristaos-e-a-criminalizacao-da-homofobia/	19/6/2019	Diálogos da Fé
Peladões universitários, golden shower e Elsa, a lésbica https://www.cartacapital.com.br/opinioao/peladoes-universitarios-golden-shower-e-elsa-a-lesbica/	15/5/2019	Opinião
“Jesus cura a homofobia” https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/jesus-cura-a-homofobia/	20/2/2019	Diálogos da Fé
Advogados LGBT se tornam protagonistas em julgamento no STF https://www.cartacapital.com.br/diversidade/advogados-lgbt-se-tornam-protagonistas-em-julgamento-no-stf/	14/2/2019	Diversidade
A ‘ideologia de gênero’ é mito ou realidade? https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ideologia-genero-mito-realidade/	22/1/2019	Sociedade
“‘Ideologia de gênero’ é o que mais mobiliza eleitor evangélico” https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-e-o-que-mais-mobiliza-eleitor-evangelico/	21/10/2018	Política
As batalhas da Parada do Orgulho LGBTI+ https://www.cartacapital.com.br/diversidade/as-batalhas-da-parada-do-orgulho-lgbti/	24/7/2018	Diversidade

Do “kit gay” à carta aos evangélicos: candidatos miram religiosos https://www.cartacapital.com.br/politica/do-kit-gay-a-carta-aos-evangelicos-candidatos-miram-eleitorado-religioso/	21/10/2018	Política
Igreja acolhe gays que passaram por “curas” frustradas e exorcismos https://www.cartacapital.com.br/diversidade/igreja-acolhe-gays-que-passaram-por-curas-frustradas-e-exorcismos/	4/10/2017	Diversidade
Criminalizar a homofobia é mesmo o melhor caminho? https://www.cartacapital.com.br/sociedade/criminalizar-a-homofobia-e-mesmo-o-melhor-caminho/	29/6/2017	Sociedade
84% dos brasileiros apoiam a discussão de gênero nas escolas https://www.cartacapital.com.br/educacao/84-dos-brasileiros-apoiam-discussao-de-genero-nas-escolas/	26/6/2017	Educação
Eu sou trans e religiosa https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eu-sou-trans-e-religiosa/	20/2/2017	Sociedade
Por que é tão difícil falar de gênero nas escolas? https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-e-tao-dificil-falar-de-genero-nas-escolas/	24/10/2015	Educação
Uma decisão exemplar da justiça em caso de calúnias e ódio homofóbico https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-decisao-exemplar-da-justica-em-caso-de-calunias-e-odio-homofobico-7964/	4/9/2015	Política
Vão ter de engolir os LGBT https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vao-ter-de-engolir-os-lgbt-1841/	18/6/2015	Sociedade
Os gays e as mulheres querem respeito, seu Cunha https://www.cartacapital.com.br/politica/os-gays-e-as-mulheres-querem-respeito-seu-cunha-1375/	10/2/2015	Política
Direitos LGBT: “Marina, você brincou com a esperança de milhões de pessoas” https://www.cartacapital.com.br/politica/direitos-lgbt-marina-voce-brincou-com-a-esperanca-de-milhoes-de-pessoas-6905/	30/8/2014	Política
Metade da população aceita direitos de gays, mas não fora do “armário” https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-aceita-direitos-de-gays-mas-nao-fora-do-armario-3027/	27/3/2014	Sociedade

Projeto de “cura Gay” é retirado da pauta https://www.cartacapital.com.br/politica/projeto-e-cura-gay-e-retirado-da-pauta-4428/	2/7/2013	Política
Feliciano manda governo não interferir na “cura gay” Feliciano manda governo não interferir na “cura gay” https://www.cartacapital.com.br/politica/feliciano-manda-governo-tomar-cuidado-e-nao-interferir-na-cura-gay-7107/	19/6/2013	Política
Comissão de Direitos Humanos aprova projeto da ‘cura gay’ https://www.cartacapital.com.br/politica/comissao-de-direitos-humanos-aprova-projeto-sobre-cura-gay-3111/	18/7/2013	Política
Feliciano diz ser vítima de uma “ditadura gayzista” https://www.cartacapital.com.br/politica/feliciano-diz-ser-vitima-de-uma-ditadura-gayzista/	2/4/2013	Política
Gays, evangélicos e o direito à igualdade num Estado laico https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gays-evangelicos-e-o-direito-a-igualdade-num-estado-laico/	30/7/2012	Sociedade
IBGE identifica 60 mil casais gays no país https://www.cartacapital.com.br/sociedade/97622/	17/10/2012	Sociedade
Em carta, ativista gay pede a José Serra: ‘Não rife nossos direitos’ https://www.cartacapital.com.br/politica/em-carta-ativista-gay-pede-a-jose-serra-nao-rife-nossos-direitos/	16/10/2012	Política
“Kit gay quer doutrinar em vez de educar”, diz Serra https://www.cartacapital.com.br/politica/kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-diz-serra/	14/10/2012	Política
Avon, Silas Malafaia e a propagação da homofobia https://www.cartacapital.com.br/sociedade/avon-silas-malafaia-e-a-propagacao-da-homofobia/	7/5/2012	Sociedade

Grupo 1 - Veja

TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EDITORIA
Pregação contra gays vira caso de polícia na Sé https://veja.abril.com.br/brasil/pregacao-contr-a-gays-vira-caso-de-policia-na-se/	16/7/2011	Brasil
Marcha de evangélicos e católicos protesta contra aborto, casamento gay e legalização da maconha https://veja.abril.com.br/brasil/marcha-de-evangelicos-e-catolicos-protesta-contr-a-aborto-casamento-gay-e-legalizacao-da-maconha/	1/6/2011	Brasil
Esvaziado, debate vira ato contra lei anti-homofobia https://veja.abril.com.br/politica/esvaziado-debate-vira-ato-contr-a-lei-anti-homofobia/	29/11/2011	Política
Vereador no Ceará também quer criar Dia do Heterossexual https://veja.abril.com.br/brasil/vereador-no-ceara-tambem-quer-criar-dia-do-heterossexual/	10/8/2011	Brasil
Pesquisas revelam que brasileiro se tornou mais receptivo aos homossexuais nos últimos 18 anos https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisas-revelam-que-brasileiro-se-tornou-mais-receptivo-aos-homossexuais-nos-ultimos-18-anos/	28/7/2011	Brasil
Hackers invadem site e e-mail de autor do Dia Hétero https://veja.abril.com.br/brasil/hackers-invadem-site-e-e-mail-de-autor-do-dia-hetero/	5/8/2011	Brasil
Projeto de lei anti-homofobia desagrada gays e evangélicos https://veja.abril.com.br/politica/projeto-de-lei-anti-homofobia-desagrada-gays-e-evangelicos/	8/12/2011	Política
Juiz que anulou união homoafetiva será julgado https://veja.abril.com.br/brasil/juiz-que-anulou-uniao-homoafetiva-sera-julgado/	22/6/2011	Brasil
MEC nega que vídeos divulgados sobre homossexualismo sejam oficiais https://veja.abril.com.br/politica/mec-nega-que	18/11/2011	Política

-videos-divulgados-sobre-homossexualismo-se-jam-oficiais/		
Em Arraial do Cabo, Dia do Orgulho Heterossexual pode virar realidade https://veja.abril.com.br/brasil/em-arraial-do-cabo-dia-do-orgulho-heterossexual-pode- virar-realidade/	18/8/2011	Brasil
Bolsonaro joga água em gays e é insultado https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-joga- agua-em-gays-e-e-insultado/	1/6/2011	Política
Religiosos entregam 1 milhão de assinaturas contra projeto que criminaliza homofobia https://veja.abril.com.br/brasil/religiosos-entregam-1-milhao-de-assinaturas-contra-projeto-que- criminaliza-homofobia/	1/6/2011	Brasil
Câmara de São Paulo cria Dia do Orgulho Heterossexual https://veja.abril.com.br/brasil/camara-de-sao-paulo-cria-dia-do-orgulho-heterossexual/	3/8/2011	Brasil
União civil gay contraria 55% dos brasileiros, diz Ibope https://veja.abril.com.br/brasil/uniao-civil-gay-contraria-55-dos-brasileiros-diz-ibope/	28/6/2011	Brasil
Votação de projeto anti-homofobia é adiada https://veja.abril.com.br/politica/votacao-de-projeto-anti-homofobia-e-adiada/	8/12/2011	Política
Bolsonaro questiona se Dilma é homossexual https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-questiona-se-dilma-e-homossexual/	24/11/2011	Brasil
Universo transexual e preconceito na tela de gramado https://veja.abril.com.br/entretenimento/universo-transexual-e-preconceito-na-tela-de-gramado/	11/8/2011	Entretenimento
Casais gays em busca da igualdade de direitos https://veja.abril.com.br/brasil/casais-gays-em-busca-da-igualdade-de-direitos/	26/6/2011	Brasil
Maioria dos brasileiros é contra a decisão do STF que permitiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo https://veja.abril.com.br/brasil/maioria-dos-brasileiros-e-contra-a-decisao-do-stf-que-permitiu-a-união-estavel-entre-pessoas-do-mesmo-sexo	28/7/2011	Brasil

/		
Ainda longe do arco-íris https://veja.abril.com.br/brasil/ainda-longo-do-arco-iris/	24/7/2011	Brasil
Garotinho tenta opor gays a evangélicos no Rio https://veja.abril.com.br/politica/garotinho-tenta-opor-gays-a-evangelicos-no-rio/	17/9/2012	Política
“Ser gay não é pecado”, diz bispo evangélico homossexual https://veja.abril.com.br/brasil/ser-gay-nao-e-pecado-diz-bispo-evangelico-homossexual/	31/3/2012	Brasil
Marta nega constrangimento com suplente contra união gay https://veja.abril.com.br/politica/marta-nega-constrangimento-com-suplente-contra-uniao-gay/	13/9/2012	Política
Marta Suplicy vê retrocesso no combate à homofobia https://veja.abril.com.br/brasil/marta-suplicy-ve-retrocesso-no-combate-a-homofobia/	10/6/2012	Brasil
‘Falta coragem para enfrentar a ditadura gay’ https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/	14/7/2012	Brasil
Evangélicos protestam em Brasília contra o aborto e o casamento gay https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-protestam-em-brasilia-contra-o-aborto-e-o-casamento-gay/	5/6/2013	Brasil
CNBB critica resolução do CNJ sobre casamento gay https://veja.abril.com.br/brasil/cnbb-critica-resolucao-do-cnj-sobre-casamento-gay/	16/5/2013	Brasil
Daniela Mercury beija a ‘esposa’ e anima Parada Gay https://veja.abril.com.br/brasil/daniela-mercury-beija-a-esposa-e-anima-parada-gay/	2/6/2013	Brasil
PSDB afirma que chamada ‘cura gay’ é “retrocesso” https://veja.abril.com.br/brasil/psdb-afirma-que-chamada-cura-gay-e-retrocesso/	27/6/2013	Brasil
Representantes da comunidade LGBT anunciam apoio a Aécio https://veja.abril.com.br/politica/representantes-da-comunidade-lgbt-anunciam-apoio-a-aecio/	19/10/2014	Política

<p>Evangélicos protestam contra a homofobia na parada gay de SP</p> <p>https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-prot-estam-contra-a-homofobia-na-parada-gay-de-sp/</p>	7/6/2015	Brasil
<p>Sim, o beijo gay é problema para ‘Babilônia’.</p> <p>Mas só um deles</p> <p>https://veja.abril.com.br/entretenimento/sim-o-beijo-gay-e-problema-para-babilonia-mas-so-um-deles/</p>	12/4/2015	Entretenimento
<p>Crivella sobre ‘Queermuseu’ no Rio: ‘Só se for no fundo do mar’</p> <p>https://veja.abril.com.br/entretenimento/crivella-sobre-queermuseu-no-rio-so-se-for-no-fundo-do-mar/</p>	2/10/2017	Entretenimento
<p>Estado do Rio busca patrocínio para ‘Queermuseu’: ‘Portas abertas’</p> <p>https://veja.abril.com.br/entretenimento/estado-do-rio-busca-patrocinio-para-a-queermuseu-portas-abertas/</p>	4/10/2017	Entretenimento
<p>Mickey é homossexual e Disney promove o ‘gayismo’, diz deputado</p> <p>https://veja.abril.com.br/brasil/mickey-e-homossexual-e-disney-promove-o-gayismo-diz-deputado/</p>	14/3/2017	Brasil/Política
<p>Cura gay não existe, diz ex-pastor que saiu do armário</p> <p>https://veja.abril.com.br/brasil/cura-gay-nao-existe-diz-ex-pastor-que-saiu-do-armario/</p>	20/9/2017	Brasil
<p>Para psicólogos com ação na Justiça, homossexualidade é adquirida</p> <p>https://veja.abril.com.br/brasil/para-psicologos-com-acao-na-justica-homossexualidade-e-adquirida/</p>	21/9/2017	Brasil
<p>Todos os meus pacientes foram abusados, diz defensora da ‘cura gay’</p> <p>https://veja.abril.com.br/brasil/todos-os-meus-pacientes-foram-abusados-diz-defensora-da-cura-gay/</p>	16/10/2017	Brasil
<p>Leonardo Vieira faz manifesto contra a homofobia após ataques</p> <p>https://veja.abril.com.br/entretenimento/leonardo-vieira-faz-manifesto-contra-a-homofobia-apos-ataques/</p>	9/1/2017	Entretenimento

os-ataques/		
Tiffany, primeira trans na Superliga feminina: ‘O amor vencerá’ https://veja.abril.com.br/esporte/tiffany-primeira-trans-na-superliga-feminina-o-amor-vencerá/	16/12/2017	Esporte
Whindersson reage a tuítes antigos: ‘Eu dizia que gay não entrava no céu’ https://veja.abril.com.br/entretenimento/whindersson-reage-a-tuites-antigos-eu-dizia-que-gay-nao-entrava-no-ceu/	5/7/2018	entretenimento
Haddad se encontrará com pastores por compromisso com ‘valores da família’ https://veja.abril.com.br/politica/haddad-se-encontrara-com-pastores-por-compromisso-com-valores-da-familia/	17/10/2018	política
‘Queermuseu’ abre no Rio com esquema de segurança reforçado https://veja.abril.com.br/entretenimento/queermuseu-abre-no-rio-com-esquema-de-seguranca-reforcado/	17/8/2018	entretenimento
Justiça bloqueou contas do vereador que fez gestos homofóbicos no plenário https://veja.abril.com.br/politica/justica-bloqueou-contas-do-vereador-que-fez-gestos-homofobicos-no-plenario/	13/7/2018	política
43% dos paulistanos são contra beijos entre gays em público https://veja.abril.com.br/brasil/43-dos-paulistanos-sao-contra-beijos-entre-gays-em-publico/	22/5/2018	brasil
Bolsonaro ataca de ideologia de gênero a radares diante de evangélicos https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-ataca-de-ideologia-de-genero-a-radar-em-marcha-para-jesus-no-df/	10/8/2019	política
EUA vetam hasteamento da bandeira LGBT em embaixadas no Mês do Orgulho Gay https://veja.abril.com.br/mundo/eua-vetam-hasteamento-da-bandeira-lgbt-em-embaixadas-no-mes-do-orgulho-gay/	11/6/2019	mundo
Bolsonaro diz que decisão do STF sobre homofobia foi ‘equivocada’ https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-	14/6/2019	política

que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-equivocada/		
STF retoma julgamento sobre criminalização da homofobia nesta quarta https://veja.abril.com.br/brasil/stf-retoma-julgamento-sobre-criminalizacao-da-homofobia-nesta-quarta/	20/2/2019	Brasil
STF retoma hoje julgamento sobre criminalização da homofobia https://veja.abril.com.br/politica/supremo-retoma-julgamento-sobre-criminalizacao-da-homofobia/	14/2/2019	Política
Além do azul e rosa: outras opiniões de Damares Alves https://veja.abril.com.br/politica/alem-do-azul-e-rosa-outras-opinioes-de-damares-alves/	3/1/2019	Política